

LEOVERALDO CURTARELLI DE OLIVEIRA

**ECONOMIA, INSTITUIÇÕES E *ROYALTIES*: O CASO DOS MUNICÍPIOS
LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU BINACIONAL NO OESTE PARANAENSE**

TOLEDO
2008

LEOVERALDO CURTARELLI DE OLIVEIRA

**ECONOMIA, INSTITUIÇÕES E *ROYALTIES*: O CASO DOS MUNICÍPIOS
LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU BINACIONAL NO OESTE PARANAENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Prof. Orientador: Weimar Freire da Rocha Junior.

TOLEDO
2008

LEOVERALDO CURTARELLI DE OLIVEIRA

**ECONOMIA, INSTITUIÇÕES E *ROYALTIES*: O CASO DOS MUNICÍPIOS
LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU BINACIONAL NO OESTE PARANAENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Junior.
Universidade do Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Jandir Ferrera de Lima, Ph.D.
Universidade do Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Antoninho Caron
UNIFAE – Centro Universitário Franciscano

Toledo, 31 de Março de 2008.

À minha família, especialmente à minha mãe
Alaide Curtarelli de Oliveira e ao meu pai
Everal Vargas de Oliveira (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Junior, grande amigo que desde o início confiou no meu trabalho.

À minha família pela confiança, motivação e compreensão.

Aos amigos e colegas de curso, pelo entusiasmo, colaboração e bom humor, mesmo nos momentos mais difíceis dessa jornada.

Aos entrevistados, que concederam informações essenciais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos professores, pelo rigor e pela oportunidade do aprendizado tão importante para nossas vidas.

Aos meus colegas de trabalho pela força e colaboração durante o período de estudos.

A todos que colaboraram e contribuíram para a realização desse trabalho.

OLIVEIRA, Leoveraldo Curtarelli de. Economia, instituições e *royalties*: o caso dos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu Binacional no Oeste Paranaense. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

RESUMO

Esta pesquisa analisou o crescimento da economia dos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu Binacional, no oeste paranaense, e o impacto de uma possível mudança na distribuição dos *royalties*, e traçou um prognóstico econômico para depois de 2023 quando será revisto o Tratado de Itaipu. A pesquisa foi realizada utilizando-se da abordagem da economia institucional. Buscou-se em autores como Veblen, Mitchell, Galbraith, Myrdal entre outros, a compreensão de alguns indicativos do cenário econômico e social percorrido por nações, regiões ou mesmo locais no processo de desenvolvimento. A contribuição mais evidente da economia institucional é a consideração de variáveis não-econômicas na análise da economia de países ou regiões. Essas variáveis não-econômicas compreendem valores, hábitos, culturas, entre outras, as quais, pela sua disseminação e aceitação social, acabam por se cristalizar na comunidade de modo a se institucionalizar, conferindo a cada local ou região particularidades próprias. Para a análise das informações da pesquisa, sem comprometer o caráter analítico institucional, utilizou-se da técnica de análise de entrevistas denominada de Discurso do Sujeito Coletivo. Assim foi possível elaborar para cada questão os discursos que agregassem mais de um depoente, no entanto, apresentado como um discurso de um único indivíduo. Os entrevistados foram divididos em quatro grupos que compreendiam prefeitos e vereadores, empresários e presidentes de associações comerciais e empresariais, funcionários públicos e presidentes de sindicatos de servidores públicos, distribuídos pelos 15 municípios Lindeiros paranaenses. Os membros dos grupos de cada município responderam a um roteiro de nove questões divididas em três partes, no mês de setembro e outubro de 2007, as quais posteriormente foram transcritas e submetidas a análise pelo Discurso do Sujeito Coletivo. As respostas das questões foram categorizadas pela semelhança e complementaridade dos depoimentos. Assim, em cada questão construiu-se um número de Discursos do Sujeito Coletivo que contemplasse a abrangência e a heterogeneidade dos depoimentos. Na parte I – diagnóstico econômico – é predominante o entendimento de que a economia dos Lindeiros está bem por força dos *royalties*, mas poderia estar melhor se os recursos fossem mais eficientemente geridos. Na parte II – importância dos *royalties* na economia Lindeira – é patente a concepção de que os Lindeiros são dependentes de *royalties*, ou seja, um corte das transferências afetaria tanto o setor público quanto o privado. Contudo, apontam que os recursos dos *royalties* são perniciosos à solidez da economia, pela forma como vêm sendo despendidos. Na parte III – prognóstico para 2023 – é predominante a concepção de que o cenário ideal para 2023 depende de investimentos no setor produtivo, priorizando as atividades industriais/agroindustriais, do turismo e agrícola, e de um modelo alternativo de planejamento de investimentos com a efetiva participação da sociedade.

Palavras-chave: instituições; *royalties*; economia; Discurso do Sujeito Coletivo.

OLIVEIRA, Leoveraldo Curtarelli de. Economy, institutions and *royalties*: the case of the Border Counties in the Binational Itaipu Lake in the west of Paraná State. 2008. Dissertation (Master in Regional Development and Agribusiness) – State University of the West of Paraná State.

ABSTRACT

This research analyzed the growth of the economy of the Bordering Counties to Itaipu Binacional's Lake, in the west of Paraná, and the impact of a possible change in the distribution of the royalties, and it was determined an economical prognostic for after 2023, when the Treaty of Itaipu will be reviewed. The research was made using the approach of the institutional economy. It was brought from authors such as Veblen, Mitchell, Galbraith, Myrdal and others, the understanding of some points of the economic and social scenery examined by nations, regions or even places in the process of development. The more evident contribution of the institutional economy is the consideration of non-economics variables in analyze of countries and regions. These non-economic variables understand worth, habits, cultures, and others, which one in its diffusing and social accept, crystallization in the society in the way to institutionalize. Conferring to each place or region their own particularities. To do analyze of the information coming from the research, without compromising the analytic and institutional character, to analyze it, was used the technic nominated as Speech of the Collective Subject. This know-how made possible the gathering of answers of the interviews, having as criteria the similarity and the conclusion of the speech. Thus it was possible to elaborate to each question the speeches that aggregate one more testimony, however, presenting as a speech of a unique person. The interviewed were divided in four groups that understood mayors/councilors, presidents of commercial associations and commercial/enterprise, public employees, syndicates presidents of public employees, delivered by 15 borders counties in the Paraná State. The members of the groups of each county, answered to an itinerary of nine questions divided in three parts, in September and November of 2007, which later were transcripts and put into analyze by the Speech of Collective Subject. The answers of the questions were classified by the similarity and the conclusion of the statement, which contemplated the inclusion and the heterogeneities of the statement. On the part I – economic diagnosis – is predominant the understanding of that the economy of the border counties that is good because of the *royalties*, but it could be better, if the resources were more efficiently managed. In the part II – the importance of *royalties* in the border counties economy – it is evident the conception that the borders counties are dependent of Royalties, otherwise, cutting the transference would affect the public and the private sector. Although, it is shown that the resources are pernicious to the solidity of the economy, by how it is being spent. In the part III – prognostic to 2023 – it is predominant to the conception that the ideal scenario to 2023 depends on the investments in the productive sector, prioritizing the industrial/agroindustrial activities, tourism and agricultural area, and of one alternative model of investment planning with an effective participation of the society.

Key-words: institutions; *royalties*; economy; Speech of Collective Subject.

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 – Municípios Lindeiros Paranaenses	93
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu - PR – 2000.....	94
Tabela 2 - Data de instalação, área territorial, distância a capital, altitude, latitude e longitude dos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR – 2007.....	95
Tabela 3 – Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR - Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto <i>per capita</i> , população residente - 1999-2004.....	96
Tabela 4 - Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR (exceto Foz do Iguaçu) - Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto <i>per capita</i> , população residente - 1999-2004	97
Tabela 5 - Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR (exceto Foz do Iguaçu) e Estado do Paraná - Produto Interno Bruto a Preços Básicos - Agropecuária (R\$1,00) – 1999-2004	98
Tabela 6 - Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR (exceto Foz do Iguaçu) e Estado do Paraná - Produto Interno Bruto a Preços Básicos - Indústria (R\$1,00) – 1999-2004	99
Tabela 7 - Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR (exceto Foz do Iguaçu) e Estado do Paraná - Produto Interno Bruto a Preços Básicos - Serviços (R\$1,00) – 1999-2004	100
Tabela 8 – Emprego formal no Estado do Paraná – 1996-2005	103
Tabela 9 - Emprego formal nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu - PR, exceto Foz do Iguaçu – 1996-2005	105
Tabela 10 - <i>Royalties</i> – Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR, exceto Foz do Iguaçu (R\$1.000,00) – 1999-2006	106
Tabela 11 - Relação <i>Royalties</i> /PIB a preços correntes (%) - Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR, exceto Foz do Iguaçu – 1999-2004	107
Tabela 12 - Relação <i>Royalties</i> /Rec. Mun.Total (%) - Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR, exceto Foz do Iguaçu – 1999-2005.....	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Câmbio, <i>royalties</i> , PIB e receitas municipais nos Lindeiros, exceto Foz do Iguaçu – 1999-2006.....	109
Gráfico 2 – <i>Royalties</i> , ICMS e FPM dos municípios Lindeiros – 1999-2006.....	110
Gráfico 3 – Parte I – crescimento econômico: questão 1	114
Gráfico 4 – Parte I – questão 1: DSC - A	115
Gráfico 5 – Parte I – questão 1: DSC - B	117
Gráfico 6 – Parte I – questão 1: DSC - C	119
Gráfico 7 – Parte I – questão 1: DSC - D	122
Gráfico 8 – Parte I – crescimento econômico: questão 2	125
Gráfico 9 – Parte I – questão 2: DSC – A	126
Gráfico 10 – Parte I – questão 2: DSC - B	128
Gráfico 11 – Parte I – questão 2: DSC - C	129
Gráfico 12 – Parte I – questão 2: DSC - D	131
Gráfico 13 – Parte I – questão 2: DSC - E	133
Gráfico 14 – Parte I – crescimento econômico: questão 3	136
Gráfico 15 – Parte I – questão 3: DSC - A	137
Gráfico 16 – Parte I – questão 3: DSC - B	140
Gráfico 17 – Parte I – questão 3: DSC - C	142
Gráfico 18 – Parte I – questão 3: DSC - D	143
Gráfico 19 – Parte II – Importância dos <i>Royalties</i> na Economia Lindeira: questão 1	152
Gráfico 20 – Parte II – questão 1: DSC – A	153
Gráfico 21 – Parte II – questão 1: DSC – B	157
Gráfico 22 – Parte II – Importância dos <i>Royalties</i> na Economia Lindeira: questão 2	160
Gráfico 23 – Parte II – questão 2: DSC – A	161

Gráfico 24 – Parte II – questão 2: DSC – B	163
Gráfico 25 – Parte II – questão 2: DSC – C	167
Gráfico 26 – Parte II – Importância dos <i>Royalties</i> na Economia Lindeira: questão 3	169
Gráfico 27 – Parte II – questão 3: DSC – A	170
Gráfico 28 – Parte II – questão 3: DSC – B	172
Gráfico 29 – Parte III – Prognóstico para 2023: questão 1	184
Gráfico 30 – Parte III – questão 1: DSC – A.....	185
Gráfico 31 – Parte III – questão 1: DSC – B.....	189
Gráfico 32 – Parte III – questão 1: DSC – C.....	192
Gráfico 33 – Parte III – Prognóstico para 2023: questão 2	194
Gráfico 34 – Parte III – questão 2: DSC – A.....	195
Gráfico 35 – Parte III – questão 2: DSC – B.....	198
Gráfico 36 – Parte III – questão 2: DSC – C.....	200
Gráfico 37 – Parte III – Prognóstico para 2023: questão 3	203
Gráfico 38 – Parte III – questão 3: DSC – A.....	204
Gráfico 39 – Parte III – questão 3: DSC – B.....	209

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Parte I: Diagnóstico econômico – questão 1	217
Quadro 2 - Parte I: Diagnóstico econômico – questão 2	218
Quadro 3 - Parte I: Diagnóstico econômico – questão 3	219
Quadro 4 - Parte II: Importância dos <i>Royalties</i> na Economia Lindeira – questão 1	221
Quadro 5 - Parte II: Importância dos <i>Royalties</i> na Economia Lindeira – questão 2	222
Quadro 6 - Parte II: Importância dos <i>Royalties</i> na Economia Lindeira – questão 3	223
Quadro 7 - Parte III: Prognóstico para 2023 – questão 1	225
Quadro 8 - Parte III: Prognóstico para 2023 – questão 2	227
Quadro 9 - Parte III: Prognóstico para 2023 – questão 3	228

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	O PROBLEMA E JUSTIFICATIVA	20
3	OBJETIVOS	26
3.1	OBJETIVO GERAL.....	26
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
4	REVISÃO DA LITERATURA	27
4.1	VEBLEN: AS INSTITUIÇÕES E O PROCESSO ECONÔMICO.....	29
4.2	MITCHELL: OS CICLOS ECONÔMICOS.....	34
4.3	GALBRAITH: A ORGANIZAÇÃO E A TECNOESTRUTURA	43
4.4	MYRDAL: FATORES NÃO-ECONÔMICOS E DESENVOLVIMENTO.....	49
4.4.1	O Processo de Causação Circular e Acumulativa	61
4.4.1.1	Efeitos regressivos e propulsores.....	64
4.5	NOVAS ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS	65
4.5.1	A Economia Neo-Institucional.....	65
4.5.2	A Nova Economia Institucional.....	70
4.6	CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO	73
5	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	78
5.1	TÉCNICA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	83
5.2	ETAPAS PARA REALIZAÇÃO DO DSC.....	86
5.3	PROCESSAMENTO DOS DADOS	86
5.3.1	Procedimentos.....	87
5.3.2	Limitações	89
6	HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO LINDEIRA PARANAENSE	91
6.1	ALGUNS ASPECTOS FÍSICOS E DEMOGRÁFICOS DA REGIÃO LINDEIRA PARANAENSE....	93

6.2 VARIÁVEIS ECONÔMICAS DA REGIÃO LINDEIRA PARANAENSE.....	96
6.2.1 Aspectos Econômicos Setoriais dos Municípios Lindeiros	98
6.2.2 Estabelecimentos e Empregos nos Municípios Lindeiros	100
6.2.3 Participação dos <i>Royalties</i> no PIB e nas Receitas Municipais dos Lindeiros.....	105
7 ANÁLISE DO SUJEITO COLETIVO.....	112
7.1 APRESENTAÇÃO DO SUJEITO COLETIVO.....	112
7.2 ANÁLISE DO DISCURSO COLETIVO – PARTE I: DIAGNÓSTICO ECONÔMICO	112
7.2.1 Avaliação do Desenvolvimento Econômico dos Municípios Lindeiros.....	113
7.2.1.1 Desenvolvimento/crescimento lento, aquém e falso.....	115
7.2.1.2 Desenvolvimento/crescimento muito bom	117
7.2.1.3 Desenvolvimento/crescimento positivo, mas poderia ser melhor.....	119
7.2.1.4 Desenvolvimento/crescimento positivo por força dos <i>royalties</i>	122
7.2.2 O Papel do Poder Público Municipal no Crescimento Econômico dos Lindeiros.	124
7.2.2.1 Fomentar a economia com participação da população	126
7.2.2.2 Unir os municípios Lindeiros	128
7.2.2.3 Fomentar a economia.....	129
7.2.2.4 Fomentar a economia com profissionalismo	131
7.2.2.5 Planejamento e gestão.....	133
7.2.3 As Atividades que mais Contribuíram para a Economia dos Lindeiros a partir do Alagamento	135
7.2.3.1 Especialmente a agricultura.....	136
7.2.3.2 Especialmente o turismo.....	139
7.2.3.3 A industrialização/agroindustrialização.....	141
7.2.3.4 Os “ <i>royalties</i> ”	143
7.2.4 Diagnóstico Econômico	145
7.3 ANÁLISE DO DISCURSO COLETIVO – PARTE II – IMPORTÂNCIA DOS <i>ROYALTIES</i> NA ECONOMIA LINDEIRA	151
7.3.1. O Crescimento Econômico da Região Lindeira e a Dependência dos <i>Royalties</i> ...	151
7.3.1.1. Os municípios Lindeiros são dependentes dos <i>royalties</i>	153
7.3.1.2. Os municípios Lindeiros não são dependentes dos <i>royalties</i>	157
7.3.2. Um Corte no Repasse dos <i>Royalties</i> e Ajustes no Setor Produtivo	159

7.3.2.1.	O setor público sofreria muito com corte dos <i>royalties</i>	160
7.3.2.2.	Seriam necessários ajustes nos setores público e produtivo	163
7.3.2.3.	A economia dos Lindeiros não sofreria	166
7.3.3.	Com o Alagamento, Mas Sem as Transferências de <i>Royalties</i>	168
7.3.3.1.	Sem <i>royalties</i> seria difícil para os municípios Lindeiros.....	169
7.3.3.2.	Sem <i>royalties</i> os municípios Lindeiros teriam uma economia mais sólida	172
7.3.4.	A Importância dos <i>Royalties</i> na Economia Lindeira	175
7.4	ANÁLISE DO DISCURSO COLETIVO – PARTE III – PROGNÓSTICO PARA 2023	183
7.4.1	Ações a Serem Tomadas para Preparar os Municípios para 2023	183
7.4.1.1	Investir no setor produtivo para ter retorno de impostos e emprego	185
7.4.1.2	Planejamento e controle dos gastos públicos.....	188
7.4.1.3	Os <i>royalties</i> não devem deixar de ser repassados aos municípios.....	191
7.4.2	Atividades que Podem Fortalecer a Economia Lindeira	193
7.4.2.1	O turismo será a principal atividade dos municípios Lindeiros.....	195
7.4.2.2	A agricultura e/ou agronegócio - a principal atividade dos municípios Lindeiros	197
7.4.2.3	A indústria e/ou agroindústria - a principal atividade dos municípios Lindeiros	199
7.4.3	Planejamento: Agentes Políticos Partidários e Caminhos Alternativos	202
7.4.3.1	Precisa de um projeto com participação da sociedade/organizações	203
7.4.3.2	Precisa de um projeto alternativo.....	208
7.4.4	Prognóstico para 2023	210
8	QUADROS ANALÍTICOS DA PESQUISA	217
9	CONCLUSÃO	229
REFERÊNCIAS	236
APÊNDICE	242
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS		243

1 INTRODUÇÃO

O objeto de uma pesquisa raramente se coloca para um pesquisador diretamente em si mesmo. Normalmente é oriundo de um interesse anterior e neste trabalho não foi diferente. A economia associada às idéias institucionalistas e às transferências de *royalties* surgiu como tema deste trabalho em meio a estudos sobre desenvolvimento econômico e social, visando desenvolver mecanismos para a promoção de um desenvolvimento regional, que contemple crescimento econômico com inclusão social.

Compreender trajetórias de crescimento econômico das nações ou regiões tem sido um dos grandes desafios para os pesquisadores. O desdobramento em taxas positivas de variação do produto interno bruto (PIB) e do PIB *per capita* é fundamental para o crescimento econômico. No entanto, por si só, esses mecanismos não permitem a compreensão das mudanças estruturais decisivas para a constituição das novas formas de crescimento da economia.

Segundo Conceição (2002), conceber crescimento econômico sem levar em conta a influência das instituições que o circunda é destituir tal conceito de profundidade teórica e analítica, sendo que a importância da mudança estrutural, como elemento desencadeador do processo de crescimento, é minimizada. Conceição (2002) argumenta que o processo de crescimento interage com o processo de mudança, sendo dinâmico ao longo do tempo, reproduzindo a acumulação capitalista, que se move por inovações, descontinuidades e incertezas. O crescimento econômico resulta de mutações estruturais no sistema, que geram uma sucessão de fases com início, meio e fim, intercaladas não só por mudanças econômicas, mas também tecnológicas, sociais, políticas e institucionais. Tal processo não pode ser redutível exclusivamente a aumentos no PIB *per capita*, mas como manifestação de contínuos rearranjos nas esferas micro e macroeconômica.

Conforme Brue (2005), o ambiente político nos Estados Unidos no período entre a Guerra Civil e a Primeira Guerra Mundial levou alguns economistas a questionar as hipóteses e as conclusões defendidas pela escola neoclássica. A premissa de que uma interferência mínima do governo produz grande bem-estar social parecia cada vez mais insustentável. Havia muita preocupação a cerca do monopólio, da pobreza, da depressão e da

improdutividade. Movimentos a favor das reformas sociais ganharam força, e foi nesse cenário que a economia institucional cresceu.

As idéias institucionalistas, conforme salienta Conceição (2002), surgem em oposição ao pensamento neoclássico a partir do institucionalismo norte-americano através dos escritos de Veblen, e, em menor grau, dos de Commons e Mitchel. Conforme argumenta Conceição (2005), o eixo do pensamento institucional relaciona-se aos conceitos de instituições, hábitos, regras e sua evolução, tornando explícito um forte vínculo com as especificidades históricas e com a abordagem evolucionária. Em geral, as concepções que têm nas instituições a unidade de análise, partem da discussão de suas diferenças com o neoclassicismo e suas afinidades com o evolucionismo, buscando identificar analiticamente pontos de concordância que permitam a constituição de uma possível teoria institucionalista.

Nos países latino-americanos, observa-se que o desenvolvimento vem sofrendo certo enfraquecimento. A questão que tem se colocado não é tanto sobre a magnitude do crescimento econômico, mas principalmente sobre a qualidade e distribuição desse efeito sobre a população ou comunidade regional.

Até os anos 1980, considerava-se que os fenômenos do crescimento e do desenvolvimento eram essencialmente de escala macroeconômica. Esses fenômenos eram tratados em escala nacional e mundial ao invés de regional e local. O que se observa desde o final da década de 1980, como afirma Amaral Filho (2001), é que ao mesmo tempo em que ocorre um movimento de extroversão por parte das empresas, ou seja, subcontratações, alianças e fusões, ocorre também com os países abertura comercial e aumento do volume do capital em circulação no mundo. Assim, as regiões no interior dos países vêm mostrando um movimento de endogeneização, tanto das decisões relacionadas ao seu destino quanto do uso dos meios e recursos utilizados no processo econômico. Isso mostra que a organização territorial deixou de ter um papel passivo para ter um papel ativo diante da organização industrial. Deste modo, a participação social, a observação dos traços culturais, bem como da postura das organizações (atores) são elementos preponderantes na evolução institucional.

No Brasil, a partir da Constituição de 1988, iniciou-se um novo ciclo descentralizador. Como assinalam Farah e Jacobi (2001), redefine-se o papel dos municípios num duplo sentido: de um lado, este passa a ter competências exclusivas, cabendo-lhe a responsabilidade pela gestão de diversas políticas públicas, ou seja, privilegia a esfera local de governo como *locus* de formulação de políticas. Por outro lado, o município assume também uma responsabilidade compartilhada, com os demais níveis de governo, em determinados

setores ou áreas. Estas duas inflexões assinalam a inauguração de um federalismo cooperativo, caracterizado pela ação conjunta entre instâncias de governo, e pela relativa autonomia das unidades subnacionais em termos decisórios e de recursos.

Os municípios para enfrentar a problemática da descentralização se articulam, definindo em conjunto políticas e programas comuns. Segundo Farah e Jacobi (2001), as associações municipais têm envolvido sobretudo pequenos e médios municípios, localizados numa mesma região. Através destas associações, além da formulação conjunta de políticas e programas, tem se desenvolvido um novo modelo de gestão de políticas sociais, de base microrregional, que possibilita ampliação da oferta de serviços por parte dos municípios, racionalização do uso de equipamentos, flexibilização da aquisição de equipamentos e de contratação de pessoal, cooperação técnica e a realização conjunta de obras, serviços e atividades temporárias ou permanentes.

Os municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, no Oeste do Paraná, aqui denominados Lindeiros, compartilham desta concepção, pois além da contigüidade territorial tem como característica comum o alagamento de parte de suas terras com a conclusão da construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional no início da década de 1980. Os municípios paranaenses Lindeiros ao Lago de Itaipu são Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Itaipulândia, Missal, Santa Helena, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras, Mercedes, Terra Roxa e Guaíra. O município de Mundo Novo (MS) é o único município lindeiro brasileiro não-paranaense.

Com a construção da Usina de Itaipu, e conseqüente surgimento do Lago, os municípios Lindeiros tiveram grandes impactos sociais e ambientais. Para a amenização de tais impactos, segundo Souza (2002), foram destinados valores monetários que seriam transferidos aos municípios afetados, proporcionalmente às suas áreas alagadas. Assim, os municípios às margens do Lago de Itaipu asseguram outra fonte de receita, denominada de compensação financeira, até o ano de 2023, mediante pagamento de *royalties* pelo aproveitamento hidroelétrico da Bacia do Rio Paraná para a geração de energia elétrica.

Segundo dados da Itaipu Binacional (2007), só nos municípios paranaenses banhados pelo seu reservatório, a hidrelétrica injetou até maio de 2007 cerca de US\$ 917,30 milhões. Esse valor corresponde aproximadamente a seis orçamentos anuais de Foz do Iguaçu, cidade com mais de 310 mil habitantes.

Segundo Souza (2002), o Anexo C¹ do Tratado de Itaipu prevê que suas disposições serão revistas após um prazo de 50 anos a partir da entrada em vigor do tratado em 26 de abril de 1973. Em função da quantidade anual de gigawatt-hora de energia que a usina deverá gerar, o repasse de *royalties* - em US\$ de 1998 – deverá girar em torno de US\$ 9,2 bilhões para os últimos 25 anos. Até o ano de 1998, os valores pagos aos beneficiários totalizaram US\$ 2,2 bilhões. Somados os que ainda serão repassados até 2023, o montante destinado será de US\$ 11,4 bilhões. Estes valores referem-se ao total do repasse em favor do Brasil e Paraguai.

No entanto, o grande aporte de recursos destinado aos municípios Lindeiros nem sempre garantem o desenvolvimento econômico sustentado. Observa-se certa dificuldade dos municípios Lindeiros em lidar com os recursos oriundos dos *royalties*, como forma de fortalecimento da base econômica e da inclusão social.

Conforme explica Souza (2002), os indicadores de qualidade de vida deveriam ser excelentes por contarem com o repasse de recursos dos *royalties*. As administrações municipais dispõem de um maior volume de recursos para investirem nas áreas de educação, agricultura, trabalho, saúde e obras de infra-estrutura como estradas, redes de coleta e tratamento de esgotos entre outros. No entanto, apesar do recebimento desses recursos, a realidade mostra que a aplicação dos mesmos não foi distribuída de maneira satisfatória para toda a população. As populações mais pobres, que vivem em condições precárias de habitação e saneamento básico, estão insatisfeitas com os serviços públicos prestados por alguns municípios.

Para compreensão das condições econômicas e sociais apresentadas pelos municípios Lindeiros, parte-se do enfoque institucional, o qual pondera variáveis que até então não eram agregadas aos modelos de desenvolvimento regional. O estilo de vida, os valores, os hábitos, a educação etc., são variáveis não-econômicas, mas que passam a ter grande poder de explicação na evolução das instituições, que por sua vez dão cumprimento ao desenvolvimento da região.

Para tanto, além desta introdução, esta dissertação possui outras oito seções. Na seção 2, apresenta-se o problema e justificativa da pesquisa, abordam-se idéias sobre a economia e a importâncias de variáveis não-econômicas, como as características sociais e

¹ Decreto Federal n.º 1, de 11 de janeiro de 1991. Segundo este decreto, 37,7% dos recursos cabem aos municípios Lindeiros paranaenses e o mesmo índice ao governo do Paraná; 8% ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE; 2% ao SCT; 0,5% a Mundo Novo e 0,5% ao governo do Mato Grosso do Sul, além de 13,5% aos Estados e municípios a montante do reservatório da Usina.

históricas, uma breve explanação de dados da base econômica dos Lindeiros e a definição do problema da pesquisa. Na seção 3, apresentam-se os objetivos específicos que darão suporte para o alcance do objetivo central da pesquisa. Na seção 4, apresenta-se a revisão da literatura com uma abordagem sobre o pensamento econômico institucionalista e uma breve exploração sobre capital social e o desenvolvimento endógeno. Na seção 5, apresenta-se a proposta metodológica do “Discurso do Sujeito Coletivo” e da coleta de informações, que oportunamente possibilite o tratamento das informações com o viés institucional. Na seção 6, apresenta-se um breve histórico e caracterização da região lindeira paranaense. Na seção 7, apresentam-se e analisam-se os resultados a partir da elaboração dos Discursos do Sujeito Coletivo. Na seção 8, apresentam-se quadros resumos que colocam sistematicamente a proposta da pesquisa, a literatura, os resultados da pesquisa e o parecer do pesquisador. Por fim, apresentam-se as considerações finais, na qual se expõem os resultados alcançados por esta dissertação.

2 O PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

De acordo com Ohmae (1999), não é mais o Estado-Nação o formador do mercado, mas sim o próprio mercado global, que por sua vez encontra nos Estados-Regiões as verdadeiras unidades de negócios da atual economia global. Assim, acontece a substituição da soberania nacional pela soberania do cidadão, ou seja, o cidadão como agente principal, como organismo ativo do capital, das corporações e das próprias ações do consumidor. Assim, as prioridades vão mudando à medida que as áreas econômicas passam por sucessivas fases de desenvolvimento, cujo movimento está na capacidade que uma determinada região tem em mobilizar políticas e infra-estrutura corretas, as quais estão tacitamente enraizadas nas instituições.

Assim, neste contexto, conforme aponta Souza (1995), o território surge como o espaço concreto, com seus atributos naturais e socialmente construídos, apropriado e ocupado por um grupo social. O território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Ele vai além da abordagem política, congrega aspectos culturais dos múltiplos territórios, os quais incluem atores como as prostitutas, as gangues, os mendigos, o narcotráfico entre outros, que podem ter uma existência temporária ou permanente no tempo e no espaço. A ocupação do território é geradora de raízes e de identidades. Um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território e a identidade sócio-cultural das pessoas. De acordo com Rodrigues (1995), o território não deixa de ser importante, não apenas por ser espaço próprio do Estado, mas sim de diferentes atores sociais, que manifestam seu poder sobre uma área específica. Essa manifestação de poder está ligada ao ambiente institucional.

As teorias de desenvolvimento local estão implicitamente próximas à posição da corrente institucionalista. De acordo com Veblen (1988), as instituições são o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalentes, ou dominantes, de atitudes ou aptidões. As instituições em vigor favorecerão a sobrevivência e o domínio de um determinado perfil de caráter de preferência a outro alternativo. O tipo humano assim selecionado, a partir das instituições herdadas do passado, a reconstruem à sua própria semelhança. No entanto, além da seleção de tipos estáveis de caráter e hábitos mentais, ocorre juntamente um processo de adaptação seletiva de hábitos mentais, permeadas pelas aptidões e pelo tipo étnico predominante. Na sociedade contemporânea, as forças que levam

ao reajustamento das instituições são quase que inteiramente de natureza econômica. “Essas instituições são métodos habituais de dar continuação ao modo de vida da comunidade em contato com o ambiente material no qual ela vive” (VEBLEN, 1988, p. 89).

De acordo com Willers (2006), dentre as vantagens ou desvantagens que a globalização trouxe para o cenário econômico atual está a necessidade de se buscar alternativas para as carências do cenário global. Contudo, tais alternativas de desenvolvimento econômico necessitam de estratégias que possam colocar em prática seu plano de ação. Nesse sentido, tão importante quanto definir as ações mais adequadas ao crescimento econômico de uma região é detectar através dela os mecanismos locais que possibilitam seu êxito, principalmente ligada ao aspecto institucional.

Assim, negar a importância das situações cotidianas e das influências sociais como agentes transformadores do ambiente econômico é esbarrar nas situações reais que evidenciam tal processo.

No emprego da economia institucional, pode-se ir mais fundo do que as especificidades materiais e físicas dos territórios, ou melhor, é possível conhecer a fundo os atores ou agentes responsáveis pelo caminho seguido por uma região ou um local. Dessa forma, as instituições apresentam-se como objeto necessário de análise.

Para Amaral Filho (2001), a partir de valores tácitos ou subjacentes, os atores locais podem antecipar ou precipitar um acidente histórico positivo ou podem evitar um acidente histórico negativo, ou seja, depende deles a coordenação de um processo em curso. No modelo alternativo de desenvolvimento sugerido pelos institucionalistas, reservam-se um lugar especial às estruturas sociais e às escolhas políticas. Enfocam que os aspectos locais podem ser definidos como um modelo endógeno construído de baixo para cima, ou seja, que parte das potencialidades socioeconômicas originais do local.

A diferenciação das taxas de crescimento regionais, como salientam Paula *et al.* (2006), pode ser verificada por meio da análise de duas regiões inicialmente isoladas, ambas dotadas de um setor industrial e outro agrícola. Uma vez expostas ao livre comércio, a região cujo setor industrial apresentar vantagem competitiva será capaz de suprir as necessidades de bens industriais de sua área agrícola e da outra região sob condições mais favoráveis. Como resultado, o centro industrial da segunda região perderá o seu mercado sem que haja nenhum ganho compensatório em termos de um aumento da produção agrícola. Ou seja, a postura dos atores locais é definitiva para elevar a competitividade de uma região, em busca de novas combinações de produção. Contudo, conforme salienta Costa (2006), a

evolução econômica se caracteriza por rupturas e descontinuidades com a situação presente, e estas se devem à introdução de novidades na maneira de o sistema funcionar. Nesse caso, conforme Amaral Filho (2001), é importante que governo local (macro), instituições intermediárias (meso) e setor produtivo privado (micro) passem a trabalhar juntos com o objetivo de criar e de recriar fatores locacionais dinamicamente competitivos.

Segundo Caldas *et al.* (2005), a estratégia de planejamento regional poderá dinamizar a região de origem com o incremento dos avanços tecnológicos empregados na constante capacitação dos recursos humanos da região. Também, no aumento da demanda do comércio e serviços, na infra-estrutura de transportes e de comunicações, na geração de emprego e renda e na organização dos produtores, o que induzirá à melhoria da qualidade de vida da população local e, conseqüentemente, à sua inserção nas relações econômicas, comerciais e sociais.

Para Willers (2006), apesar das desigualdades econômicas regionais e das dificuldades do governo federal em implantar uma estratégia de retomada de seu crescimento econômico, algumas regiões do país vêm mostrando que é possível avançar no desenvolvimento econômico a partir de suas potencialidades locais. Particularmente, o desempenho econômico da mesorregião Oeste do Paraná, conforme dados do Iparde (2006), encontra-se na terceira posição no *ranking* de crescimento do Estado. Pode-se afirmar que dos 50 municípios que a compõem, Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo destacam-se em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização, concentrando 52,9% da população total da região e 61,5% da população urbana mesorregional. A principal característica da estrutura produtiva da região está concentrada na produção agropecuária. Nos últimos anos a região avançou na agroindustrialização, cujos segmentos vêm impulsionando a dinâmica econômica regional. A região passou de uma economia essencialmente agrícola para a consolidação do agronegócio cooperativado.

Deve-se ressaltar que no conjunto das dez mesorregiões do Estado, a mesorregião Oeste concentrava, em 2000, o terceiro maior contingente de população ocupada do Estado, correspondendo a 1.137.536 pessoas ou 11,90% do total do Paraná. Apesar de ser considerada uma das mais importantes áreas de produção agropecuária estadual, alguns municípios destacam-se por sua dinâmica menos industrial e voltada às atividades relacionadas ao agronegócio e ao turismo, principalmente Foz do Iguaçu e os municípios Lindeiros integrantes da Costa Oeste (IPARDES, 2006).

Na região Oeste do Paraná, mais precisamente os municípios Lindeiros vêm apresentando bons resultados econômicos. Segundo Souza, (2002), iniciada em janeiro de 1991, a distribuição dos *royalties* tem contribuído para o crescimento de alguns núcleos urbanos. No recenseamento de 1996, constatou-se que, dentre os municípios que mais cresceram no Paraná entre 1991 e 1996, o de Itaipulândia ficou em 14º lugar. A taxa média de crescimento foi de 4,5% ao ano, bem acima da média do Estado de 1,2%. Com uma população de aproximadamente 7.000 habitantes, em 2001, a receita do município é incrementada todos os meses em cerca de US\$ 600 mil com *royalties* da Itaipu Binacional. Estima-se que a receita de Itaipulândia chega a ser até oito vezes maior que de alguns municípios do mesmo porte.

O emprego no Estado do Paraná no período de 1996-2005 cresceu 45,97%, com destaque para o comércio que cresceu 85,88%. O crescimento do emprego nos municípios Lindeiros, para o mesmo período, excluindo-se Foz do Iguaçu do cômputo dos Lindeiros, foi de 86,12%. A atividade industrial é a que mais se destaca com um crescimento, para o período, de 173,94%.

Com base nos dados do IBGE (2007), verifica-se que Foz do Iguaçu representa, em termos do PIB, mais de 60% do total dos Lindeiros e mais de 55% da população destes municípios. Assim, observa-se que Foz do Iguaçu sozinho é maior que o restante dos Lindeiros, ou seja, as estatísticas econômicas e sociais dos Lindeiros são fortemente influenciadas pelos números de Foz do Iguaçu.

Nos Lindeiros, exceto Foz do Iguaçu, a proporção dos *royalties* em relação ao PIB a preços correntes é muito significativa, principalmente nos municípios de Itaipulândia e Santa Helena, 44,58% e 24,00% respectivamente, no ano de 2004. A proporção média de *royalties* dos Lindeiros no PIB foi de 8,10% em 1999 e 6,78% no ano de 2004.

Segundo Iwake (2004), em 1998, dos 15 municípios Lindeiros nove apresentavam indicador de dependência de transferências inter-governamentais superior a 90%. Em 2001, sete municípios ainda tinham um grau de dependência superior a 90% e apenas um apresentou grau de dependência inferior a 80%. Para esse mesmo ano, apenas três municípios Lindeiros tiveram geração de receita própria superior a 10%, tendo o maior índice o município de Medianeira com 17,93%.

Quanto à participação dos *royalties* no total das receitas municipais, pode ser observado que, de acordo com dados Itaipu e IBGE (2007), municípios como Itaipulândia e Santa Helena no ano de 2005, apresentam do total de suas receitas municipais mais de 65%

referente a pagamentos de *royalties* provenientes da Itaipu Binacional. Na somatória total das receitas municipais dos Lindeiros, excluindo-se Foz do Iguaçu, tem-se uma participação de 37,7% de *royalties* em 2005. Em 1999, este número chegou a 62,3%.

No entanto, apesar do grande aporte de recursos de *royalties*, as variáveis de desenvolvimento não correspondem no sentido de um maior avanço da melhoria das condições de vida da população. De acordo com estudo realizado por Iwake (2004), sobre a correlação entre *royalties per capita* e indicadores socioeconômicos como renda *per capita*, IDH-M, índice de Gini, taxa de pobreza, etc., o volume de *royalties* não tem contribuído com a melhoria dos indicadores. O estudo mostra que os municípios que possuem as maiores receitas *per capita* provenientes dos *royalties* de Itaipu não apresentam os melhores indicadores de desenvolvimento, ou seja, mesmo o grande volume de recursos dos *royalties* não está sendo capaz de melhorar a qualidade de vida da população.

Contudo, como tratam os institucionalistas, a análise de estatísticas econômicas não é capaz de explicar, no todo, o resultado econômico. Segundo Myrdal (1977), alguns estudos sobre crescimento econômico em alguns países ocidentais desenvolvidos revelaram que apenas em parte o crescimento poderia ser explicado pelo volume de investimento em termos de capital físico. Para este autor, o resíduo não explicado pelo investimento de capital é consideravelmente maior, mesmo em países desenvolvidos. A partir deste fato, abriram-se portas para especulações a respeito de outros fatores que influenciam no desenvolvimento, como saúde, pesquisa, tecnologia, organização, administração, entre outras.

Conforme trata Conceição (2005), o tratamento teórico do crescimento econômico, quando exclusivamente quantitativo, representado por um semelhante aumento de produto interno, ou aumento do produto *per capita*, revela, de região para região, características bastante distintas, às vezes sequer comparáveis. Assim, para a moderna tradição institucionalista, as formas de crescimento capitalistas são diferenciadas, o processo de crescimento é contínuo e tem profundas raízes históricas. Por essa razão, acreditar que o crescimento implica também pensar instituições, uma vez que a viabilização do primeiro é impossível sem um adequado e compatível aparato institucional e social.

De acordo com Myrdal (1977), os conceitos de crescimento e desenvolvimento podem ser diferenciados pelas suas profundidades explicativas da realidade social. O crescimento da produção é sustentado pelo desempenho do produto interno bruto ou do produto nacional bruto, enquanto o conceito de desenvolvimento é muito mais amplo. O desenvolvimento é um movimento ascendente de todo o sistema social, ou seja, não apenas a

produção, distribuição da produção e modos de produção estão envolvidos, mas também níveis de vida, instituições e políticas.

O ambiente sócio-político e as influências histórico-culturais respondem por grande parte do caminho seguido pelos Lindeiros em busca do crescimento econômico da região Lindeira. Esse processo corrobora com a visão Vebleriana de que os hábitos, o comportamento e os instintos dos agrupamentos humanos, cristalizados nas instituições, são as peças fundamentais para se entender os processos econômicos e sociais.

Os resultados econômicos apresentados para os Lindeiros qualificam a região com um crescimento acima da média paranaense, apesar de algumas das variáveis socioeconômicas não apresentarem um bom desempenho associado ao recebimento dos *royalties*. Contudo, há que atribuir-se ao investimento público parte do mérito deste crescimento econômico. Assim, em virtude da importância investida ao papel dos recursos de *royalties* como força motriz da economia da região Lindeira, pode-se fazer os seguintes questionamentos: Como está atualmente o perfil do desenvolvimento econômico dos Municípios Lindeiros? Como se comportaria a economia da região Lindeira com a cessação dos *royalties*? E o que fazer para depois de 2023, com a revisão do Tratado de Itaipu?

A onipresente participação do poder público dos municípios Lindeiros, na geração de empregos diretos e indiretos, na contratação de obras, na fomentação de empreendimentos, no financiamento de negócios entre outras ações, demonstra um forte vínculo do poder público com a atividade produtiva. Para os institucionalistas, a determinação de qualquer alocação em qualquer sociedade é dada pela sua estrutura organizacional, ou seja, pelas suas instituições, enquanto o mercado apenas dá cumprimento às instituições predominantes. Assim, as instituições determinam diferentes trajetórias de crescimento nos diversos ambientes regionais. Por essa razão, o padrão de desenvolvimento ou crescimento econômico de uma economia é, por definição, específico, diferenciado e heterogêneo, inexistindo qualquer padrão comum de crescimento, pois a base social e o processo histórico que o conformam têm uma natureza igualmente específica e diferenciadora (CONCEIÇÃO, 2002).

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o crescimento da economia dos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e o impacto de uma possível mudança na distribuição dos *royalties*, e traçar um prognóstico econômico para depois de 2023 quando será revisto o Tratado de Itaipu.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a economia, o poder público municipal e as atividades econômicas dos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu;
- Verificar a dependência dos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu por recursos de *royalties*;
- Desenvolver um prognóstico de longo-prazo para os municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.

4 REVISÃO DA LITERATURA

No desenvolvimento desse trabalho, buscou-se na economia institucional caminhos possíveis para compreender a dinâmica econômica e social dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, que contemplem variáveis que vão além das econômicas.

Assim conforme salienta Quintero (2007), o principal ponto de convergência dos economistas institucionalistas é sua preocupação em considerar todo o sistema social, mesmo tratando-se de estudos de fenômenos particulares. Esse interesse em dar maior atenção ao sistema social, se justifica pela observação de que a importância desses fatores para explicar qualquer fenômeno da vida social encontra-se além do meramente econômico. Conseqüentemente, a economia institucional considera que a divisão ou segmentação da realidade com base em fragmentação das disciplinas do conhecimento é extremamente artificial. Em outras palavras, não existem problemas de nenhuma natureza específica, ou seja, não há problemas econômicos, sociológicos, ou psicológicos, são simplesmente problemas, todos eles entrelaçados e complexos. Para os institucionalistas, a economia institucional se esforça para considerar todas as esferas da atividade humana que intervenham num determinado fenômeno social, evitando assim omitir qualquer fator que seja de importância em sua explicação.

Essa corrente do pensamento econômico, como destaca Brue (2005), teve contribuições de pesquisadores norte-americanos e iniciou por volta de 1900 e continua até hoje, intitulada de Escola Institucionalista. Thorstein Veblen foi o precursor das idéias institucionalistas, suas críticas ao pensamento ortodoxo forneceram métodos teóricos sobre a economia institucionalista que possibilitaram a Wesley C. Mitchell exercer influência na pesquisa empírica com seus estudos estatísticos e mais tarde a John K. Galbraith, o qual contribuiu para a popularização de diversos temas da escola institucional. Pode-se destacar também Gunnar Myrdal por suas críticas à economia do *establishment* e pela sua redenção à economia institucional, principalmente pela valorização das variáveis não-econômicas e pelos princípios da Causação Circular Acumulativa.

Além disso, percebem-se claros exemplos do compromisso político dos economistas institucionalistas, Gunnar Myrdal, participou do parlamento Sueco nos anos

1930, foi ministro da indústria e comércio da Suécia de 1945 a 1947 e secretário da Comissão Econômica para a Europa de 1947 a 1957. John Kenneth Galbraith, contava com grande influência sobre os políticos democratas dos Estados Unidos e esteve vinculado a vários presidentes democratas, desde Franklin D. Roosevelt até Bill Clinton. Thorstein Veblen, que nunca participou de maneira direta em nenhuma instância estatal, teve uma grande influência sobre a política econômica dos Estados Unidos, principalmente em relação ao controle social e a intervenção governamental na economia (QUINTERO, 2007).

Segundo Mourão (2007), essa corrente do pensamento econômico identificada como institucionalismo norte-americano, na qual se sobressaem figuras como Veblen, Mitchell e Commons, destaca-se pela postura contra o determinismo do mercado. Esses autores consideravam que os fatores sociológicos eram determinantes dos fenômenos econômicos e para isso recorriam preferencialmente à indução em detrimento da lógica ortodoxa, para desfrutar de uma visão dos agrupamentos e das instituições, considerada mais adequada que a do *homoeconomicus* individualista do marginalismo. Diferenciam-se inclusive dos clássicos e dos socialistas porque, em vez de preocupar-se com o valor do trabalho, enfatizavam os efeitos previsíveis da produção sobre o mercado.

Essa corrente denominada institucionalismo norte-americano, na segunda metade do século XX, de acordo com Quintero (2007), obteve importantes adesões. Entre os mais conhecidos é possível mencionar: Simon Kuznets, prêmio Nobel de economia de 1971, que se caracterizou por seus amplos trabalhos de análises quantitativas e suas interpretações sobre o crescimento econômico; e Gunnar Myrdal, prêmio Nobel de economia em 1974, prolífico estudioso dos problemas do subdesenvolvimento e do planejamento para o desenvolvimento. Também se destacam outros autores como John Kenneth Galbraith, um importante crítico dos modelos econômicos convencionais e do consumismo das sociedades opulentas; e Geoff Rey Hodgson, o qual retoma muitas das idéias plantadas originalmente por Veblen, incluindo os fundamentos psicológicos de seus argumentos. Também, atualmente é possível encontrar outros autores com fortes afinidades institucionalistas na economia evolucionária, como Richard Nelson e Sidney Winter, que admitem a influência do pensamento de Veblen em seus trabalhos.

4.1 VEBLÉN: AS INSTITUIÇÕES E O PROCESSO ECONÔMICO

Segundo Quintero (2007), Thorstein Veblen, tentou oferecer uma explicação consistente da conduta social do homem partindo dos conceitos de instinto, hábito e instituições. Veblen foi um dos primeiros investigadores a trazer tais idéias ao campo da economia. Os instintos são concebidos como padrões de conduta inatos do indivíduo e transmitidos como características hereditárias, que pela permanente busca de maneiras para satisfazê-los dão lugar aos hábitos. Esses, uma vez formados se acumulam e adquirem relevância social através de um processo de socialização e validação formal ou informal, até obter um caráter de instituições. Da mesma maneira, Veblen oferecia um marco de análise que lograva unir as esferas sociais e biológicas da natureza humana – representada pelas instituições e pelos instintos, respectivamente – por meio do conceito de hábito, que servia como conector ou ponte entre ambas. A isto se deve, em grande parte, a importância do conceito de hábito na economia institucionalista.

Desde o início da civilização, mesmo as comunidades primitivas desenvolveram em seu seio padrões, critérios e rotinas de comportamentos que se cristalizam como instituições.

De acordo com Veblen (1988), a evolução da estrutura social é um processo de seleção natural das instituições. Elas são o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevaletentes, ou dominantes, de atitudes ou aptidões.

Ainda nos argumentos de Veblen (1988), as instituições em vigor favorecerão a sobrevivência e o domínio de um tipo de caráter e postura de preferência. O tipo humano assim selecionado para continuar e, ulteriormente, elaborar as instituições herdadas do passado modelará essas instituições à sua própria semelhança. Mas além da seleção dos tipos relativamente estáveis de caráter e hábitos mentais, há concomitantemente, um processo de adaptação seletiva desses hábitos mentais, de acordo com as aptidões e características do tipo étnico predominante.

No entanto, estas instituições não são imutáveis, ou melhor, as instituições estão em constante processo de ajustamento às condições prevaletentes do dia-a-dia. Para Veblen (1988), as instituições tendem a mudar a partir de novas circunstâncias, uma vez que é de natureza de seu método habitual responder aos estímulos que essas circunstâncias variáveis lhes proporcionam. O desenvolvimento dessas instituições é o próprio desenvolvimento da

sociedade. Em substância, as instituições são hábitos mentais cristalizados no tocante a relações e funções particulares do indivíduo e da comunidade.

As instituições são estabelecidas e moldadas, à semelhança da conduta e ação de seus indivíduos. Assim, a capacidade da sociedade de flexibilizar seus modos e ações vai condizer com os resultados das transformações institucionais. Segundo Veblen (1988), a situação de hoje modela as instituições do amanhã mediante um processo seletivo e coercitivo, atuando na habitual opinião humana sobre as coisas, e assim alterando, ou envigorando um ponto de vista ou uma atitude mental herdada do passado. As instituições ou hábitos mentais sob a orientação das quais os homens vivem são, por assim dizer, herdadas de uma época anterior, ou seja, em qualquer caso elaboradas no passado e dele herdadas. As instituições são o resultado ou produto de processos passados, adaptados a circunstâncias passadas e, por conseguinte, nunca estão de pleno acordo com exigências do presente. Um passo rumo ao desenvolvimento já por si constitui uma mudança de situação, pois por exigir uma nova adaptação, torna-se com efeito, um ponto de partida para um novo passo rumo ao ajustamento, e assim por diante, interminavelmente. Nesses argumentos de Veblen, percebe-se a importância dada à idéia do processo de causação acumulativa. O caminho para a transformação econômica ou social parte de um ponto conhecido, já carregado com suas características positivas ou negativas, para uma nova situação, que pode ser pior ou melhor.

Nesse sentido Veblen (2000, p. 200) expõe que a evolução da sociedade é o resultado das experiências dos indivíduos:

Experiencia, experimentación, hábito, conocimiento e iniciativa son fenómenos de la vida individual y ésta es, necesariamente, la fuente de la que surge todo el patrimonio colectivo de la comunidad. La posibilidad de su crecimiento reside en la factibilidad de acumular el conocimiento obtenido a través de la experiencia y la iniciativa individuales y, por tanto, depende de que un individuo aprenda de la experiencia de otro. Pero la iniciativa y las actividades tecnológicas individuales – tal y como se expresan, por ejemplo, en las invenciones y los descubrimientos de más y mejores formas de hacer las cosas – provienen del conocimiento acumulado en el pasado, al tiempo que lo amplían.

O processo de evolução parte da consolidação de novos hábitos mentais, a partir das circunstâncias do ambiente. Como ensina Veblen (1988), a estrutura social sofre mudanças, evolui, adapta-se a uma situação modificada apenas mediante uma mudança dos hábitos mentais de várias classes da comunidade, ou seja, mediante uma mudança nos hábitos mentais dos indivíduos que compõem a comunidade. A evolução da sociedade é

substancialmente um processo de adaptação mental de parte do indivíduo, sob a pressão de circunstâncias que já não toleram hábitos mentais formados segundo um diferente conjunto de tais circunstâncias.

O ambiente econômico está em constantes transformações, cada vez mais, com demandas mais específicas e especializadas, oriundas da evolução e mudanças das comunidades que o compõem.

De acordo com Veblen (1988), é preciso quando aponta que o progresso social, principalmente quando observado do ponto de vista da teoria econômica, consiste em uma contínua abordagem progressiva, ou seja, um ajustamento aproximadamente exato, das relações externas com as internas. Mas esse ajustamento jamais se estabelece definitivamente, uma vez que as relações externas estão sujeitas a uma constante mudança, em consequência da mudança progressiva que se processa nas relações internas. Em outras palavras, Veblen salienta que um ajuste às condições externas não se dá por completo, já que todas as condições internas estão em constantes transformações. Contudo, é importante salientar que as forças que levam ao reajustamento das instituições, principalmente no caso da comunidade industrial moderna, são quase inteiramente, de natureza econômica.

Para Veblen (1988), qualquer comunidade pode ser considerada como um mecanismo industrial ou econômico, a qual se constrói com aquilo que se denomina de suas instituições econômicas. Essas instituições são métodos habituais de dar continuação ao modo de vida da comunidade em contato com o ambiente material no qual ela vive.

A comunidade industrial moderna, sob o modo de produção capitalista, amparada na égide da eficiência e do dinamismo econômico, absorve traços distintos de regiões para regiões, de comunidade para comunidade, fruto das instituições regionais e locais cristalizadas num grupo.

De acordo com Veblen (1988), o grupo é composto de indivíduos, e a vida do grupo é a vida dos indivíduos, que é vivida pelo menos por uma ostensiva maioria. Os meios de vida aceitos pelo grupo são o consenso de opiniões mantidas pelo conjunto desses indivíduos no tocante ao que é certo, bom, conveniente e belo na natureza da vida humana.

A comunidade vive constantes pressões para ajustes sobre o comportamento do que é certo, bom, desejado, etc, principalmente no que tange a aspectos econômicos e exigências pecuniárias.

Para Veblen (1988), quem quer que necessite mudar de hábitos de vida e mudar suas habituais relações com seus semelhantes perceberá a distância entre o método de

vida dele requerido pelas exigências surgidas recentemente e o esquema tradicional de vida ao qual se habituou. A pressão exercida pelo ambiente sobre o grupo, favorecendo o reajustamento do esquema de vida, colide com os membros do grupo, na forma de exigências pecuniárias. É devido ao fato das forças externas serem em grande parte reduzidas à forma de exigências pecuniárias ou econômicas, que nos é lícito dizer que as forças que contam na direção de um reajustamento das instituições em qualquer moderna comunidade industrial são, principalmente forças econômicas, e se observadas mais especificamente, essas forças assumem forma de pressão pecuniária. Um reajustamento uma mudança de opiniões humanas no que concerne ao que é bom e certo, e o meio pelo qual uma mudança se faz na mente humana quanto ao que é bom e certo é em grande parte o resultado da pressão de exigências pecuniárias, ou seja, do resultado monetário.

Para Veblen (1988), a classe ociosa² se acha abrigada da pressão daquelas exigências econômicas prevaletentes em qualquer comunidade organizada altamente industrial. As exigências da luta pela vida são menores nessa classe do que em qualquer outra. Como consequência dessa situação privilegiada, ela é uma das menos sensíveis quanto às exigências que a situação impõe, na intenção de desenvolvimento das instituições e de uma situação industrial menos excludente.

A classe alta é menos sensível às mudanças por se encontrar em posição mais confortável, manter as condições consolidadas é conveniente a esta classe, desta maneira impõe restrições às mudanças e ao processo de desenvolvimento.

De acordo com Veblen (1988), a instituição da classe ociosa contribui no sentido de tornar conservadoras as classes mais baixas. Retiram dessas classes, tanto quanto possível, os meios de subsistência. Assim reduzem o seu consumo, e, em consequência, sua energia disponível, ao ponto de incapacitá-las para o esforço necessário para aprender e ter condições de adotar os novos hábitos mentais.

As ações da classe ociosa, por ter origem nos estágios avançados da cultura bárbara, e se repetir a rigor pelas demais estruturas sociais, passam por um processo de assimilação e adaptação das diferentes formas da sociedade. Tanto é que a ação dos resquícios da classe ociosa agem, até mesmo, de maneira não deliberada.

No entanto, como destaca Veblen (1988 p. 95), “[...] permanece verdadeiro o fato de que as instituições cambiam e se desenvolvem.” As instituições são fruto de um

² A classe ociosa, como um todo, compreende as atividades honoríficas, isentas de trabalhos industriais de qualquer natureza. “As ocupações são diferentes dentro da classe ociosa, mas todas elas têm uma característica comum – não são ocupações industriais.” (VEBLEN, 1988, p. 15)

crescimento acumulativo de costumes e hábitos mentais, uma adaptação seletiva de convenções e métodos de vida. Algo se deve dizer sobre o ofício da classe ociosa em guiar esse crescimento bem como retardá-lo. Mas pouco se pode dizer aqui da sua relação com crescimento institucional exceto que ela toca as instituições que são eminentemente de caráter econômico.

De acordo com Veblen (1988), as instituições de caráter econômico podem ser divididas em duas classes ou categorias, segundo servirem a um ou a outro dos dois propósitos divergentes da vida econômica. Adotando uma terminologia clássica, podem ser definidas como “[...] instituições de aquisição ou de produção; ou ainda, pecuniárias ou industriais; ou em outros termos, são instituições a serviço ou do interesse econômico invejoso ou não invejoso”(VEBLEN, 1988, p. 95). A primeira categoria tem a ver com os negócios, a última com a indústria.

O interesse da classe ociosa, conforme definido por Veblen, está focado no lado pecuniário, no entanto, ao mesmo tempo é responsável pelas definições sobre os rumos da economia.

Para Veblen (1988), a categoria industrial não é frequentemente reconhecida como instituição, em grande parte porque não concerne de imediato à classe dominante, assim, raramente, é assunto de legislação ou de convenção deliberada. Quando isso acontece, são comumente abordadas pelo viés pecuniário ou de negócios. Esse é o lado da vida econômica que principalmente ocupa as deliberações dos homens de nossa época, especialmente as deliberações da classe mais alta. Essa classe tem pouco mais do que um interesse financeiro nas coisas econômicas, no entanto, é a elas que se incumbe principalmente deliberar sobre os negócios da comunidade.

Como ensina Veblen (1988), a relação da classe ociosa, também definida como classe rica não industrial, com o processo econômico é uma relação pecuniária. Ou seja, uma relação de aquisição, não de produção, mais especificamente de exploração, não de utilidade. Indiretamente, seu ofício econômico pode ser da mais alta importância no processo da vida econômica. Veblen de modo algum pretende depreciar a função econômica da classe abastada ou dos capitães da indústria. Apenas busca indicar a natureza da relação dessas classes com o processo industrial e as instituições econômicas. O seu ofício é de índole parasitária, seu interesse consiste em desviar o que puderem para seu próprio uso e reter o que tiverem na mão.

De acordo com Veblen (1988), o efeito do interesse pecuniário e do hábito mental pecuniário sobre o desenvolvimento das instituições é percebido naqueles decretos e convenções que contribuem para a segurança da propriedade, a execução dos contratos, a facilidade das transações financeiras e os interesses adquiridos. Essa espécie de equipamento institucional da comunidade é de conseqüência imediata tão somente para as classes abastadas, na proporção em que se alinham aos interesses da classe ociosa. Mas, indiretamente, essas convenções econômicas são da mais grave conseqüência ao processo industrial e na vida da comunidade. No entanto, ao guiar o desenvolvimento institucional neste setor, as classes pecuniárias servem a um propósito da maior importância para a comunidade, não apenas na conservação do esquema social adotado, mas também na formação do processo industrial como tal.

4.2 MITCHELL: OS CICLOS ECONÔMICOS

Mitchell segue a linha de pensamento da corrente institucionalista quando admite que a estrutura política e social de um país pode bloquear ou distorcer processos econômicos normais.

De acordo com Mitchell (1988), a Teoria dos Ciclos Econômicos é a descrição do processo de mudanças acumulativas, no qual uma reativação das atividades desdobra-se em uma intensa prosperidade, a qual engendra uma crise que por sua vez se transforma em depressão e essa após se tornar mais intensa por algum tempo, conduz finalmente a uma reativação das atividades, como a que iniciou o ciclo.

A atividade econômica encontra-se num processo circular interminável de causa e efeito. Contudo, não ocorrerão modelos circulares idênticos. O processo circular é acumulativo, desta forma, invariavelmente, quando chegar novamente ao ponto inicial, seu desempenho, duração e conseqüências não serão o mesmo do período anterior.

Para Mitchell (1988), independentemente de qual seja a etapa do ciclo econômico em que se inicia a análise, temos de aceitar as condições trazidas pela fase anterior, adiando a explicação dessas suposições até se contornar o ciclo e voltar ao ponto de partida.

Uma reativação das atividades econômicas, conforme ensina Mitchell (1988), inicia-se com o resultado legado pela depressão, ou seja, um período baixa atividade

econômica. Tem-se um baixo nível de preços em comparação com os preços no período de prosperidade, pois há uma intensa redução da demanda. Segue-se com reduções expressivas dos custos da atividade econômica, encolhimento das margens de lucro, reservas bancárias liberais, estabelece-se uma política conservadora na capitalização das empresas e na concessão de créditos, mantêm-se estoques moderados de mercadorias e estabelece-se cautela nas compras. Contudo, essas condições têm a capacidade de promover uma expansão do volume físico das vendas, lenta no início, porém com uma expansão acumulativa. Quando iniciada é uma questão de tempo para que um aumento no montante das transações comerciais, que crescem mais rapidamente à medida que avançam, transforme a apatia em atividade. Se for uma evolução autônoma, essa transformação se efetuará lentamente. No entanto, geralmente, é apressada por algum acontecimento propício, que surge de fontes econômicas não domésticas. Pode ser desde uma safra excepcionalmente lucrativa, compras expressivas por parte do governo, ou um aumento notável na demanda da exportação de produtos do setor industrial interno. Mais cedo ou mais tarde, a expansão das encomendas volta a atingir as empresas de onde partiu o primeiro impulso para o aumento da atividade. Então toda essa complicada série de reações recomeça, numa intensidade ainda mais alta, ou seja, cada expansão comercial se soma a outra e assim sucessivamente, até onde for possível esse crescimento.

No início do período de reativação, o ambiente econômico é frutífero. Destaca-se o baixo custo de produção, oriundo do período de baixo desempenho da atividade econômica. Isso somado ao baixo nível de preços, também, com resquícios do período da depressão.

De acordo com Mitchell (1988), embora o nível dos preços esteja paulatinamente declinando no começo de uma reativação, a expansão acumulativa do volume físico das transações comerciais logo detém essa queda e provoca uma elevação dos preços.

Conforme ensina Mitchell (1988), uma das características mais salientes dessa etapa do ciclo das atividades econômicas é o desfecho acumulativo dos processos que transformam a reativação da atividade econômica em uma prosperidade intensa. Cada aumento da atividade acarreta outros aumentos, cada conversão ao otimismo enseja outras conversões e cada elevação dos preços oferece um incentivo para novas elevações. Ao mesmo tempo, o crescimento das atividades econômicas também ajuda a espalhar o otimismo e a elevar os preços. Da mesma forma, o otimismo e os preços em ascensão se fortalecem reciprocamente e estimulam o crescimento das atividades econômicas. As mudanças que se

realizam nestes três fatores - crescimento econômico, disseminação do otimismo e elevação dos preços - incham os lucros e incentivam os investimentos, enquanto os altos lucros e os grandes investimentos reagem aumentando as atividades econômicas, justificando o otimismo e elevando os preços.

Nessa análise econômica de Mitchell, percebe-se a presença de fatores que não tinham espaço, ou se tinham não eram postos em análise pelo *mainstream*. O fator otimismo, na análise de Mitchell, é conferido á responsabilidade parcial de indutor e estimulador da atividade econômica, ou seja, uma avaliação do crescimento baseada numa condição social já cristalizada, ou pelo menos predominante.

Conforme salienta Mitchell (1988) o crescimento econômico, a disseminação do otimismo e a elevação dos preços, atuam cumulativamente por algum tempo para intensificar a prosperidade. No entanto, ocasionam uma lenta acumulação de tensões dentro do sistema equilibrado das atividades econômicas. Essas tensões destroem as condições em que a prosperidade se apóia, principalmente, provocando um aumento gradual do custo das atividades econômicas.

Os efeitos do auge da prosperidade, conforme ensina Mitchell (1988), promovem o desenvolvimento de um acentuado contraste entre as perspectivas econômicas das diferentes empresas. A maioria das empresas está ganhando mais dinheiro que em qualquer outra etapa anterior do ciclo econômico. Entretanto, uma minoria não menos importante, enfrenta a perspectiva de um declínio de lucros. Quanto mais intensa se torna a prosperidade, mais aumenta esse grupo de empresas ameaçadas. Dessa forma, é apenas uma questão de tempo até que essas condições engendradas pela prosperidade forcem a novos ajustamentos.

Segundo Mitchell (1988), o declínio dos lucros promete produzir conseqüências mais graves do que a redução ou não realização dos lucros ou dividendos esperados. Isso ocorre, principalmente, em virtude das dúvidas quanto à segurança dos créditos pendentes. O crédito econômico baseia-se essencialmente no valor capitalizado dos lucros. No auge da prosperidade, o crédito pendente é ajustado às expectativas dos períodos em que a atividade é intensa, os preços são altos e os homens de negócios se mostram otimistas. Uma elevação da taxa de juros vai estreitar as margens de segurança que dão sustentação aos créditos, reduzindo, dessa forma, o valor de capitalização de certos lucros. Os credores mais cautelosos temem que as contratações a preço de mercado, por parte das empresas que lhes devem dinheiro, não tenham condições de liquidação das dívidas.

Conseqüentemente, tornam-se relutantes para a prorrogação de prazo de empréstimos para as empresas que não podem evitar um declínio nos lucros. Assim, a prosperidade acaba por engendrar as condições que iniciam a liquidação dos imensos créditos que a ampliaram, conseqüentemente, no decorrer dessa liquidação, a prosperidade é absorvida pela crise.

Percebe-se nos argumentos de Mitchell que os pressupostos comportamentais ganham força no processo de decisão e ação das empresas. As tensões e expectativas predominantes conferem uma potencialização das circunstâncias vigentes.

De acordo com Mitchell (1988), quando iniciado, o processo de liquidação cresce rapidamente, em parte porque as empresas convocadas para saldar suas dívidas vencidas exercem idêntica pressão sobre seus próprios devedores. E também, porque apesar de todos os esforços para manter o segredo dos acontecimentos, as notícias se espalham, conseqüentemente, outros credores são alertados sobre as circunstâncias. Durante o período de reajustamento financeiro, o problema do aumento dos lucros sobre as transações correntes fica relegado à manutenção da solvência. Os administradores das empresas concentram-se na solução de seus passivos pendentes e em busca de recursos financeiros, deixando em segundo plano os esforços para impulsionar as vendas.

Seguido do período de crise, aparentemente há uma reação das empresas, no entanto, não capaz de impedir um agravamento ainda maior das condições econômicas e financeiras, recaindo no que Mitchell define como período de depressão.

Segundo Mitchell (1988) no fim de um período de pânico, geralmente segue-se a reabertura de numerosas empresas que fecharam durante as semanas de pressão mais intensa. No entanto, por ser baseada no acabamento das encomendas recebidas durante a prosperidade precedente, ou em virtude do esforço para comercializar grandes estoques que já se encontram em seus depósitos e as mercadorias encomendadas, essa breve reativação da atividade econômica é parcial e não tem expectativa de se estender. A reativação acaba logo que esse trabalho termina. Pois novas encomendas não vêm em volume suficiente para manter as fábricas e usinas em funcionamento.

Mais uma vez o fator pessoal predominante das expectativas do ambiente econômico e financeiro são determinantes na fase da depressão da atividade econômica.

Como ensina Mitchell (1988), é natural que a contração das atividades econômicas e a queda dos preços reduzam as margens dos lucros atuais e previstos, espalhem o desânimo entre os empresários, que por sua vez detenham suas atividades. Contudo,

concomitantemente, põem em movimento certos processos de reajustamento, pelos quais a depressão vai sendo vencida.

Dessa forma, como explica Mitchell (1988), a reativação das atividades econômicas recomeçará a qualquer momento, quando, alguma circunstância promover um aquecimento na demanda. Na ausência de tal eventualidade, a reativação poderá ocorrer mesmo pelo crescimento lento das atividades econômicas que, quando já tiver preenchido a capacidade efetiva das empresas em atender as encomendas atuais, terá preparado o caminho para uma nova elevação dos preços. A reativação é a etapa que deu início ao ciclo da atividade econômica, e tendo justificado seu próprio começo, a análise esta terminada.

Não é possível, nem prudente, buscar delimitar causas e durações dos ciclos econômicos. Mitchell é enfático sobre a imprecisão e a não uniformidade com que estes, se renovam: cada novo ciclo vem carregado com os resquícios de ciclos anteriores, somado à arquitetura das instituições prevalecentes no momento atual.

De acordo com Mitchell (1988), qualquer análise que acompanhe e evidencie o desempenho econômico no decorrer do percurso geral dos processos que levam à prosperidade, crise e depressão, deixa uma impressão inverídica de uniformidade nos ciclos das atividades econômicas. Em última instância, esses ciclos diferem quanto à duração, intensidade, importância relativa de seus vários fenômenos e quanto à seqüência de suas fases.

As diversidades encontradas de um ciclo econômico para outro é enfatizado nas próprias palavras de Mitchell (1988, p.147), “[...] não há dois períodos de prosperidade, crise ou depressão que tenham a mesma combinação de elementos.”

Quanto às causas da não uniformidade dos ciclos econômicos, essas são encontradas nas variáveis não relacionadas diretamente a fatores econômicos. De acordo com Mitchell (1988), muitas das divergências entre ciclos econômicos são conseqüências de acontecimentos com origens em outras fontes que não as econômicas. Muitas dessas divergências são motivadas pelo mecanismo da economia monetária que é sensível às notícias de cada dia, pois sempre afetam as perspectivas de lucro de alguém.

Desde acontecimentos mais cotidianos, como aquisições/fusões ou uma expectativa de alteração de política governamental podem afetar o ambiente e as incertezas dos administradores. Fica bem mais evidente o desconforto das expectativas do ambiente econômico quando se trata do desfecho de situações como epidemias, previsão de esgotamento dos recursos naturais, tratados ou acordos de paz, ameaças de terrorismo, etc. Como salienta Mitchell (1988), a influência de eventos dessa natureza ou correlatos são, com

frequência, notáveis, principalmente no período de transição de uma fase para outra de um ciclo, quando a tendência da corrente ainda é incerta.

Segundo Mitchell (1988), a tarefa de identificar a reação de tais modificações na organização econômica sobre o caráter dos sucessivos ciclos econômicos, não é simples, nem fácil de ser realizada. No entanto, para cada nova mudança realizada torna-se a base para outras mudanças. As amplas modificações, assim como as menores, na organização econômica são cumulativas. Assim, fazem com que cada etapa do ciclo econômico evolua para a etapa que a sucederá. Em última análise, sendo acumulativa, sua influência dominante sobre os fenômenos dos ciclos aumenta com o passar dos anos. Dessa forma, para se compreender os processos econômicos no futuro, terá que se refazer a Teoria dos Ciclos Econômicos que aprenderam no passado.

A definição das condições econômicas vigentes é uma tarefa árdua e difícil de ser realizada. Tal dificuldade surge, principalmente, pelos ciclos econômicos serem acumulativos; dessa maneira, condições do passado e presente devem ser avaliadas de forma concomitante e agregada.

Para Mitchell (1988), a indecisão que advém das previsões nasce, quase que invariavelmente, das deficiências de nosso conhecimento em relação às condições econômicas realizadas no passado e no presente. Isso é fruto dos ciclos das atividades econômicas, que resultam de processos de alterações cumulativas, ou seja, os fatores mais importantes na formação do amanhã são aqueles que estavam agindo ontem e estão agindo hoje.

Contudo, o desfecho de uma economia monetária, com poucas variações, tende, em seu processo acumulativo, engendrar uma expansão desigual nas classes empresárias.

Mitchell (1988) salienta que a economia monetária confere uma percepção desigual às diferentes classes de empresários. Essa desigualdade abre uma fértil fonte de lucros às classes mais favorecidas, no entanto, os esforços para tirar o maior proveito possível de suas oportunidades podem aumentar a violência das crises. Dessa forma, para melhorar o controle social sobre a atividade econômica é necessário democratizar o conhecimento das condições econômicas correntes que alguns poucos já possuem. Contudo, os meios e métodos para chegar a esse objetivo podem ser mais bem discutidos e assimilados posteriormente à exposição das atuais desigualdades do conhecimento e suas conseqüências.

De acordo com Mitchell (1988), a Teoria dos Ciclos Econômicos está interessada principalmente nas etapas pecuniárias da atividade econômica. Os processos dos

ciclos econômicos relatam as mudanças nos preços, nos investimentos, nas margens de lucro, na capitalização das empresas no mercado, nos créditos, na manutenção da solvência e outras semelhantes. Em comum, todas elas possuem relação maior com o problema de ganhar dinheiro, do que com o de produzir mercadorias ou de satisfazer necessidades. Nos ciclos, apenas dois fatores não-pecuniários impõem maior atenção, que são: as alterações do volume físico das atividades econômicas e na eficiência do trabalho. Contudo, até mesmo esses dois fatores são abordados em razão do que representam para os lucros atuais e estimados. Desta maneira, evidencia-se que a atividade econômica moderna é orientada pela busca de lucros e não pela busca de satisfação. Assim, em última análise, os ciclos econômicos são fenômenos de caráter nitidamente pecuniário, em contraposição ao caráter industrial.

A análise de Mitchell salienta os aspectos, do incentivo ao andamento do processo econômico. Em outras palavras, tem-se que o “combustível” dos ciclos econômicos encontra-se na intenção de promover maiores ganhos pecuniários, ou seja, aumentar as margens de lucro, mesmo não tendo uma resposta ascendente no desempenho industrial.

Por outro lado, se levado a última instância, o objetivo pecuniário pode ser, essencialmente compreendido como de bem estar pessoal. Conforme ensina Mitchell, (1988), se por um lado a identificação das causas importantes dos ciclos econômicos está amplamente dentro de uma ordem pecuniária, de outro prisma, as conseqüências essenciais são uma questão de bem-estar humano. Os modos pelos quais os períodos dos ciclos econômicos – a prosperidade, as crises, as depressões econômicas e a reativação - agem sobre a felicidade da comunidade são, entretanto, tão numerosos que é, invariavelmente, dispendioso mencionar todos.

Os períodos de depressão têm efeito devastador sobre a harmonia social. As situações de privação acabam por afetar o comportamento e ações de uma fatia da população, essa diretamente atingida e exposta a humilhações da impotência econômica.

Segundo Mitchell (1988), as condições precárias que é submetida a família do assalariado na economia monetária são devidas, principalmente, às restrições de emprego causadas pela depressão econômica. A submissão às privações físicas, as angústias e as humilhações impostas a essa classe pela incapacidade de encontrar trabalho já são, autonomamente, um mal angustiante. Essas restrições constituem também uma fonte de numerosos outros males, tais como o alcoolismo, a prostituição, a ociosidade crônica, o abandono da família e a subnutrição infantil. Contudo, a contração dos lucros, sem dúvida, é em maior proporção que a contração dos salários. Muitas famílias, cuja renda sai do lucro, são

forçadas a adotar medidas econômicas restritivas e sofrem grande angústia. Contudo, as restrições impostas às famílias cuja renda é oriunda do lucro, não podem ser comparadas às dificuldades impostas aos assalariados desempregados, que é mais delicada. Já a classe relativamente pequena de pessoas cuja renda permanece fixa durante a depressão tem condições de tirar proveito da redução do custo de vida. No entanto, o custo dessa vantagem material tem um preço alto em incertezas e na participação solidária do sofrimento dos outros.

Outro problema diagnosticado por Mitchell (1988), é que os ciclos econômicos também afetam o bem-estar material. Isto se dá, principalmente, pela influência que exercem sobre a seleção de líderes empresariais, a centralização do poder econômico e o progresso da técnica industrial. Os interesses pecuniários estabelecem um plano de ação, invariavelmente, subordinado ao objetivo de expansão do lucro.

Já no período de prosperidade, as possibilidades são maiores e mais próximas do alcance dos empresários, mesmo daqueles em condições não tão favoráveis. Mitchell (1988) salienta que a prosperidade, estimula a empresa e incentiva os empresários a se estabelecer por si próprios. Assim, facilita a sobrevivência temporária de administradores menos competentes e, como consequência, reduz a eficiência econômica da comunidade. Os próprios empresários mais capazes relaxam em alguns aspectos suas medidas contra o desperdício, influenciados pela pressão da afobação. Por outro lado, as crises e depressões, de maneira inversa, se incumbem de eliminar os administradores menos competentes. Isso reforça a atenção e a vigilância dos demais e torna os investidores mais cautelosos.

As ações de melhorias técnicas são mais propensas a determinados períodos dos ciclos econômicos. Como ensina Mitchell (1988), o progresso da técnica industrial, na aplicação prática de aperfeiçoamentos já inventados, tem maior atenção na etapa mais favorável do ciclo econômico, ou seja, na reativação. No período da depressão, os indivíduos procuram por toda a parte qualquer método viável para reduzir custos, pois, oferecem-se poucos atrativos para inversões imediatas de grandes somas em melhoramentos. A depressão é a época em que as modificações são planejadas. Por outro lado é na reativação que se procede a execução dessas modificações em grande escala. A prosperidade é menos favorável, não por falta de recursos, mas por falta de tempo e de ponderação.

O estado do ambiente no período de prosperidade é de otimismo principalmente em virtude do conforto material. Segundo Mitchell (1988), a prosperidade é uma época de atividade extenuante, recompensada pelo conforto material e animada por grandes esperanças. Esses fatores não-econômicos dos sentimentos em relação ao ambiente

têm forte influência sobre o desempenho econômico. As principais inconveniências sociais da prosperidade são os desperdícios resultantes da pressa, a extravagância criada pela afluência e pelo otimismo, a obsessão da dedicação aos interesses econômicos e as ansiedades. A crise intensifica essas ansiedades, particularmente as dos empresários e investidores. A intensidade das confusões diminui na depressão. Contudo, esse declínio traz o desalento para aqueles cujos temores se concretizaram, e deixa os demais com uma perspectiva sombria, na melhor das hipóteses. Todas as classes sofrem nesse período, principalmente os trabalhadores passam por um período de sobrecarga, quando encontram trabalho, e de intensa privação quando não encontram. Assim, para os trabalhadores, medidas de contenção de desperdícios, estímulos dos planos de melhorias técnicas e da cautela nos investimentos, são apenas uma compensação parcial.

De acordo com Mitchell (1988), a forma como os ciclos econômicos agem sobre o bem-estar é suficiente e esclarecedora para sugerir a dupla personalidade adquirida pelos cidadãos da economia monetária. O fato de fazer dinheiro, para o indivíduo, e alcançar a prosperidade econômica, para o país, são finalidades artificiais de esforços impostos pelas instituições pecuniárias. No caso de fazer dinheiro para si, encontram-se as atividades impulsivas do indivíduo, sua confusão de reações instintivas parcialmente sistematizadas em necessidades conscientes, conhecimento explícito e esforços objetivos. No caso da busca da prosperidade econômica para o país, encontram-se vagas e conflitantes idéias de bem-estar social que os membros de todas as gerações remodelam segundo sua própria imagem.

Os aspectos do sentimento do indivíduo em relação ao que querem para si e ao que é melhor para o país, não raramente, entram em conflito que acaba por ter um desfecho variável de um meio para outro. Segundo Mitchell (1988 p. 163), “nesse mundo interior, confuso, encontram-se os motivos e significações fundamentais da atuação, e dela emergem os padrões vacilantes pelos quais os homens julgam o que para eles valem a pena.”

A composição do poder na sociedade capitalista, não tem interesse de buscar a convergência ou uma aproximação destes problemas. Como ensina Mitchell (1988), a economia monetária não suplantou essas forças, nem era esse o objetivo. Fez o contrário, colocou-as a seu serviço. Escreveu seus próprios padrões na atividade e nos ideais humanos.

O padrão de ação econômica social da economia monetária foi capaz de aprofundar, vigorosamente a conduta de uma sociedade que caminha para a ampliação das desigualdades e das distinções preconceituosas das classes sociais. Mitchell (1988) é enfático ao tratar a maneira como a economia monetária facilitou a divisão do trabalho e como

transformou o desejo de distinção, dando-lhe uma deformação pecuniária. Somado a isso, deslocou a base do poder político, dando ensejo ao surgimento de novas classes sociais.

Mitchell (1988) destaca que apesar das influências dos ideais pecuniários, o indivíduo ainda é capaz de julgar o funcionamento dos mecanismos da economia através de padrões mais íntimos e mais vitais. Contudo, para tornar claros esses padrões, mostrar de que forma a busca dos lucros os viola, e desenvolver métodos viáveis para remediar e amenizar esses resultados desastrosos é, invariavelmente, atribuição das reformas sociais. O legado da teoria econômica será de grande utilidade se for capaz de compreender as relações entre as instituições pecuniárias que o homem civilizado está aperfeiçoando, a natureza humana herdada de seus ancestrais selvagens e as novas forças que a ciência lhes confere, ou seja, compreender a expansão econômica e social sem a influência das variáveis não-econômicas, na economia, é subestimar a complexidade do problema.

4.3 GALBRAITH: A ORGANIZAÇÃO E A TECNOESTRUTURA

Galbraith redefine uma questão, que, para o pensamento neoclássico, está claramente definida e aceita. Para esse autor, a soberania do desenvolvimento industrial não está nas mãos do consumidor, nem do cidadão nem do Estado, mas sim sob o domínio das organizações ou das grandes empresas.

De acordo com Galbraith (1988), não foi para os indivíduos, que o poder na empresa e o poder na sociedade passaram, mas para as organizações. A sociedade econômica moderna pode ser compreendida como esforço bem sucedido, de sintetizar na organização uma personalidade de grupo, a qual é muito superior para seus propósitos do que uma pessoa natural.

Contudo, as organizações são largamente dependentes das peças que a compõem, invariavelmente, os indivíduos. Conforme ensina Galbraith (1988), a necessidade de recorrer às informações de inúmeros indivíduos e avaliá-las na tomada de decisões nas indústrias modernas tem três pontos de origem principal. Primeiro, ela deriva das exigências tecnológicas da indústria moderna. A verdadeira realização da ciência e tecnologia modernas consiste em tomar homens comuns, informá-los minuciosa e profundamente e, depois, por meio da organização apropriada, dispô-los para reunir seus conhecimentos com os de outros

homens especializados, mas igualmente comuns. Nenhum gênio arranjou, individualmente, os vãos à lua. Foi obra da organização, ou seja, de burocracia. O segundo fator que exige a união de talentos especializados deriva da alta tecnologia, do uso associado de capital e da necessidade resultante de planejamento, com o controle externo que o acompanham. O planejamento requer grande variedade de informações, requer homens com variedade de informações e homens que sejam especializados em obter as informações que se exigem.

Conforme salienta Galbraith (1988), deve haver homens que tenham o conhecimento que os permita antever as necessidades e garantir um suprimento de mão-de-obra e insumos exigidos para a produção. Homens capazes de planejar as estratégias de preços e providenciar para que fregueses sejam convenientemente persuadidos a comprar àqueles preços. Homens que, em níveis mais altos de tecnologia, possuam tais conhecimentos, que possam trabalhar eficientemente com o Estado, com o objetivo de que este seja apropriadamente dirigido. Homens que tenham capacidade de organizar o fluxo de informações que essas tarefas e muitas outras exigem. Em última instância, acrescentam-se às exigências da tecnologia no que tange aos talentos científico e técnico especializado, o planejamento, o qual possui papel fundamental no desempenho tecnológico.

O planejamento empresarial envolve desde a organização interna da empresa até a capacidade de seus fornecedores e o estímulo às necessidades de seus clientes e, mais importante, o controle institucional de acordo com as necessidades e objetivos da empresa.

Ainda, seguindo os argumentos de Galbraith (1988), o terceiro fator com relação aos talentos especializados tem como conseqüência a necessidade de coordenação. O talento deve fazer valer o propósito comum. Mais especialmente, tanto em questões grandes como pequenas, as informações devem ser extraídas dos vários especialistas e analisadas no tocante à sua relevância, visando uma decisão.

As organizações buscam estabelecer condições de execução e coordenação das capacidades em torno de um objetivo afim. Expressamente, a posição do Estado torna-se praticamente passiva em lograr tal ação, pois, a junção coordenada da organização inclui ações para que o Estado seja dirigido apropriadamente aos interesses definidos pela organização.

As organizações são maiores do que o indivíduo, como salienta Galbraith (1988), a decisão na empresa moderna é produto não de indivíduos porém de grupos. Estes são tão numerosos, tanto formais como informais e apresentam-se em constantes alterações

em sua composição. Cada grupo é composto de indivíduos que possuem as informações específicas ou com acesso a elas. Também esse grupo comporta aqueles cuja habilidade consiste em extrair e analisar essas informações e obter uma conclusão. Esta é uma explicação para o fato de homens agirem com êxito em questões em que nenhum, sozinho, por brilhante ou inteligente que seja, tem mais que uma fração do conhecimento necessário. Esta maneira de agir, sem reservas, é o que torna possível a empresa moderna, e similarmente em outros contextos é o que torna possível o governo moderno. Dessa forma, homens de conhecimento limitado reunidos podem trabalhar juntos, com um objetivo comum. Caso contrário, os negócios e o governo, numa decisão, ficariam aguardando o aparecimento de um homem com a necessária amplitude de conhecimentos para resolver um problema existente.

Galbraith evidencia o poder da organização nas decisões, ou seja, uma decisão tomada por um grupo está muito mais blindada quanto a limitações, do que se fosse tomada individualmente, pois, raramente os indivíduos têm racionalidade tão ampla capaz de substituir uma decisão grupal.

Segundo Galbraith (1988), o poder que é exercido por um grupo passa irrevogavelmente para a organização. Quando um indivíduo toma uma decisão, seu superior na hierarquia pode examinar sua informação e sua decisão ser anulada pela maior sabedoria ou experiência de seu superior. No entanto, se a decisão exigiu as informações combinadas de um grupo, não poderá ser revogada sem risco por um indivíduo, ou seja, ele terá que obter a opinião de outros especialistas, para ter maior segurança. Sendo assim, o poder volta mais uma vez para a organização.

Complementarmente, Galbraith (1988) salienta que se uma decisão exige o conhecimento especializado de um grupo de homens, ela só está sujeita à decisão segura de um grupo semelhante que detenha igual conhecimento. A decisão de grupo, salvo se for influenciada por outro grupo, tende a ser absoluta.

Conforme ensina Galbraith (1988) não se deve incorrer no erro de supor que a decisão de grupo seja importante somente em casos evidentes como tecnologia nuclear ou mecânica espacial. Em produtos com valor agregado menor como sabonetes, detergentes, cigarros, etc, a simplicidade e a uniformidade desses produtos, não deixam de exigir um investimento de uma arte e ciência compensadoramente elaboradas para suprimir as influências do mercado. Da mesma forma, para esses produtos, a decisão passa para um grupo que combina conhecimentos especializados e esotéricos. Assim, o poder passa profundamente e praticamente irrevogavelmente para a organização.

Galbraith é incisivo quando argumenta da importância de se tratar até mesmo assuntos simples, enfatizando a maior eficiência quando realizado pelo grupo organizacional em contrapartida ao indivíduo.

Galbraith (1988) exemplifica seu argumento quando trata do desenvolvimento de uma torradeira que traz gravada sobre a superfície num torrado mais escuro, uma mensagem ou o desenho escolhido entre uma série de mensagens e desenhos padronizados. Numa fase inicial do desenvolvimento da torradeira, ter-se-ia que conseguir a participação de especialistas em engenharia, produção, projetos e estética e, possivelmente, filosofia, arte e ortografia. Assim, o efetivo poder de decisão acha-se profundamente situado nos corpos técnicos, de planejamento e de outros elementos especializados.

A eficácia da decisão está fortemente ligada ao corpo técnico, que envolve um caráter multidisciplinar como tentativa de esgotar as possibilidades sobre o assunto.

No entanto, conforme salienta Galbraith (1988), o exercício de poder do grupo pode vir a tornar-se inseguro, ou ineficaz, pela interferência externa. Uma decisão pode facilmente ser prejudicada pelos esforços de um indivíduo no sentido de reter controle sobre o processo de tomada de decisões. A eficiência do grupo e a qualidade de suas decisões dependem da qualidade das informações fornecidas e da precisão com que serão analisadas. Esta última aumenta bastante quando as pessoas trabalham juntas. A intervenção inesperada de um superior introduz informações, frequentemente de qualidade duvidosa, que não estão sujeitas a essa análise. Essa intervenção pode assumir forma de uma ordem e, com isso, ficar fora do processo de decisão de grupo. A intervenção é prejudicial em todos os casos. As pessoas, com vastas experiências em empresas de grande porte ou governos, têm pleno conhecimento do tempo que levam os subordinados bem informados para achar um meio de argumentar com superiores mal informados.

A idéia da organização como meio de melhorar a eficiência decisória deve surgir das lideranças, que por sua vez atribuíram as devidas responsabilidades aos seus liderados. Nas palavras de Galbraith (1988), a liderança atribui tarefas a comissões, das quais as decisões emergem. Escolhe os membros dos grupos que devem tomar as decisões e reconstitui esse grupo à medida que vão surgindo novas necessidades. Numa economia em que a inteligência organizada é o fator decisivo da produção, a escolha da inteligência assim organizada é de capital importância. Mas não se deve supor que um chefe possa substituir a inteligência organizada ou mesmo sobrepor-se a ela em importantes decisões.

A organização não está restrita a uma limitada parcela de especialistas mas, conforme ensina Galbraith (1988), estende-se desde funcionários mais graduados da organização até se encontrar com os escriturários e operários, cuja função é ajustar-se quase que mecanicamente às ordens ou à rotina. Pode-se convencionar que a organização abrange todos os que trazem conhecimentos especializados, talento ou experiência às tomadas de decisão de grupo. Assim, sem reservas, este sim é, e não o restrito grupo de diretores, a inteligência orientadora da empresa. A todos que participam da tomada de decisão de grupo ou para a organização que eles formam, Galbraith (1988) propõe chamar de tecnoestrutura.

A tecnoestrutura de Galbraith tem um importante papel no desempenho das atividades na organização industrial e no Estado. Para Galbraith (1988, p. 218), “a relação existente entre a tecnoestrutura e o Estado difere da que existe entre este e a empresa individual. Essa diferença é nosso ponto de partida.”

De acordo com Galbraith (1988), as relações entre o Estado e a empresa individual são, principalmente, de ordem pecuniária. A empresa forte seria independente das restrições públicas. Empregaria, se tivesse a seu alcance, um poder essencialmente público para aumentar sua própria renda. No caso do Estado ser forte, ele faria abaixar o poder privado e, conseqüentemente, os lucros do empresário. Se extremamente poderoso, o Estado movimentar-se-ia para socializar tal empresa. A fraqueza de um dos lados seria explorada pelo outro. Seria necessária uma vigilância constante e recíproca para impedir o domínio dos negócios sobre o Estado ou deste sobre aqueles.

Assim, a empresa individual utilizaria de meios para poder influenciar nas decisões do Estado para tirar seus próprios benefícios. Segundo Galbraith (1988), a empresa individual tem a capacidade de despender recursos para fins políticos que refletissem suas vantagens. O empresário unia em sua própria pessoa o direito de receber e dispor dos rendimentos da empresa. Estes ficavam, portanto, a disposição dele para compra de votos, legisladores ou ação legislativa. Dessa forma, os benefícios públicos assim adquiridos revertiam-se para ele e juntamente com a motivação pecuniária, a empresa individual tinha oportunidade e incentivos para gastar em vantagens de ordem política. Essas ações ocorrem em virtude dos recursos financeiros da empresa estarem legal e inteiramente disponíveis para os homens que se beneficiam dessas medidas.

Ainda mais incisivamente, Galbraith (1988) salienta que numa sociedade em que a atividade econômica está fortemente sujeita à motivação pecuniária, relações dessa ordem entre firmas e Estado parecem normal. Nesse sentido, fica implícito que o sujeito

público será responsável pelas oportunidades de ganhos pecuniários. Numa sociedade onde se aprova e aplaude a arte de ganhar dinheiro como o mais alto objetivo social, os servidores públicos, não raramente, acharão conveniente que se vendam a si próprios ou as suas decisões, pelo que estas valem para os compradores.

Numa sociedade onde o incentivo de ganhar dinheiro é superior ao de se produzir, abrem-se lacunas para ações nocivas sobre o desempenho econômico. A influência negativa da ação puramente pecuniária acaba por se estabelecer como o objetivo maior na sociedade capitalista contemporânea. Assim, ações mesmo que ilegais como imorais passam a ter até mesmo, certa tolerância da sociedade.

De outra forma, como aponta Galbraith (1988), a ação política direta, por parte da tecnoestrutura, é muito mais limitada do que a do empresário. Os membros da tecnoestrutura não recebem eles mesmos os rendimentos da companhia. Nos Estados Unidos da América, uma decisão com o objetivo de limitar as vantagens políticas da empresa fruto de sua riqueza, restringia a utilização de fundos da companhia para fins políticos. No entanto, essa ação não afetava o empresário, pois ele podia transferir os fundos para sua própria conta como dividendos e despendê-los como quisesse. Já a tecnoestrutura, não pode fazer o mesmo, pois não recebe os dividendos.

A ação em grupo restringe ações fraudulentas e corruptas. Quando se opera em grupos as dificuldades de realizar ações dessa natureza, tornam-se maiores e, desta forma, há uma redução dos incentivos para estas práticas.

Como ensina Galbraith (1988), a tecnoestrutura é também prejudicada em sua atividade política por seu caráter coletivo. A liderança política, a persuasão e a corrupção política são atividades de indivíduos. Assim, não são empreendidas por homens que estão acostumados a trabalhar em grupo. A companhia amadurecida é dirigida por comissões. Mas o suborno de um legislativo ou mesmo a persuasão de um eleitorado são realizados, no todo, por homens que operam individualmente.

De acordo com Galbraith (1988), a companhia amadurecida tem a sua capacidade e estímulo para orientar a ação política que vai desde o controle do eleitorado, controle de legisladores até a obtenção de legislação muito menor que a de seus antecessores empresariais. No entanto, a tendência da política pública tem sido altamente favorável às suas necessidades. Isso não é acidental, à medida que o sistema de planejamento e a companhia amadurecida perderam o poder político direto, adquiriram outros métodos de influenciar

ações sociais de significado muito maior. Essas atitudes explicam as tendências benéficas do Estado, baseados no ponto de vista dessas companhias.

4.4 MYRDAL: FATORES NÃO-ECONÔMICOS E DESENVOLVIMENTO

A ciência econômica do *establishment*, de acordo com Myrdal (1977), manteve a questão da igualdade em segundo plano. Isso está relacionado com o fato de que, quando a distribuição é colocada em questão, o tipo de teoria econômica genérica, que havia servido tão bem quando tratava-se de problemas de equilíbrio e crescimento durante a grande depressão, agora se torna insuficiente. Considera que todos os fatores não-econômicos como a estrutura política, social e econômica, instituições, atitudes e demais relações interpessoais devem ser incluídas na análise.

Nesse foco de análise, observa-se que Myrdal considera na análise fatores não-econômicos, o que o aproxima da escola da economia institucional. Nas próprias palavras de Myrdal (1977, p. 26) “ [...] tornei-me um economista institucional, depois de ter sido, na minha juventude, um dos mais ardentes teóricos.”

Myrdal (1977) critica duramente a economia do *establishment*. Acreditava numa orientação da ciência econômica para o institucionalismo, pois o que é celebrado como a teoria mais sofisticada, será numa análise histórica, vista como uma aberração que revela superficialidade e irrelevância.

Os esforços de pesquisa, conforme salienta Myrdal (1977), passam a visar uma economia institucional, sendo um dos motivos a colocação do problema da igualdade como politicamente importante nos Estados Unidos, e também no mundo. Esse problema não pode ser abordado unicamente em termos econômicos. A crítica à ciência econômica do *establishment*, é justificada por está exibir uma sistêmica falta de cuidado em relação a considerações e conceitos implícitos, os quais, não raramente, não são logicamente consistentes e nem adequados às condições da realidade.

Neste sentido Myrdal (1977), orienta para um novo enfoque que terá que ser institucional. Esse deve abordar a questão da igualdade e levar devidamente em consideração a estratificação econômica e social, as forças políticas enraizadas nessas instituições e nas atitudes das pessoas e as conseqüências desses resultados sobre a economia.

Assim, quando se direciona para a economia institucional a pesquisa implica, claramente, numa abordagem interdisciplinar. Conforme argumenta Myrdal (1977, p.31) “A pesquisa deveria concentrar-se em áreas de problemas específicos, sem limitar-se à separação de disciplinas, na forma como ela foi estabelecida para objetivos de ensino e especialização em pesquisa.”

As ações para compreender as perspectivas do desenvolvimento envolvendo uma abordagem mais ampla, invariavelmente, buscam uma melhoria na qualidade de vida dos indivíduos. De acordo com Myrdal (1977), apesar da grande unanimidade quanto à necessidade de se melhorar a qualidade de vida, nenhum grupo está preparado para abdicar da busca pela expansão do próprio consumo para atingir tal objetivo. Todos estão envolvidos em uma feroz competição e em uma luta por compensações que tornam o espaço para a qualidade da vida cada vez mais restrito. As atitudes das pessoas, em classes sociais distintas, são forças propulsoras por trás da inflação, mesmo que todos se queixem do aumento dos preços. Uma qualidade de vida mais alta e um valor estável da moeda, não podem ser obtidos sem uma mudança bastante radical nas atitudes das pessoas.

Percebe-se nos argumentos de Myrdal, que os problemas econômicos e sociais estão vinculados diretamente com a postura dos indivíduos na sociedade. Mesmo problemas, que parecem ser exclusivamente objeto de políticas macroeconômicas, como a inflação, são notoriamente fruto das atitudes institucionalizadas. No entanto, as valorações por parte dos indivíduos são instáveis e afetam as variáveis econômicas.

De acordo com Myrdal (1977), as valorações perceptivas na sociedade são normalmente contraditórias mesmo na mente de um único indivíduo e são também instáveis. Em suma, observa-se que o comportamento humano é o resultado de compromissos entre valorações de diferentes graus de generalidade.

Assim considerando-se diferentes países ou regiões, pode se esperar como salienta Myrdal (1977), a presença de divergências duradouras, não apenas entre indivíduos, mas também entre os diferentes grupos sociais e partidos políticos. Dessa forma, parece plausível aceitar como verdadeiro que existam grandes discrepâncias entre diferentes civilizações e mudanças significativas quando são considerados longos períodos de tempo.

De acordo com Myrdal (1977), observa-se que a política social se expandiu rapidamente e transformou países desenvolvidos em Estados de bem-estar. Aparece claramente, nesses países uma convergência bastante grande de valorações básicas para este desenvolvimento. É notório, especialmente em cada um desses países, um expressivo grau de

concordância e mesmo de conformidade no estabelecimento das valorações que fundamentam a política social, como resultado do próprio desenvolvimento político, o qual chama de harmonia criada. Isso em contraposição ao postulado liberalista de uma harmonia de interesses pré-existent, básica para a filosofia das leis naturais e do utilitarismo.

As reformas sociais são frutos de aspirações estabelecidas, e dessa forma tornam-se uma das “bandeiras” dos partidos políticos, ou seja, o consenso de valoração da sociedade tem o poder de influenciar no caminho a ser seguido.

Para Myrdal (1977), nos países desenvolvidos, as reformas eram normalmente discutidas somente em termos de se alcançar uma maior justiça social. A importância dessa valoração foi gradualmente se tornando tão amplamente aceita à medida que se criaram as condições políticas para que os parlamentares aprovassem as reformas. Essas reformas passaram a ser consideradas como algo que valia o preço pago.

De acordo com Myrdal (1977), apenas nos países mais adiantados, enquanto estados do bem-estar, que se compreendeu que as reformas, em vez de serem onerosas para a sociedade, estavam criando a base de um crescimento econômico mais rápido e constante.

Ainda mais profundamente, Myrdal (1977), salienta que existe ampla evidência histórica para apoiar a visão de que, como um todo, as reformas sociais têm sido um investimento no progresso econômico. Com o desenvolvimento do estado do bem-estar, a discussão política e popular, influenciada pelas reformas anteriores, que não tiveram efeitos desastrosos freqüentemente previstos, está aceitando essa teoria nova e diferente. Essa transformação na opinião a respeito da atividade reformista crescente fornece então um incentivo para a continuação e aceleração das reformas sociais ou, em outras palavras, livra a atividade reformista de inibições.

Myrdal (1977) cita como exemplo a Suécia, onde pelo domínio social-democrata, foram implementadas reformas sociais em larga escala. No entanto, nenhuma nacionalização na indústria ou no comércio ocorreu, embora existam controles crescentes e fortalecidos para proteger o interesse público nos desenvolvimentos da indústria e do comércio. Na Suécia os negócios praticamente estão inteiramente nas mãos de particulares, ainda mais do que nos Estados Unidos, apesar da sua crença absolutista na iniciativa privada. Na Suécia, o Estado de bem-estar, o qual tem se desenvolvido rapidamente por quase quarenta anos sob o governo trabalhista unido, tem sido, entre outras, um sucesso econômico expressivo.

De acordo com Myrdal (1972), estudos empíricos sobre o problema do desenvolvimento e do subdesenvolvimento regional de vários países europeus, chegaram a duas principais conclusões. A primeira é que na Europa Ocidental as disparidades de renda entre uma região e outra são muito maiores nos países mais pobres, quando comparados com os países mais ricos. A segunda é que enquanto as desigualdades regionais vêm reduzindo nos países mais ricos da Europa Ocidental, o inverso vem acontecendo nos países mais pobres. A explicação para essas correlações pode ser expressa pelo fato de que quanto maior os índices de desenvolvimento que um país chegar, tanto mais fortes serão os efeitos propulsores³. Um nível médio de desenvolvimento é acompanhado de melhorias nos transportes, comunicações, educação, e de um compartilhamento mais dinâmico de idéias crenças e valores, o que facilita a solidificação das forças para a difusão centrífuga da expansão econômica, ou para remover os possíveis obstáculos a sua atuação.

O desenvolvimento não pode ser creditado exclusivamente às reformas sociais, como salienta Myrdal (1977), mas também a outros fatores como a política de amplo mercado de trabalho, de livre comércio, que ajudou a manter a administração industrial alerta e enérgica, o aperfeiçoamento da organização do mercado de trabalho entre muitas outras condições e ocorrências. Contudo, o notável progresso econômico implica em uma confirmação da nova teoria de que as reformas sociais foram produtivas, e de qualquer forma, não atrasaram o crescimento econômico.

Contudo, o problema das reformas sociais é mais preocupante nos países subdesenvolvidos. De acordo com Myrdal (1977), depois da descolonização, os ideais de modernização foram adotados em toda a parte como uma espécie de religião do Estado. A doutrina igualitária assumiu um papel proeminente entre essas idéias. Contrastando com essas declarações, em favor de uma maior igualdade, em quase todo o mundo subdesenvolvido, a situação real marcha para uma desigualdade crescente. Pois, mesmo quando reformas igualitárias são postas em prática, em algumas dessas nações, não são levadas adiante ou permite-se que elas funcionem no interesse dos não-tão-pobres.

Os interesses particulares de grupos privilegiados atrapalham e retardam as ações voltadas para o crescimento econômico e obstruem as tentativas de barrar o agravamento destas situações.

Conforme ensina Myrdal (1977), uma pré-condição básica para o desenvolvimento rápido e regular dos países do mundo subdesenvolvido é a tendência para

³ Para, Myrdal (1972, p. 58), “[...] os ‘efeitos propulsores’ (*spread effects*) centrífugos, se propagam do centro de expansão econômica para outras regiões.”

que uma desigualdade crescente seja interrompida e transformada num movimento em direção a uma igualdade maior. As razões para crer que as reformas sociais, se bem planejadas e eficientemente implementadas, são produtivas, aparecem ainda mais fortes nos países subdesenvolvidos, onde a desigualdade é muito mais patente. Se a tendência para uma crescente desigualdade não for interrompida e revertida, o desenvolvimento será paralisado e frustrado. A contradição entre as declarações, freqüentemente enfáticas, em favor de uma maior igualdade, não raramente defendidas por partidos políticos, e a tendência para uma desigualdade crescente, deve-se relacionar com a distribuição do poder nos países subdesenvolvidos.

Assim fica evidente, nos argumentos de Myrdal, a impropriedade da capacidade dos partidos políticos e seus atores para a defesa da causa de reformas igualitárias. Estes buscam seus interesses particulares ou de um grupo, mesmo ao preço de um agravamento nas condições de vida da população.

Como ensina Myrdal (1977), na economia, o enfoque específico de pesquisa escolhido, os modelos e teorias explicativas que se constrói, os conceitos que se usa e o curso percorrido ao fazer observações e inferências, são influenciados por traços individuais de personalidade. Soma-se a isso, a tradição dentro das disciplinas relacionadas e o jogo de interesses e preconceitos da sociedade na qual se vive. A evolução de nossas ciências não pode ser vista como autônoma, pois ela é continuamente influenciada pelas forças internas e externas. Estas forças podem facilmente levar ao tipo de falsificação sistemática, embora involuntária, da realidade, a qual Myrdal (1977) chama de tendenciosidade. Elas podem também se tornar imunes aos nossos esforços para atingir conclusões racionais em termos de política.

De acordo com Myrdal (1977), os avanços tecnológicos nos países em desenvolvimento podem ter como efeitos a melhoria do desempenho no sistema produtivo. Isto, por sua vez, pressupõe determinadas políticas iniciadas para influenciar, efetivamente e de forma direta, as atitudes e instituições. Mas esses fatores não-econômicos não eram levados em conta tradicionalmente na análise econômica e no planejamento de políticas, realizado apenas em termos de economia.

Apesar da teoria econômica tradicional não ter considerado esses fatores não-econômicos em suas análises, Myrdal (1972), salienta que tais fatores figuram entre os principais meios de propagação nos processos de causação circular acumulativa de mudança

econômica. Essa omissão explicita uma das principais deficiências da teoria econômica para tratar de problemas dinâmicos do subdesenvolvimento ou do desenvolvimento econômico.

Para Myrdal (1977), o pensamento implícito em grande parte da teorização a respeito dos países subdesenvolvidos de que é permissível, em pesquisa, estabelecer a priori uma teoria econômica, e a posteriori adicionar considerações sobre os fatores não-econômicos, é enganoso. A teoria tem que trabalhar com conceitos que sejam adequados à realidade dos países subdesenvolvidos desde o começo, ou seja, desde a abordagem dos problemas. Da mesma forma, que não é aconselhável colocar o fermento no pão depois que este já está pronto. De fato, não é nem mesmo possível definir o que deveria significar problemas econômicos nos países subdesenvolvidos sem se aprofundar nas determinantes não-econômicas, as quais são tão importantes nessas áreas.

Conforme ensina Myrdal (1977) os planos são normalmente apresentados como planos financeiros para investimentos públicos. As medidas políticas necessárias para engendrar o desenvolvimento, além dos investimentos físicos, que implicam em alterações mais permanentes na organização social ou nas estruturas institucionais e de atitudes, têm, em última instância, uma relação incidental com os custos e rendimentos em termos financeiros e com um orçamento fiscal. Contudo, isso permite apresentar a aparência de um plano, porém, sem que haja nele muito planejamento real. Um orçamento fiscal é necessário para o controle e orientação organizada dos gastos públicos e da administração, porém esse tipo de planejamento não pode servir como um planejamento real, pois este deve abranger transformações induzidas em todos os tipos de condições econômicas e sociais.

Para Myrdal (1977), mesmo quando os dados do produto nacional bruto indicam um desenvolvimento bem sucedido, existem outros sinais que podem desmascarar o excesso de otimismo. Mesmo assim, os fatores não-econômicos, continuaram a ser ignorados como se não existissem. A economia do *establishment* presta grande respeito à sofisticação matemática, sem qualquer exame dos conceitos empregados e das suposições implícitas. Assim, a análise cria uma aparência de precisão e rigor através de simplificações grosseiras. Contudo, existe uma confusão nesta maneira de pensar em relação às definições de conceitos e hipóteses e ao exame de sua adequação à realidade.

A tradição dos estudos da economia nos planos de crescimento das nações, principalmente as subdesenvolvidas, tem que considerar os fatores não-econômicos para aproximar o máximo possível, suas análises, da realidade. De acordo com Myrdal (1977), os fatores não-econômicos são crucialmente importantes para o estudo dos problemas do

desenvolvimento, particularmente nos países subdesenvolvidos tais como: a estrutura social, as forças políticas, as atitudes e as instituições e também as conseqüências dos níveis de vida muito baixos sobre a produtividade.

Segundo Myrdal (1977), nos países subdesenvolvidos, ao contrário da pré-concepção de um conflito entre as duas metas crescimento econômico e maior igualdade econômica existe, sim, a pré-condição da igualdade econômica para que se alcance o crescimento rápido e continuado. Existem algumas razões explícitas para isso. Primeiramente, grandes massas nos países subdesenvolvidos sofrem de subnutrição, má alimentação, e outras graves carências, particularmente falta de serviços elementares em termos de saúde e educação, péssimas condições de habitação e esgotos. Isso, por sua vez, reduz a disposição e a capacidade de trabalhar, a produção é mais lenta, o que implica em sugerir que medidas para aumentar os níveis de renda das massas poderiam aumentar a produtividade. Uma segunda razão surge em função de a desigualdade social estar ligada à desigualdade econômica por uma relação mútua, cada uma sendo causa e efeito da outra. Já que a desigualdade social, por diminuir a mobilidade e a livre concorrência no sentido mais amplo do termo, é sem dúvida prejudicial ao desenvolvimento. Assim, parece evidente que, da mesma forma, através dessa ligação causal uma maior igualdade econômica levará a uma maior produtividade. A terceira razão é o argumento de que enriquecendo, a classe superior pode, dessa forma, poupar uma maior parte de sua renda. Contudo, esse argumento tem ainda menos relevância na maioria dos países subdesenvolvidos, onde as pessoas ricas dilapidam suas rendas em um consumo exagerado, investimentos consideráveis, e até mesmo em evasão de capital. Assim, pela incapacidade e pela extrema ineficiência na determinação e recolhimento dos impostos, a desigualdade da renda e da riqueza não pode contribuir para a poupança pública. A quarta razão é que todos os países subdesenvolvidos têm que lutar pela consolidação nacional. A desigualdade, quando está crescendo, é um sério obstáculo para esse objetivo. A quinta razão refere-se à experiência de que reformas sociais continuadas foram produtivas nos Estados de bem-estar mais avançados, a qual deveria, *a fortiori*, aplicar-se a esses países pobres e sem igualdade. Nos países mais pobres, reformas igualitárias bem coordenadas e planejadas são, de um ponto de vista nacional, o investimento mais lucrativo que pode ser feito, embora seu período de gestão possa ser considerável.

Contudo, chegar a essas respostas só é possível se o problema é observado e considerado em termos concretos a partir da situação real, e não por análises puramente financeiras. Conforme ensina Myrdal (1977), o verdadeiro significado dessas razões genéricas

para as reformas igualitárias, mesmo do ponto de vista de engendrar o desenvolvimento econômico, é revelado apenas quando a questão é colocada em termos concretos e discutida em relação à necessidade de reformas específicas.

De acordo com Myrdal (1977) mesmo com as explícitas declarações de políticas nos países subdesenvolvidos para amenizar as desigualdades e, particularmente, de elevar os níveis de vida das massas, raramente isso se concretiza. As desigualdades econômica e social, além de gritantes e violentas na maioria destes países, geralmente parecem estar aumentando. Essas medidas políticas ditas do interesse dos pobres são, em grande parte, ou esquecidas ou distorcidas em favor dos não-tão-pobres.

Segundo Myrdal (1977) a população mais pobre que compõem as grandes massas, nos países subdesenvolvidos, geralmente não são suficientemente bem informadas para ter consciência de seus interesses. Conseqüentemente, não estão organizadas para defender-se de forma efetiva. Quando se livram da desarticulação e da passividade, são freqüentemente levadas por fanatismo étnico ou religioso, associado com estímulos para roubar uns dos outros. Assim, esse tipo de rebelião surge mesmo como um obstáculo para uma possível ação da massa organizada e racional na defesa dos reais interesses comuns.

Além das dificuldades expressas de organização das massas, conforme salienta Myrdal (1977), o próprio desenvolvimento político nos países subdesenvolvidos é simples especulação. A maioria dos países subdesenvolvidos tem um conflito interno entre o objetivo político expresso de reformas igualitárias e o desenvolvimento real para a preservação e mesmo aumento da desigualdade.

O próprio Myrdal enfatiza como algumas estruturas institucionais podem aprofundar, ainda mais, problemas sociais já existentes. Conforme ensina Myrdal (1977), a estratificação econômica e social rígida e desigual nos países subdesenvolvidos está privando as massas de oportunidades reais de sair da pobreza, sobretudo, baseada em duas estruturas institucionais: a estrutura da propriedade e arrendamento da terra e o sistema educacional e neste caso Myrdal é enfático:

[...] a abolição do analfabetismo. Esta era uma escolha política racional. A alfabetização é necessária para que se adquira maior conhecimento em todas as ocupações, inclusive a agricultura. É essencial para incentivar atitudes mais racionais em todas as relações humanas; não pode ser equiparada com os demais objetivos justos de educação popular, já que é, basicamente, um instrumento através do qual as outras técnicas e aptidões podem ser adquiridas. Qualquer tentativa de criar uma nação integrada com uma participação extensiva da população supõe uma maior alfabetização. É

evidente que um enfoque no sentido de uma democracia política efetiva terá o mesmo pré-requisito. (MYRDAL, p. 117, 1977)

De acordo com Myrdal (1977), a estrutura educacional que está estabelecida é parte do sistema institucional maior, a qual inclui a estratificação econômica e social, a distribuição da propriedade e o sistema de poder. Assim, as dificuldades de expansão do sistema educacional vinham principalmente daqueles que não queriam reformas mais radicais, em virtude de seus interesses estabelecidos. Desses interesses fazem parte administradores, professores, alunos e, sobretudo, famílias das camadas superiores poderosas, que não pretendem perder a base de sustentação de sua posição.

Myrdal (1977) é enfático em classificar os países subdesenvolvidos em graus variados de fraqueza nos governos. As deficiências na sua legislação permitem formas de burlar a observância e a aplicação da lei, o que leva a uma arbitrariedade generalizada. Assim, até mesmo funcionários públicos não levam em consideração regras e normas que deveriam ser seguidas. Não raramente, agem em conluio com pessoas ou grupos de pessoas poderosas, cuja conduta deveriam regulamentar. Estes fatos acabam por distorcer e tornar-se num empecilho para a elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento.

Myrdal (1970) define o que ele chama *soft state* (estado fraco) como uma falta geral de disciplina social nos países subdesenvolvidos, que se evidencia pelas deficiências em sua legislação e na observação da lei ou falta de obediência a regras e normas expedidas a oficiais do serviço público nos vários níveis. Implícito ao conceito de *soft state*, está incluída a corrupção que parece ser crescente nos países subdesenvolvidos. Para ele, sem que se promova um aumento na disciplina social, o desenvolvimento encontrará grandes dificuldades e será retardado nessas regiões.

De acordo com Myrdal (1977), apesar das grandes diferenças relativas ao desenvolvimento histórico, todos os países subdesenvolvidos demonstram uma grande semelhança quanto aos principais aspectos da fraqueza em seus governos. Parece claro que, sem uma maior disciplina social, os esforços do desenvolvimento vão sendo frustrados nestes países.

Nos países subdesenvolvidos, além das desigualdades sociais gritantes, a corrupção do setor público é outra mazela que contribui negativamente e agrava, ainda mais, o problema da segregação social e da pobreza.

Conforme salienta Myrdal (1977), a presença da corrupção é um elemento expressivo na vida do Estado fraco, importante no ato em si, como também nos seus efeitos

desmoralizantes sobre as relações sociais, econômicas e políticas. O mais grave é que não apenas se encontra explicitamente difundida em todos os países subdesenvolvidos, mas que vem crescendo, alicerçada por quase toda a transformação que ocorre.

A corrupção tem um efeito devastador sobre o planejamento e a execução de planos administrativos. De acordo com Myrdal (1977), a corrupção é altamente prejudicial, esta introduz elementos de irracionalidade no planejamento e realização de planos, pois a exploração da posição de responsabilidade pública para vantagem própria ou de outrem consiste em duas ameaças que impedem o processo de tomada de decisão e execução em todos os níveis. Primeiro, aumenta a necessidade de controles para os funcionários desonestos. Segundo, torna os funcionários honestos relutantes em tomar decisões por si próprios.

Ainda mais grave, os efeitos da corrupção, de acordo com Myrdal (1977), quando esta toma forma generalizada atingindo a população, anula os esforços de consolidação nacional. O governo enfraquece perante tal situação, pois diminuem o respeito e a obediência ao governo, ou seja, a corrupção põe em perigo a própria estabilidade política. Sempre que um regime político é derrubado, uma causa importante e muitas vezes decisiva disto é sem dúvida o mau relacionamento entre a política e administradores, e a concomitante propagação de práticas ilegais entre homens de negócio e o público em geral. Uma outra característica comum é que qualquer regime novo logo se torna tão corrupto quanto o anterior ou mais ainda.

De acordo com Myrdal (1977), a corrupção nos países subdesenvolvidos é mais evidente. As firmas ocidentais subornam políticos e funcionários para realizarem um negócio, e para gerirem seus empreendimentos sem muitos obstáculos.

Contudo, uma das estratégias para superar esses problemas da corrupção, conforme trata Myrdal (1977), é proporcionar uma maior justiça através de reformas igualitárias inteligentemente planejadas em áreas prioritárias. Somente assim se fortaleceriam as possibilidades de crescimento e desenvolvimento econômico e social.

Mesmo parecendo evidente a importância de fatores não-econômicos, como fontes causais, do desempenho da organização social e econômica, são, “[...] facilmente eliminadas da análise do desenvolvimento dentro do enfoque convencional dos economistas.” (MYRDAL, p. 123, 1977)

De acordo com Myrdal (1977), ações como a reforma agrária, educação e o combate à corrupção, têm que ser realizadas pelos próprios governos dos países subdesenvolvidos. Pois, ao realizarem planos e ações sem considerar as instituições e atitudes,

e não incluir o consumo em seus modelos de crescimento os pensadores ortodoxo deixam de lado problemas imensamente importantes para o desenvolvimento. Ainda pior, provocam desvios grosseiros e sistemáticos, que satisfazem os interesses oportunistas da camada superior dominante nos países subdesenvolvidos que se opõem às reformas.

Os países subdesenvolvidos sofrem com as “feridas” do período colonial, principalmente com a herança do corporativismo dos grupos privilegiados que inibem e coíbem reformas igualitárias com o objetivo de preservar o *status quo* político, social e econômico.

Ações para maior participação social no planejamento econômico foram implementadas por agências internacionais. De acordo com Myrdal (1977), em 1965 a *Agency for International Development* buscou assegurar uma maior participação do povo dos países em desenvolvimento na tarefa do desenvolvimento econômico, por meio do encorajamento de instituições democráticas privadas e de governos locais interessados no progresso social e econômico continuado. No entanto, foi uma ação inconseqüente e sem resultados. A influência exercida pelos países ocidentais desenvolvidos agiu de forma a apoiar a reação contraditória nos países subdesenvolvidos.

O interesse na manutenção das desigualdades econômicas e sociais não é apenas uma recapitulação histórica da relação colônia-metrópole, mas relações de poder e influência de grupos sobre governos, na manutenção dos interesses particulares, e, conseqüentemente, assimétricos na distribuição da renda, a qual Myrdal chamou de neocolonialismo.

Conforme ensina Myrdal (1977), o poder colonial até depois da Segunda Guerra Mundial, era levado quase que automaticamente a aliar-se aos grupos privilegiados. Como forma de sustentar seu domínio, o governo colonial teria assim interesse em apoiar e até mesmo fortalecer a estrutura econômica e social desigual em uma colônia. Não há dúvida que um mecanismo semelhante tenha estado em funcionamento desde o fim do colonialismo.

Para Myrdal (1977), é compreensível que os empresários no Ocidente estivessem mais dispostos a investir em um país subdesenvolvido onde fosse mantido um regime oligárquico dedicado a preservar o *status quo* econômico, social e político. Esses preferiam negociar com os ricos e poderosos dos países subdesenvolvidos. Isso, por sua vez, fortalecia os mesmos poderosos em seus próprios países. Estes são exatamente os grupos que oferecem resistência às reformas internas ou fazem com que elas se tornem sem efeito ou mesmo distorcidas.

Conforme ensina Myrdal (1977), contrariando a teoria econômica estabelecida, o comércio internacional livre de restrições e também os movimentos de capital tenderá a criar desigualdade e o fará mais efetivamente onde já estão estabelecidas grandes desigualdades. Assim, ocorrerá uma causação circular de efeitos acumulativos, ou seja, um país que já é superior em produtividade tenderá a tornar-se cada vez mais superior, enquanto um país em um nível inferior tenderá a ser mantido naquele nível ou mesmo a deteriorar-se ainda mais. Essa espiral continuará enquanto os problemas forem deixados ao sabor das forças do mercado.

Contudo para Myrdal (1972), devido às características e circunstâncias especiais de cada país e de cada região, de cada indivíduo, as diferenças nos recursos naturais e sua distribuição pelo território, as relações internacionais, as tradições históricas ligadas à atividade produtiva, a coesão nacional e grupal, as religiões e ideologias, a liderança e a iniciativa política, social e econômica, entre outras, se observará expressivas variações dos fatos sociais e de sua organização, no entanto, todas poderão ser enquadradas na concepção de causação circular acumulativa.

Uma questão fundamental colocada por Myrdal (1977) é que após a independência, os países subdesenvolvidos tiveram a oportunidade de quebrar este círculo vicioso planejando objetivamente suas próprias políticas comerciais. Contudo, mesmo quando o planejamento e a implementação são ímpares, eles podem apenas influenciar suas próprias economias subdesenvolvidas. Essas economias são muito dependentes em relação ao resto do mundo, principalmente em relação às condições de mercado e às políticas dos países desenvolvidos, que dominam o comércio e as finanças mundiais. Portanto, os problemas da transformação da vida econômica e social são muito maiores, dependem de ações além das condições econômicas, tanto interna como externa, como também do processo de mudança das instituições cristalizadas dos países desenvolvidos.

Para Myrdal (1977), os países subdesenvolvidos precisam pressionar para conseguir que se façam alterações nas políticas dos países desenvolvidos, para que estes não implementem políticas comerciais discriminatórias e para que estes, também, encontrem meios de promover positivamente os interesses de exportação dos países subdesenvolvidos.

Essa política não é válida apenas para relações de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas também para regiões ou localidades que sofram de assimetrias distributivas e de desigualdades sociais, que por sua vez, podem estimular ou aprofundar a trajetória de pobreza. Assim, o relacionamento comercial não predatório entre regiões e ou

localidades mais privilegiadas economicamente são uma das formas de interromper o efeito circular acumulativo negativo da pobreza.

4.4.1 O Processo de Causação Circular e Acumulativa

Para Myrdal (1972), a idéia de causação circular e acumulativa, em suma, é o melhor método de análise das mudanças sociais, ou seja, uma visão geral de uma teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Myrdal (1972) parte da concepção de que a noção de equilíbrio estável é falsa, quando se formula uma teoria para explicar a mudança no sistema social. Em outras palavras, o que está errado é aplicar a hipótese de equilíbrio estável à realidade social, ou seja, em geral não se verifica uma tendência à estabilização automática do sistema social, pelo contrário, o sistema tende ao desequilíbrio, em geral uma transformação não provoca mudanças compensatórias, em vez disso, mantém o sistema na mesma direção e com mais intensidade. Assim, por causa dessa causação circular o processo tende a ser acumulativo.

De acordo com Myrdal (1972), um processo social pode ser interrompido. É possível por meio de forças exógenas, com a direção e intensidade adequada, estabilizarem o sistema, contudo, esse não é o resultado natural desse jogo de forças. A posição de estabilidade é conseguida mediante interferências políticas planejadas com a intenção de interromper determinados movimentos.

De acordo com Quintero (2007, p. 44), um círculo vicioso num processo social pode ser interrompido:

[...] si el Estado, con el ánimo de detener la agudización de las desigualdades regionales, interviniera a través de regulaciones sobre el sector bancario, el establecimiento de zonas francas o de tarifas especiales de impuestos, o la construcción de obras de infraestructura, etc., podría aumentar el atractivo de las regiones rezagadas para la inversión privada, frenando el círculo vicioso, y conduciría - si la intervención es lo suficientemente fuerte o efectiva - a la generación de círculos virtuosos en dichas regiones, lo que finalmente cerraría las desigualdades regionales.

Myrdal (1972) ilustra a idéia da causação circular acumulativa supondo que em determinada comunidade, uma fábrica que empregue grande parte da população, incendeie

e torne-se evidente a desvantagem em reconstruí-la naquela localidade. O primeiro efeito perceptível seria a paralisação das atividades e a extinção do emprego dos trabalhadores. Conseqüentemente, esse resultado reduziria as rendas disponíveis e a demanda. Por sua vez, a redução da demanda reduzirá as rendas e causará desemprego em outras empresas da comunidade, cujos produtos eram revendidos à fábrica e a seus empregados. Assim, entra em operação o processo de causação circular, na qual seus efeitos passam a se acumular de forma negativa. Se não forem tomadas medidas exógenas, a comunidade passará a exercer menos atração, sobre empresários e trabalhadores que pensavam em se transferir para lá. As empresas estabelecidas e os trabalhadores que lá vivem, cada vez mais acharão razões para sair e procurar outros lugares e outros mercados. Caso isso venha ocorrer, novamente serão reduzidas as rendas e a demanda. Também ocorrerá uma mudança na composição etária da população local, para uma direção desfavorável, em consequência do deslocamento da população economicamente ativa.

A causação circular não será composta unicamente de efeitos adversos. De acordo com Myrdal (1972), o processo acumulativo também terá resultado se a mudança inicial for positiva, ou seja, favorável. Por exemplo, a decisão de localizar uma indústria em determinado local impulsionará o desenvolvimento. Criam-se condições para o aumento de renda e de criação de postos de trabalho para os que se encontram desempregados ou estão ocupados em empregos que pagam baixos salários. Os negócios locais podem ganhar força à medida que aumenta a demanda por seus produtos e serviços. O local passa a atrair mão-de-obra e capital para aproveitar as oportunidades de expansão. A instalação de um novo negócio, ou mesmo a ampliação de um já existente, expande o mercado para outros empresários, assim como acontece com a renda e a demanda. Além disso, os altos níveis de lucro aumentam a poupança, que por sua vez, acabam aumentando ainda mais os lucros e a demanda. Portanto, a expansão acumulativa cria economias externas, que dão condições a continuidade.

Para Quintero (2007), não sendo suficiente a identificação das condições relevantes para obter uma compreensão adequada por meio de estudos, se faz necessário explorar a natureza das inter-relações das variáveis endógenas do sistema social. A dinâmica do sistema social num processo de causação circular acumulativa entre as variáveis endógenas, na qual uma mudança em uma delas provoca uma série de sucessivas alterações que modificam todo o sistema, chegando a produzir novas mudanças nas variáveis que se supõe que iniciou o processo, gera uma nova onda de mudanças na mesma direção do impulso

inicial, o que é o mesmo que gerar efeitos acumulativos. Como exemplo, podemos mencionar o caso da Revolução Industrial Inglesa: os avanços tecnológicos que à precederam e se apresentaram durante a mesma, permitiram diversificar e incrementar a produção em níveis inesperados, o que criou uma grande capacidade de geração de excedentes, permitindo incrementar a quantidade de recursos disponíveis para investir em processos de inovação tecnológica, os quais novamente impulsionaram aumentos de produção. Outro exemplo de um processo circular com efeitos acumulativos poderia referir-se ao círculo vicioso que surge das situações de pobreza: pode dar-se no caso de que por causa da sua pobreza um homem não consegue procurar alimentos em quantidade suficiente para alimentar-se; seu conseqüente estado de desnutrição debilitará suas energias como sua saúde, reduzindo sua capacidade para trabalhar e a sua produtividade, a qual o manterá na pobreza, pelo motivo de que novamente não terá o suficiente para garantir um boa nutrição e assim sucessivamente.

Contudo, a causação circular de efeitos acumulativos, tanto descendentes como ascendentes, poderá provocar disparidades regionais. Para Myrdal (1972, p. 51), “[...] o jogo das forças do mercado tende, em geral, a aumentar e não diminuir as desigualdades regionais.”

Segundo Myrdal (1972), o poder de atração de um centro econômico continua gerando economias internas e externas sempre crescentes, que fortificam e mantêm seu crescimento continuo às custas de outras localidades e regiões, nas quais, de forma oposta, a estagnação ou regressão relativa tornou-se notória. As economias, internas ou externas, podem ser entendidas no sentido mais amplo, as quais incluem a população obreira capacitada para várias atividades, fácil comunicação, a consciência de crescimento e de vizinhança e o espírito de empreender.

A causação circular numa economia em expansão pode ter mudanças compensatórias, que reduzirão seus efeitos. Para Myrdal (1972), as deseconomias externas são forças que tendem a retardar um centro de expansão, quando este tiver atingido determinado nível de desenvolvimento, de modo a reverter o processo acumulativo. Os efeitos que contribuirão para tal reversão são aumentos nas despesas públicas e nos custos particulares, uma vez que a população e a indústria tornam-se excessivamente concentradas. Nessas regiões em expansão, é possível que os salários e a remuneração de outros fatores de produção tendam a subir, assim, favorecendo que outras regiões tenham a oportunidade de competir vantajosamente.

4.4.1.1 Efeitos regressivos e propulsores

Os efeitos de um acidente econômico causarão movimentos descendentes ou ascendentes sobre a economia de determinada comunidade, que por sua vez, influenciarão outras comunidades. Segundo Myrdal (1972), não é raro ver a expansão de uma determinada localidade produzir, efeitos regressivos, em outras. A migração, o movimento de capital e o comércio são os meios pelos quais o processo acumulativo se desenvolve, com trajetória ascendente para as regiões mais privilegiadas, e em contraposição, descendente para as regiões que não têm características econômicas atrativas, como a primeira. O movimento de capital em direção à região mais próspera, tende a causar uma drenagem nos recursos destinados a outras. No funcionamento do comércio, há uma preferência em favor das regiões mais ricas e progressistas, em detrimento de outras.

De acordo com Myrdal (1972), a força dinâmica nesse desenvolvimento das regiões mais prósperas é dada pela industrialização, enquanto que as regiões mais pobres permanecem essencialmente agrícolas. Pois o aperfeiçoamento dos mercados contribuiu para desencorajar iniciativas de diversificação industrial nas regiões essencialmente agrícolas, onde, não raramente, além da própria agricultura, outras atividades também apresentam baixos índices de produtividade.

Em oposição aos pressupostos dos efeitos regressivos, Myrdal (1972) destaca a ação dos efeitos propulsores (*spread effects*), com força centrífuga, que propagam seus efeitos da expansão econômica para outras regiões. Para uma região situada em torno de um ponto central de expansão, é natural que se beneficie dos mercados crescentes de produtos agrícolas e seja paralelamente estimulada ao progresso técnico. Os efeitos propulsores podem ser sentidos em regiões ainda mais distantes, as quais têm condições de produção de matérias-primas destinadas ao abastecimento de indústrias localizadas nos centros em desenvolvimento. Se nessas localidades mais distantes se empregar número suficiente de trabalhadores, até mesmo as indústrias de bens de consumo serão estimuladas. Nessas comunidades onde novos impulsos são dados e tem bom resultado, tornaram-se novos centros de expansão econômica, se o movimento expansionista for capaz ou tiver a força suficiente para superar os efeitos regressivos de centros mais antigos.

Para Myrdal (1972), os efeitos propulsores não permitem estabelecer qualquer pressuposto para análise de equilíbrio. Numa situação, a região situada à margem do centro, as duas espécies de efeitos se compensarão e a região estará em estagnação. Contudo, não é estável esta posição, ou seja, quaisquer mudanças nas forças desencadearão um movimento ascendente ou descendente.

Os efeitos de uma região em expansão sobre as localidades marginais, serão entre si, contraditórios, contudo, o prevalecente determinará os níveis do progresso destas localidades. De acordo com Myrdal (1972), o problema das desigualdades encontra-se no problema dos diferentes níveis de progresso entre as regiões do país. De modo geral, mesmo em países onde há um rápido desenvolvimento, muitas regiões se atrasarão, ficarão estagnadas ou mesmo regredirão. Possivelmente, se encontrarão mais regiões nas duas últimas categorias se apenas as forças do mercado decidirem quanto ao resultado.

4.5 NOVAS ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS

Os institucionalistas norte americanos construíram uma corrente de pensamento que agregou muitos seguidores. A corrente Neo-Institucionalista seguiu essencialmente os pressupostos de Veblen, enquanto a Nova Economia Institucional – NEI, tem seu objeto de análise centrado na microteoria econômica.

4.5.1 A Economia Neo-Institucional

De acordo com Conceição (2002), a abordagem neo-institucionalista deriva de forte influência de Veblen, busca conceitos centrais do antigo institucionalismo norte-americano e do crescente vigor teórico da tradição neo-schumpeteriana.

Para Conceição (2005), o conteúdo teórico da corrente neo-institucionalista pode ser definido assim:

- a) a economia como um processo contínuo, a qual opõe-se a premissas da economia ortodoxa, que é economia positiva, e desta forma não se relaciona com tempo, lugar e circunstâncias;
- b) considera fundamental as interações entre instituições, tecnologia e valores;
- c) rejeita a análise econômica ortodoxa por ser excessivamente dedutiva, estática e abstrata, apresentando-se mais próxima a uma celebração das instituições econômicas dominantes, do que uma busca pela verdade e pela justiça social;
- d) os trabalhos empíricos e teóricos de outras disciplinas, que lhe conferem um caráter multidisciplinar.

Conforme aponta Samuels⁴ (1995 apud CONCEIÇÃO; FERRARI FILHO, 2001), a economia institucional pode ser vista como alternativa não-marxista ao neoclassicismo dominante no *mainstream*. A aglutinação dessas idéias poderá ser por meio da proposição de um paradigma institucionalista, o qual buscará identificar elementos e crenças comuns, que operam em níveis teóricos próximos, no entanto que mantenham as várias aplicações específicas. Para os institucionalistas, a determinação de qualquer alocação em qualquer sociedade é dada pela sua estrutura organizacional, ou seja, pelas suas instituições.

De acordo com Soares (2006), a corrente evolucionista e os neo-institucionalistas, reconhecem o caráter dinâmico do sistema econômico, a importância das relações de poder e do papel desempenhado pelas instituições na distribuição desigual. No entanto, consideram ser impossível prever o desfecho dessas interações, pois presumem o sistema econômico aberto, ou seja, instável, dessa forma, qualquer variação nas condições iniciais gera alterações imprevisíveis.

De acordo com Reis (1998) os economistas institucionais usam a definição de instituição para os comportamentos regulares e padronizados das pessoas numa sociedade e para as idéias e os valores associados a esses padrões e regularidades. As idéias centrais dessa corrente institucionalista é uma visão interacionista dos hábitos, da ação coletiva, da regra, da cultura e da norma. Essa visão é resultante da idéia de que todas as culturas produzem significados materiais concretos que são usados com múltiplas finalidades de troca, de produção, de satisfação moral e emocional. Isso se observa mais precisamente porque as instituições são frutos da experiência, elas contêm em si mesmas as possibilidades de mudanças. Assim, as instituições mudam quando as experiências das pessoas as levam a crer que há uma maneira melhor de organizar algum aspecto da sua vida.

⁴ SAMUELS, W. J. The present state of institutional economics. Cambridge Journal of Economics. v. 19, p. 569-590. 1995.

Ainda na visão de Reis (1998), a ação coletiva como fruto da atividade humana, é o fator originário do paradigma institucionalista. A partir dessa concepção os indivíduos superam as suas irreduzíveis limitações através da construção de convenções, ou seja, criam padrões de ação e de comportamento que resultam de interações maiores que as capacidades inatas. Para Conceição (2005), o paradigma institucionalista tem o foco em três condições primordiais: crítica à organização e performance das economias de mercado, por se constituírem em mera abstração; geração de um corpo de conhecimento em uma variedade de tópicos; e desenvolvimento de um *approach* multidisciplinar para resolver problemas.

A partir dessas considerações, Samuels⁵ (1995 apud CONCEIÇÃO, 2002), destaca o corpo de conhecimento institucionalista, que é constituído de oito itens:

- a) ênfase na evolução social e econômica explicitando as ações das instituições sociais. Embora as mudanças institucionais sejam comuns, elas ocorrem de maneira lenta, tanto do ponto de vista não-deliberativo (hábitos e costumes) quanto deliberativo (lei);
- b) o controle social e o exercício da ação coletiva constituem a economia de mercado, que é um sistema de controle social representado pelas instituições, as quais a conformam e a fazem operar.
- c) enfatiza-se a tecnologia como força propulsora na transformação do sistema econômico. Os institucionalistas acreditam que a formatação industrial exerce efeitos marcantes sobre a organização social, política, econômica e sobre a natureza da cultura, a qual acaba por marcar profundos efeitos na adoção e na operação da tecnologia.
- d) os institucionalistas consideram que o determinante último da alocação de recursos não é o mercado, mas as instituições, mais especificamente as estruturas de poder, que estruturam os mercados e para as quais os mercados dão cumprimento;
- e) para os institucionalistas a Teoria do Valor tem uma natureza diferente, ela não se preocupa com os preços relativos das mercadorias, mas com o processo pelo qual os valores se incorporam e se projetam nas instituições, estruturas e comportamentos sociais;
- f) ênfase no papel dual da cultura em um processo da causação acumulativa. Essa abordagem recai, em primeiro lugar, no papel transcendental da cultura e nos processos de formação da estrutura social e identidades individuais, metas, preferências e dos estilos de vida.
- g) a estrutura de poder e as relações sociais geram uma estrutura marcada pela desigualdade e pela hierarquia;

⁵ Ibidem.

h) os institucionalistas são holísticos, utilizam-se de outras disciplinas, assim o objeto de estudo econômico torna-se, necessariamente, multidisciplinar.

Segundo Conceição (2002), os neo-institucionalistas assumem uma inclinação evolucionária, seguindo a linha de pensamento dos institucionalistas americanos, com uma teorização de como as instituições criam trajetórias de crescimento historicamente enraizadas.

De acordo com Conceição (2002), a abordagem de inclinação evolucionária enfatiza que as trajetórias de crescimento são criadas historicamente, a partir do desenvolvimento de trajetórias nacionais institucionalmente enraizadas. Daí a existência de diversos processos ou tipos de desenvolvimento econômico, ou seja, as instituições importam, porque determinam diferentes trajetórias de crescimento nos diversos ambientes nacionais. Portanto, há várias formas de se organizarem as economias de mercado, uma vez que o mesmo difere conforme os vários tipos de capitalismo. Essas afirmativas retomam princípios fundamentais do institucionalismo de Veblen, incorporando as contribuições mais recentes dos evolucionários.

A ligação tácita entre a política, instituições e mercado, representam o eixo da economia política institucional. Desta forma Zysman⁶ (1994 apud CONCEIÇÃO, 2003) propõe um esquema representativo que relaciona contextos sociais e institucionais com o dinamismo dos mercados nacionais, como segue:

a) Cada economia tem sua estrutura institucional, na qual as organizações da política e dos mercados definem as escolhas de cada ator, assim conduzindo as dinâmicas nacionais específicas. Compreender as origens das instituições do mercado e as regras de um determinado país é uma condição essencial para entendimento das relações mercantis, e de que forma operam estes mercados. A evolução progressiva definindo as regras de incentivos e restrições encaminha à conclusão de que a história é importante e as rotinas se alteram de um período a outro. Contudo, a evolução vai depender da mudança na estrutura institucional do país.

b) A estrutura institucional de uma economia, combinada com sua respectiva estrutura industrial, define distintos padrões de restrições e incentivos. Isto motiva os interesses dos atores e o tipo de comportamento que passam a adotar. Tal fato implica na impossibilidade de países constituírem estruturas industriais idênticas em contextos econômicos, sociais e regionais distintos.

⁶ ZYSMAN, J. How institutions create historically rooted trajectories of growth. **Industrial and Corporate Change**, v. 3, n. 1, p. 243-283. 1994.

c) A lógica do mercado de determinada estrutura institucional nacional, orienta a escolha corporativa que explicita a estratégia particular de cada firma, o desenvolvimento do produto e o processo de produção no sistema nacional, ou seja, as estratégias individuais das firmas são reflexos da estrutura institucional.

d) A concorrência comercial pode ser em parte compreendida como uma interação com tais lógicas nacionais dos mercados, uma vez que diferenças entre as estratégias competitivas e o acesso ao mercado e à tecnologia criam tais padrões de concorrência em escala internacional.

O pensamento evolucionário, inspirado nas particularidades e, portanto, múltiplas trajetórias nacionais, não tem qualquer compromisso com equilíbrio. Segundo Zysman⁷ (1994, apud CONCEIÇÃO, 2002), os mercados enraizados nas instituições políticas e sociais são criados por governos e políticos não podendo existir ou operar fora das regras e das instituições, que estruturam compras, vendas e a própria organização da produção. Conseqüentemente, há múltiplos capitalismo de mercado cujas histórias nacionais não podem ser examinadas isoladamente, pois as instituições, os grupos e as regras que amparam o ambiente onde opera o mercado são originários da criação do Estado-Nação e estão ligados à origem do próprio capitalismo.

Ainda segundo Conceição (2003), as estruturas institucionais nacionais são resultantes do processo histórico de desenvolvimento industrial e da modernização política, o que está diretamente associado à argumentação evolucionária das trajetórias tecnológicas, incluindo o processo de difusão da informação e o de geração de novas idéias. A novidade dessa concepção é que não basta a geração de investimento para se criarem as bases para um processo de crescimento. Faz-se necessária a construção de um ambiente institucional adequado, capaz de transformá-lo em crescimento, o que implica em compreender que esse crescimento é diferenciado e heterogêneo na expansão sobre regiões ou territórios distintos.

Assim, pode-se assumir que uma análise para se compreender o caminho ou a conjuntura econômica de uma região não pode ser considerada sem a identificação de fatores locais ou territoriais, engendrados nas instituições. Não considerar as instituições nas análises de crescimento econômico é destituir tal conhecimento da profundidade necessária.

⁷ Ibidem.

4.5.2 A Nova Economia Institucional

De acordo com Conceição (2005), a Nova Economia Institucional (NEI), com ênfase em aspectos microeconômicos, a distingue do institucionalismo norte-americano dos anos de 1940. A NEI enfatiza a teoria da firma em uma abordagem não convencional, mesclada com história econômica, economia dos direitos de propriedade, sistemas comparativos, economia do trabalho e organização industrial. Dentre os principais autores, destacam-se Ronald Coase e Oliver Williamson, os quais, mesmo sem reivindicar a paternidade de tal linha de pesquisa pelos vários estudos realizados há pelo menos duas décadas, vêm dando conta desta questão. Em linhas gerais, estes estudos pretendem superar a microteoria convencional, centrando suas análises nas transações, ou seja, a partir da teoria dos custos de transação. Para tal, Ronald Coase trata de dois pontos fundamentais: o primeiro, são as transações e seus respectivos custos, que constituem o objeto central da análise; e, segundo, a incerteza, e implicitamente, a racionalidade limitada são elementos-chave na análise dos custos de transação.

No entanto, apesar desse foco de análise microteórico, as propostas do velho institucionalismo e do novo são similares em muitos pontos quando se analisa a mudança institucional. O ponto de maior convergência é o estudo dos processos de aprendizagem, nos quais os modelos mentais e a construção de hábitos de comportamento determinam as possibilidades dos agentes e das organizações de qualificar-se para competir (LOZANO, 1999).

Mas apesar dos pontos de convergência, os termos da análise não partem dos mesmos pressupostos. Segundo Mourão (2007), os novos institucionalistas pertencem à corrente de pensadores econômicos que tentam explicar as instituições políticas, econômicas, históricas e sociais como, por exemplo, o governo, a justiça, os mercados, as empresas as convenções sociais e as famílias nos termos da economia neoclássica, ao contrário da corrente institucionalista de Veblen, Mitchell e Commons.

De acordo com Lozano (1999), a Nova Economia Institucional nasceu das críticas ao institucionalismo pelo limitado e insuficiente desenvolvimento teórico.

Partiendo de estas críticas al viejo institucionalismo Williamson recuperó las ideas de Coase sobre la empresa y los costos de transacción para darle nombre a lo que se conoce hoy como la nueva economía institucional. Es

importante señalar que hacen parte de esta propuesta desarrollos tan diversos como los de la economía de los costos de transacción, los derechos de propiedad, el análisis económico del derecho, la economía de la información, la economía de las organizaciones y la nueva historia económica norteamericana. La mayoría de estos autores considera que la nueva economía institucional es un desarrollo analítico complementario de la corriente principal. (LOZANO, 1999, p.100)

De acordo com Begnis e Zerbielli (2003), o objeto da NEI, não é somente solucionar conflitos que causam efeitos negativos sobre o processo de desenvolvimento. Deve-se, também conhecer os potenciais conflitos com antecedência e, então criar instituições cujo desenho das estruturas de governança evite ou atenuar os efeitos negativos sobre a eficácia alocativa, enquanto pressuposto do desenvolvimento.

A NEI, segundo Begnis e Zerbielli (2003), subdivide-se em quatro grupos de análise:

- a) O nível social, composto por normas, tradições, costumes e religião. Assim, a mudança para um nível superior explica-se pelas origens espontâneas que as instituições informais possuem intrinsecamente (WILLIAMSON⁸, 2000, apud BEGNIS e ZERBIELLI, 2003);
- b) O ambiente institucional, formado por regras formais, constituições, leis, normas, etc. Nesse nível são incluídas as funções executivas, legislativas, judiciais e burocráticas do governo, além da distribuição de poderes nos diferentes níveis de governo. São também importantes os conceitos de direito de propriedade e de leis de contratos e como ocorre a governança das relações contratuais;
- c) A estrutura de governança em que ocorre a administração de contrato com a intenção de manter a ordem, eliminar conflitos e gerar ganhos mútuos;
- d) Nível de análise da teoria neoclássica. Nele a empresa é vista como uma função de produção, e os ajustes dos preços e produção acontecem mais ou menos continuamente.

Segundo Conceição (2005), as preocupações estruturais da NEI, concentram-se na compreensão das origens e funções das diversas estruturas da empresa e do mercado, incorporando desde pequenos grupos de trabalho até complexas corporações modernas. Três hipóteses de trabalho aglutinam o pensamento da NEI: primeiro, as transações e os custos a ela associados definem diferentes modos institucionais de organização; segundo, a tecnologia, embora constitua-se em aspecto fundamental da organização da firma, não é um fator determinante da mesma; terceiro, as falhas de mercado são centrais na análise.

⁸ WILLIAMSON, O. E. Why law, economics, and organization? Berkeley: University of California, December/2000.

North (1990) utilizou-se dos conceitos teóricos dessa nova corrente de pensamento econômico para explicar a crescente diferença de desempenho econômico entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. North (1990) evidencia a partir de seus pressupostos teóricos a capacidade que os arranjos institucionais têm de afetar e transformar o desempenho das economias, insistindo que as instituições, ao longo do tempo, explicam as divergências verificadas nas diferentes trajetórias dessas economias.

Segundo Lozano (1999), o reconhecimento da importância das instituições, nas quais o mercado está imerso, sugere também que devem existir algumas imersões nas quais o mercado funcione melhor. A partir disso, derivam-se duas conseqüências essenciais para a economia institucional. A primeira é que a economia institucional, além de diferenciar os sistemas centralizados e descentralizados de organização econômica, é capaz de identificar diferentes configurações do capitalismo, levando em conta sua especificidade histórica. Em segundo lugar, surge a necessidade de discriminar entre estas configurações quais são as mais adequadas para o desempenho do mercado, ou com maior precisão, qual é o critério de eficiência com o qual se pode desenhar e avaliar a mudança institucional.

De acordo com North (1990), o desenvolvimento econômico está diretamente relacionado ao desempenho das instituições. As instituições são definidas como as regras do jogo de uma organização social, ou melhor, constituem-se dos artifícios definidos pelos homens para dar forma à sua própria interação. Dessa forma, essas regras definem os incentivos que atuam sobre as trocas humanas, tanto políticas, sociais ou econômicas. Assim, as mudanças institucionais moldam a trajetória ou caminhos que as sociedades percorrem no processo de evolução ao longo do tempo e, portanto, constituem-se uma chave para a compreensão das mudanças históricas. Observa-se que o foco principal de sua análise está no problema da cooperação humana especialmente, a cooperação que permite às economias capturar os ganhos decorrentes de trocas.

No entanto, segundo Mourão (2007), desde o momento em que a exploração dos tópicos institucionais apareceu entre os novos institucionalistas, o velho institucionalismo americano foi forçado a ceder em seu vigor de rejeição do abstracionismo e da generalização em direção da economia ortodoxa. Mas, com essa atitude, pôs em perigo sua essência, perdeu espaço, perdeu domínio e o vigor acadêmico.

Contudo, a abordagem realizada pela NEI, se distancia da proposta desse trabalho, já que o objeto de análise não se concentra numa perspectiva microeconômica, ou

seja, o foco do estudo não tem a pretensão de considerar fatores da economia institucional contemplados pela teoria dos custos de transação ou pela teoria da firma.

4.6 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Nesta seção, buscou-se trazer outras correntes que indiretamente vem a corroborar com as idéias institucionalistas. Compartilham aspectos como, valores, hábitos sociais, particularidades locais, poder público, conhecimento, inovação, a participação social entre outros, considerados determinantes no caminho do desenvolvimento. Ou seja, as variáveis não-econômicas, têm grande capacidade explicativa nos resultados socioeconômicos de uma região ou local.

Conforme trata Albuquerque (1997), a urgência de um novo modelo de desenvolvimento aumentou a partir da constatação de que o crescimento das grandes empresas e o dinamismo econômico não irradiam homoganeamente para todas as regiões de um país e nem permitem uma distribuição mais eqüitativa de renda entre os diversos grupos sociais. A busca de investimentos estrangeiros ou a confiança na manutenção de um contexto externo favorável, apesar de serem importantes, não podem constituir, de forma isolada, uma base sólida como estratégia de desenvolvimento regional ou de superação da pobreza.

De acordo com Barquero (2002), o desenvolvimento de uma economia é sempre promovido por seus atores sociais, detentores de uma cultura, formas e mecanismos próprios de organização. A sociedade encoraja o surgimento de formas específicas de organização e instituições que lhe são próprias, de modo que dificultarão ou facilitarão a atividade econômica, pois os agentes econômicos sob essas influências nem sempre seguirão as prescrições teóricas dos modelos econômicos.

As mudanças nos processos produtivos e nos seus resultados em diferentes regiões forçam profundas transformações nas teorias e políticas de desenvolvimento. Segundo Moraes (2003), os desequilíbrios regionais intensificados pela reorganização da produção globalizada passaram a ser estudados, basicamente, sob duas categorias analíticas que, embora diferentes, são convergentes e complementares, a “sustentabilidade e a endogenia”. O desenvolvimento sustentável centra sua atenção na relação do homem com a natureza, preconizando a utilização racionalizada dos estoques de recursos naturais. O desenvolvimento

endógeno tem suas origens na década de 1970, quando começaram a se destacar as propostas de desenvolvimento da base para o topo. A principal questão do modelo de desenvolvimento endógeno tem sido o conhecimento das causas da variação dos níveis de crescimento das diversas regiões e territórios, mesmo esses estando nas mesmas condições em termos de fatores produtivos, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia.

Segundo Barquero (2002), uma política econômica local, está associada a uma abordagem de baixo para cima da política de desenvolvimento, a qual atribui aos atores locais o papel central em sua definição, execução e controle. Num estágio mais avançado, os atores locais organizam-se formando redes, que servem de instrumento para conhecer e entender a dinâmica do sistema produtivo e das instituições, bem como para conjugar iniciativas e executar as ações que compõem a estratégia de desenvolvimento local.

Assim, como salienta Moraes (2003), a principal contribuição da teoria endogenista foi verificar como as instituições e os fatores de produção mais importantes para o desenvolvimento, tais como capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento, poderiam ser gerenciados endogenamente em cada território e não mais de forma exógena.

Nesse caminho Godard (1987), com base na moderna teoria do desenvolvimento territorial endógeno, tem estudado a importância da sociedade, das relações sociais e da capacidade de cooperação de seus atores para o processo de desenvolvimento de um território. Segundo Moraes (2003), o ambiente do território é onde interagem as organizações comunitárias, as unidades empresariais, as redes de infra-estrutura e os intermediários comerciais e financeiros. Isso exige o desenvolvimento de uma nova institucionalidade, que seja democrática, moderna, representativa, transparente e competente e que possibilite o planejamento com participação da população, pois conforme aponta Becker (2003, p. 116) “[...] uma sociedade mais organizada socialmente é uma sociedade mais participativa politicamente. E uma sociedade mais participativa politicamente é uma sociedade muito mais desenvolvida economicamente”. Para tal tarefa, são necessários mecanismos diferenciados de gestão, que articulem os governos e as instituições locais com a sociedade. (MORAES, 2003).

De acordo com Amaral Filho (2001), no desenvolvimento regional, apresentam-se novas interpretações para as funções do Estado, tendo-se em vista sua segmentação e também as parcerias estabelecidas com a sociedade civil. Um dos elementos

centrais da nova economia regional consiste nas ações coletivas, e essas só se desenvolvem com eficiência se forem institucionalizadas.

A intensa busca para identificar teoricamente possíveis relações entre capital social, economia e desenvolvimento regional, coloca o conceito de capital social nas pautas de governos, organizações e instituições. Assim, Moraes (2003) conceitua capital social, como a presença e a qualidade das relações sociais no desencadeamento do processo de desenvolvimento. O capital social significa relações sociais institucionalizadas na forma de redes sociais. Segundo Castilho (2001), as relações sociais são institucionalizadas porque representam acúmulo de práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações de grupos, comunidades ou classes sociais.

Segundo Riedl e Vogt (2003), as tradições cívicas, o capital social e práticas colaborativas, por suas próprias forças não são capazes de desencadear um processo de crescimento econômico. No entanto, constituem elemento importante para as regiões enfrentarem e se adaptarem aos desafios e oportunidades da realidade presente e futura. Contudo, parece ser inegável o fato de o capital social ser essencial para o desenvolvimento endógeno, que exige cooperação permanente entre os atores regionais para criar e manter um ambiente econômico competitivo.

A sociedade civil através da solidariedade, integração social e cooperação local, pode ser considerada o principal agente de modernização e transformação socioeconômica num determinado território (BOISER, 1997).

De acordo com Becker (2003), os padrões de desenvolvimento regional podem ser entendidos como uma das alternativas que cada local, região ou país têm, em função de suas diferenças ambientais, culturais e valores éticos e morais, de se inserir no processo de desenvolvimento. Assim, a construção de um modelo de desenvolvimento é próprio e específico de uma região ou de um local. Em suma, o desenvolvimento decorre da capacidade cultural, acumulada regionalmente, dos agentes sociais, políticos e econômicos de uma região para construir de forma coletiva e associada seu próprio padrão de desenvolvimento.

Para Barquero (2002), o desenvolvimento de uma economia é o resultado de um sistema institucional desenvolvido e complexo. Em territórios caracterizados por densas redes de relações que envolvem empresas, instituições de ensino e de pesquisa, associações de empresários, sindicatos e governos locais se terá maior eficiência na utilização dos recursos, conseqüentemente, melhorando sua competitividade. As dificuldades de desenvolvimento

auto-sustentado, não raramente, estão vinculadas às carências e ao mau funcionamento da rede institucional.

Para Bandeira (1999), qualquer proposta de política pública que visar a ampliação do capital social regional, através de práticas participativas, terá que manter por um longo período o apoio institucional, a credibilidade e a sustentação política da proposta, sob a pena de inviabilizar no futuro a continuidade das práticas cívicas e a solidariedade na comunidade. Por esses motivos, ele acredita que são necessários novos modelos de atuação governamental e de formulação e gestão de políticas públicas para o desenvolvimento regional endógeno.

Segundo Moraes (2003), mesmo considerando o planejamento participativo como estratégico e como instrumento orientador da transição para um novo tipo de sociedade local ou territorial, é conveniente insistir na oportunidade histórica de mudança através do processo de descentralização. O território passa a constituir um espaço estratégico para fomentar o exercício da cidadania, baseada no conhecimento e orientada por valores territoriais. Nesse espaço é possível articular os movimentos sociais, a identidade cultural, as práticas sociais e os processos de produção de conhecimento.

De acordo com Diniz (2001), o desenvolvimento está enraizado nas condições locais, o foco do planejamento regional passa a ser a localidade. Como a atualidade é identificada como era do conhecimento e da crescente integração em redes, a região ressurge como *locus* da organização produtiva e da inovação, no qual o esforço e o sucesso da pesquisa, da ação institucional, do aprendizado se dão de forma coletiva, através da interação, cooperação e complementaridade, imersos no ambiente cultural local, o qual é também o resultado do processo histórico cultural ou *path dependent*.

De acordo com Barquero (2002), o desenvolvimento endógeno está baseado na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos institucionais e culturais bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento. Assim, pode-se admitir que o desenvolvimento endógeno é um processo de crescimento e de mudança estrutural, no qual a organização do sistema produtivo, a rede de relações entre atores e atividades, a dinâmica de aprendizagem e o sistema sociocultural são determinantes no processo de mudança.

Um padrão de desenvolvimento próprio da região, segundo Becker (2003), será possível potencializando as especificidades locais e culturais de cada região, que pela própria heterogeneidade, possibilitará as inserções diferenciadas. A crescente interação dos

agentes do desenvolvimento regional transforma-os em sujeito coletivo regional e é esse fato que viabiliza um processo de desenvolvimento diferenciado e diferenciador dos de outras regiões.

5 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Como apresentado anteriormente, a perspectiva institucionalista evidencia a importância dos indivíduos e seus hábitos, costumes, cultura, tradição etc, bem como as regras formais estabelecidas nos processos e resultados econômicos e sociais. Usando as palavras de Douglass North, pode-se reiterar que as organizações são os jogadores e suas ações e condutas estão a mercê das instituições que determinam as regras do jogo.

Assim, considerando a importância das instituições para o desenvolvimento econômico e social e o que ela realmente representa, parece difícil estabelecer estratégias padrão de crescimento nas esferas nacional ou internacional. Considerando o cerne da literatura institucionalista, pode-se atribuir às especificidades regionais e locais, definidas pelas instituições enraizadas, como um dos agentes que determinaram o ambiente favorável ou desfavorável para o seu desenvolvimento econômico.

Neste sentido, os municípios Lindeiros, comuns pela contigüidade territorial, base produtiva (predominância agropecuária), formação histórica, entre outras, compartilham de uma posição de destaque, pelo recebimento dos recursos dos *royalties* de Itaipu Binacional. Assim, os *royalties* passam a criar uma expectativa positiva quanto aos indicadores econômicos como o PIB, PIB *per capita* e emprego, como também de indicadores sociais como de redução da pobreza, IDH, Gini, etc.

Para a identificação do impacto dos *royalties* no desenvolvimento dos Lindeiros será utilizado método de pesquisa descritiva e explicativa. Como destaca Gil (1999), é descritiva porque descreve as características de determinado fenômeno e estabelecer relações entre variáveis deste fenômeno, neste caso, o quanto impacta os *royalties*, no desenvolvimento dos Lindeiros.

De acordo com Gil (1999), pode ser definida como explicativa porque a pesquisa interessou-se na identificação das possíveis causas do surgimento de determinados fenômenos. Dessa forma, além de identificar as variáveis de influência na estrutura socioeconômica dos Lindeiros, se quis saber o quanto essas variáveis inclusive os *royalties*, interferiram na recente expansão desses municípios. Contudo, o foco da pesquisa contempla o papel dos *royalties* sobre os Lindeiros pela ótica do pensamento institucional.

Esta pesquisa pode ser definida como de natureza qualitativa. Segundo Triviños (1987), uma pesquisa qualitativa tem algumas características básicas: o pesquisador é variável chave no processo de investigação; os pesquisadores qualitativos devem estar preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados; uma pesquisa qualitativa é descritiva; e os dados da pesquisa qualitativa devem ser analisados indutivamente. Conforme Taylor e Bogdan (1984), a pesquisa qualitativa focaliza as pessoas, cenários e grupos como um todo, não os reduzindo a variáveis, buscando compreender as pessoas a partir do próprio quadro de referência destas. Esta dissertação buscará tratar da compreensão da realidade pela “lente” das instituições, pois, convenientemente, a pesquisa qualitativa considera o contexto social em que ocorre o fenômeno.

A partir dessas considerações, para que se pudesse compreender e analisar o fenômeno dos *royalties* sobre a economia dos Lindeiros, optou-se por analisar o discurso de atores sociais locais, divididos em quatro grupos ocupacionais distintos. A unidade de análise conta com presidentes de associações comerciais e industriais ou empresários; presidentes de sindicatos dos servidores públicos; prefeitos, ex-prefeitos ou vereadores; e funcionários públicos. Os entrevistados foram selecionados nos municípios Lindeiros paranaenses. As entrevistas foram realizadas no período de setembro a outubro de 2007. As entrevistas eram agendadas com antecedência por telefone, no momento em que o pesquisador se apresentava e explicava o propósito da pesquisa e assim definia uma data para a entrevista. Buscando otimizar os recursos, as entrevistas eram feitas com todos os atores selecionados no município numa mesma data.

A pesquisa está amparada sobre as premissas do pensamento institucional, a qual utilizará os elementos de uma metodologia institucionalista apontada por Moraes e Azevedo (2005): (a) a investigação deveria começar com uma questão e não com um axioma; (b) o comportamento deve ser analisado e compreendido como intencional; (c) todas as situações correntes são resultantes do processo histórico e da mudança acumulativa; (d) a estrutura institucional particular deve ser conhecida, para se compreender o comportamento resultante de tal estrutura; (e) história e análise devem ser combinadas numa abordagem holística; (f) a evolução é um processo no qual a seleção artificial intencional de fatores críticos tende a modificar os hábitos; (g) a negociação tem um papel decisivo.

Assim, como meio de atingir o objetivo desta pesquisa, foi investigado um grupo de atores sociais da história recente dos Lindeiros, enfatizando o papel dos *royalties*, sob o enfoque da corrente institucional.

Contudo, dados, informações e alguns indicadores desses municípios Lindeiros serão necessários para que se torne possível a busca de explicações para sua atual estrutura econômica, que possam complementar a análise e o entendimento das instituições.

Preliminarmente, foi realizado um diagnóstico da base econômica dos Lindeiros, para isso foram utilizados dados de fontes secundárias, basicamente do Iparde. Tal diagnóstico do perfil econômico dos municípios conta com dados do PIB, PIB setorial, PIB *per capita*, emprego, estabelecimentos, entre outros.

Através dos atores locais pesquisados, buscaram-se as informações sobre a estrutura econômica desses municípios, quanto ao desenvolvimento e a capacidade dos *royalties* como motriz dos resultados econômicos dos Lindeiros. O roteiro das entrevistas dividiu-se em três partes. A primeira buscou elaborar um diagnóstico da economia Lindeira, a partir do entendimento dos depoentes. Em suma, buscava-se dos entrevistados uma avaliação do desenvolvimento dos Lindeiros; o papel do poder público municipal na economia; e as atividades produtivas de maior destaque a partir do alagamento. Na segunda parte, buscou-se identificar a importância conferida aos *royalties* para a economia Lindeira. De maneira geral, questionou-se sobre a dependência dos *royalties* da economia Lindeira; sobre a possibilidade de um corte de *royalties* e a necessidade de possíveis ajustes; e sobre a hipótese de mesmo com o alagamento, nunca ter existido os *royalties*. Na terceira e última parte, buscou-se elaborar um prognóstico para o longo prazo, ano 2023, com a revisão do Tratado de Itaipu, e a possibilidade da interrupção nas transferências de *royalties*. Em suma, questionou-se sobre as ações que deveriam ser tomadas, para preparar a economia Lindeira para 2023; as atividades produtivas que podem fortalecer a economia Lindeira no longo prazo; e planejamento dos investimentos por agentes políticos partidários ou um caminho alternativo. As respostas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas de modo que facilitaria o posterior cadastramento no *software*. As questões na íntegra encontram-se no APÊNDICE A – Roteiro de entrevista.

A coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas, realizadas pelo próprio pesquisador, constituídas por questões gerais. De acordo com Marconi e Lakatos (1999), a entrevista é o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, por meio de uma conversação

de natureza profissional. A entrevista trata-se de um procedimento utilizado na investigação social para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. Mais especificamente, as entrevistas têm como objetivo central a obtenção de informações com conteúdo de:

a) averiguação de fatos. Descobrir se as pessoas que estão de posse das informações são capazes de compreendê-las;

b) determinação das opiniões sobre os fatos. Conhecer o que as pessoas pensam ou acreditam que os fatos sejam;

c) determinação de sentimentos. Compreender a conduta de alguém por meio de seus sentimentos e anseios;

d) Conduta atual ou do passado. Inferir que conduta a pessoa terá no futuro, conhecendo a maneira pela qual ela se comportou no passado ou se comporta no presente, em determinadas situações;

e) Motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas. Descobrir quais fatores e por que podem influenciar as opiniões, sentimentos e condutas.

Segundo Triviños (1987), a entrevista semi-estruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos apoiados em teorias que interessam ao tema da pesquisa. Ela oferece um amplo campo de interrogativas, as quais surgem à medida que se recebem as respostas dos informantes. Nesse sentido, os entrevistados seguem espontaneamente a linha de seus pensamentos e de suas experiências, dentro do foco principal colocado pelo pesquisador.

No entanto, a técnica de coleta de dados ou informações por meio de entrevistas oferece várias vantagens e limitações. Segundo Marconi e Lakatos (1999), algumas vantagens desse tipo de pesquisa podem ser citadas, como: maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente, especificar algum significado como garantia de que está sendo bem compreendido; oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz; oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos; dá oportunidade de conseguir informações mais precisas; entre outras.

Contudo, como trata Marconi e Lakatos (1999), a técnica da entrevista apresenta algumas limitações ou desvantagens, como: incompreensão por parte do entrevistado, do significado das perguntas da pesquisa, o que pode levar a uma falsa

interpretação; possibilidade de o entrevistado ser influenciado, consciente ou inconscientemente, pelo pesquisador, pelo seu aspecto físico, suas atitudes, idéias, opiniões, etc.; disposição de o entrevistado dar as informações necessárias; retenção de dados importantes receando que sua identidade seja revelada; pequeno grau de controle sobre uma situação de coleta de dados; ocupa muito o tempo e é difícil de ser realizada, entre outras.

Dada a forma, esta pesquisa não se utilizará de técnicas probabilística para definir a amostra. Utilizar-se-á de amostras intencionais, nesse caso os atores locais e organizações localizadas nos Lindeiros. Para Gil (1999), a amostra intencional consiste em identificar e selecionar um grupo que abranja as informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, a partir da definição dos grupos, foram selecionados os entrevistados em função dos conhecimentos e das informações de que dispunham sobre a economia, “*royalties*-dependência”, cenários futuros esperados para os Lindeiros e da disponibilidade em dar a entrevista.

Foram realizadas, efetivamente, 43 entrevistas das 60 possíveis, pois são 4 grupos e 15 municípios Lindeiros. Muitos alegavam que não tinham tempo agora e transferiam para datas futuras, e depois para outras. Com alguns não foi possível nem mesmo contato. Outros chegavam a marcar as entrevistas, mas quando chegava o momento apareciam compromissos de última hora.

Das 43 entrevistas efetivamente realizadas, trabalhou-se com 32. Primeiro, algumas entrevistas demasiadamente confusas e que não revelaram o interesse dos depoentes em responder claramente ao objetivo da questão foram descartadas. Em outros casos, o entrevistado foi excessivamente objetivo, sem a intenção de justificar as respostas. Também, outras respostas muito objetivas passaram a se repetir, ou seja, não agregavam novas informações.

Com essa metodologia, incluindo as informações obtidas por meio das entrevistas, das fontes secundárias, pelo apoio das teorias do pensamento institucional, Capital Social e Desenvolvimento Endógeno, espera-se constituir elementos explicativos a partir da percepção dos atores previamente selecionados, sobre processo econômico e social da região Lindeira.

5.1 TÉCNICA DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Para a realização do processamento dos dados obtidos por meio das entrevistas semi-estruturadas utilizou-se da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)

Segundo Lefevre e Lefevre (2006), o DSC é uma técnica de processamento de dados qualitativos, notadamente de depoimentos, com vistas à obtenção e descrição do sentido das opiniões ou representações coletivas. No DSC apresentam-se as opiniões coletivas por meio de um conjunto de discursos ou depoimentos coletivos. Esses expressam, simultaneamente, de forma qualitativa e quantitativa, as opiniões de uma dada coletividade. Contudo, a obtenção dos DSCs é um processo singular, subdividido em etapas, efetuado por meio de uma série de operações no material verbal coletado nas pesquisas.

No entanto, de acordo com Lefevre e Lefevre (2005), deve-se admitir que uma dinâmica de grupo não pode reconstruir uma coletividade, é preciso admitir que um pequeno grupo é um pequeno grupo e não uma coletividade. O pensamento gerado num pequeno grupo não é um pensamento coletivo ou social. Está muito mais próximo de um fenômeno psicossocial, resultante de determinada dinâmica grupal, na qual uns falam mais, outros falam menos ou nada, uns assumem a liderança do grupo outros aderem. Desta forma, tem-se que o pensamento aí gerado não seja verdadeiramente representativo de uma coletividade. O pensamento social ou coletivo entra no grupo, mas sai de lá inevitavelmente deturpado pela dinâmica psicológica própria das interações face a face.

Segundo Lefevre e Lefevre (2005), em termos metodológicos, o pensamento coletivo está mais validamente presente no indivíduo do que no grupo, uma vez que o pensamento coletivo é a presença, internalizada no pensar de cada um dos membros da coletividade, de esquemas sociocognitivos ou de pensamento socialmente compartilhado. Para se obter o pensamento coletivo, é preciso convocar os indivíduos um a um, o universo ou uma amostra representativa de uma coletividade, para que cada indivíduo possa expor seu pensamento social internalizado, livre da pressão psicossocial do grupo, dessa forma o conjunto dessas individualidades opinantes pode representar, sociológica e estatisticamente, uma coletividade.

Segundo Lefevre, Lefevre e Marques (2007), pode-se dizer que o Discurso do Sujeito Coletivo, é uma técnica de processamento de depoimentos, que se concentra no

agrupamento de pesquisas sociais empíricas, sob a forma de discursos únicos redigidos na primeira pessoa do singular, de conteúdos de depoimentos com sentidos semelhantes.

De acordo com Renovato e Dantas (2005), a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo consiste num conjunto de procedimentos de tabulação e organização de dados discursivos, provenientes de depoimentos reais.

Para Lefevre et al. (2002), os DSCs podem ser tanto das Idéias Centrais quanto das Ancoragens. São a composição de um ou mais depoimentos que apresentam um sentido singular. A partir de uma forma discursiva, refletem os pensamentos e os valores associados a uma área de pesquisa proposta pelo pesquisador, presentes numa dada formação sócio-cultural num dado momento histórico.

Para Almeida (2005), o DSC torna mais fácil a tabulação dos dados, a sistematização e a análise das respostas, pois consiste em uma estratégia diferente de categorização, no sentido de não separar os discursos individuais dos coletivos, mas sim uni-los em um discurso coletivo.

Segundo Lefevre e Lefevre (2005), nas pesquisas com o DSC, o pensamento é coletado por entrevistas individuais com questões abertas, o que faz com que o pensamento, como comportamento discursivo e fato social individualmente internalizado, possa se expressar.

Ainda de acordo com Lefevre e Lefevre (2006), para se produzir os DSCs são necessários quatro operadores, conforme segue:

- Expressões Chave (Ech), são trechos selecionados do material verbal, que melhor descrevem seu conteúdo. Para Lefevre et al (2002), as Ech são trechos ou transcrições literais do discurso, que devem ser destacados pelo pesquisador, e que revelam a essência do depoimento ou a teoria subjacente;

- Idéias Centrais (Ics), são fórmulas sintéticas que melhor descrevem os sentidos do material verbal coletado e também nos conjuntos de respostas de sentido semelhante ou complementar. Para Almeida (2005), a Idéia Central, pode ser definida como a descrição precisa e direta dos significados do conjunto dos discursos que foram analisados e destacados nas suas expressões-chave;

- Ancoragens(Acs), assim como as Idéias Centrais, as Ancoragens são fórmulas sintéticas que descrevem não mais os sentidos, mas as ideologias, valores, crenças, presentes no material verbal das respostas individuais ou nas agrupadas sob a forma de afirmações genéricas destinadas a enquadrar situações particulares. De acordo com Almeida (2005), a

Ancoragem pode ser compreendida como uma figura metodológica que indica uma teoria, um pressuposto, uma corrente de pensamento e o conhecimento que o sujeito compartilha e aceita de uma maneira natural para representar um dado fenômeno da realidade;

d) Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs), são as reuniões das Expressões Chave presentes no material verbal, que tem Idéias Centrais ou Ancoragens de sentido semelhante ou complementar. Os Discursos do Sujeito Coletivo são redigidos na primeira pessoa do singular para marcar expressivamente a presença do pensamento coletivo na pessoa de um Sujeito Coletivo de Discurso. Segundo Almeida (2005), no DSC os discursos semelhantes e complementares dos sujeitos são unificados num único discurso. Assim, representa-se a manifestação do pensamento do grupo em relação a um tema específico.

De acordo com Lefevre et al (2002), o DSC permite ir mais a fundo nas representações. Um conjunto dos DSC das Idéias Centrais nos possibilita conhecer o que pensa e como age uma dada coletividade. Enquanto um conjunto dos DSC das Ancoragens nos possibilita conhecer as bases, as teorias, as motivações, as crenças, os valores, enfim, os princípios que embasam as representações de uma determinada comunidade em análise.

Conforme ensina Lefevre e Lefevre (2006), o DSC apresenta-se como um sujeito de discurso aparentemente paradoxal já que é redigido na primeira pessoa do singular, porém reportando-se a um pensamento coletivo, o qual é sociologicamente possível. Mas a coletividade falando na primeira pessoa do singular não apenas ilustra o regime regular de funcionamento das representações sociais como também é um recurso para viabilizar as próprias representações sociais como fatos coletivos atinentes a coletividades qualitativas (de discursos) e quantitativas (de indivíduos). Ninguém dúvida que indivíduos compartilham as mesmas idéias, no entanto, quando esses indivíduos opinam, individualmente, veiculam apenas uma parte do conteúdo da idéia compartilhada.

Para Lefevre e Lefevre (2006), um sujeito coletivo no DSC vem se constituindo numa tentativa de reconstituir um sujeito de discurso que, enquanto pessoa coletiva, fale como se fosse indivíduo, mas ao mesmo tempo, veiculando uma representação com conteúdo ampliado.

5.2 ETAPAS PARA REALIZAÇÃO DO DSC

A realização de uma pesquisa com o DSC, prescinde das seguintes operações:

Como ensina Lefevre e Lefevre (2006), primeiramente processam-se as respostas de cada questão que, na maioria dos casos, se apresentam como depoimentos individuais gravados em áudio e posteriormente transcritos. Cada questão é processada e pré-analisada em separado. Procura-se, em cada questão individualmente, selecionar as Expressões Chave. Isto feito, identifica-se e nomeia-se uma ou mais Idéias Centrais e/ou Ancoragens contidas nessas Expressões selecionadas. O próximo passo é efetuar a análise dessas Idéias Centrais/Ancoragens tendo por objetivo identificar semelhanças e discrepâncias entre elas. As Idéias Centrais/Ancoragens semelhantes devem ser agrupadas numa categoria única cuja denominação reflete uma Idéia Central/Ancoragem síntese. A última operação ou operação final tem a incumbência de agrupar todas as Expressões Chave das Idéias Centrais/Ancoragens de todas as respostas reunidas numa Categoria. Assim é possível editar esses conteúdos, porém, respeitando estritamente os sentidos presentes em cada um deles. Devem-se repetir todas estas operações para cada questão.

Para Lefevre e Lefevre (2006), os DSCs são distintos tanto do ponto de vista qualitativo, na medida em que veiculam opiniões e posicionamentos distintos, como do ponto de vista quantitativo. Pois, os dados qualitativos são o resultado da contribuição de um determinado número de entrevistas ou depoimentos de indivíduos, que, por sua vez, são portadores de determinados atributos demográficos.

5.3 PROCESSAMENTO DOS DADOS

Para construir o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de cada grupo entrevistado, utilizou-se do *software QualiQuantSoft*.

Segundo Carvalho (2007) o *software QualiQuantSoft* foi desenvolvido como conjunto harmônico de procedimentos, descrevendo a opinião de uma coletividade de

interesse na condição de um produto quali-quantitativo, compondo um painel de depoimentos discursivos, como o resultado final da análise. O *QualiQuantiSoft* permite trabalhar com amostras bem selecionadas e relativamente grandes de indivíduos.

Ainda de acordo com Carvalho (2007), o DSC é uma metodologia de processamento da essência dos depoimentos das coletividades. Em 2000 o DSC ganhou reforço com o *software QualiQuantSolf*, dando agilidade e versatilidade às pesquisas. O *QualiQuantiSoft* é um *software* desenvolvido pela Sales e Paschoal Informática em parceria com a Universidade de São Paulo - USP, por intermédio da Faculdade de Saúde Pública, na pessoa dos professores Fernando Lefevre e Ana Maria C. Lefevre, criadores da metodologia do DSC.

O *software QualiQuantSolf*, 1.3c *Build(2)* utilizado nessa pesquisa, tem licença tipo acadêmica, liberada em nome de Leoveraldo Curtarelli de Oliveira.

5.3.1 Procedimentos

Após a realização e a transcrição das entrevistas, iniciou-se o lançamento dos dados e das informações no *software QualiQuantiSof*. Inicialmente, registrou-se o título da pesquisa e cadastrou-se os grupos de entrevistados – Pref_Ver, Pres_Ass_Empr, Fun_Pub e Pres_Sind - e os entrevistados individualmente, devidamente classificados de acordo com o grupo que pertenciam.

Nesta pesquisa, os entrevistados foram divididos em quatro grupos de acordo com suas funções que realizam, em seus municípios, nesse caso os municípios Lindeiros paranaenses. Para facilitar o trabalho e proteger a identidade dos depoentes criou-se uma codificação com a incumbência de reduzir possíveis constrangimentos e omissões nos depoimentos e diferenciar os grupos de interesse, conforme segue:

- Prefeitos, ou ex-prefeitos, ou vereadores – Pref_Ver;
- Empresários, ou presidentes de associações comerciais – Pres_Ass_Empr;
- Presidentes de sindicatos de servidores públicos municipais – Pres_Sind;
- Funcionários públicos – Fun_Pub.

Posteriormente, cadastraram-se as nove questões da pesquisa que nortearam a entrevista. Isso feito passou-se a cadastrar as respostas das entrevistas previamente

transcritas, uma a uma. Previamente ao lançamento das repostas no *software*, essas foram compiladas, selecionando o material que correspondia ao foco da questão, conceituadas como Idéias Centrais. A categorização nesse estudo realizou-se pelas Idéias Centrais. A consideração de Ancoragens tornaria o trabalho excessivamente extenso, pois teriam que ser identificados e justificados a presença de aspectos como, ideologias, sentimentos, etc. nas respostas dos depoentes. O próximo passo foi selecionar nas Idéias Centrais as Expressões Chaves, que possibilitaram a categorização das respostas, ou seja, as respostas foram agrupadas em categorias semelhantes e/ou complementares. Assim cada pergunta possibilitou a elaboração dos DSC's, ou seja, em cada questão foi possível elaborar um número variado de DSC's, pois a quantidade de DSC's depende da homogeneidade das respostas. De maneira sintética, pode-se concluir que o número de categorias depende de cada questão, da convergência ou divergência das repostas dadas pelos depoentes.

De cada questão proposta, se extraiu as Expressões-Chave (E-Ch), a partir da Idéia Central (IC). As Expressões-Chave das Idéias Centrais foram caracterizadas de acordo com categorias extraídas dos discursos individuais de cada pergunta.

Questão 1 – parte I extraiu-se quatro DSC:

DSC – A

DSC – B

DSC – C

DSC – D

Questão 2 – parte I extraiu-se cinco DSC:

DSC – A

DSC – B

DSC – C

DSC – D

DSC – E

Questão 3 – parte I extraiu-se quatro DSC:

DSC – A

DSC – B

DSC – C

DSC – D

Questão 1 – parte II extraiu-se dois DSC:

DSC – A

DSC – B

Questão 2 – parte II extraiu-se três DSC:

DSC – A

DSC – B

DSC – C

Questão 3 – parte II extraiu-se dois DSC:

DSC – A

DSC – B

Questão 1 – parte III extraiu-se três DSC:

DSC – A

DSC – B

DSC – C

Questão 2 – parte III extraiu-se três DSC:

DSC – A

DSC – B

DSC – C

Questão 3 – parte III extraiu-se dois DSC:

DSC – A

DSC – B

A categorização de cada questão em vários DSC's tinha por mérito contemplar a amplitude das respostas dos depoentes. O agrupamento das Idéias Centrais dos depoentes numa mesma categoria de uma mesma questão foi transformado em Discurso do Sujeito Coletivo, que tinha por incumbência contribuir nos objetivos propostos nesse estudo.

5.3.2 Limitações

Esse estudo não tem a pretensão de sobrepor ou questionar a validade de outros estudos com outros enfoques da economia dos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. O objetivo é contribuir com a apresentação e análise dos aspectos não-econômicos, os quais, invariavelmente, são omitidos do rigor da análise econômica.

Contudo, a economia institucional não é capaz de expressar-se com a mesma elegância dos modelos matemáticos propostos pela economia neoclássica. Assim,

buscou-se pela metodologia apresentada, identificar possíveis características indicativas da influência de aspectos institucionais nos resultados da economia Lindeira.

No entanto, é prudente salientar que os procedimentos escolhidos para a análise foram desenvolvidos de acordo com critérios do pesquisador. Os procedimentos para tratamento das informações da pesquisa partiram da adaptação do Discurso do Sujeito Coletivo para análise da economia institucional. O roteiro para a entrevista foi elaborado pelo pesquisador, o qual, conseqüentemente, está carregado por ideais, valores, anseios, etc., fato que abre uma lacuna sobre a pertinência da técnica de coleta de dados frente a outras que poderiam ser mais eficazes.

Outro aspecto importante a ser considerado nesse estudo é sobre as limitações indutivas da análise. Pela própria essência da análise, não é possível buscar validar a realidade de outros locais ou regiões pelos resultados encontrados no cenário econômico e social dos municípios Lindeiros. Esse trabalho limita-se a indicar que há possibilidade de trilhar caminhos alternativos na análise econômica, ou seja, não tem a pretensão nem condições de esclarecer no total os resultados socioeconômicos dos Lindeiros.

Também, essa pesquisa explorou apenas uma parcela dos autores que tratam da economia institucional com ênfase nos precursores dessa corrente. Dentro da própria economia institucional podem ser explorados outros autores institucionalistas que tratam de desenvolvimento, os quais apresentam variações no foco de análise, mas não destoam do arcabouço institucional.

O recorte analítico dessa pesquisa contemplou os 15 municípios paranaenses Lindeiros ao Lago de Itaipu. Numa pesquisa futura pode-se abordar um desses municípios individualmente. A composição do grupo de pesquisados pode ser mais restrita, porém mais profunda, inclusive abordando as Ancoragens, da metodologia do DSC, a qual pode ser um importante instrumento na análise institucional.

A partir das conclusões ou lacunas dessa análise, pode-se despertar o interesse de pesquisadores para aprofundar pesquisas que busquem identificar de maneira mais realista e dinâmica os problemas econômicos e sociais das regiões. Isso sem descuidar de suas particularidades locais, que contemplam desde variáveis puramente econômicas até as de natureza essencialmente social, cultural, habitual, etc. institucionalizadas, que se distinguem no tempo e no espaço.

6 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO LINDEIRA PARANAENSE

Tratar da história da colonização dos Lindeiros é quase o mesmo tratar da história do Oeste do Paraná, pois muitos dos grandes acontecimentos do Oeste aconteceram na região Lindeira.

Na Região Oeste do Paraná, o sistema das *obragens* foi a primeira forma de ocupação e exploração das terras que margeavam o Rio Paraná. As *obragens* eram explorações típicas das regiões cobertas pela mata subtropical em território argentino e paraguaio. Esse sistema baseado nas atividades mate/madeira constituiu o contexto necessário para a colonização com a ocupação, exploração e unificação da região Oeste. (WACHOWICZ, 1982).

Após a Revolução de 1930, o governo brasileiro tomou providências para a ocupação das terras do Oeste do Paraná. Assim, definiu-se uma política de colonização da região dentro dos moldes da Marcha para o Oeste, com o objetivo de nacionalizar e ocupar a fronteira com a Argentina e o Paraguai. A colonização, de fato, firmou a partir de 1946, com a chegada da Industrial Madeireira Colonizadora do Rio Paraná S.A. - Maripá, empresa gaúcha responsável pela colonização de muitos municípios da região. A Maripá realizou a exploração dos pinhais e madeiras de lei e posteriormente elaborou seu plano de colonização baseada nas pequenas propriedades, lotes de no máximo 10 alqueires, que serviram para a subsistência de imigrantes italianos e alemães que seriam atraídos para a região. Foram realizadas a demarcação dos lotes, a infra-estrutura das cidades e a seleção dos grupamentos humanos (WACHOWICZ, 1982).

De acordo com Colodel (1988), em 1946 a Maripá comprou a Fazenda Britânia da *Compañia Maderas del Alto Paraná*, que era uma das concessionárias de terras da região. Adquiriu 124 mil alqueires, estabeleceu-se, abriu estradas e picadas, demarcou os lotes urbanos e rurais e iniciou a venda. Em 1951 todas as áreas medidas e demarcadas estavam vendidas ou compromissadas. De acordo com Piffer (1999), essas terras estavam compromissadas especialmente com imigrantes sulistas, que perdurou até 1960, quando encerra-se o ciclo de ocupação na região e entra numa nova fase econômica, que foi a modernização da agricultura.

O processo de modernização da agropecuária foi mais intenso a partir de 1970 e alterou completamente a base tecnológica da região. Esta modernização propiciou que a mecanização se acentuasse rapidamente e a expansão das culturas da soja e do trigo trouxessem rápido crescimento econômico para a agricultura, além da formação de uma base de exportação.

Desde o início da década de 70, do século XX, o Oeste paranaense, do qual os municípios Lindeiros fazem parte, passou por uma reorganização de sua base produtiva, oriunda da modernização da base técnica da produção agropecuária, da expansão agropecuária regional e do esgotamento da fronteira agrícola. Tais alterações propiciaram uso intensivo das novas áreas abertas e melhor aproveitamento das tradicionais. Tal fato promoveu um forte êxodo rural para os grandes centros urbanos e para outros estados brasileiros (PIFFER, 1999).

Segundo Alves et al (2006), outro acontecimento que estimulou o deslocamento de muitas famílias do campo para a cidade foi a “geada negra”, de 1975, que acabou com a cultura agrícola do café, uma das principais no Estado do Paraná naquela época. Nesse período, outros fatores também estimularam o êxodo rural, entre eles a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu Binacional. Essa obra desapropriou pelo menos oito mil agricultores que tiveram suas propriedades submersas ou transformadas em áreas de proteção, gerando uma demanda por terra além das possibilidades da região. Nesse mesmo período, outras culturas agrícolas tradicionais no Estado, como o trigo e o algodão, sofriam com o clima e com a conjuntura econômica desfavorável.

Conforme Moura e Magalhães (1996), iniciou-se, a partir de 1980, uma forte expansão da rede urbana regional no Oeste paranaense. Da mesma forma, devido à industrialização e a mecanização agrícola, houve perda da população nas áreas rurais e crescimento das esferas urbanas. A rede urbana passou a estar condicionada ao dinamismo da atividade rural, ou seja, de acordo com o desempenho dessa atividade.

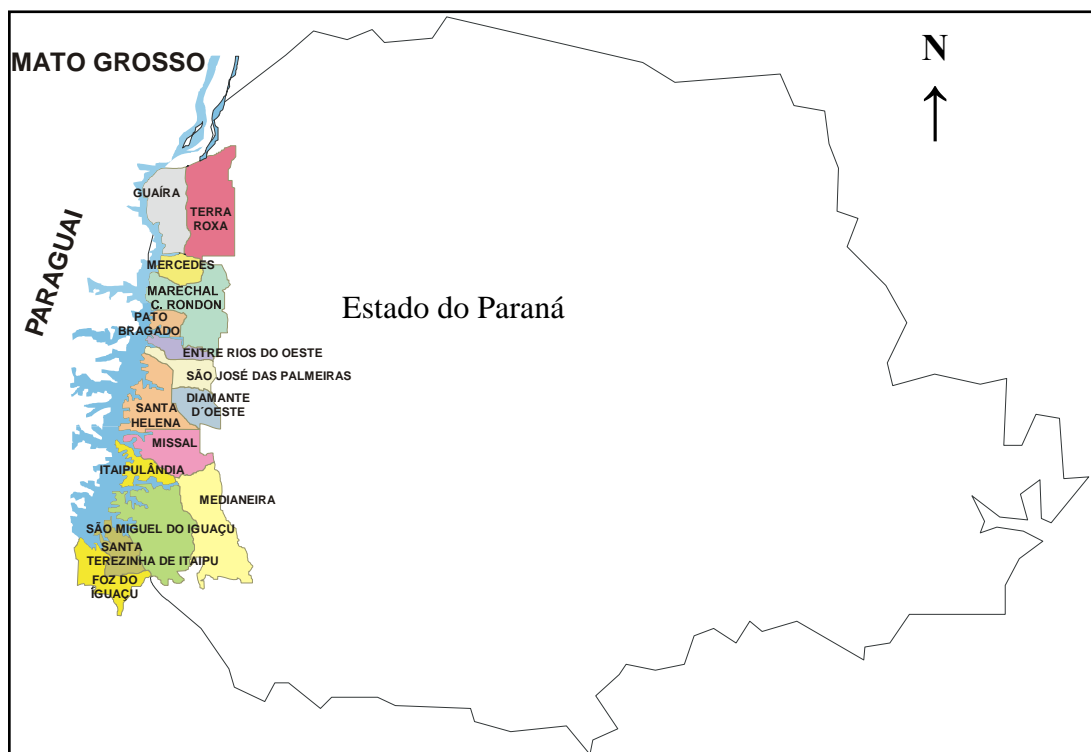
Essas mudanças refletiram na criação de novas empresas de equipamentos e peças agropecuárias a partir da década de 1980. A situação constitui um período de ajustamento das empresas locais, as quais estavam voltadas inicialmente para atender o mercado local.

Na questão da expansão industrial da região, as primeiras atividades são as tradicionais, ligadas à produção de alimentos, implementos agrícolas e mobiliários. Isto deu impulso à base industrial que se firmará no final do século XX. Além disso, as cooperativas,

além do papel desempenhado na modernização da agricultura, avançam na transformação dos produtos agropecuários (IPARDES, 2006).

6.1 ALGUNS ASPECTOS FÍSICOS E DEMOGRÁFICOS DA REGIÃO LINDEIRA PARANAENSE

A região Lindeira do lado brasileiro de Itaipu Binacional é formada por 16 municípios, sendo 15 localizados no Estado do Paraná e um município no Mato Grosso do Sul. Os Lindeiros paranaenses estão localizados no Extremo Oeste, o Lago de Itaipu estabelece a fronteira com o Paraguai (Mapa 1).



Mapa 1 – Municípios Lindeiros Paranaenses
Sem Escala

A população do Estado do Paraná recenseada e estimada em 2007, era de 10.284.503 habitantes enquanto que a população total dos Lindeiros, Tabela 1, era de 547.869 habitantes, ou seja, 5,33% do total da população do Estado. A população urbana dos

Lindeiros é de 479.994 habitantes, enquanto que a rural é de 67.875. A população urbana do Estado do Paraná corresponde a 81,41% do total da população do Estado. A concentração da população urbana dos Lindeiros corresponde a 87,61%. Contudo, se retirar Foz do Iguaçu do cômputo da população dos Lindeiros, a população urbana passa a corresponder a 72,33% do total.

Tabela 1 - População dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu - PR – 2007

Localidade	População Urbana	População Rural	População Total	% Pop. Urbana
Diamante D'Oeste	2.318	2.626	4.944	46,89%
Entre Rios do Oeste	2.299	1.543	3.842	59,84%
Foz do Iguaçu (1)	308.905	2.431	311.336	99,22%
Guaira	25.607	3.076	28.683	89,28%
Itaipulândia	4.478	4.103	8.581	52,19%
Marechal Cândido Rondon	35.451	9.111	44.562	79,55%
Medianeira	34.138	4.259	38.397	88,91%
Mercedes	1.864	2.849	4.713	39,55%
Missal	5.301	5.111	10.412	50,91%
Pato Bragado	2.995	1.636	4.631	64,67%
Santa Helena	10.344	12.450	22.794	45,38%
Santa Terezinha de Itaipu	17.100	2.452	19.552	87,46%
São José das Palmeiras	2.284	1.589	3.873	58,97%
São Miguel do Iguaçu	14.823	10.518	25.341	58,49%
Terra Roxa	12.087	4.121	16.208	74,57%
Total	479.994	67.875	547.869	87,61%

Fonte: IPARDES, 2007

(1) População estimada.

A área total da região Lindeira é de 6.535,24 Km², ou aproximadamente 3,2% do total da área do Estado (199.880,20 Km²). Os dados da Tabela 2 apresentam informações a respeito da data de instalação dos municípios, área territorial, distância da capital, altitude, latitude e longitude. O município de Foz do Iguaçu em 1914, desmembrou-se de Guarapuava, e somente depois dos anos 1950 que os demais municípios, hoje Lindeiros, se emanciparam.

Tabela 2 - Data de instalação, área territorial, distância a capital, altitude, latitude e longitude dos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR – 2007

Localidade	Data Instalação	Área Territ (km ²)	Dist. à Capital (km)	Altitude (m)	Latitude	Longitude
Diamante D'Oeste	1989	309,147	576,70	835	24 ° 56 ' 34 " S	54 ° 06 ' 12 " W
Entre Rios do Oeste	1993	120,327	610,55	230	24 ° 42 ' 16 " S	54 ° 14 ' 03 " W
Foz do Iguaçu	1914	610,209	630,20	173	25 ° 32 ' 52 " S	54 ° 35 ' 17 " W
Guaíra	1952	568,845	679,86	260	24 ° 04 ' 48 " S	54 ° 15 ' 21 " W
Itaipulândia	1993	336,345	617,71	265	25 ° 08 ' 14 " S	54 ° 18 ' 08 " W
Marechal Cândido Rondon	1961	748,281	584,52	400	24 ° 33 ' 22 " S	54 ° 03 ' 24 " W
Medianeira	1961	325,167	577,30	402	25 ° 17 ' 43 " S	54 ° 05 ' 38 " W
Mercedes	1993	199,084	605,92	408	24 ° 27 ' 14 " S	54 ° 09 ' 42 " W
Missal	1983	319,014	604,46	320	25 ° 05 ' 31 " S	54 ° 14 ' 51 " W
Pato Bragado	1993	136,781	609,93	288	24 ° 37 ' 35 " S	54 ° 13 ' 29 " W
Santa Helena	1968	759,123	607,71	347	24 ° 51 ' 37 " S	54 ° 19 ' 58 " W
Santa Terezinha de Itaipu	1983	267,491	613,20	270	26 ° 21 ' 44 " S	54 ° 29 ' 17 " W
São José das Palmeiras	1986	183,282	580,55	450	24 ° 50 ' 15 " S	54 ° 03 ' 49 " W
São Miguel do Iguaçu	1961	848,669	591,90	307	25 ° 20 ' 53 " S	54 ° 14 ' 16 " W
Terra Roxa	1962	803,479	628,17	260	24 ° 09 ' 24 " S	54 ° 05 ' 49 " W

Fonte: IPARDES, 2007

Conforme estudo realizado pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (Amop) (2000), assim como os municípios do Oeste, os Lindeiros não integram nenhum dos municípios de grande dimensão do Estado. A principal rede urbana encontra-se estruturada em Foz do Iguaçu, este se distingue pela estrutura urbana especializada para o atendimento da atividade de turismo, e desta forma, menos articulada às exigências e necessidades da base produtiva agroindustrial da região. Em 2000, somente três municípios Lindeiros têm população urbana inferior a 50% da população total.

O estudo da Amop (2000) classifica os municípios de acordo com o grau de urbanização. Entre os Lindeiros, apenas Foz do Iguaçu é classificado como “urbano de média dimensão”. Os municípios de Santa Terezinha de Itaipu, Medianeira e Guaíra são considerados “urbanos de pequena dimensão”. Os municípios de São Miguel do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Terra Roxa são classificados como de “transição para urbanos de pequena dimensão”. Os demais Lindeiros são classificados como “rurais”.

6.2 VARIÁVEIS ECONÔMICAS DA REGIÃO LINDEIRA PARANAENSE

A sistematização dos elementos que permitem a caracterização econômica dos Lindeiros como PIB e PIB *per capita* contribuem para a elaboração de um diagnóstico do crescimento e produtividade da região.

Assim, com a somatória dos PIB's dos municípios Lindeiros, Tabela 3, verifica-se que esta região vem apresentando uma variação negativa no PIB real no período de 1999-2004, exceto em 2002 e 2003 quando o PIB real apresenta um crescimento de 0,15% e 0,71% respectivamente. No entanto, menos do que cresceu o PIB real paranaense para os mesmos anos, 1,37% e 7,82%, respectivamente. No ano de 2004 o PIB real dos Lindeiros teve uma grande variação negativa de -12,70%. A média de variação do PIB real dos municípios Lindeiros no período de 1999-2004, foi negativa - 4,25%.

Tabela 3 – Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR - Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *per capita*, população residente - 1999-2004

	Produto Interno Bruto			População residente 1 000 hab. (1)	Variação da população (%)	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>			Deflator
	1 000 000 R\$		Variação real anual (%)			R\$		Variação real anual (%)	
	Preços correntes	Variação a preços correntes(%)				Preços correntes	Variação a preços correntes(%)		
1999	4 725	-	-	-	-	-	-	-	8,43
2000	4 981	5,43	-0,75	484	-	10 294,6	-	-	6,18
2001	4 997	0,32	-8,65	494	2,02	10 122,9	-1,67	-10,64	8,97
2002	5 532	10,70	0,15	501	1,47	11 043,6	9,10	-1,46	10,55
2003	6 330	14,44	0,71	509	1,58	12 442,0	12,66	-1,06	13,73
2004	6 035	-4,66	-12,70	525	3,26	11 487,6	-7,67	-15,71	8,04
média	-	5,24	-4,25	-	2,08	11 078,14	2,48	-7,22	-

Fonte: IPARDES, 2007

Obs: Adaptado pelo autor

A população dos municípios Lindeiros, no período de 1999-2004, apresentou um crescimento médio de 2,08%, ou seja, acima da média paranaense.

O PIB *per capita* médio dos municípios Lindeiros, em termos absolutos, R\$ 11.078,14, é superior à média estadual e à média nacional. Contudo, a variação média do PIB real *per capita*, no período de 1999-2004 foi negativa - 7,22%. No período de 1999-2004, a variação do PIB *per capita* foi negativa para todos esses anos, em 2004, registrou a maior variação negativa do período: -15,71%. A grande variação negativa do PIB e do PIB *per*

capita dos Lindeiros para o ano de 2003, pode ser atribuída à valorização do real frente ao dólar, pois os municípios recebem uma parcela significativa de recursos de *royalties* em dólar. Quando a moeda nacional está valorizada há uma relativa redução das receitas nos municípios Lindeiros. Assim, variações no câmbio podem influenciar significativamente no volume de recursos recebidos pelos municípios Lindeiros.

Bomfim Filho (2007), numa análise das perdas cambiais no período de 2004 a 2008, identifica que a tendência de queda do dólar é constante e significativa. Em 2005 a variação cambial foi de -10,8%, em 2006 foi de -3,5%, em 2007 foi de -18,9% e para 2008 projeta-se -6,2%. Essas perdas cambiais foram calculadas em função da conversão cambial dos *royalties* da Itaipu Binacional por uma taxa cada vez menor, o que em reais resulta num recebimento cada vez menor para os municípios.

Foz do Iguaçu representa em termos do PIB, mais de 60% do total dos Lindeiros e mais de 55% da população destes municípios. Quando se exclui, Foz do Iguaçu do computo do PIB real, Tabela 4, observa-se que a média dos demais municípios ficam em 4,66%, ou seja, cresceu acima da média do Estado e acima da média nacional. O PIB *per capita*, 5,81%, também cresceu acima da média estadual e nacional.

Tabela 4 - Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR (exceto Foz do Iguaçu) - Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *per capita*, população residente - 1999-2004

	Produto Interno Bruto			População residente 1 000 hab. (1)	Variação da população (%)	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>			Deflator
	1 000 000 R\$		Variação real anual (%)			R\$		Variação real anual (%)	
	Preços correntes	Variação a preços correntes(%)				Preços correntes	Variação a preços correntes(%)		
1999	1 281	-	-	-	-	-	-	-	8,43
2000	1 321	3,10	-3,07	225	-	5 862,5	-	-	6,18
2001	1 460	10,55	1,58	227	0,68	6 436,9	9,80	0,83	8,97
2002	1 798	23,13	12,57	228	0,48	7 887,6	22,54	11,98	10,55
2003	2 514	39,83	26,10	229	0,53	10 970,5	39,08	25,36	13,73
2004	2 367	-5,86	-13,90	232	1,12	10 213,9	-6,90	-14,93	8,04
média	-	14,15	4,66	-	0,70	8 274,26	12,90	5,81	-

Fonte: IPARDES, 2007

Obs: Adaptado pelo autor

No entanto, em 2004, o PIB e PIB *per capita* tiveram taxas negativas, -13,90% e -14,93%. O PIB *per capita* absoluto, para os Lindeiros, no período 2000-2004, exceto Foz do Iguaçu, foi de R\$ 8.274,26, ou seja, quando se exclui Foz do Iguaçu, o PIB *per capita*, fica abaixo da média nacional e estadual. Assim, observa-se que a inclusão dos

números de Foz do Iguaçu nas estatísticas dos Lindeiros distorce a realidade dos demais municípios. Foz do Iguaçu, em termos de PIB e população é maior que os Lindeiros.

6.2.1 Aspectos Econômicos Setoriais dos Municípios Lindeiros

Para a análise do PIB setorial dos municípios Lindeiros, excluiu-se Foz do Iguaçu para evitar possíveis distorções em virtude de sua participação no total de economia.

O PIB da agropecuária dos municípios Lindeiros, Tabela 5, demonstra a participação deste setor no período de 2001-2003, principalmente em 2003, quando o PIB real cresceu 53,76%. Se analisar o período de 1999-2004, observa-se um crescimento médio no PIB agropecuário real de 10,21%, muito próximo da média estadual de 10,25%. A participação do PIB da agropecuária Lindeira na agropecuária paranaense representa 4,71%. No entanto, em 2004, com a queda no preço das principais *commodities* agrícolas, o PIB real da agropecuária Lindeira fechou com uma taxa negativa de -25,04%, bem superior a do Estado, -6,15%, pois a agropecuária dos Lindeiros tem grande peso nas culturas da soja e do milho.

Tabela 5 - Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR (exceto Foz do Iguaçu) e Estado do Paraná - Produto Interno Bruto a Preços Básicos - Agropecuária (R\$1,00) – 1999-2004

	PIB Lindeiros - Foz do Iguaçu			PIB Paraná			Deflator
	1 000 000 R\$		Variação real anual (%)	1 000 000 R\$		Variação real anual (%)	Variação anual (%)
	Preços correntes	Variação a preços correntes(%)		Preços correntes	Variação a preços correntes(%)		
1999	385	-	-	8 224	-	-	8,43
2000	379	-1,78	-7,95	8 354	1,58	-4,59	6,18
2001	416	9,75	0,78	8 819	5,57	-3,40	8,97
2002	582	40,08	29,53	12 556	42,37	31,82	10,55
2003	975	67,48	53,76	18 497	47,31	33,59	13,73
2004	809	-17,00	-25,04	18 845	1,88	-6,15	8,04
média	591	19,71	10,21	12 549	19,74	10,25	-

Fonte: IPARDES, 2007

Obs: Adaptado pelo autor

O PIB industrial real dos municípios Lindeiros, Tabela 6, no período de 1999-2004, é positiva exceto para o ano de 2004, quando apresenta um PIB negativo de -

9,23%. Em 2003, apresentou um taxa de 19,21%, bem superior a do Estado que foi de 5,15%. A taxa de crescimento média do PIB industrial real dos municípios Lindeiros, para o período de 1999-2004 foi de 4,92% superior a média estadual que foi de 2,72%. A participação dos municípios Lindeiros no total do PIB industrial estadual, no período 1999-2004, foi de 1,21%. Sendo que os Lindeiros, exceto Foz do Iguaçu, tem 14 dos 399 municípios paranaenses, ou seja, 3,51% pode-se concluir que a participação dos municípios Lindeiros no PIB industrial é menos que proporcional ao número de municípios.

Tabela 6 - Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR (exceto Foz do Iguaçu) e Estado do Paraná - Produto Interno Bruto a Preços Básicos - Indústria (R\$1,00) – 1999-2004

	PIB Lindeiros - Foz do Iguaçu			PIB Paraná			Deflator
	1 000 000 R\$		Variação real anual (%)	1 000 000 R\$		Variação real anual (%)	Variação anual (%)
	Preços correntes	Variação a preços correntes(%)		Preços correntes	Variação a preços correntes(%)		
1999	265	-	-	23 143	-	-	8,43
2000	287	8,30	2,12	25 232	9,03	2,85	6,18
2001	330	15,13	6,16	29 659	17,55	8,58	8,97
2002	386	16,91	6,35	31 597	6,53	-4,02	10,55
2003	513	32,93	19,21	37 561	18,88	5,15	13,73
2004	507	-1,19	-9,23	40 965	9,06	1,02	8,04
média	381	14,41	4,92	31 359	12,21	2,72	-

Fonte: IPARDES, 2007

Obs: Adaptado pelo autor

Foz do Iguaçu, em relação aos Lindeiros, é responsável por mais de 80% do PIB industrial desses municípios no período de 1999-2004. Portanto, se somado os números de Foz do Iguaçu, a realidade estatística sobre a indústria dos Lindeiros tende a ser tendenciosa.

O PIB real do setor de serviços, Tabela 7, no período de 1999-2004 cresceu a uma taxa média de 2,48%, superior à média do Estado no mesmo período, que foi de 0,27%. A participação dos municípios Lindeiros no total do PIB de serviços do Estado é de 2,22%. De 2002 a 2004, observa-se um decréscimo na variação do PIB de serviços dos municípios Lindeiros.

Tabela 7 - Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR (exceto Foz do Iguaçu) e Estado do Paraná - Produto Interno Bruto a Preços Básicos - Serviços (R\$1,00) – 1999-2004

	PIB Lindeiros - Foz do Iguaçu			PIB Paraná			Deflator
	1 000 000 R\$		Variação real anual (%)	1 000 000 R\$		Variação real anual (%)	Variação anual (%)
	Preços correntes	Variação a preços correntes(%)		Preços correntes	Variação a preços correntes(%)		
1999	562	-	-	26 912	-	-	8,43
2000	568	0,91	-5,26	27 555	2,39	-3,79	6,18
2001	618	8,98	0,01	29 229	6,07	-2,90	8,97
2002	754	21,92	11,37	33 315	13,98	3,43	10,55
2003	901	19,54	5,81	37 982	14,01	0,28	13,73
2004	978	8,50	0,46	42 684	12,38	4,34	8,04
média	730	11,97	2,48	32 946	9,77	0,27	-

Fonte: IPARDES, 2007

Obs: Adaptado pelo autor

A participação de Foz do Iguaçu no PIB de serviços dos municípios Lindeiros, em 1999, era superior a 64%. Em 2004, apesar de continuar alta, vem reduzindo, ficando próximo aos 46%. Ou seja, mesmo diminuindo em 2004 ainda representa quase a metade de todo o PIB dos Lindeiros.

6.2.2 Estabelecimentos e Empregos nos Municípios Lindeiros

Após o diagnóstico do PIB setorial do Paraná e dos municípios Lindeiros, busca-se conhecer a distribuição das atividades, identificando o número de estabelecimentos e do número de empregos.

Com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) (2007), foi possível identificar as atividades com maior participação no número de estabelecimentos no Estado do Paraná. Em 2005, a atividade que tem maior participação no número de estabelecimentos é o comércio varejista, o qual tem 78.803 estabelecimentos de um total de 219.031. No ramo industrial, as atividades que mais se destacam, em termos absolutos, são a indústria da madeira e do mobiliário, indústria têxtil e indústria de produtos alimentícios. O número de estabelecimentos da indústria têxtil no período 1996-2005 cresceu 80,52%. No entanto, a atividade em que mais cresceu o número de estabelecimentos, no

período 1996-2005, foi a indústria mecânica com 106,20%. A atividade industrial cresceu no período 1996-2005, 49,96%. Os ramos de atividades que apresentam decréscimo no número de estabelecimentos para o período 1996-2005 são indústria de calçados, instituições de créditos e seguros e administração pública direta e indireta.

Nos municípios Lindeiros as atividades industriais tiveram o maior crescimento no número de estabelecimentos, principalmente a indústria têxtil que obteve um crescimento de 214,04%. A indústria da borracha, fumo, couros, cresceu em número de estabelecimentos 200%, contudo, em termos absoluto o número de estabelecimentos em 2005 é de 39 unidades. A indústria de produtos alimentícios cresceu 71,77% em número de estabelecimentos no período 1996-2005 e, em termos absolutos, é a atividade industrial que mais tem estabelecimentos. A indústria mecânica, assim como no Estado, cresceu em número de estabelecimentos acima dos 100%, chegando a 140% nos Lindeiros. Na média a indústria nos municípios Lindeiros cresceu, em número de estabelecimentos, 68,35%, acima da média do Estado que foi de 49,96%. A atividade da indústria de calçados que apresentou crescimento negativo no número de estabelecimentos no Estado, nos Lindeiros cresceu 75%, no entanto, em números absolutos ela é pouco expressiva. O comércio varejista nos Lindeiros apresenta um crescimento no número de estabelecimentos de 91,17%, para o período de 1996-2005, muito próximo ao crescimento no Estado para o mesmo período. E assim como no Estado, o comércio varejista apresenta o maior número de estabelecimentos entre as atividades, 4.590 de um total de 10.933. Nos Lindeiros a indústria de extração de minerais, o comércio atacadista, a administração pública direta e indireta e agricultura apresentam crescimento negativo do número de estabelecimentos. É importante notar que tanto o comércio atacadista como a agricultura no Estado tiveram um crescimento positivo no número de estabelecimentos, 28,95% e 13,83% respectivamente. Na atividade industrial, os estabelecimentos estão distribuídos mais uniformemente pelos Lindeiros, ou pelo menos, não estão tão concentrados em Foz do Iguaçu. Em 2005, a participação de Foz no número de estabelecimentos industriais nos municípios Lindeiros foi de 27,10%, praticamente a metade com que Foz do Iguaçu participa nas atividades de serviço e comércio.

Quanto ao emprego, o Estado do Paraná apresenta na maioria das atividades uma variação positiva no período 1996-2005, Tabela 8. A atividade que mais se destaca nesse período é a indústria de materiais de transporte que tem um crescimento do emprego de 291,87%. O emprego da indústria têxtil para o mesmo período apresenta um crescimento de 97,08%, da indústria química de 81,05% e da indústria metalúrgica de 80,78%. Em termos

absoluto, a atividade com maior número de empregos dentre as atividades industriais é a indústria de produtos alimentícios: 141.097 de um total de 500.929, e para o período teve uma elevação de 70,41%. O emprego na atividade industrial do Estado cresceu 63,15% no período 1996-2005.

A atividade do comércio varejista, em termos absoluto, se destaca como a principal no número de empregos no Estado do Paraná, assim como no número de estabelecimentos, com 367.115 estabelecimentos. É interessante notar que o comércio varejista apresenta tanto no número de estabelecimentos como no número de empregos uma taxa de crescimento muito semelhante no período. Em segundo lugar está a administração pública direta e indireta com 366.035, no entanto, o crescimento no período foi 1996-2005, foi de apenas de 17,55%. A participação do emprego público no Paraná é de 17,35% do total do emprego no ano de 2005. Atividades como a construção civil, instituições de créditos e seguros, tiveram um crescimento negativo do emprego no período 1996-2005, -18,71% e -27,78% respectivamente. A média geral o emprego formal no Estado do Paraná cresceu no período 1996-2005, 45,97%.

Tabela 8 – Emprego formal no Estado do Paraná – 1996-2005

Variável	1996	2000	2003	2005	Varição 1996/2005 (%)
Indústria de Materiais de Transporte	7747	21265	23184	30358	291,87%
Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	34965	47479	59108	68909	97,08%
Indústria Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, Sabões	21395	27463	33959	38736	81,05%
Indústria Metalúrgica	17311	22252	27644	31294	80,78%
Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Álcool Etilíco	82800	78934	114238	141097	70,41%
Indústria de Materiais Elétricos e de Comunicação	9138	11530	10824	14621	60,00%
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	22701	26267	28966	32418	42,80%
Indústria Mecânica	18767	19675	22990	25387	35,27%
Indústria da Madeira e do Mobiliário	58782	68344	77327	76896	30,82%
Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Produtos Similares e Indústria Di	11862	11107	12812	15001	26,46%
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	15965	18080	19167	20189	26,46%
Indústria de Calçados	1446	1485	1399	1612	11,48%
Indústria de Extração de Minerais	4164	4302	4284	4411	5,93%
Total da Indústria	307043	358183	435902	500929	63,15%
Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profission	86391	127989	141679	160674	85,98%
Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Te	118582	151265	185045	194795	64,27%
Transporte e Comunicações	80730	86001	97146	117898	46,04%
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	42984	51917	59140	61353	42,73%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	18972	16505	17959	20618	8,68%
Instituições de Crédito, Seguro e de Capitalização	50655	32647	32646	36581	-27,78%
Total serviços	398314	466324	533615	591919	48,61%
Comércio Varejista	187878	244340	310228	367115	95,40%
Comércio Atacadista	44439	45666	58735	64706	45,61%
Total serviços	232317	290006	368963	431821	85,88%
Ensino	47526	60900	67227	71129	49,66%
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca	76571	85616	85414	91124	19,01%
Administração Pública Direta e Indireta	311390	327816	338247	366035	17,55%
Construção Civil	69370	64528	55012	56391	-18,71%
Atividade não Especificada ou Classificada	2532	62	0	0	-100,00%
Emprego - Total	1445063	1653435	1884380	2109348	45,97%

Fonte: IPARDES, 2007

Obs: Adaptado pelo autor

A composição do emprego nos municípios Lindeiros tem na atividade industrial as melhores taxas de crescimento no período 1996-2005. A atividade que teve o maior crescimento no número de empregos foi a indústria têxtil, que apresentou para o período uma evolução de 1.161,36%. A indústria de materiais elétricos apresentou um crescimento para o período de 550%, no entanto, em termos absoluto, é pouco expressiva. As indústrias da borracha, fumo, couros, peles e similares, apresentaram um crescimento no emprego de 545,28% e a indústria de calçados um crescimento de 428,57%, da mesma forma, ambas não tem grande expressão em termos absoluto. A indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico, apresentou crescimento no emprego de 164,39% e representa, em termos absolutos, o maior número de empregos da atividade industrial, 5.650, de um total de 12.942. O crescimento do número de empregos industriais na região Lindeira no período

1996-2005 foi de 157,09%, bem superior a média estadual. O comércio varejista assim como no Estado apresenta-se como o maior empregador na região lindeira e o crescimento para o período foi muito próximo à taxa conseguida pelo Estado, em torno de 95%. O emprego na atividade industrial tem participação de Foz do Iguaçu de 12,9% em 2005, no total da atividade industrial dos Lindeiros, ou seja, dos 12.942 empregos industriais dos Lindeiros, Foz do Iguaçu possui 1.675.

O número de empregos na administração pública cresceu, no período 1996-2005, 40,34%, no entanto, em termos absolutos, o poder público apresenta-se como o segundo maior empregador com 12.211 empregos em 2005, perdendo apenas para atividade do comércio varejista. Do total do emprego dos Lindeiros, a administração pública, direta e indireta, emprega 15,39%, no entanto, esse valor é inferior ao do Estado. As atividades que tiveram redução no número de empregos foram a indústria de extração mineral, industrial de material de transporte e a construção civil. A média de crescimento do emprego formal para os Lindeiros foi de 59,22%, acima da média estadual.

Quando se observa a Tabela 9, onde os dados de Foz do Iguaçu não estão inclusos, verifica-se que a indústria têxtil aumenta ainda mais a variação no período 1996-2005, 1.386,71% e apresenta 2.572 postos de trabalho, na posição de segundo maior empregador da atividade industrial dos Lindeiros, atrás apenas da indústria de produtos alimentícios, com 5.178 postos de trabalho. As atividades da indústria de extração de minerais e construção civil apresentaram a maior redução no número de empregos no período 1996-2005, -50% e -31,17%, respectivamente. O crescimento do emprego na atividade industrial para este período é de 173,94%, ou seja, é maior quando se exclui Foz do Iguaçu do cômputo. No entanto, quando analisado o crescimento do emprego dos Lindeiros no período 1996-2005 tem-se 59,22%, quando se exclui Foz do Iguaçu, o crescimento do emprego para o mesmo período passa para 86,12%, ou seja, o emprego nos Lindeiros cresce mais que em Foz do Iguaçu.

Tabela 9 - Emprego formal nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu - PR, exceto Foz do Iguaçu – 1996-2005

Variável	1996	2000	2003	2005	Variação 1996/2005 (%)
Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	173	1098	2197	2572	1386,71%
Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Produtos Similares e Indústria Div	43	178	198	299	595,35%
Indústria de Calçados	14	55	20	70	400,00%
Indústria de Materiais Elétricos e de Comunicação	9	35	38	44	388,89%
Indústria Mecânica	96	124	269	318	231,25%
Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Álcool Etílico	1773	2225	3406	5178	192,05%
Indústria Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, Sabões,	67	215	367	171	155,22%
Indústria Metalúrgica	178	249	359	370	107,87%
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	142	235	264	253	78,17%
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	526	651	716	769	46,20%
Indústria da Madeira e do Mobiliário	818	1074	1171	1018	24,45%
Indústria de Materiais de Transporte	160	116	117	148	-7,50%
Indústria de Extração de Minerais	114	52	48	57	-50,00%
Total da Indústria	4113	6307	9170	11267	173,94%
Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais	522	1213	847	1575	201,72%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	105	110	170	201	91,43%
Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Tel	1215	1620	2153	2236	84,03%
Instituições de Crédito, Seguro e de Capitalização	285	437	430	491	72,28%
Transporte e Comunicações	818	1082	1298	1203	47,07%
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	657	823	758	886	34,86%
Total serviços	3602	5285	5656	6592	83,01%
Comércio Varejista	3580	5198	6878	8359	133,49%
Comércio Atacadista	993	1013	1333	1428	43,81%
Total comércio	4573	6211	8211	9787	114,02%
Ensino	607	751	936	1290	112,52%
Administração Pública Direta e Indireta	4912	5028	6287	6672	35,83%
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca	1603	1495	1570	1805	12,60%
Construção Civil	1030	918	1533	709	-31,17%
Atividade não Especificada ou Classificada	42	0	0	0	-100,00%
Total diversos	8194	8192	10326	10476	27,85%
Empregos - Total Geral	20482	25995	33363	38122	86,12%

Fonte: IPARDES, 2007

Obs: Adaptado pelo autor

De acordo com Bomfim Filho (2007), somente em função das perdas cambiais, diretas e indiretas, no período de 2005 a 2008, deixam de existir 9.429 postos de trabalho nos municípios Lindeiros. As perdas são maiores nos municípios menores e que recebem mais *royalties*.

6.2.3 Participação dos *Royalties* no PIB e nas Receitas Municipais dos Lindeiros

Conforme expõem Iwake (2004), nos Lindeiros um fato que chama a atenção é a participação das receitas de transferências de 87,73% na receita total. Somente os

recursos dos *royalties* de Itaipu equivalem a quase 40% do total das receitas municipais. Assim, percebe-se que a receita oriunda dos *royalties* de Itaipu é extremamente significativa para a economia destes municípios.

Os Lindeiros têm como característica comum, entre outras, o recebimento de *royalties* de Itaipu Binacional. Desde 1991, os repasses têm chegado diretamente aos municípios. O volume destes recursos tem assumido, em muitos municípios, parcela significativa do orçamento público e da mesma forma na economia. Como se pode observar na Tabela 10, no período 1999-2006, o volume individual recebido de *royalties* por município Lindeiro. Observa-se uma variação nos valores recebidos pelos municípios, ou seja, eles variam de um ano para outro. No período 1999-2006, atingiu-se o ápice no ano de 2003, com mais de R\$ 173 milhões repassados aos municípios. A variação no valor dos recursos recebidos deve-se principalmente pela variação cambial, pois os *royalties* são calculados em dólares e convertidos para reais. De 2003 em relação a 2006 a diferença de recebimento de *royalties* fica em torno de R\$ 45 milhões, ou seja, quase 25% motivados principalmente pela consistente valorização do real.

De acordo com Bomfim Filho (2007), as perdas cambiais diretas a preços correntes, no período 2005 a 2008, chegam aproximadamente a um montante de R\$ 300 milhões, para os municípios Lindeiros em decorrência do recebimento dos *royalties*.

Tabela 10 - Royalties – Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR, exceto Foz do Iguaçu (R\$1.000,00) – 1999-2006

Municípios/Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Diamante D'Oeste	700	745	931	1.153	1.168	1.083	888	868
Entre Rios do Oeste	3.987	4.305	5.418	6.749	6.836	6.340	5.197	5.084
Guaíra	6.354	6.759	8.453	10.469	10.600	9.830	8.058	7.882
Itaipulândia	21.780	23.520	29.597	36.867	37.347	34.634	28.393	27.773
Marechal Cândido Rondon	7.317	7.590	9.390	11.511	11.646	10.799	8.853	8.659
Medianeira	145	154	192	238	241	224	183	179
Mercedes	2.341	2.528	3.182	3.963	4.015	3.723	3.052	2.985
Missal	4.992	5.310	6.640	8.223	8.327	7.722	6.330	6.192
Pato Bragado	5.704	6.160	7.751	9.655	9.781	9.070	7.436	7.273
Santa Helena	32.857	34.951	43.709	54.131	54.810	50.827	41.668	40.757
Santa Terezinha de Itaipu	5.220	5.552	6.943	8.599	8.707	8.074	6.619	6.475
São José das Palmeiras	242	257	322	398	403	374	306	300
São Miguel do Iguaçu	11.934	12.343	15.252	18.675	18.893	17.519	14.362	14.048
Terra Roxa	197	209	262	324	328	304	250	244
Total	103.770	110.383	138.043	170.956	173.102	160.522	131.595	128.720

Fonte: ITAIPU, 2007

A participação dos *Royalties* no PIB é mais expressiva nos municípios de Itaipulândia, Santa Helena, Pato Bragado e Entre Rios do Oeste com participação de 44,58%, 24,00%, 18,22% e 11,68%, respectivamente para o ano de 2004. Contudo, a participação média dos *royalties* no PIB cresce de 1999 até 2002 atingindo o ápice neste ano, e depois decresce conforme demonstra a Tabela 11.

Tabela 11 - Relação *Royalties*/PIB a preços correntes (%) - Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR, exceto Foz do Iguaçu – 1999-2004

Municípios/Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Diamante D'Oeste	4,14	4,75	5,82	5,50	3,52	2,93
Entre Rios do Oeste	13,40	14,59	16,56	14,64	11,79	11,68
Guaíra	5,71	5,70	6,64	6,58	5,02	4,74
Itaipulândia	56,51	63,27	65,36	66,15	46,85	44,58
Marechal Cândido Rondon	2,41	2,42	2,64	2,75	1,93	1,90
Medianeira	0,07	0,07	0,08	0,08	0,06	0,06
Mercedes	8,08	7,50	9,46	10,64	6,23	6,43
Missal	7,86	9,02	9,71	10,37	6,93	6,95
Pato Bragado	20,67	21,41	24,41	19,36	18,80	18,22
Santa Helena	30,04	31,83	36,97	39,64	24,72	24,00
Santa Terezinha de Itaipu	6,24	6,77	7,38	7,56	5,87	6,18
São José das Palmeiras	1,51	1,44	1,76	1,81	1,46	1,33
São Miguel do Iguaçu	7,86	7,90	8,82	8,51	6,10	5,83
Terra Roxa	0,21	0,23	0,26	0,25	0,17	0,19
Total	8,10	8,36	9,45	9,51	6,89	6,78

Fonte: IPARDES/ITAIPU, 2007

De acordo com Iwake (2004), em 1990, quando os *royalties* ainda não chegavam diretamente aos municípios, a receita total dos 15 municípios Lindeiros do Paraná representavam 4,34% da receita total do Estado. Em 1995, a receita dos Lindeiros já correspondia a 8,16% da receita total do Estado. Em 2001, a receita dos Lindeiros correspondia a 7,43% da receita do Estado. No entanto, os 15 municípios Lindeiros representam 3,76% dos 399 municípios do Paraná.

Quando se compara os *royalties* à Receita Municipal, Tabela 12, dos municípios Lindeiros, exceto Foz do Iguaçu, verifica-se uma grande dependência destes recursos na composição dos orçamentos municipais. Municípios como Itaipulândia e Santa Helena, Pato Bragado e Entre Rios do Oeste, tem 71,5%, 65,6%, 55,9% e 46,8% respectivamente de participação dos *royalties* na receita municipal.

De acordo com Iwake (2004), além das transferências inter-governamentais, os *royalties* se constituem uma das principais receitas para os municípios Lindeiros. Em 2001,

para seis dos 15 municípios Lindeiros, as receitas de *royalties* representavam mais de 50% do total de sua receita fiscal.

Em 2005, dos municípios Lindeiros paranaenses, exceto Foz do Iguaçu, apenas três ainda têm a receita dos *royalties* superior a 50% do total da receita fiscal.

Tabela 12 - Relação *Royalties*/Rec. Mun.Total (%) - Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu – PR, exceto Foz do Iguaçu – 1999-2005

Municípios/Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Diamante D'Oeste	16,2	17,8	17,0	18,1	17,4	15,6	11,5
Entre Rios do Oeste	50,7	56,0	60,5	60,8	59,6	49,6	46,8
Guaira	38,1	37,6	41,3	42,9	39,0	33,9	27,1
Itaipulândia	82,8	87,9	87,8	80,1	78,2	80,9	71,5
Marechal Cândido Rondon	29,0	25,3	26,8	28,9	26,2	22,3	18,5
Medianeira	1,0	1,0	1,2	1,2	1,1	0,9	0,6
Mercedes	46,3	45,1	46,4	-	44,8	40,2	34,4
Missal	42,9	49,5	53,0	52,0	50,4	45,2	39,5
Pato Bragado	58,0	65,7	66,9	69,4	67,6	59,9	55,9
Santa Helena	-	72,0	77,3	76,8	71,7	72,3	65,6
Santa Terezinha de Itaipu	42,0	33,7	42,6	42,1	40,4	36,5	27,2
São José das Palmeiras	8,8	8,6	9,8	9,8	11,4	8,3	5,9
São Miguel do Iguaçu	51,0	48,6	53,9	54,6	52,6	43,3	37,6
Terra Roxa	3,0	3,1	3,0	2,9	3,0	2,5	1,6
Total	62,3	48,6	52,3	53,8	49,7	45,0	37,7

Fonte: IPARDES/ITAIPU, 2007

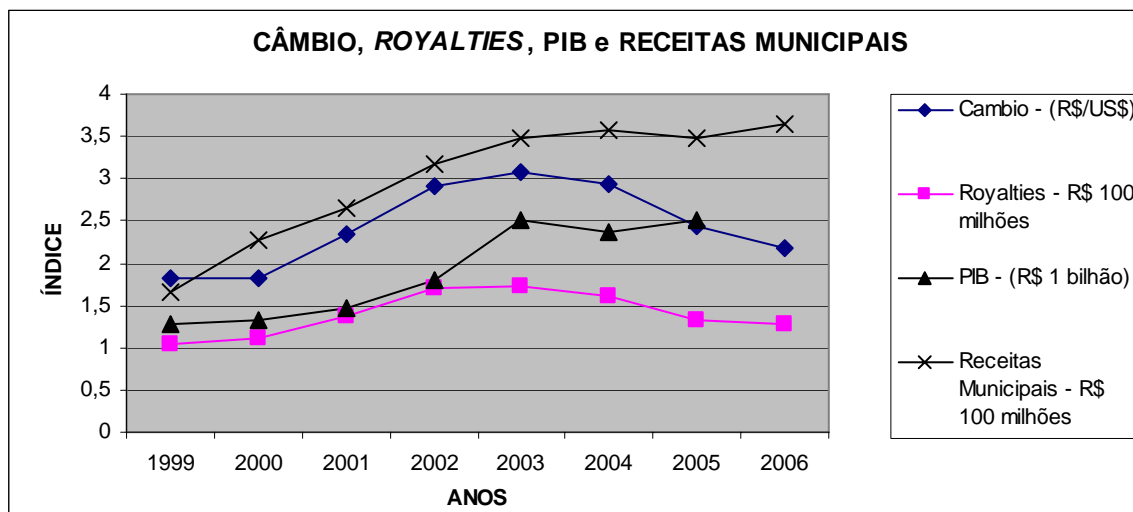
Segundo Iwake (2004), a Região Oeste do Paraná é composta por 50 municípios, entre eles estão os Lindeiros. É interessante notar que a receita dos Lindeiros representou, em 2001, 55,62% da receita total da Região Oeste. Sendo que, em 1990, essa participação era de 35,08%, ou seja, 15 municípios da região Oeste correspondem a mais da metade da receita da região. No entanto, se desconsiderarmos o valor referente aos *royalties*, em 2001, as receitas dos Lindeiros fica em torno de 33,54%, ou seja, menor que em 1990.

A participação dos *royalties*, quando comparado a outra receita, torna-se mais evidente. De acordo com Iwake (2004), a receita total da região Oeste tem uma fatia de 22,08% que é exclusivamente de *royalties*. Em 2001, o valor do repasse de *royalties* para os Municípios Lindeiros, foi de R\$ 171,5 milhões, ou seja, mais que o dobro da arrecadação tributária dos 50 municípios da Região Oeste que foi de R\$ 84,6 milhões. Ainda de acordo com o autor, o montante de recursos de *royalties* disponível, suscita uma dúvida quanto às condições técnicas e administrativas dos municípios para administrar tais recursos.

Outro fator que teve grande influência no aumento do repasse dos *royalties* em reais foi a variação cambial. Conforme Gráfico 1, o câmbio em 1999 teve uma cotação média anual de R\$1,81 por US\$ 1,00. A partir daí o real teve uma trajetória de desvalorização

atingindo o ápice da média anual de R\$ 3,08 por US\$ 1,00 em 2003. Em 2006, o real, mais valorizado, apresentou uma média anual de R\$ 2,18 por US\$ 1,00.

Assim, observa-se que além dos *royalties*, o PIB a preços correntes e as receitas municipais seguem a mesma trajetória do câmbio, ou seja, uma trajetória ascendente de 1999 até o ápice em 2003, e, para os anos seguintes, uma trajetória de tendência decrescente. A partir de 2005, aparece uma tendência de recuperação das receitas municipais e do PIB. Dessa forma, verifica-se a influência do câmbio nos municípios Lindeiros, ou seja, o câmbio influencia os *royalties*, que influencia as receitas municipais, que por sua vez influenciam o PIB. Contudo, há que se ponderar tal linearidade de efeitos, pois outros fatores podem interromper essa trajetória.



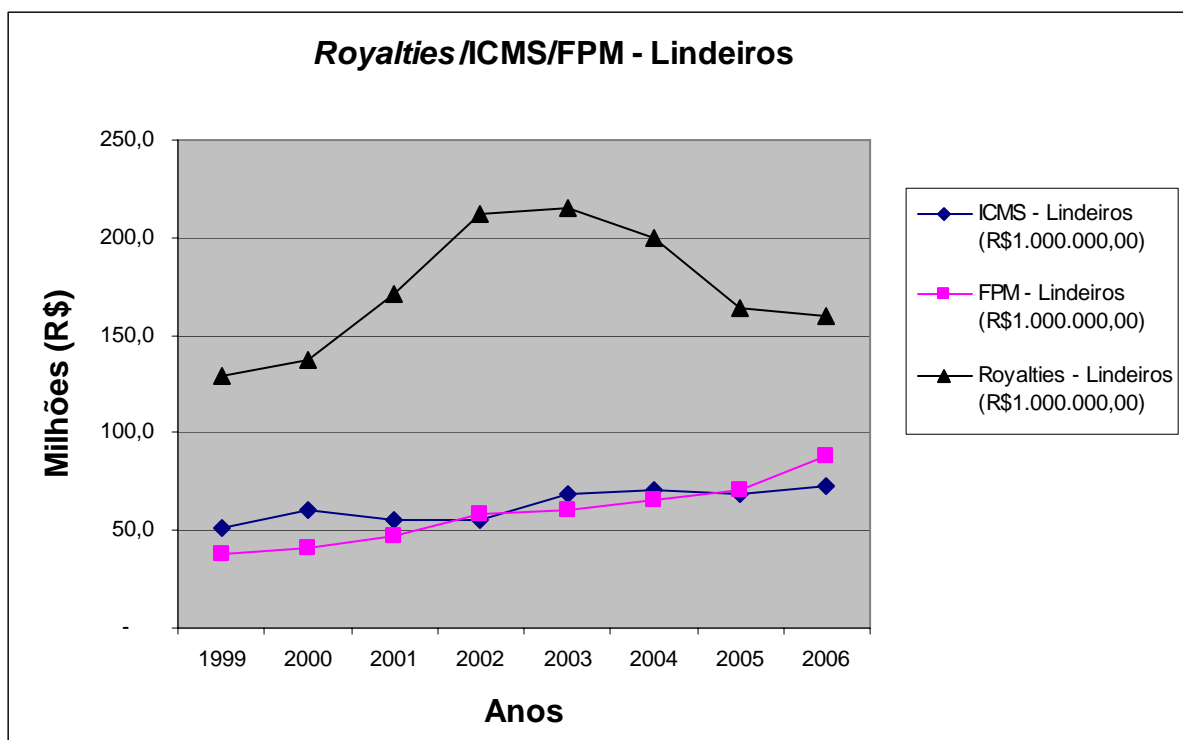
Fonte: IPARDES, (2007) e ITAIPU, (2007)

Gráfico 1 - Câmbio, royalties, PIB e receitas municipais nos Lindeiros, exceto Foz do Iguaçu – 1999-2006

As receitas de transferências, tanto correntes como de capital, são provenientes de tributos arrecadados pelos governos estadual e federal, que são repassados aos municípios. O fundo de participação dos Municípios – FPM é o repasse feito pelo governo federal aos municípios e o ICMS corresponde à cota repassada pelos estados aos municípios.

No Gráfico 2, observa-se que os *royalties* tiveram, desde 1999, uma trajetória crescente até 2003, já a partir de 2003 a 2006 uma queda, essa variação pode ser explicada pela oscilação do Real com períodos de desvalorização e valorização frente ao dólar.

Mesmo assim, os *royalties* representam a maior receita de transferência dos Lindeiros. Contudo, a trajetória do FPM e do ICMS é crescente no período de 1999 a 2006, no entanto, os *royalties* em 2006 são 220% maior que o ICMS, e 182% maior que o valor do FPM na média das transferências dos Lindeiros.



Fonte: IPARDES, (2007) e ITAIPU, (2007)

Gráfico 2 – Royalties, ICMS e FPM dos municípios Lindeiros – 1999-2006

De acordo com Iwake (2004), a relação dos valores absolutos recebidos pelos municípios Lindeiros de FPM e de *royalties* é surpreendente, principalmente nos municípios de Santa Helena e Itaipulândia. Em Itaipulândia os *royalties* equivalem a mais de 1800% do repasse de FPM. Quando somado o FPM e o ICMS, os quais se constituem as principais fontes de recursos na maioria dos municípios brasileiros, os *royalties* foram superior em 1200%. Em Santa Helena, os *royalties* corresponderam em 2001 a 1344% do FPM e 783% da soma do FPM com o ICMS. Um balanço realizado em 2001, com 382 municípios paranaenses, apresentou uma realidade diferente da apurada nos municípios Lindeiros. Para 318 municípios que fizeram parte desse balanço, os recursos do FPM e do ICMS, somados, representam mais de 50% da receita orçamentária municipal.

A realidade da economia dos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu diferencia-se da maioria dos municípios paranaenses, principalmente pelo repasse dos recursos dos *royalties*. Esses recursos modificam a estrutura orçamentária dos municípios que acabam por influenciar no resultado econômico e social da região. Contudo, essa transferência de recursos é capaz de modificar e cristalizar variáveis que vão além das puramente econômicas, como será visto mais adiante na análise dos Discursos do Sujeito Coletivo.

7 ANÁLISE DO SUJEITO COLETIVO

7.1 APRESENTAÇÃO DO SUJEITO COLETIVO

O sujeito coletivo investigado nesta pesquisa tem como característica a representação social e a prestação de serviços à sociedade. Esse sujeito coletivo sofreu grande influência do alagamento provocado pela construção de Itaipu Binacional, inaugurada na década de 1980, do século XX, quando se perdeu grandes áreas agricultáveis e população, mudou-se itinerários e principalmente começou a receber os *royalties* pagos pela Itaipu Binacional, como forma de compensação pela área alagada. Atualmente o grande desafio dele é encontrar o caminho para o desenvolvimento desses municípios, gerando emprego, renda e qualidade de vida para sua população.

7.2 ANÁLISE DO DISCURSO COLETIVO – PARTE I: DIAGNÓSTICO ECONÔMICO

O objetivo da Parte I – Crescimento Econômico - foi de elaborar um diagnóstico da economia dos municípios Lindeiros. Para tanto, definiu-se 3 questões: 1) Como o senhor(a) avalia o desenvolvimento econômico dos Municípios Lindeiros? 2) Na sua opinião: Qual é o papel do poder público municipal no crescimento econômico dos Lindeiros? 3) Na sua opinião: Desde o alagamento provocado pela construção de Itaipu, qual(is) é(são) a(s) atividade(s) que mais contribuiu(ram) para o crescimento econômico dos municípios Lindeiros?

7.2.1 Avaliação do Desenvolvimento Econômico dos Municípios Lindeiros

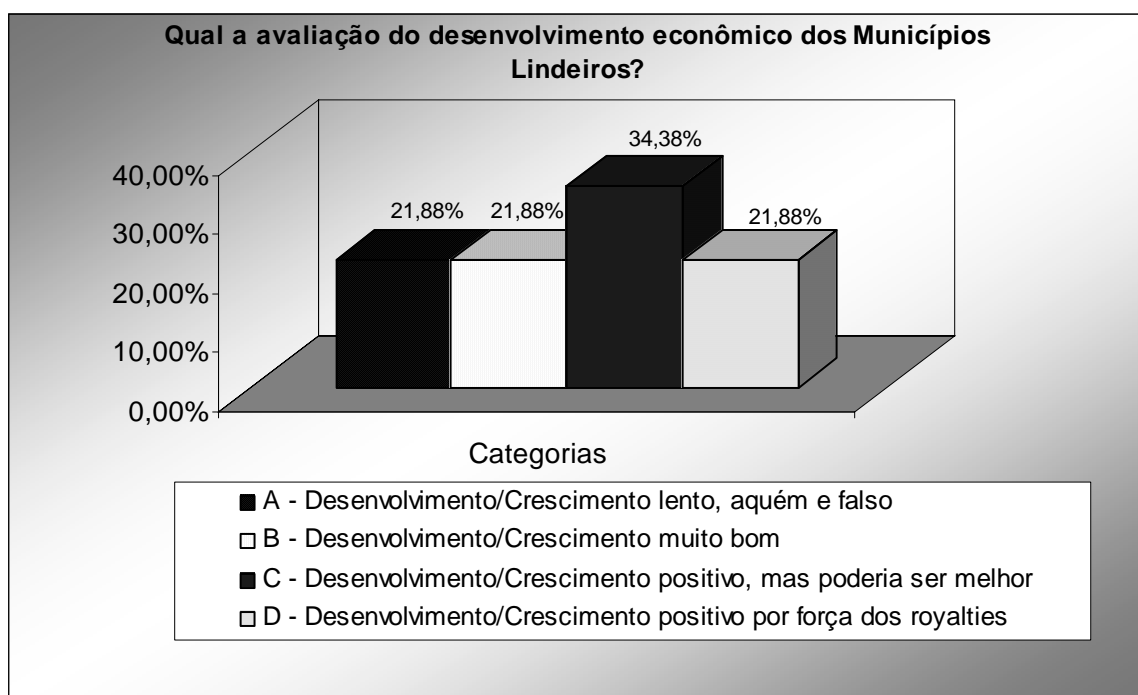
No conjunto do material analisado das respostas da pergunta 1 da parte I observou-se que o significado de crescimento e desenvolvimento não foi devidamente diferenciado pelos entrevistados. As respostas que tratavam de crescimento ou desenvolvimento, invariavelmente, descreviam-nos como se fossem sinônimos. Não é perceptível nas respostas dos entrevistados a sensibilidade da definição dos termos, ambos eram usados indistintamente.

O uso do termo desenvolvimento na questão 1 tinha a pretensão de que os respondentes o definissem e diferenciassem do termo crescimento. No entanto, deliberadamente, nenhum entrevistado salientou sobre a definição dos termos. Apenas algumas respostas preencheram parcialmente os quesitos mínimos da definição de desenvolvimento.

Na análise das respostas da questão 1, da parte I, chegou-se a 4 categorias, nas quais se optou por tratar indistintamente conceito de crescimento e desenvolvimento, já que não foi possível explicitá-los, então foram assim definidas: Primeira, categoria A – Desenvolvimento/Crescimento lento, aquém e falso; B - Desenvolvimento/Crescimento muito bom; C - Desenvolvimento/Crescimento positivo, mas poderia ser melhor; D - Desenvolvimento/Crescimento positivo por força dos *royalties*.

Numa perspectiva quantitativa das entrevistas analisadas da questão 1, a distribuição das 4 categorias definidas ficou expressa conforme Gráfico 3. Dos 32 entrevistados que responderam esta questão, 7 (21,88%) entenderam que os Municípios Lindeiros tem ou tiveram um “Desenvolvimento/Crescimento lento, aquém e falso”. Outros 7 (21,88%) entenderam que os municípios Lindeiros têm ou tiveram um “Desenvolvimento/Crescimento muito bom”. Outros 11 (34,38%) entenderam que os Municípios Lindeiros tem ou tiveram um “Desenvolvimento/Crescimento positivo, mas poderia ser melhor”. Por fim, 7 (21,88%) entenderam que os Municípios Lindeiros têm ou tiveram um “Desenvolvimento/Crescimento positivo por força dos *royalties*”.

Cabe salientar que, se forem analisadas as respostas considerando apenas se o crescimento é satisfatório, ou não satisfatório, sem considerar as ressalvas teremos os seguintes composições: 21,88% consideram não satisfatório o Desenvolvimento/Crescimento e 78,12% considera que o Desenvolvimento/Crescimento é satisfatório.



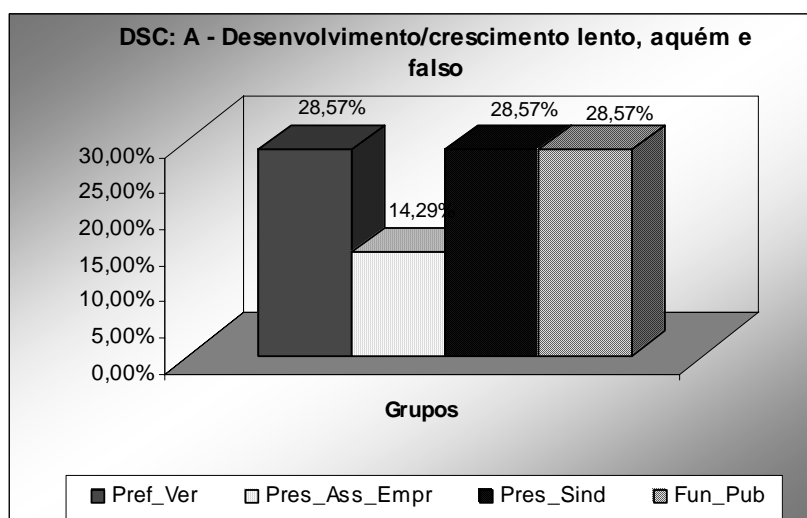
Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 3 – Parte I – crescimento econômico: questão 1

Percebe-se pelas respostas dos depoimentos que não existe um consenso sobre a situação econômica dos Lindeiros. A grande maioria acredita que o “desenvolvimento/crescimento” foi positivo, no entanto essa percepção é feita com ressalvas. Uma parcela menor acredita que o “desenvolvimento/crescimento” é lento, aquém do esperado e falso. Nesse grupo manifestam-se principalmente interrogações quanto à má gestão dos recursos públicos e à falta de união dos Municípios Lindeiros, conforme será apresentado a seguir.

7.2.1.1 Desenvolvimento/crescimento lento, aquém e falso

No DSC – A, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 4, demonstra que em todos os grupos há membros que acreditam num “desenvolvimento/crescimento lento, aquém e falso” da economia dos municípios Lindeiros.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 4 – Parte I – questão 1: DSC - A

Pode-se observar que, existe um equilíbrio do número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo menos representativo o grupo “Pres_Ass_Empr”, com 14,29% dos depoimentos do DSC – A.

A seguir é apresentado o DSC – A - Desenvolvimento/crescimento lento, aquém e falso:

Pres_Ass_Empr_01 - Os municípios Lindeiros tiveram um grande retorno dos recursos dos *royalties* e um desenvolvimento muito aquém, porque o povo não participou deste desenvolvimento e continua o povo Lindeiro ainda não estando bem situado nesse processo.

Pref_Ver_02 - O desenvolvimento econômico é lento em função do grande volume de recursos de *royalties* que são repassados aos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu[...] o desenvolvimento econômico é modesto, lento, e não tem a perspectiva a longo prazo de melhorar, muito lento.

Pres_Sind_01 - Os municípios Lindeiros, a princípio, dá a impressão de que por causa dos *royalties* os municípios desenvolveram, mas percebe-se que é um desenvolvimento aparentemente falso, as pessoas não têm uma qualidade de vida que deveriam ter, com todo o dinheiro que tem, na minha opinião o município deveria estar bem melhor, pois foram feitos investimentos no concreto(obras), na parte de infra-estrutura, ou seja, gastou-se muito em obras, essas estão mal feitas. Há uns dois anos atrás diziam que Santa Helena estava bem, depois se pára e pensa, Santa Helena está morrendo, o pessoal está indo embora, não tem emprego [...] o objetivo dos *royalties* é investir em industrialização, não precisam investir em grandes indústrias, investir em pessoas que moram no município, em pequenas indústrias, na agricultura familiar, em pessoas que vão dar um retorno [...] empregos em grandes indústrias não geram estabilidade, além disso, todo mundo quer trabalhar na prefeitura, ninguém quer ser funcionário de uma indústria, não quer trabalhar de sábado, de domingo, todo mundo quer ser funcionário público, porque acha que é uma vida boa, não precisa trabalhar muito. Tem pessoas que vem pegar o dinheiro e vão investir fora, e futuro de Santa Helena a gente não vê por causa disso, porque vai chegar um tempo que vão acabar os *royalties* e Santa Helena teria que fechar tudo, porque não vai conseguir se sustentar. Foi investido em obras que não gerou emprego. Os *royalties* trouxeram benefícios para algumas pessoas.

Pres_Sind_04 - Se baseando no que os municípios têm de arrecadação desenvolveram pouco [...] se nós olharmos Santa Helena, tem favela [...] esse dinheiro não tá favorecendo [...]

Pres_Ass_Empr_05 - Crescimento considerado lento, que pode ser melhorado muita coisa no decorrer do tempo.

Fun_Pub_04 - A questão do desenvolvimento poderia ser maior [...] falta os municípios Lindeiros se unir para tentar crescer com base sólida, tirando um ou dois fora, o resto está estagnado.

Fun_Pub_08 - Muitos *royalties* vieram para os municípios e as administrações não estavam preparadas para administrar tanto dinheiro, não tinha uma regra definida. Hoje através do Tribunal de Contas do Estado, estão impondo algumas determinações para que se invistam na geração do crescimento e renda para o município, se isso tivesse acontecido logo no começo, hoje a situação dos municípios Lindeiros seria muito diferente.

Observam-se nos argumentos dos entrevistados atribuições a incapacidade de desenvolver, oriundas do não envolvimento social, no processo das decisões e na elaboração de planos e projetos para a comunidade local ou regional. Como agravante, não vêm, mesmo com o passar dos anos, maior participação da comunidade e nem acreditam que tal realidade tende a mudar.

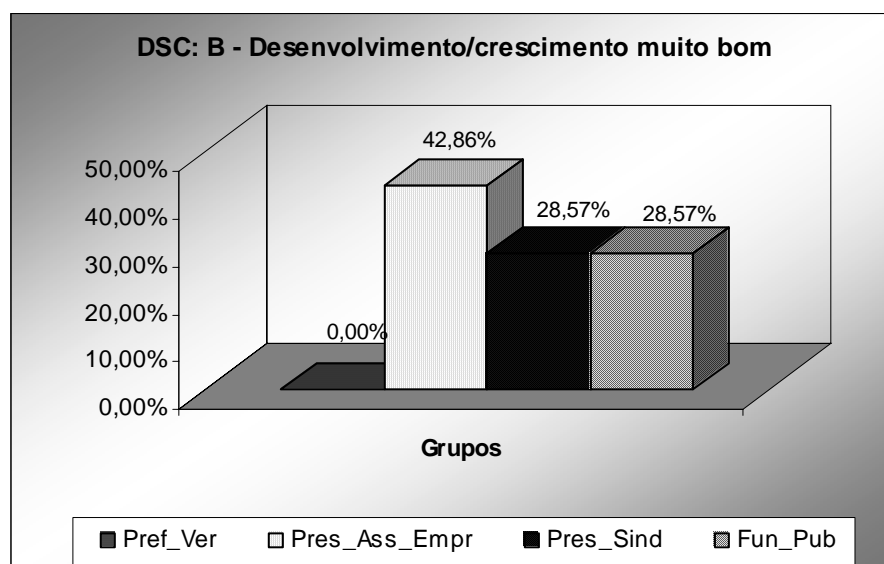
Fica evidente o descontentamento quanto ao investimento dos *royalties*. Pelo grande valor dos recursos financeiros disponíveis a esses municípios, deveriam estar muito mais desenvolvidos. Acreditam que esses recursos foram equivocadamente aplicados, pois não foram capazes de gerar renda e emprego de maneira sustentada. Os investimentos públicos, na maioria deles, oriundos da conta *royalties*, estão aplicados em grandes obras que

foram apresentadas com uma roupagem de utilidade pública, no entanto, muitas estão em condições precárias de utilização.

Percebe-se na fala dos entrevistados um evidente descontentamento quanto ao fim dado aos recursos e da forma como foram gastos. Acreditam que o “desenvolvimento/crescimento”, abaixo das expectativas, deve-se à falta de planejamento, à desunião dos municípios e à baixa capacitação dos gestores públicos.

7.2.1.2 Desenvolvimento/crescimento muito bom

No DSC – B, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 5, demonstra que nem todos os grupos apresentaram membros que acreditam num “desenvolvimento/crescimento muito bom” da economia dos municípios Lindeiros.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 5 – Parte I – questão 1: DSC - B

Pode-se observar que, o grupo “Pref_Ver” não tem nenhum membro que identificou esse cenário, sendo o mais representativo o grupo “Pres_Ass_Empr”, com 42,86% dos depoimentos do DSC – B.

O DSC – B caracteriza-se por respostas que avalizam o “desenvolvimento/crescimento” dos Lindeiros, contudo, com raras exceções, são devidamente justificadas. Em outras palavras, se poderia dizer que os respondentes são evasivos em justificar o bom desempenho da economia Lindeira percebido por eles.

A seguir é apresentado o DSC – B - Desenvolvimento/crescimento muito bom:

Pres_Ass_Empr_02 - O desenvolvimento econômico, na região toda foi muito positivo. Cresceu muito a costa Oeste como um todo, de Foz a Guaíra de 1984/1985 para cá desenvolveu muito a questão regional.

Pres_Ass_Empr_03 - Acho que o crescimento está muito bom, se percebe que há um crescimento visível na economia dos Lindeiros.

Fun_Pub_03 - Os Municípios Lindeiros tiveram um considerável desenvolvimento econômico, em especial os novos municípios, instalados no ano de 1993, como o caso de Entre Rios do Oeste.

Fun_Pub_06 - Acredito que nos últimos anos exista um crescimento considerável, muito embora voltado em alguns municípios mais para área do turismo e outros mais no desenvolvimento agrícola.

Pres_Sind_05 - Falando do município de Missal, desenvolveu muito bem [...].

Pres_Ass_Empr_08 - Depende de cada administração, mas vendo outros municípios de outras regiões, na minha opinião, nós estamos numa região muito próspera, a região lindeira. O Oeste e sudoeste apresentam um crescimento bem maior que outros municípios de igual tamanho da Região Norte paranaense, por exemplo [...] aqui movimenta mais, gira mais dinheiro tanto no setor público como na iniciativa privada.

Pres_Sind_06 - Os municípios Lindeiros se comparados a outros municípios [...] tem um desenvolvimento bastante apropriado.

Está presente no discurso uma grande satisfação em relação ao crescimento da economia Lindeira. O desenvolvimento da questão regional, da qual tratam os pesquisados, refere-se a maior atenção dada aos municípios Lindeiros após o alagamento, com recebimento dos *royalties*. Esses municípios passaram a compartilhar uma característica comum a todos os Lindeiros, que foi a perda de terras agricultáveis e a formação de um Lago em seus territórios.

Os que recebem mais *royalties*, acreditam que o “desenvolvimento/crescimento” foi bom, como é o caso desse DSC – B. Dos 7 entrevistados que compõem esse DSC, 6 deles são cidadãos de municípios em que os *royalties* em 1999, representavam mais de 33% da receita total do município, e em 2005 representavam mais de 25%. Talvez, os volumes das receitas municipais recebidas por esses municípios contribuam para distorcer a realidade econômica e social desses municípios. De acordo com Iwake

(2004), apesar dos municípios Lindeiros receberem um grande volume de recursos advindo dos *royalties*, alguns apresentam uma taxa de pobreza elevada. Os municípios de Santa Helena e Itaipulândia, mesmo sendo as maiores rendas per capita de *royalties* dos Lindeiros estão entre os seis com maior número de famílias pobres, em torno de 25%.

Nas repostas dos entrevistados, percebe-se que enfatizam o “desenvolvimento/crescimento”, principalmente dos municípios criados após 1993, ou seja, período no qual esses municípios já recebiam regularmente as transferências dos recursos de *royalties*. Também se observa nas respostas dos pesquisados, a comparação à outras regiões, pela qual, acabam avaliando como positivo o desempenho econômico dos Lindeiros.

7.2.1.3 Desenvolvimento/crescimento positivo, mas poderia ser melhor

No DSC – C, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 6, demonstra que em todos os grupos, há membros que acreditam num “desenvolvimento/crescimento positivo, mas poderia ser melhor” para os municípios Lindeiros.

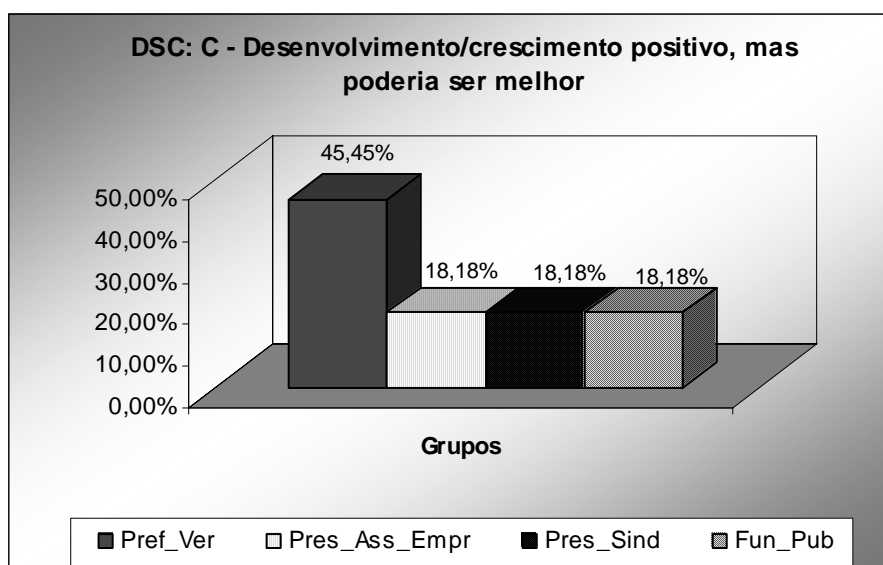


Gráfico 6 – Parte I – questão 1: DSC - C

Pode-se observar que existe um equilíbrio do número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo mais representativo o grupo “Pref_Ver”, com 45,45% dos depoimentos do DSC – C.

A seguir é apresentado o DSC – C - Desenvolvimento/crescimento positivo, mas poderia ser melhor:

Fun_Pub_02 - Avalio muito bom, mas poderia ser melhor ainda.

Pref_Ver_01 - Depois que foi fundado os municípios Lindeiros do Lago de Itaipu, eu acho que com a perda das terras inundadas, e com os recursos dos *royalties* acho que nós saímos ganhando, seria um ganho de médio prazo, até que se termine em 2023. Vai acabar os *royalties*? Eu acredito que não acaba. Eu acho que tá dando mais do que nós perdemos, agora, os recursos que estão vindo, deu uma alavancada muito grande nos municípios Lindeiros, o que acontece, o que a gente observa, que muitos desses municípios os recursos são mal investidos, esses recursos deveriam ser investidos só no setor produtivo que gere emprego, gere indústria e que gere imposto no município para que possa substituir os *royalties* se não vierem mais. Só que muitos prefeitos não estão preocupados com essa questão, hoje tem mais municípios que estão mais espertos, tomando medidas pra substituir os recursos dos *royalties* se no futuro não vierem mais.

Pref_Ver_05 - Hoje a gente vê a questão da agricultura forte, alguns municípios investiram na questão de agroindústria, o comércio em si, e o turismo. Então eu avalio assim, que tem tido um avanço, mas acho que tem que ser mais profissional ainda, precisa concretizar estas questões [...] perdeu muito o foco, várias vias e não se está fechando, então eu acho que tem que fechar isso com profissionalismo, com dados econômicos corretos, dados viáveis que possa ter esse desenvolvimento geral da população menos favorecida, com geração de emprego, a questão do comércio, do turismo[...]

Pres_Ass_Empr_04 - Na verdade poderia ser mais acentuado, mais acelerado.

Pres_Sind_03 - Em primeiro lugar houve um fator Lago de Itaipu, tudo mudou, o rumo, o crescimento da região [...] a partir do momento que surge o Lago de Itaipu, ocorre uma espécie de desenvolvimento singular, que por um lado acaba prosperando a administração pública, mas por um lado, ficando sem identidade [...] deixou de lado a verdadeira identidade, que é a identidade agrícola [...] por muito tempo investiu-se no Turismo, e deixaram de lado a verdadeira vocação que é a agricultura [...] de uma maneira geral os municípios Lindeiros acabaram criando uma estrutura, foi feito uma malha viária, mais adequada que antes [...] houve uma recuperação econômica bastante significativa, mas não dá pra dizer assim, que houve uma espécie de destaque econômico [...] conseguiu-se chegar em um nível que o Brasil em uma maneira geral não conseguiu [...] hoje é muito melhor [...] desenvolveu bastante, talvez tenha tomado o rumo que não deveria ter sido tomado, mas na minha opinião desenvolveu.

Fun_Pub_07 - Eu vejo de uma forma muito clara, os municípios Lindeiros perderam uma grande oportunidade, mas tem tempo hábil ainda para isso [...] nós temos ainda a parte agrícola que houve um avanço, na parte industrial avançou muito, mas não em decorrência dos *royalties* [...] Terra Roxa entre os Lindeiros é o que tem a menor fatia [...] houve um crescimento por conta

de investimentos particulares [...] exclusivamente falando de Terra Roxa está caminhando de forma lenta poderia ter um pouco mais de velocidade [...]

Pref_Ver_06 - Na atualidade está em decadência, mas ainda continua num desenvolvimento econômico razoavelmente bom.

Pref_Ver_08 - Vejo que o crescimento da região lindeira se projetou, mas também teve problemas econômicos em alguns municípios afetado pelo Lago de Itaipu [...] muitos gestores não souberam aplicar devidamente, com o fim do repasse dos *royalties*, esses municípios não vão ter vida própria [...] Terra Roxa e Guaíra, tiveram um prejuízo enorme que é irreparável com o que a Itaipu esta devolvendo a estes municípios [...] tem que ter muita união, principalmente dos grupos políticos, que venham a se preocupar mais com a região, projetos de desenvolvimento regional, por exemplo, hidrovias a ferrovia, aproveitando a oportunidade dos recursos dos *royalties* para puxar mais recursos para a região Oeste.

Pref_Ver_09 - Os municípios Lindeiros estão economicamente bem, acho que poderiam estar melhor.

Pres_Ass_Empr_10 - Após o alagamento provocado pela Itaipu, vem tendo um foco pouco diferenciado do que vinha existindo [...] criou-se outra forma de viver nessa região [...]

Pres_Sind_10 - Os municípios Lindeiros têm se desenvolvido, mas ainda falta mais planejamento para o desenvolvimento.

Para alguns depoentes os municípios saíram ganhando, se comparado à área alagada com o recebimento de *royalties* até 2023. Contudo os municípios têm que investir no setor produtivo, para substituir a fonte recursos dos *royalties* se estes não vierem mais. Mas nem todos os prefeitos estão preocupados com esse fato, enquanto outros já estão tomando providências, para suprir uma possível falta dos *royalties*.

Na fala dos pesquisados, percebe-se que atividades do agronegócio e do turismo estão se desenvolvendo nos Municípios Lindeiros, contudo falta profissionalismo dos gestores para coordenar todo esse processo para que se consiga melhorar as condições de vida da população menos favorecida economicamente. Os municípios Lindeiros perderam e estão perdendo uma grande oportunidade de aproveitar bem os recursos de *royalties*. Muitos gestores públicos não estão sabendo aplicar devidamente os recursos, assim caso os *royalties*, deixem de ser pagos, esses municípios passarão por grandes dificuldades. Falta planejamento público para investimento desses recursos.

Outro pesquisado entende que os *royalties* de Itaipu, fortaleceram a administração pública, e por outro lado esqueceu-se da verdadeira vocação que era a agricultura. Contudo, construiu-se uma infra-estrutura mais adequada que antes.

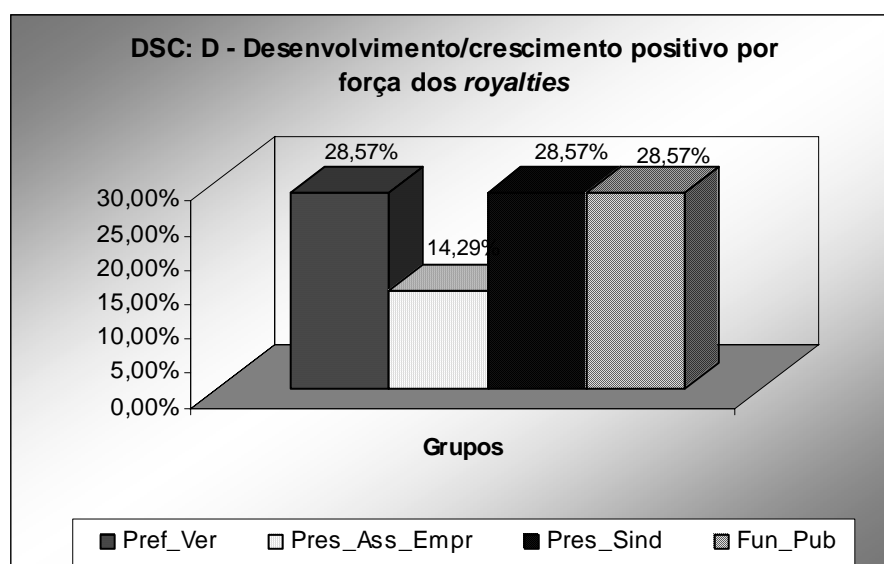
Percebe-se na fala de alguns entrevistados que a economia atual dos Lindeiros está em decadência, apesar de considerar que ainda assim o “desenvolvimento/crescimento” é bom.

Outros apesar de achar que estão “desenvolvendo/crescendo”, creditam esse desempenho aos esforços da comunidade, da iniciativa privada. Consideram injusta a divisão dos recursos dos *royalties*, por usar como critério somente a área alagada e não pontos estratégicos, principalmente turísticos como as Sete Quedas, que poderiam ter mudado a realidade econômica de determinadas localidades.

Apontam a importância de ações cooperativas dos municípios no desenvolvimento de projetos regionais, como a criação e expansão da infra-estrutura de transporte hidroviário e ferroviário.

7.2.1.4 Desenvolvimento/crescimento positivo por força dos *royalties*

No DSC – D, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 7, demonstra que em todos os grupos há membros que acreditam num “desenvolvimento/crescimento positivo por força dos *royalties*” da economia dos municípios Lindeiros.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 7 – Parte I – questão 1: DSC - D

Pode-se observar que existe um equilíbrio do número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo menos representativo o grupo “Pres_Ass_Empr”, com 14,29% dos depoimentos do DSC – D. Em tese, pode-se entender que, pelo fato dos entrevistados do grupo “Pres_Ass_Empr”, não terem acesso direto aos recursos dos *royalties*, não o atribuem o mesmo valor conferido pelos demais grupos.

A seguir é apresentado o DSC – D - Desenvolvimento/crescimento positivo por força dos *royalties*:

Fun_Pub_01 - No período de 93 a 97, foi um período de adaptação de recebimento dos *royalties*. De 97 a 2004 foi um período muito bom devido à questão de reposição. Então eu acho que esse período foi um período bom para todos os prefeitos dos municípios Lindeiros em relação, planejamento, estratégia, avaliação e rendimento desses *royalties*. Esse foi o período bom. De 2005 pra cá, houve uma queda dos *royalties* isso ocasionou uma série de adaptações, inovações e automaticamente isso também acabou caindo um pouco em relação à própria projeção dos municípios.

Fun_Pub_05 - O desenvolvimento da microrregião, constituída pelos municípios Lindeiros, está bastante positiva em relação da geração de emprego e renda, destacando-se no cenário nacional, em parte, em razão da implantação de indústrias de médio e grande porte. O mérito dessa evolução positiva deve-se a boa aplicação dos recursos, que são cada vez mais escassos, voltadas para esse sentido.

Pref_Ver_03 - Os municípios Lindeiros estão crescendo bastante por causa do Lago de Itaipu, por causa do recebimento dos *royalties* que vêm através da Itaipu Binacional.

Pres_Sind_02 - Nasci em Itaipulândia, tendo então uma visão do antes, e a base da economia é a agricultura, e era uma agricultura forte [...] se falando de Itaipulândia, essas terras ficaram todas submersas [...] o município começou a se reestruturar a partir dali, e hoje a economia do município está totalmente diferente, na verdade os municípios estão se adaptando, o nosso por exemplo, a economia é basicamente os *royalties* e a agricultura, [...] eu acho importante pegar essa estrutura e ver o que vai dar certo, por exemplo, indústrias [...] nós não temos uma coisa firmada aqui, mas hoje o município de Itaipulândia, ele está indo num desenvolvimento legal. Acertou, por exemplo na Lar, na indústria de congelados, coisa grande, temos a Diplomata [...] a gente está acreditando [...] acredito que vai dar certo, a questão dos aviários que está dando muito dinheiro, a questão dos chiqueiros, está se construindo se projetando para o próximo ano essa questão do Laticínio, que dará mais impostos. Tomara que dê certo.

Pref_Ver_04 - Com a formação do Lago [...] nos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, o desenvolvimento foi muito grande através dos *royalties*, dinheiro que é repassado ao município através da Itaipu.

Pres_Sind_09 - As cidades vêm fazendo grandes investimentos com os *royalties*, então, a princípio, está sendo muito bom.

Pres_Ass_Empr_12 - Olha que esse período imediatamente anterior a gente teve um certo desenvolvimento em função de *royalties*, teve uma injeção de recursos na economia [...] houve um desenvolvimento bastante grande [...].

Neste DSC, os entrevistados creditam aos recursos dos *royalties*, a responsabilidade pelo bom desempenho da economia dos Lindeiros. Mesmo quando se referem a projetos de industrialização ou fomento do setor produtivo, sempre partem do pressuposto do aproveitamento dos *royalties*. Fica a impressão de que a iniciativa privada é fraca e incapaz de gerar pela suas próprias forças o desenvolvimento do setor.

O discurso dos depoentes coloca os *royalties* como a causa da ascensão da economia Lindeira. Contudo, também são perceptíveis as dificuldades que os municípios passam em períodos de valorização do Real. Essa concepção é percebida, explicitamente nos depoimentos dos entrevistados “Fun_Pub_01” e “Pres_Ass_Empr_12”, que enfatizam os últimos anos, a partir de 2005, como um período menos favorável, justamente, coincidente com uma grande valorização do Real frente ao Dólar, a qual, reduz o montante de *royalties* em Reais.

7.2.2 O Papel do Poder Público Municipal no Crescimento Econômico dos Lindeiros

Na pergunta 2 da parte I, buscou-se verificar a concepção que os pesquisados tinham sobre a influência das prefeituras municipais no crescimento econômico dos municípios. Observou-se que a grande maioria dos entrevistados acredita que o papel do poder público municipal é fomentar a economia, ou seja, ela mesma fazendo o papel de principal fonte de emprego e renda ou se responsabilizando por investimentos diretos nos setores da economia.

As respostas da questão 2, da parte I, desdobraram-se em 5 categorias, assim expressas: A – Fomentar a economia, com participação da população; B – Unir os municípios Lindeiros; C – Fomentar a economia; D – Fomentar a economia, com profissionalismo; E – Planejamento e gestão. Na categorização fez-se questão de separar o tratamento dado ao fomento da economia, no qual se destacou aqueles que salientavam a participação da população nas decisões do processo econômico. Outra categoria que evidencia a importância do profissionalismo e da capacitação dos envolvidos no processo econômico. Por último, outra categoria que destaca o papel de fomentador, contudo, sem a preocupação de destacar detalhes, para alcançar tal objetivo.

Na análise estatística das respostas à questão 2, da parte I, é possível identificar o peso das 5 categorias, conforme Gráfico 8. Dos 32 entrevistados que responderam esta questão da entrevista, 4 (12,5%) vêem que o papel do poder público municipal é de “Fomentar a economia com participação da população”. Outros 3 (9,38%) acreditam que o papel do poder público municipal é de “Unir os municípios Lindeiros”. Outros 10 (31,25%) acreditam que o papel do poder público é de “Fomentar a economia”, no entanto, sem indicar ou sugerir, precisamente, como fazê-la. Outros 5 (15,63%) acreditam que o papel do poder público municipal é de “Fomentar a economia com profissionalismo”. Por fim, 10 (31,25%) acreditam que o papel do poder público municipal é de “Planejamento e gestão”.

É oportuno destacar que, uma suposta composição das categorias, de forma mais genérica, poderia ser dividida em 3 (três) categorias, na qual, o “Fomento da economia” corresponderia a 19 respostas, ou seja, mais de 59% acreditam que papel do poder público municipal é de ser a força motriz da economia destes municípios. Os outros dois grupos permaneceriam os mesmos “Unir os municípios Lindeiros” e “Planejamento e gestão”.

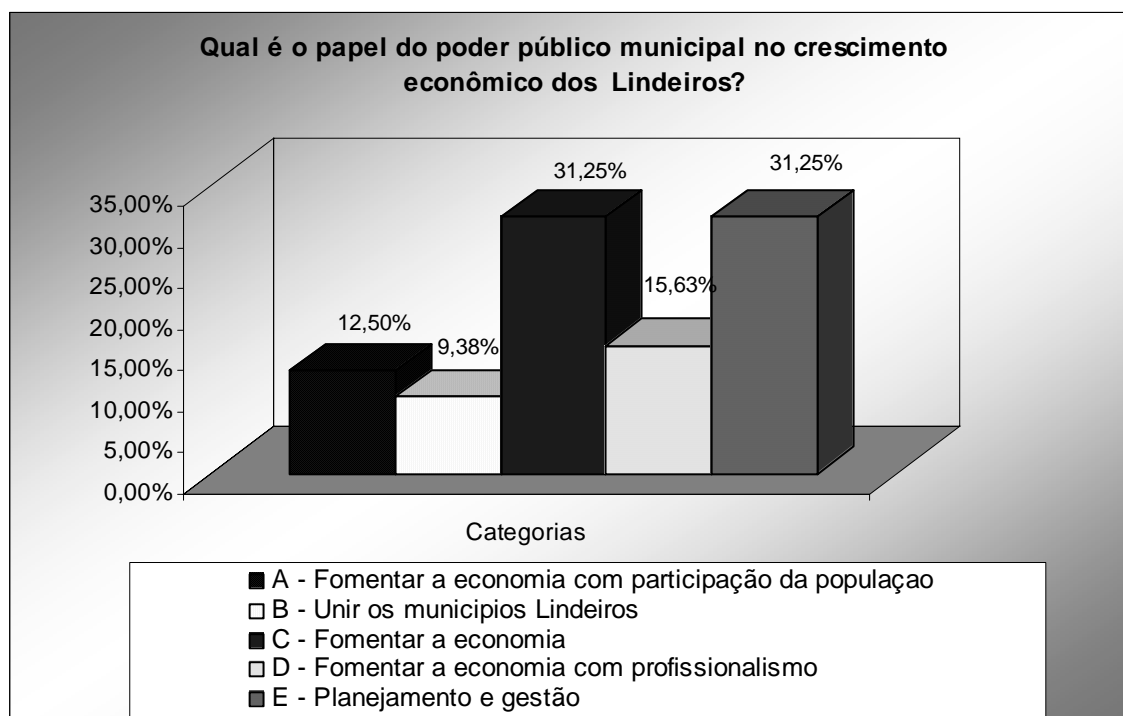


Gráfico 8 – Parte I– crescimento econômico: questão 2

Percebe-se nas respostas desta questão, a importância conferida ao poder público no crescimento da região Lindeira. Praticamente 90% dos pesquisados atribuem ao poder público municipal além do papel de fornecer serviços básicos essenciais, como saúde, educação, saneamento, etc., também o papel de principal agente responsável pelo avanço econômico da região lindeira.

7.2.2.1 Fomentar a economia com participação da população

No DSC – A, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 9, demonstra que nem todos os grupos apresentam membros que acreditam que “Fomentar a economia com a participação da população” é papel do poder público dos municípios Lindeiros.

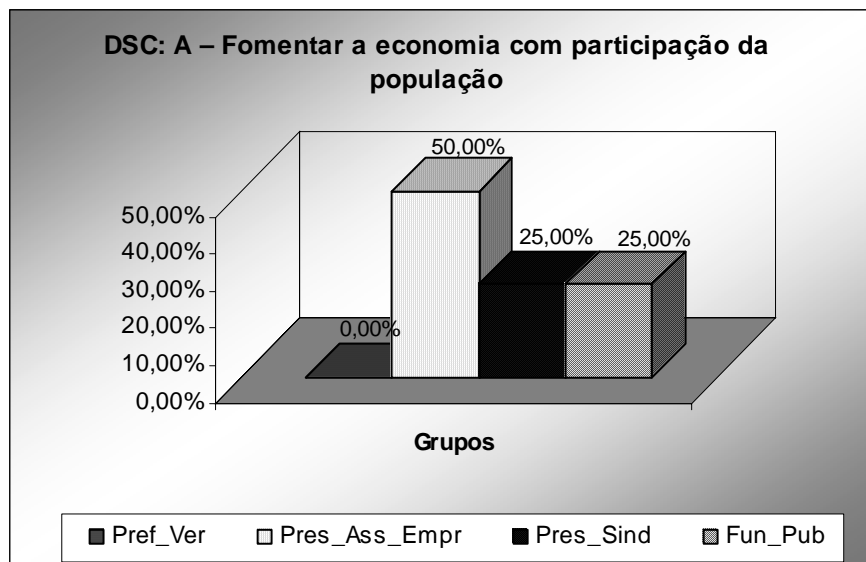


Gráfico 9 – Parte I – questão 2: DSC – A

Pode-se observar que o grupo “Pref_Ver” não tem nenhum membro que identificou esse cenário, sendo o mais representativo o grupo “Pres_Ass_Empr”, com 50% dos depoimentos do DSC – A.

A seguir é apresentado o DSC – A - Fomentar a economia com a participação da população:

Pres_Ass_Empr_01 - O papel do poder público devia ser especialmente condutor da vontade da população, ser agente indutor e condutor do desenvolvimento, o que não tem acontecido, muitos políticos tem se adonado dos recursos e feito o que quiseram com estes recursos e da maneira que quiseram.

Pres_Ass_Empr_02 - Deve fomentar o desenvolvimento, primeiro tem que valorizar o que existe no seu município, investimentos devem fazer crescer o que existe porque a comunidade santahelenense foi prejudicada, ela tem que ser desenvolvida pela população, então tinha que ser desenvolvido em razão dessa população, tem que trazer novas frentes de trabalho, o que não ocorreu ao longo dos últimos anos, os *royalties* com sua estrutura que foi feita, e ela fugiu de sua função de crescimento econômico, ela não fortaleceu, as perdas são do município.

Fun_Pub_01 - Dos Lindeiros essencial e grande, o poder público está à frente, querendo ou não está a frente. Então eu vejo assim que o papel da administração pública é essencial, mas ela não pode trabalhar sozinha, tem que trabalhar com toda a sociedade. Em alguns municípios eu vejo que a sociedade fez parte, em outros não. Pode-se dizer assim: é o grande gestor? É o grande gestor, mas não único, por exemplo Foz do Iguaçu não depende do poder público, ele vive independentemente disso, agora posso dizer que Itaipulândia depende. Então assim, nesse momento para alguns municípios, o gestor não investindo, automaticamente a economia do município decai um pouco, e isso é ruim, porque fica na dependência do Poder Público, o poder público abrir esse caminho para o restante vir atrás, acho por isso tinha que ser diferente, o Poder Público deveria trabalhar junto com a sociedade, isso não é ideologia, isso é aquilo que eu acredito, mas entre a realidade, acho que até o poder público foi até a sociedade e a sociedade foi até o poder público, conversaram mas não se acertaram. O Poder Público nas suas relações de consumo e administração forem bem administradas, automaticamente toda a economia, toda a sociedade vai ganhar com isso, então, qual é o grande papel? O papel dele é de ser um grande gestor.

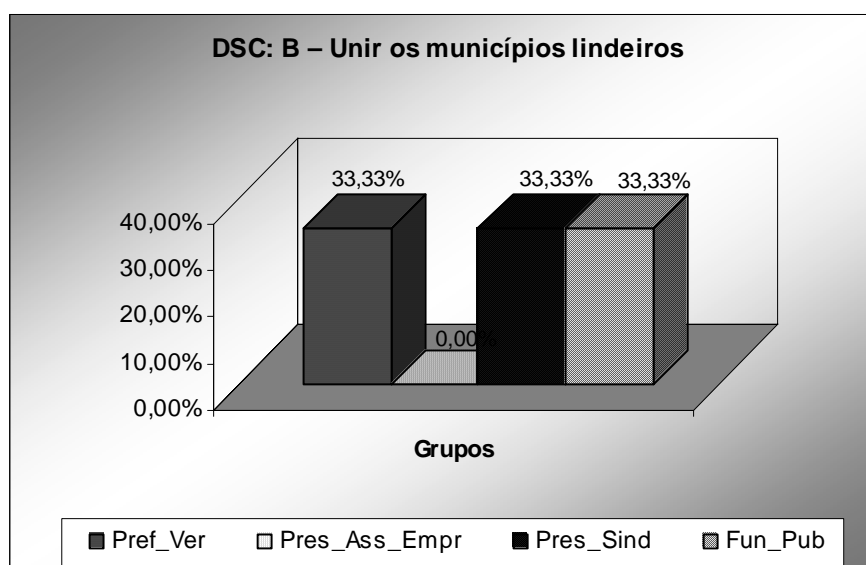
Pres_Sind_04 - Eu acho que cada administrador deveria fazer uma prestação de contas, mostrar para a população para se ter uma idéia com a população onde poderia ser aplicado os recursos[...]

Neste DSC, fica evidente a importância conferida ao poder público municipal, no crescimento econômico. Pela capacidade financeira dos municípios, os depoentes lhes atribuem a posição de líder econômico.

Neste DSC, observa-se o destaque dado à participação da sociedade no processo de decisão da aplicação dos recursos, inclusive dos *royalties*. Para esses depoentes, a sociedade deve trabalhar em parceria com o poder público, e assim definir os critérios de investimentos e gestão. Contudo, é patente nesses depoimentos que a relação sociedade e poder público é precária ou ainda inexistente, apesar de ser considerada essencial.

7.2.2.2 Unir os municípios Lindeiros

No DSC – B, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 10, demonstra que nem todos os grupos apresentaram membros que acreditam que “Unir os municípios Lindeiros” é papel do poder público municipal.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 10 – Parte I – questão 2: DSC - B

Pode-se observar que, o grupo “Pres_Ass_Empr” não tem nenhum membro que identificou esse cenário, sendo que os demais grupos apresentam representatividade idêntica nos depoimentos do DSC – B, pois o número de depoentes neste DSC é pequeno.

A seguir é apresentado o DSC – B - Unir os municípios Lindeiros:

Fun_Pub_05 - O poder público municipal, através de ações que visem o associativismo dos municípios da microrregião dos Lindeiros, pode gerir os recursos, que são limitados, de forma a otimizar os resultados no desenvolvimento comum, fortalecendo assim, toda micro região.

Pref_Ver_08 - Existe a Associação dos Municípios Lindeiros [...] União dos prefeitos e vereadores e cobrar mais dos municípios Lindeiros que foram beneficiados levaram uma vantagem do Lago de Itaipu que tem receitas boas, mas não se aplica como deveria aplicar no desenvolvimento de seus municípios e gestores e prefeitos que representam o Conselho dos Lindeiros

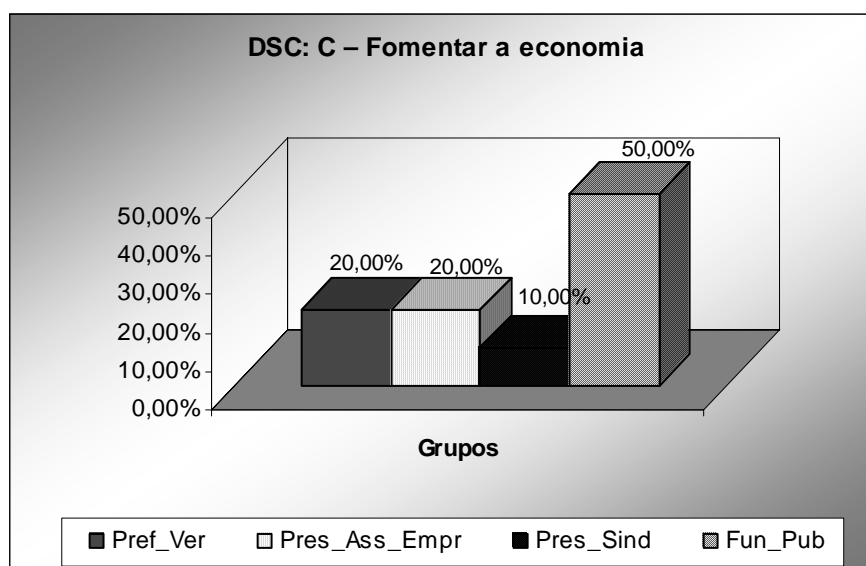
devem levantar mais a bandeira de nossa região e dos municípios de qual representa [...].

Pres_Sind_10 - Ter um planejamento para ter um encontro com o desenvolvimento de cada município [...] juntos os municípios podem desenvolver mais as indústrias [...].

Neste DSC, está presente nas respostas dos depoentes o fator da união dos municípios. Os recursos seriam mais eficientemente gastos se fossem planejados conjuntamente pelos municípios Lindeiros. Contudo, a participação democrática em conjunto com todos os Lindeiros no planejamento da aplicação dos *royalties* não foi citada pelos municípios que mais recebem.

7.2.2.3 Fomentar a economia

No DSC – C, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 11, demonstra que em todos os grupos há membros que acreditam que “Fomentar a economia” é papel do poder público municipal.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 11 – Parte I – questão 2: DSC - C

Pode-se observar que existe um equilíbrio do número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo mais representativo o grupo “Fun_Pub”, com 50% dos depoimentos do DSC – C.

A seguir é apresentado o DSC – C - Fomentar a economia:

Fun_Pub_02 - Ele tem um papel fundamental, muito importante, desde que tenha uma política voltada para o setor de crescimento econômico para os municípios Lindeiros [...].

Fun_Pub_03 - O Poder Público tem um papel muito importante no crescimento econômico desses municípios, pois é a receita do município que está sendo incrementada mensalmente com os *royalties* e a aplicação dessa receita no fomento do próprio município faz com que todos os segmentos da sociedade acabem se beneficiando de alguma forma.

Pref_Ver_01 - O que o poder público tem que fazer é contribuir, acesso ao setor primário que é agricultura e a avicultura [...] contribuir com a infraestrutura básica [...] a função do poder público é contribuir com o que ele pode.

Pref_Ver_02 - O papel dos municípios Lindeiros é fundamental, porque ao longo do tempo foi aumentando esse volume de recursos em função desses *royalties*, criou-se uma dependência muito grande do município em todas as cidades que são Lindeiras ao Lago de Itaipu [...] então o município tem o papel fundamental no crescimento econômico dessas cidades.

Pres_Sind_02 - No caso de Itaipulândia é fundamental, porque quase todo o município gira em torno da prefeitura, estamos num município com quantidade enorme de funcionários públicos, o número de colonos no nosso município é mínimo [...] basicamente é sustentado pelo poder público [...].

Pres_Ass_Empr_03 - O papel deveria ser de condutor desse desenvolvimento, acho que muitas vezes esse poder público tem as suas limitações também, se dependesse nesse momento, do poder público, ações para efetivamente implantar o potencial turístico, nos municípios, iria demorar muito, os municípios Lindeiros tem grande dificuldade hoje em investimento, em poder de investimento real em ações, e hoje os empresários, quem tem interesse, tem que buscar seu espaço, precisa correr com suas próprias pernas, e não só esperar o poder público.

Pres_Ass_Empr_04 - Em forma de incentivos, incentivando a industrialização da nossa região. Eu sempre afirmo como empresário que nós temos que agregar valor ao produto. Esse é o grande trunfo como o meio político, o setor público pode ajudar os empresários incentivando a questão produtiva, em vez de em primeiro lugar se ter uma cidade bonita, investir no que vai dar retorno para futuramente embelezar a cidade.

Fun_Pub_04 - Deveria existir, só que muitos municípios, o poder público está ficando só na base da manutenção, só dando para o povo [...] o poder público teria que dar a forma de crescer e não tá fazendo, então poderia ser bem maior em função do dinheiro que tá entrando.

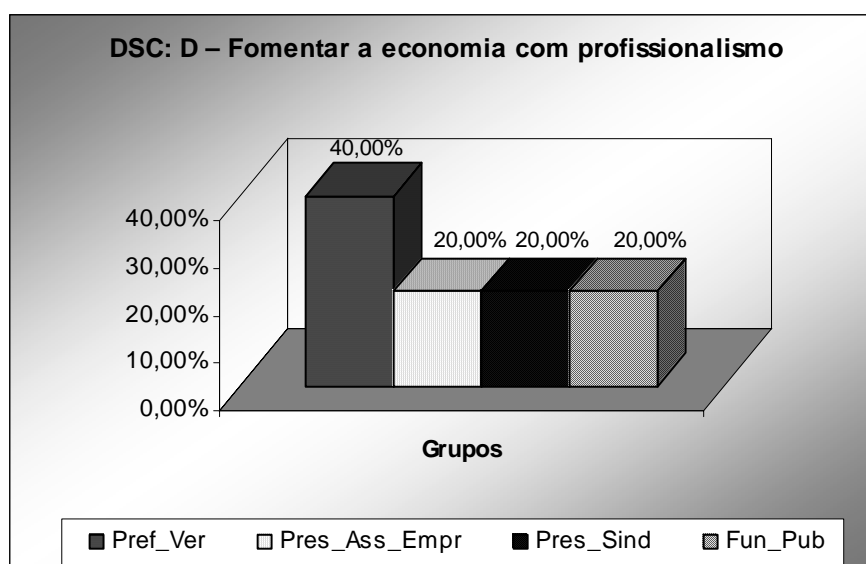
Fun_Pub_06 - Ele pode servir de incremento para várias ações, principalmente para o crescimento voltado para o fortalecimento das empresas que dão suporte à geração de impostos pela comercialização e industrialização de produtos.

Fun_Pub_07 - O poder público ele deve se concentrar como fomentador o grande incentivador e dentro de sua capacidade econômica entrar com alguns investimentos[...].

Percebe-se no discurso destes depoentes a importância creditada ao poder público no processo de crescimento da região. Esse fato está diretamente vinculado ao poder financeiro dos municípios Lindeiros. Contudo, também é evidente nos depoimentos, que o investimento público deve ser responsável pela inércia do crescimento, o qual vai dar condições para que, setores como o agrícola e o industrial ganhem força e condições de se sustentarem.

7.2.2.4 Fomentar a economia com profissionalismo

No DSC – D, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 12, demonstra que em todos os grupos há membros que acreditam que “Fomentar a economia com profissionalismo” é papel do poder público municipal.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 12 – Parte I – questão 2: DSC - D

Pode-se observar que existe um equilíbrio do número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo mais representativo o grupo “Pref_Ver”, com 40% dos depoimentos do DSC – D.

A seguir é apresentado o DSC – D - Fomentar a economia com profissionalismo:

Pref_Ver_04 - É fundamental [...] com certeza ficaria bom se tivesse pessoas preparadas para o cargo [...] fazer investimentos, usando o dinheiro dos *royalties* em parceria com empresas [...] por exemplo aviários, chiqueiros e indústrias.

Pres_Sind_01 - A administração municipal, o poder público, inclusive os vereadores deveriam estar mais preparados também para se ter uma socialização maior. O que acontece é o seguinte: a administração não se preocupa com o amanhã, de gerar empregos para as pessoas que estão aqui, porque que as pessoas estudam, tão fazendo faculdade, estão fazendo pós-graduação, mas eles vão trabalhar onde, tem gente que estudou e não temos que fazer aqui na cidade, então elas têm que ir embora, porque geralmente é assim, eles se preparam, estudam depois vão procurar trabalho [...] o poder público tinha que ter essa preocupação de investir primeiro em geração de emprego, as indústrias que estão sendo feitas agora, deveriam ter sido feitas a 10 anos atrás, porque daí hoje já estaria dando retorno [...].

Pref_Ver_05 - Eu vejo exatamente fomentar, pegar o poder executivo que tem poder de execução, o legislativo apoiar [...] ninguém vai contra o que o povo quer, mas pra isso [...] precisa das câmaras técnica eu acho importante o profissionalismo [...] com projeto de pesquisa que mostre o caminho [...].

Fun_Pub_08 - É fundamental, mas não com a visão de antigamente, tem que ter uma visão administrativa moderna, precisa de uma profissionalização da administração pública, antigamente o prefeito falava eu vou dar um desconto para tal como se fosse um negócio particular e não é, a gestão pública é do povo [...] a administração pública como um todo ela deve ser profissional [...]

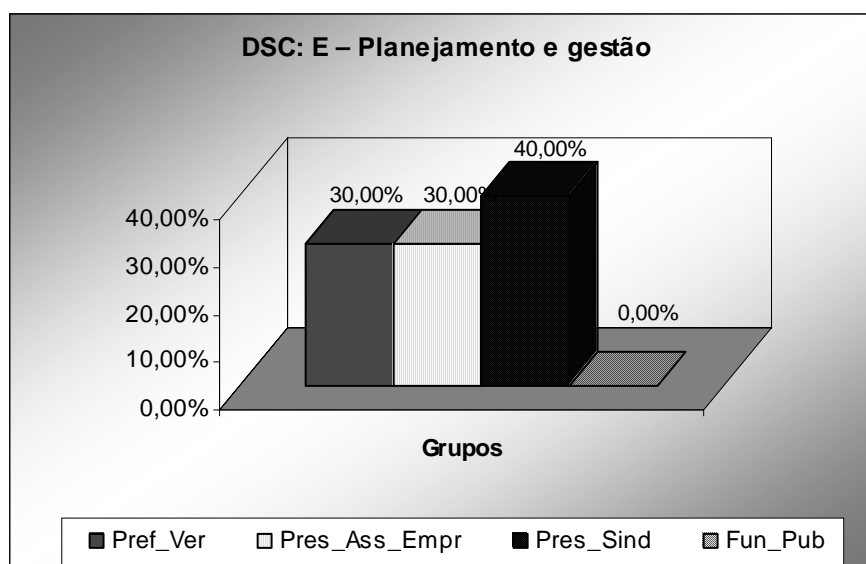
Pres_Ass_Empr_08 - Não só nos Lindeiros como em qualquer município o setor público é crucial e primordial porque dependendo das decisões do planejamento das estratégias é que vai determinar o nível de crescimento do município, nível de investimento de busca de recursos, setores que vão priorizar, e nos Lindeiros e os *royalties* é um dinheiro extra, é interessante que seja bem destinado para que se reverta no crescimento dos municípios, então o papel público é essencial onde nós vemos administrações mais competentes, sérias vemos um desenvolvimento maior [...].

Neste DSC, é marcante nos argumentos dos depoentes, a importância conferida ao poder público no crescimento da economia, buscando alternativas para melhorar as condições do setor produtivo com parcerias e projetos de investimento na iniciativa privada. Para tanto, os depoentes salientam sobre a necessidade de se avançar no sentido de

profissionalizar a administração pública como fator chave para que se atinja o objetivo do crescimento econômico da região Lindeira.

7.2.2.5 Planejamento e gestão

No DSC – E, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 13, demonstra que nem em todos os grupos apresentam membros que acreditam que “Planejamento e gestão” é papel do poder público municipal.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 13 – Parte I – questão 2: DSC - E

Pode-se observar que o grupo “Fun_Pub” não tem nenhum membro que identificou esse cenário, sendo o mais representativo o grupo “Pres_Sind”, com 40% dos depoimentos do DSC – E.

A seguir é apresentado o DSC – E - Planejamento e gestão:

Pres_Sind_09 - É saber investir esse dinheiro hoje, certos municípios recebem uma boa quantia de *royalties*, mas se não houver uma avaliação

melhor, por parte do poder público em investir bem esse dinheiro, com certeza vai ter sua consequência [...]

Pres_Ass_Empr_12 - Acho que o papel é fundamental, como gestores de recursos, de atividades, seja financeiro, humano [...] dentro do crescimento econômico é fundamental a forma de gerirem este crescimento [...] mas existe forças políticas que uma tenta anular a outra, e quem acaba perdendo são os municípios [...]

Pref_Ver_03 - É muito importante, porque se faz um bom planejamento, bons investimentos, são muito importantes para os municípios Lindeiros.

Pres_Sind_03 - Deveria ser o de locomotiva do desenvolvimento, o poder público deveria pensar qual é o seu papel na função de governo [...] em nível municipal é nítido que a municipalidade precise interferir na economia do município, não dá pra implantar um liberalismo econômico dentro do município [...] o município ele tem que interferir na economia pra que justamente se evite esse tipo de situação, ao poder público cabe essa função, não é o poder público que vai dizer, determinada empresa vai fazer isso, determinada empresa vai fazer aquilo. O Poder Público vai dar as condições mínimas ou máximas necessárias pra que o desenvolvimento aconteça [...] não pode qualquer aventureiro vir para o município e pegar grande fatia de dinheiro[...] o desenvolvimento produtivo pensado não aconteceu, a perspectiva criada não aconteceu, então, o papel principal do poder público municipal é o de mediador e facilitador do crescimento, não pode criar uma desigualdade social fazer com que os municípios, uma empresa seja beneficiada, e as outras acabem falindo[...], o poder tem que ter a característica de facilitador.

Pres_Ass_Empr_05 - Na questão dos Recursos, aplicar de maneira adequada que dê retorno para os municípios ser sustentável [...]

Pres_Sind_05 - O uso adequado da arrecadação do município, dos recursos dos *royalties*, aplicar na realidade do município, dentro de um plano de governo que seja a longo prazo.

Pref_Ver_06 - É um papel fundamental o poder público tem a obrigação, não de investimento, mas de mostrar para os empresários as tecnologias e onde investir quais são os meios...o poder público é essencial...

Pref_Ver_09 - [...] fazer o planejamento das verbas que tem é fundamental para estar planejando o desenvolvimento lá na frente.

Pres_Ass_Empr_10 - Deveria existir, deveria ser mais forte, hoje ele existe mas é acanhado, deveria ser mais agressivo defender os interesses dos municípios[...]

Pres_Sind_06 - É baseado nos *royalties* que os municípios Lindeiros têm hoje, é o papel fundamental[...]

Esse DSC apresenta um discurso que também propõe a participação do poder público municipal na economia, no entanto, o papel aqui requerido pelos depoentes é de planejador, gestor, facilitador, etc. Acredita-se que pelos recursos disponíveis é possível definir o caminho a ser seguido, indicando tecnologias e criando condições para que empresas se instalem e desenvolvam-se. Contudo, apesar dos depoentes citarem o papel do poder público municipal como planejador e gestor, raramente expressam ou indicam ações de

maneira mais precisa que deveriam ser tomadas ou implementadas, ou seja, as respostas acabam sendo evasivas.

7.2.3 As Atividades que mais Contribuíram para a Economia dos Lindeiros a partir do Alagamento

Nessa questão, o objetivo foi diagnosticar, pela concepção dos depoentes, a atividade econômica que teve maior influência na economia dos Lindeiros desde que ocorreu o alagamento. A atividade mais citada, como era de se esperar, foi a agricultura, que apareceu em praticamente todos os depoimentos. Mesmo que, algumas vezes, os termos agricultura, agronegócio e agropecuária, são utilizados quase como sinônimos pelos depoentes. Percebe-se, não raramente, pelo discurso dos depoentes que não há sensibilidade quanto à distinção destes termos, ou seja, são usados genericamente como atividades do meio rural.

Nesse DSC, as respostas foram classificadas em 4 categorias, as quais foram divididas fielmente de acordo com a atividade mais enfatizada no discurso. Pois, invariavelmente, foi creditado a mais de uma atividade, a responsabilidade pela situação econômica dos municípios Lindeiros. As categorias foram assim classificadas: A – Especialmente a agricultura; B – Especialmente o turismo; C – A industrialização/agroindustrialização; e D – Os “*royalties*”, destacado entre aspas, pelo fato, de ter sido classificado como atividade econômica pelos depoentes.

Na análise das repostas dos depoentes à questão 3, da parte I, é possível identificar a participação das 4 categorias, conforme Gráfico 14. Do total dos 32 entrevistados que responderam a essa questão da entrevista, 12 (37,50%) acreditam que “Especialmente a agricultura” está entre as atividades que mais contribuíram para o crescimento econômico dos Lindeiros. Outros 9 (28,13%) acreditam que “Especialmente o turismo” está entre as atividades que mais contribuíram, desde o alagamento, para o crescimento econômico dos Lindeiros. Outros 5 (15,63%) acreditam que “A industrialização/agroindustrialização” está entre as atividades econômicas que mais fortaleceram a economia Lindeira desde o alagamento. Por fim, 6 (18,75%), acreditam que “os *royalties*” é a principal fonte de fomentação do crescimento econômico dos municípios Lindeiros. Contudo, essa resposta, não foi fiel ao questionamento da pergunta, que buscava respostas sobre as atividades econômicas que contribuíram para o crescimento dos Lindeiros desde o alagamento. Pois os *royalties* são

transferências feitas pela Itaipu Binacional aos municípios Lindeiros, não sendo classificada como atividade econômica, mas apenas como um componente da receita total dos municípios.

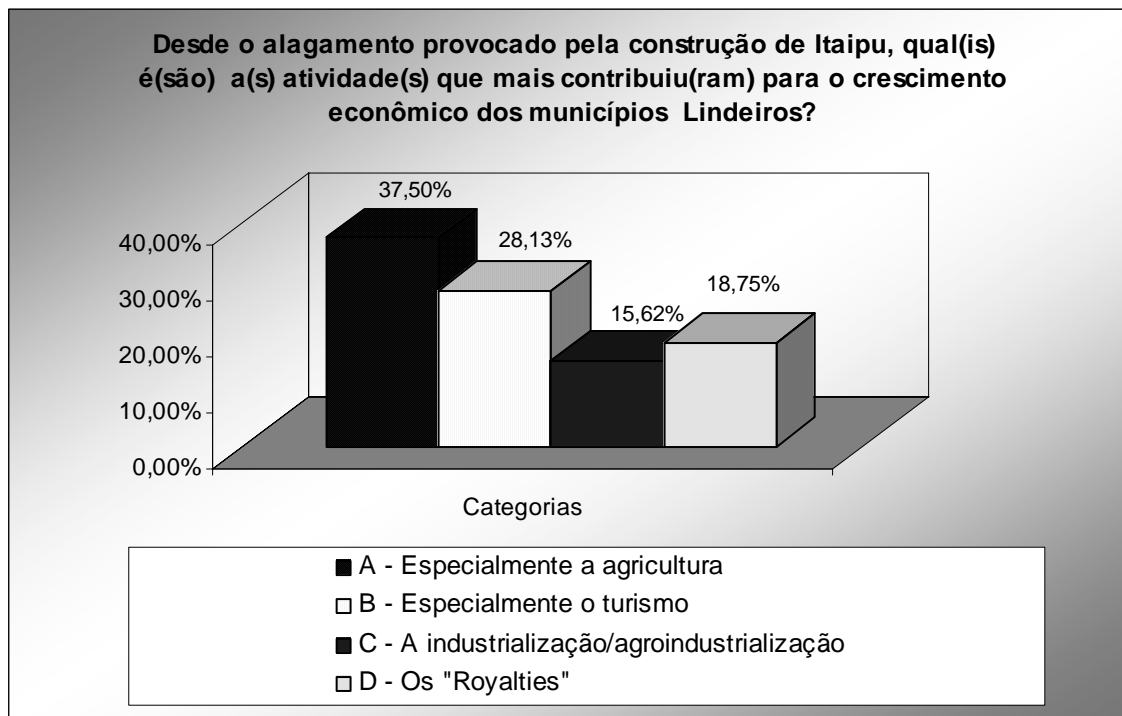


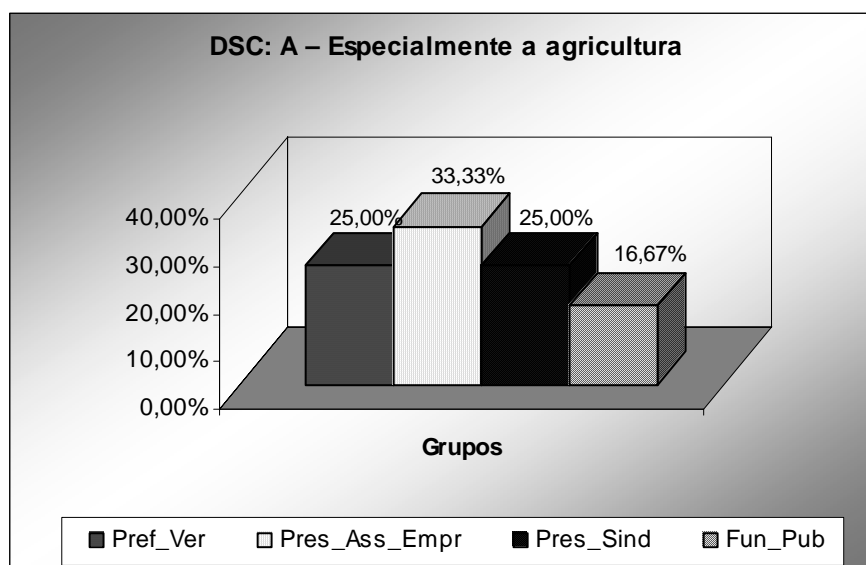
Gráfico 14 – Parte I – crescimento econômico: questão 3

As atividades de turismo, agricultura e indústria apareceram como as principais contribuições econômicas da iniciativa privada que os municípios contam. É interessante notar que essas três alternativas aparecem juntas em muitas das repostas, ou mesmo, de duas em duas, indicando as maiores contribuições econômicas aos municípios Lindeiros.

A percepção dos *royalties* como contribuição à economia dos Lindeiros, também aparece, além das citadas, em outras de forma secundária ou indireta. É notória nos depoimentos a dificuldade que os depoentes encontram em separar a atividade econômica do recebimento de *royalties* pelos municípios.

7.2.3.1 Especialmente a agricultura

No DSC – A, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 15, demonstra que em todos os grupos há membros que acreditam que foi “Especialmente a agricultura” a atividade que mais contribuiu para o crescimento dos Lindeiros desde o alagamento de suas terras.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 15 – Parte I – questão 3: DSC - A

Pode-se observar que existe um equilíbrio do número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo mais representativo o grupo “Pres_Ass_Empr”, com 33,33% dos depoimentos do DSC – A.

A seguir é apresentado o DSC – A - Especialmente a agricultura:

Pres_Ass_Empr_02 - Nós estamos totalmente dependentes da agricultura que era isso antes do Lago do Itaipu, nós estamos dependente ainda, estamos dependente de chover, dos preços do soja, do milho, porque nós temos uma dependência quase total porque os recursos do *royalties* que foram destinados nas instituições públicas e não foram investidas no setor privado para que se desenvolva, que gera tributo que gera renda pra essa população ir crescendo, então é lamentável essa questão, teve um crescimento, digamos assim, fantasioso. Em 2023 acabam os *royalties*, 50% ou mais já veio, e o melhor de tudo já veio, porque vieram todos os atrasados[...]

Pres_Ass_Empr_03 - Na nossa região, Entre Rios Pato Bragado, Santa Helena é a agricultura, se nós não tivéssemos os *royalties*, Entre Rios do Oeste não seria município, porque não teria condições financeiras

sustentáveis, e os *royalties* ajudaram muito. A gente percebe em alguns municípios a preocupação em trazer outras formas de recurso que não seja só exclusivamente da agricultura, mas, hoje, nos Lindeiros, quase que 90% depende da agricultura.

Fun_Pub_05 - A microrregião, antes do alagamento causado pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, tinha toda sua economia voltada para o extrativismo e a agricultura. Com o advento do Lago de Itaipu, o impacto socioeconômico, em um primeiro momento foi brutal, pois além da redução da área cultivada, tinha-se ainda a mão-de-obra que não estava qualificada para exercer outras atividades. Sendo assim, as ações do poder público, de forma associada, bem como da Itaipu Binacional, visando fomentar o associativismo, disponibilizando recursos para cursos de qualificação de mão-de-obra e a elaboração e execução de um programa de divulgação e incentivo ao turismo regional, são ações que vêm paulatinamente, revertendo o impacto causado inicialmente, e trarão, a longo prazo, um perfil para a microrregião que vai além do agrícola, para turística e industrial.

Pref_Ver_01 - A produção de milho soja, trigo [...] os grandes investimento com parcerias com a prefeitura, parcerias com agricultores e aumento significativo na avicultura que era zero [...] para tentar substituir o que se perdeu lá traz e futuramente para sustentar.

Pref_Ver_02 - Desde o alagamento o que não teve redução foi a agricultura, pouco investimento comercial, pouco investimento industrial [...].

Pres_Sind_01 - A base mesmo é agricultura, se tivesse investido mais na agricultura, hoje o município estaria bem melhor, exemplo, essa falsa ilusão do turismo, o que o turismo faz pra nós? [...] a agricultura ainda é a base, se fosse, digamos acabar os *royalties* hoje é a agricultura [...] não necessita de muitos investimentos públicos. Devia ser investido mais nos pequenos produtores [...] os empregos nas facções de jeans, geram em média de 100 empregos, mas na condição quase de escravos, salário baixo [...] então ainda é a agricultura

Pref_Ver_05 - Ainda é agricultura, e aí vêm as ações que foram desenvolvidas, turismo [...] desenvolveu a questão da educação, a questão da capacitação, o Conselho dos Municípios Lindeiros começou um trabalho nessa linha com o Iapar, a própria Itaipu, então eu vejo assim que, agricultura, daí vem o turismo e o comércio [...].

Pres_Ass_Empr_04 - Na minha visão é hoje o agronegócio [...] suinocultura, avicultura, bovinocultura de leite.

Pres_Ass_Empr_05 - A agricultura, alguns municípios investiram em industrializações, e outros em setores como o Turismo.

Fun_Pub_08 - A atividade econômica que sempre contribuiu para todo o Paraná sem dúvida nenhuma é a agricultura, agora se você olhar pelo lado dos municípios Lindeiros existe toda uma cultura do turismo, houve uma tentativa de explorar mais o turismo com jogos mundiais da natureza, enfim houve várias ações, mas nada que se compare com a agricultura [...].

Pres_Sind_05 - Missal eu acho que é a agricultura.

Pres_Sind_10 - Turismo, eu não achei que desenvolveu com o alagamento, a não ser a agricultura que está sustentando os municípios ainda [...].

Nesse DSC, os depoentes destacam a agricultura como a principal atividade econômica dos Lindeiros, mesmo depois do alagamento. Contudo, está explícito em alguns

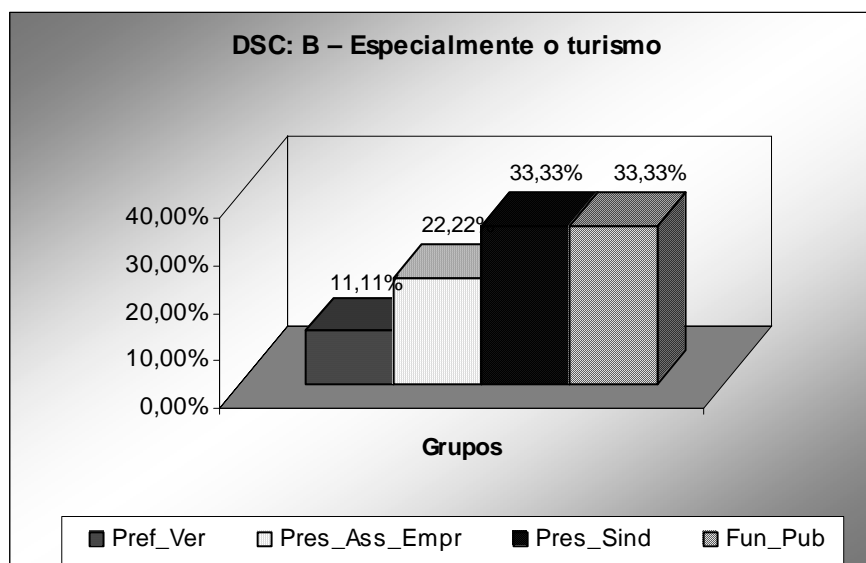
depoimentos o fator *royalties*. É interessante notar que os *royalties* aparecem nos depoimentos como um elemento da economia dos Lindeiros. Por exemplo, o depoente Pres_Ass_Empr_02, destaca que ainda somos dependentes da agricultura porque os *royalties* foram mal investidos. Então é perceptível, neste discurso, uma atribuição de responsabilidade dos *royalties* na economia dos Lindeiros.

Outro aspecto importante a ser notado, é a presença constante do vínculo dos *royalties* com o crescimento econômico. Essa questão 3, da parte I, questiona claramente qual atividade contribuiu para o crescimento econômico dos Lindeiros, no entanto, não raramente, é associada aos *royalties*, como por exemplo, o depoente Pres_Ass_Empr_03, que apesar de concluir que a agricultura é a principal atividade dos Lindeiros, afirma que, se não fosse os *royalties*, talvez seu próprio município nem existiria.

Em muitos depoimentos evidencia-se a importância atribuída aos *royalties* no fortalecimento da agropecuária dos Lindeiros. A agricultura, apesar de ter sido beneficiada pelos *royalties*, é a atividade econômica que teria plenas condições de continuar crescendo, mesmo sem esses recursos.

7.2.3.2 Especialmente o turismo

No DSC – A, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 16, demonstra que em todos os grupos há membros que acreditam que foi “Especialmente o turismo” a atividade que mais contribuiu para o crescimento dos Lindeiros desde o alagamento de suas terras.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 16 – Parte I – questão 3: DSC - B

Pode-se observar que existe um equilíbrio do número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo menos representativo o grupo “Pref_Ver”, com 11,11% dos depoimentos do DSC – B.

A seguir é apresentado o DSC – B - Especialmente o turismo:

Pres_Sind_06 - É o turismo, foi implantando esse turismo devido ao alagamento, é uma das principais atividades que surgiram [...] é a principal atividade econômica na maioria das cidades da Costa Oeste [...]

Pres_Sind_09 - A maioria dos municípios Lindeiros investiram em Turismo, uns investiram em praias artificiais, outros em barracas das festas das nações, parque aquático [...] fortaleceu a renda dos municípios.

Pres_Ass_Empr_12 - Se eu falasse que não fosse algumas atividades voltadas ao turismo a natureza e ao Lago estaria mentido [...].

Fun_Pub_01 - [...] O turismo alavancou bastante mesmo tendo que rever seus papéis, a região dos Lindeiros, ao longo dos anos tem trabalhado essa idéia e tem ganhado força.

Fun_Pub_02 - Desde o alagamento de Itaipu o que mais contribuíram foi o turismo e o agronegócio [...]. Mas para mim em primeiro lugar vem o Turismo, segundo lugar o agronegócio, e agora, está vindo a industrialização dos municípios.

Fun_Pub_03 - O turismo em alguns municípios representou um fomento no crescimento econômico [...].

Pres_Sind_04 - Somente na área turística [...] praias[...] que atrai pessoal no fim de semana do Paraguai e Argentina...

Pref_Ver_09 - Nós tivemos o setor turístico [...] a indústria ainda é muito pequena em Guaíra[...]

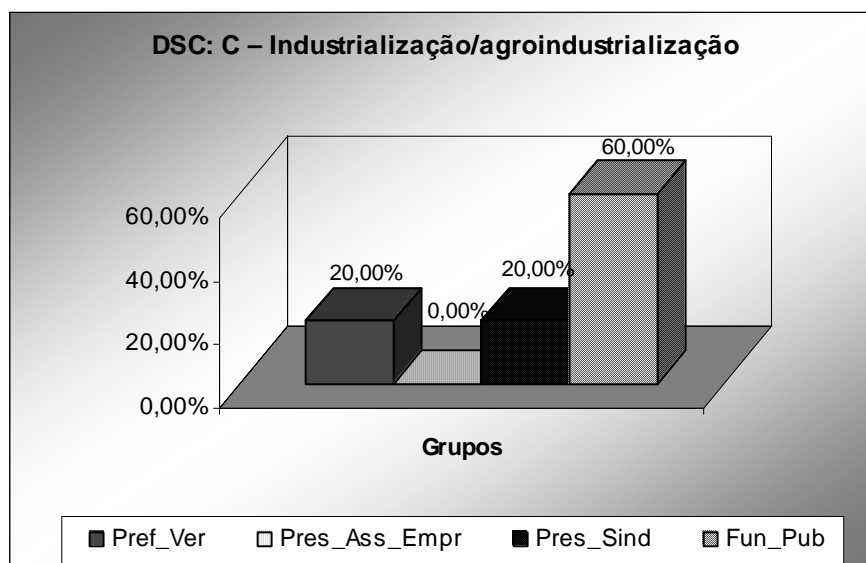
Pres_Ass_Empr_08 - Após o alagamento os municípios Lindeiros perderam áreas agricultáveis uns mais outros menos, imaginava-se que isso iria

acarretar em um prejuízo para o município, de certa forma se levar em conta a produção perdeu, em compensação isso foi bem absorvido todos os municípios se voltaram para o turismo, quase todos os municípios tem uma praia, e lá se formou tipo um pólo comercial com mercados restaurantes, chalés, hotéis [...] os municípios de maneira geral souberam aproveitar [...], por exemplo, a pesca típica da cada município [...] isso de certa forma reverteu em benefício para amenizar a perda na área cultivada [...].

Nesse DSC, os depoentes colocam o turismo como uma das atividades que mais contribuíram para o crescimento dos Lindeiros. Destacam principalmente a exploração das praias artificiais, presente em quase todos os Lindeiros, que atraem turistas, inclusive de outros países. Contudo, percebe-se que a idéia do turismo está presente principalmente pelos grandes investimentos públicos feitos em praias, infra-estrutura dos parques de Lazer, edifícios para festas, etc, pois efetivamente, o turismo tem uma participação discreta na economia dos Lindeiros. De acordo com dados do IPARDES (2007), a participação do emprego formal da atividade do turismo em 2005, no total do emprego formal dos Lindeiros, exceto Foz do Iguaçu, é menor que 3%. E o crescimento desse emprego formal da atividade do turismo dos Lindeiros, exceto Foz do Iguaçu no período 2000 a 2005, foi de apenas 2,68%. O número de agências de turismo no período de 2004 a 2007, decresceu 36%. Contudo, o número de hotéis cadastrados (meios de hospedagem), cresceu, nesse mesmo período, 90%.

7.2.3.3 A industrialização/agroindustrialização

No DSC – C, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 17, demonstra que nem todos os grupos apresentam membros que acreditam que foi “A industrialização/agroindustrialização” a atividade que mais contribuiu para o crescimento dos Lindeiros desde o alagamento de suas terras.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 17 – Parte I – questão 3: DSC - C

Pode-se observar que, o grupo “Pres_Ass_Empr” não tem nenhum membro que identificou esse cenário, sendo o mais representativo o grupo “Fun_Pub”, com 60% dos depoimentos do DSC – C.

A seguir é apresentado o DSC – C - a industrialização/agroindustrialização:

Pref_Ver_03 - Industrialização, porque os *royalties* foi investido na industrialização a grande maioria [...]

Pres_Sind_03 – [...] sem dúvida nenhuma, o grande responsável pelo desenvolvimento da região foi [...] o surgimento de frigoríficos na região, fábrica de rações, incubadora de pintainhos[...] faltou uma coordenação geral dos municípios Lindeiros pra que houvesse uma interferência dos poderes públicos para a pequena empresa [...]

Fun_Pub_04 - A maioria dos municípios tem base na agricultura, aqueles que se desenvolveram um pouco mais são aqueles que investiram na indústria [...] mas aqueles que só ficaram na base da agricultura ficaram mais estagnados que os outros.

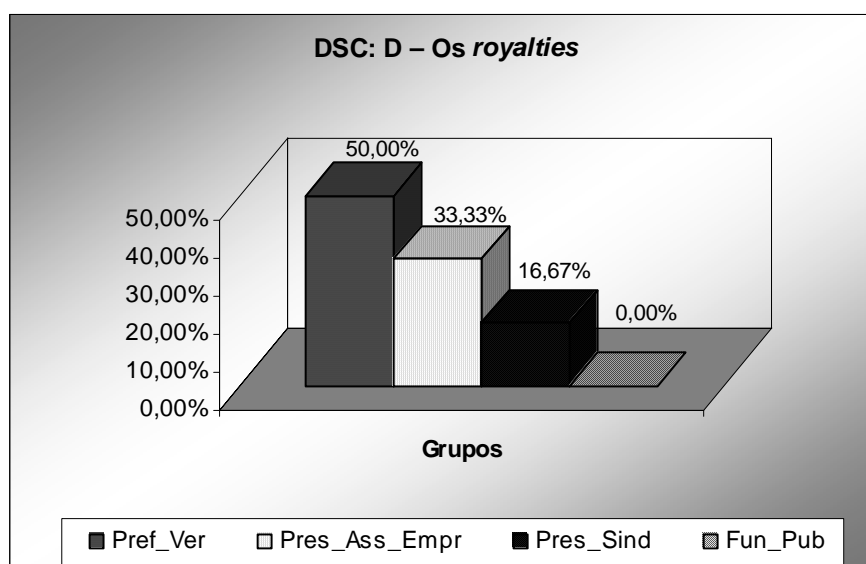
Fun_Pub_06 - O carro chefe sempre foi a área agrícola, porém aparece a indústria na área de alimentos, vários municípios estão criando indústrias frigoríficos, indústrias de biscoitos, que vem junto com essas outras empresas de outras áreas

Fun_Pub_07 - Especialmente no município de Terra Roxa percebemos que houve um crescimento muito grande na área industrial, nós temos aqui somos a capital nacional da moda bebê, somos o município no Estado do Paraná com o menor índice de desemprego, mas não provocado pela questão *royalties* e sim por iniciativa privada, o município esta fazendo sua parte dentro da sua possibilidade econômica do município [...].

Nesse DSC, destaca-se a industrialização, com ênfase na agroindústria e na indústria de alimentos. Como destaca o Fun_Pub_04, os municípios que investiram em indústria se desenvolveram mais. O depoente Pref_Ver_02, destaca a industrialização como uma consequência da aplicação dos *royalties*. Em contraposição, o depoente Fun_Pub_07 enfatiza a industrialização do seu município sem a influência dos *royalties*, já que recebe uma fatia pequena desses recursos, e sim pela perspicácia da iniciativa privada, como ele mesmo destaca “nada aqui é provocado pela questão dos *royalties*”. Portanto, reconhece que muito do que é conseguido na economia dos Lindeiros é por força desses recursos.

7.2.3.4 Os “royalties”

No DSC – D, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 18, demonstra que nem todos os grupos apresentam membros que acreditam que foi “os *royalties*” o que mais contribuiu para o crescimento dos Lindeiros desde o alagamento de suas terras.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 18 – Parte I – questão 3: DSC - D

Pode-se observar que, o grupo “Fun_Pub” não tem nenhum membro que identificou esse cenário, sendo o mais representativo o grupo “Pref_Ver”, com 50% dos depoimentos do DSC – D.

A seguir é apresentado o DSC – D - os *royalties*:

Pres_Sind_02 - Com certeza os *royalties* que geram o crescimento, porque através deles irão se fazer os investimentos [...]

Pref_Ver_04 - O fator fundamental foi o dinheiro que veio a esse município, investimentos de repente não muito bem aplicados[...] na ânsia de se fazer, desenvolver, se fez de repente coisas não muito corretas. Tanto a indústria, como principalmente a agricultura[...] com certeza ajudou através de *royalties* o desenvolvimento do município, e tentou-se criar a questão de turismo.

Pref_Ver_06 - Hoje é os *royalties* de Itaipu [...] a economia dos Lindeiros esta baseada nos *royalties* [...] mas temos que começar a mudar isso, acho que a agricultura tem que começar a ser industrializada nos municípios Lindeiros onde é produzido [...]

Pref_Ver_08 - Cada município procurou desenvolver sozinho, por causa dos recursos dos *royalties* [...]

Pres_Ass_Empr_10 - De fato veio muito dinheiro para nossa região, muitos prefeitos nem sabiam o que fazer com tanto dinheiro [...] criou-se vários “elefantes branco” é claro que se não continuar vindo os *royalties* vamos ter muitos problemas lá na frente, o turismo existe mas não é tão forte, ele vai crescer, ele precisa de tempo hábil para isso, a parte turística precisa pra crescer de 10 a 20 anos para sobreviver toda essa infra-estrutura que os municípios já fizeram hoje [...]

Pres_Ass_Empr_01 - Por causa dos *royalties* são as OSCIP's⁹ que vem aqui empregar gente nos municípios Lindeiros.

Neste DSC, percebe-se nos depoimentos que os recursos dos *royalties*, mesmo não sendo classificados como uma atividade econômica, aparecem como resposta da questão 3 da parte I. Assim como os DSC's A, B e C, dessa questão, aqui ainda é mais evidente, o valor ou o peso conferido aos *royalties* no papel de “meio” econômico, capaz de conduzir a região Lindeira desde o alagamento até hoje. Alguns creditam o fortalecimento da economia por investimento dos *royalties* no setor produtivo, outros por gastos inoportunos e mal planejados pelo setor público. Contudo, para esses depoentes os *royalties* foi a força motriz da economia até então.

⁹ Referiu-se ironicamente a uma forma de sociedade, definida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, que fornecem funcionários terceirizados para algumas prefeituras da região Lindeira.

7.2.4 Diagnóstico Econômico

Nos discursos da avaliação econômica dos municípios Lindeiros, duas posições são predominantes. A primeira, em tese, defende que o crescimento econômico dos Lindeiros é ilusório porque está construído sobre uma base que não é sólida, ou seja, sobre os recursos públicos. Para esses os gastos públicos foram mal feitos, e não contribuíram para que os municípios Lindeiros tivessem o devido crescimento. Atribuem essas conseqüências à falta de envolvimento da comunidade nos planos e projetos municipais, à desunião dos municípios e a baixa capacitação dos gestores públicos. A segunda posição, que inclui os DSC's B, C e D, da questão 1, defende que o crescimento é considerado de maneira geral bom. No entanto, apesar da questão tratar da economia, os depoentes enfatizam em suas respostas a importância dos *royalties*, que diretamente não têm vínculo com a iniciativa privada, mas com o poder público, que por sua vez, não necessariamente, precisa investir diretamente na economia. Contudo, mesmo considerando positivo o desempenho da economia, os depoentes fazem algumas ressalvas, em virtude do volume de recursos, que foi repassado aos municípios desde 1991, pois poderia ter evoluído ainda mais, principalmente no setor produtivo. Essas deficiências são atribuídas à falta de planejamento e de profissionalismo dos gestores públicos; a desatenção à base produtiva por causa dos *royalties*, ou seja, criou-se uma expectativa de que esses recursos automaticamente resolveriam os problemas da economia Lindeira; pela falta de cooperação dos municípios no desenvolvimento de projetos regionais; e pela demasiada dependência que se criou do setor público.

Assim, nessa questão sobre o desenvolvimento econômico, as respostas foram justificadas com base em variáveis não-econômicas, ou seja, não houve justificativas de que a quantidade de *royalties* foi insuficiente ou que o crescimento foi aquém por causa da valorização cambial, mas sim por fatores como: a falta de envolvimento da comunidade nos planos e projetos públicos, pela desunião dos municípios e pela baixa capacitação dos gestores públicos. Mesmo quando avaliado como positivo, as ressalvas de que poderia ser ainda melhor, também foram de caráter não-econômico, falta de planejamento, de profissionalismo, a desatenção à base produtiva, pela falta de cooperação dos municípios no desenvolvimento de projetos regionais, etc.

Podem-se compreender algumas dessas dificuldades pela economia institucional, remetendo-se aos argumentos de Galbraith (1988), o qual compreende a

organização como a forma mais completa de tratar uma empresa contemporânea ou um governo contemporâneo. Para ele, um governo contemporâneo não é produto de um único indivíduo, mas de um grupo. Esse fato explica a razão pela qual se atinge êxito numa questão em que um indivíduo, por mais inteligente e brilhante que fosse, não teria nem mesmo uma fração da sensibilidade, do conhecimento e das habilidades necessárias, se agisse sozinho. Em outras palavras, uma decisão tomada em grupo está muito menos vulnerável a equívocos ou omissões, quando comparada a uma decisão individual, que para ter o mesmo efeito prescindiria da espera de um gênio. Ainda de acordo com Galbraith (1988), a organização não está limitada a funcionários mais graduados, ou neste caso ao executivo e o legislativo municipal, mas, sim, deve atingir todos que venham a trazer conhecimento especializado ou experiências para a tomada de decisão de um grupo, até mesmo os operários.

No entanto, as respostas não contemplam ao propósito original da questão que trata de desenvolvimento. Mesmo a questão não tratando da transferência de recursos de *royalties*, mas sobre o desenvolvimento, os depoentes percebem esses recursos como determinantes no caminho econômico dos Lindeiros. Contudo, são alheios ou evasivos aos motivos pelo qual, mesmo com um grande volume de recursos de *royalties*, não são percebidos melhores indicadores sociais. Assim, fica a impressão que desconsideram que fatores não econômicos são determinantes no processo de desenvolvimento. As considerações dos depoentes a respeito do desenvolvimento são demasiadamente pobres em argumentação e na compreensão dos possíveis indícios dos resultados do desenvolvimento. Myrdal é enfático quanto à importância de fatores não econômicos no processo de desenvolvimento, considera que as variáveis puramente econômicas são responsáveis apenas pela menor parcela explicativa. Ou seja, a política social, os valores sociais, a estrutura de poder, entre outros são os principais fatores condicionantes dos resultados econômicos e sociais de uma região ou de um local.

Os depoentes consideram como desenvolvimento o volume de recursos em circulação, no entanto, não é perceptível em seus argumentos considerações sobre a distribuição de renda e a inclusão social. Assim, acabam por considerar como muito bom um processo que nem mesmo conceitualmente compreendem. Pelo fato de a pesquisa explorar líderes locais, como prefeitos, empresários, funcionários públicos, ou seja, indivíduos que ocupam uma condição privilegiada na sociedade, pode-se recorrer aos argumentos de Veblen, o qual considera que existe uma conspiração para que se mantenha o *status quo*, ou seja, uma mudança poderia prejudicar a posição confortável ocupada pela classe rica dominante, o que

pode significar a perda ou renúncia de benefícios pecuniários. Para Veblen, as motivações pecuniárias dão continuidade e forma às instituições prevaletentes.

Apesar de considerar como positivo o desenvolvimento dos Lindeiros, os depoentes acreditam que poderia ser melhor, no entanto, a argumentação de como poderia ser melhor é evasiva. Apontam a necessidade de investimentos no setor produtivo, contudo não tocam no epicentro da instabilidade econômica e social, ou seja, da necessidade de uma mudança nos valores e na postura da sociedade quanto ao efetivo processo de desenvolvimento. Essa ação contemplaria uma redução da pobreza, melhoria de indicadores educacionais, melhor distribuição de renda, a qual, segundo Myrdal, passará por um processo de Causação Circular e Acumulativa que avança mais intensamente em direção a uma maior justiça social.

Os depoentes têm uma visão míope de desenvolvimento, credenciam basicamente recursos financeiros como responsáveis pelo processo que é compreendido como crescimento. Contudo nem mesmo a visão de crescimento é claramente colocada pelos depoentes, pois apenas tratam do investimento físico, não tocam em aspectos locacionais, educação, aptidões regionais, especificidades físicas ou envolvimento social para o processo de crescimento. Se recorrer aos argumentos de Myrdal, observa-se que o resíduo não explicado pelo investimento físico é consideravelmente maior. Infelizmente, as considerações feitas pelos líderes locais se distanciam das verdadeiras causas das dificuldades de desenvolvimento, contudo é compreensível já que é difícil explicar algo que nem mesmo se compreende conceitualmente.

Quanto ao papel do poder público municipal no crescimento dos Lindeiros, foi expressiva a parcela de depoentes que consideram fundamental a participação do poder público como fomentador ou financiador do setor produtivo, ou seja, responsável direto pela implementação da estrutura produtiva dos municípios. Na questão 2, foram categorizados como sendo papel do poder público o fomento à economia três DSC's A, C e D os quais enfatizam: a participação popular nas decisões públicas de aplicação dos recursos dos *royalties*, que ainda é incipiente nos municípios Lindeiros; e, o fomento da economia deve ser realizado criteriosamente, assim é essencial que as administrações públicas se profissionalizem. Ainda tratando do papel do poder público municipal, um grupo menor de depoentes aponta que seu papel é desenvolver planos e ações em conjunto com todos os municípios Lindeiros, o qual incluiria um plano de aplicação dos *royalties*. Por fim, depoentes

consideram que o papel do poder público é de planejamento e gestão dos recursos provenientes dos *royalties*, criando condições para que o município se desenvolva.

Sobre a posição do poder público municipal na atividade econômica, constata-se que quase 60% dos depoentes atribuíram a ele a responsabilidade de fomentador da economia. Contudo, observa-se que esse fomento deve ser complementado por ações de caráter não-econômico, como a participação popular e profissionalização das administrações pública. No DSC's B e E, o papel do poder público é essencialmente caracterizado por ações não-econômicas, ou seja, a cooperação intermunicipal e o planejamento e gestão de recursos.

O caminho trilhado pelos Lindeiros, especificamente no que tange a administração pública e ao planejamento de investimentos no setor produtivo, é melhor compreendido pela economia institucional. Assim, pode-se recorrer, mais uma vez, aos argumentos de Galbraith (1988) sobre a valorização da Tecnoestrutura, definida por ele como a união do conhecimento especializado e de experiências na tomada de decisão em grupo. Da mesma forma, a decisão da administração pública dos investimentos, quando tomada por um grupo, tem menores chances de insucesso. Pois, mesmo quando não se disponha de mentes brilhantes, pode-se somar o conhecimento limitado de homens comuns, especializados e/ou experientes para que se tenha uma decisão mais segura, que não pode ser rejeitada, a não ser por um grupo que detenha um conhecimento semelhante.

Quando questionados sobre as atividades que deram a maior contribuição econômica aos municípios Lindeiros após o alagamento, a grande maioria atribui à agricultura essa capacidade. Mesmo após a perda de áreas agricultáveis para o alagamento, quase 25 anos atrás, a agricultura ainda é percebida como uma das principais atividades da região Lindeira. Também, em menor proporção, é citado o turismo, com grandes contribuições ao desempenho econômico dos Lindeiros. A industrialização ou agroindustrialização também são citadas como grandes contribuintes dos avanços da economia Lindeira, frutos do investimento dos *royalties* e os que investiram mais nesse setor, desenvolveram-se mais. Por fim, os *royalties*, mesmo não se enquadrando conceitualmente com a proposta da questão, apareceram como um dos grandes responsáveis pela atual condição dos municípios Lindeiros. É interessante notar que, mesmo quando citado a agricultura, o turismo ou a industrialização, estes, não raramente, aparecem acompanhados com o “potencializador” *royalties*. Em suma, o bom desempenho dessas atividades é, também, creditado ao fator *royalties*.

A importância conferida à participação popular no fomento à economia é colocada de maneira imprecisa pelos depoentes. Apesar de considerar que a vontade da

sociedade deva ser preservada, não estabelecem um contexto lógico das condições da participação social no processo do crescimento econômico dos municípios. Os depoentes não estabelecem uma proposta de planejamento do crescimento econômico, com efetiva participação da população, restringem-se a “...ser condutor da vontade da população ...” ou “... prestação de contas ...”. Não estão presentes nem mesmo conceitos ou planos de um processo de crescimento econômico. As indicações sobre o papel do poder público no processo de crescimento são feitas pelos depoentes sem base teórica é inconsistente e não apresenta um encadeamento lógico das idéias.

Os depoentes que consideram que o papel do poder público municipal é exclusivamente fomentar o setor produtivo reduzem o contexto e o ambiente do crescimento econômico a termos exclusivamente financeiros. Principalmente atribuem aos *royalties* essa responsabilidade. Dessa forma, a argumentação dos depoentes torna-se limitada, incompleta e incapaz de contemplar as verdadeiras origens do crescimento econômico, e da amplitude do papel do poder público municipal. O crescimento econômico não está restrito meramente a inversões financeiras, as variáveis que contemplam as bases para o crescimento incluem desde o ambiente social, posição geográfica, aptidão produtiva, nível educacional, entre outras pré-condições que estão além das econômicas. O próprio poder público municipal não pode ser incumbido individualmente da trajetória do crescimento econômico, pois suas ações prioritárias são para atender as demandas básicas da sociedade que é de prover uma educação de qualidade, saúde pública, segurança, administrar os recursos atendendo aos princípios da administração pública, ou seja, livre de vícios e focado no interesse público sobre o privado ou individual. Contudo é perceptível nos depoimentos uma demanda pelo apoio direto do poder público ao setor produtivo, contudo não é tratado, pelos depoentes, um plano ou um projeto de como conduzir esse processo de fomento ao setor produtivo. Assim, percebe-se uma desarticulação das idéias da sociedade com as políticas governamentais. A necessidade da coalizão do poder público, sociedade, ambiente institucional, ambiente organizacional, não é percebido pelos depoentes, fato que indica grande fragilidade na condição desses como líderes sociais.

A conclusão dos depoentes sobre as atividades que mais contribuíram com a economia Lindeira é ratificada pela estatística econômica. A média do crescimento do PIB da agropecuária, já deflacionado, cresceu de 1999 a 2004 a uma taxa de 10,21% ao ano, próximo a média estadual. O PIB da indústria, já deflacionado, de 1999 a 2004 cresceu a uma média de 4,29% ao ano, superior a média do Estado. No entanto, no turismo alguns números não

condizem com o cenário apontado pelos depoentes, o emprego formal no período 2000 a 2005 cresceu apenas 2,68% e as agências de turismo de 2004 a 2007 decresceram 36%. Contudo, a presença do turismo nos depoimentos pode estar vinculada aos grandes investimentos públicos realizados por muitos municípios em praias e eventos. Outro fator é o trabalho realizado pelo Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros, para o desenvolvimento do turismo, que acaba por influenciar as opiniões. A presença dos *royalties* nas respostas também é compreensível dada a participação destes recursos no total do PIB dos municípios, no grau de dependência de transferências inter-governamentais, no percentual das receitas públicas entre outros indicadores.

No entanto, por meio dos Discursos Coletivos é possível identificar fatores que complementam um cenário muitas vezes incapaz de ser construído unicamente pela estatística. Nessa questão que trata das atividades econômicas os *royalties* são credenciados como indispensáveis ou imprescindíveis para o seu desenvolvimento, ou seja, acredita-se que esses recursos têm a capacidade de alavancar e criar condições favoráveis de modo a ativar a economia num espiral de prosperidade.

Assim, essas estatísticas em consonância com os depoimentos dos Discursos Coletivos, numa análise com viés institucional, encontram suporte nos argumentos de Mitchell (1988), que trata dos Ciclos Econômicos. Para ele a reativação da economia pode começar a qualquer momento, ter origem a partir de uma safra excepcionalmente lucrativa, de um aumento expressivo na demanda para exportação ou até mesmo através de grandes compras governamentais. No caso dos Lindeiros, a reativação pode ter ocorrido com a transferência de *royalties*, considerando o momento precedente da construção de Itaipu, que salvo raras exceções, a economia dos municípios era incipiente. Contudo, não é possível, conforme ensina Mitchell (1988), explicar tais suposições até não se contornar o ciclo e encontrar novamente o ponto de partida. Assim, poderia se supor que em períodos de grande desvalorização do Real, os municípios Lindeiros teriam um aumento significativo de recursos, os quais, indiretamente, promoveriam um surto de expansão e otimismo na economia. No entanto, em períodos de valorização do Real, o efeito seria proporcional, porém adverso.

Pode-se recorrer da mesma forma a Myrdal (1972), quando trata da Causação Circular e Acumulativa. No caso das atividades que contribuíram e se destacaram para a economia Lindeira, os *royalties* podem ter sido a causa com conseqüências positivas que se repetiu consecutivamente e de forma acumulativa, resultando no fortalecimento de

certas atividades até mesmo acima da média do Estado, como é o caso do PIB da indústria e do PIB de serviços no período 1999 a 2004.

No entanto, fica evidente a demasiada atribuição aos recursos dos *royalties* no processo de crescimento econômico dos Lindeiros. Os depoentes centram nos recursos financeiros as justificativas pelos resultados da atividade econômica. A perspectiva de crescimento econômico, na visão dos depoentes, é míope, ou seja, não é capaz de agregar outros fatores no fortalecimento das atividades econômicas, que não seja o puramente financeiro.

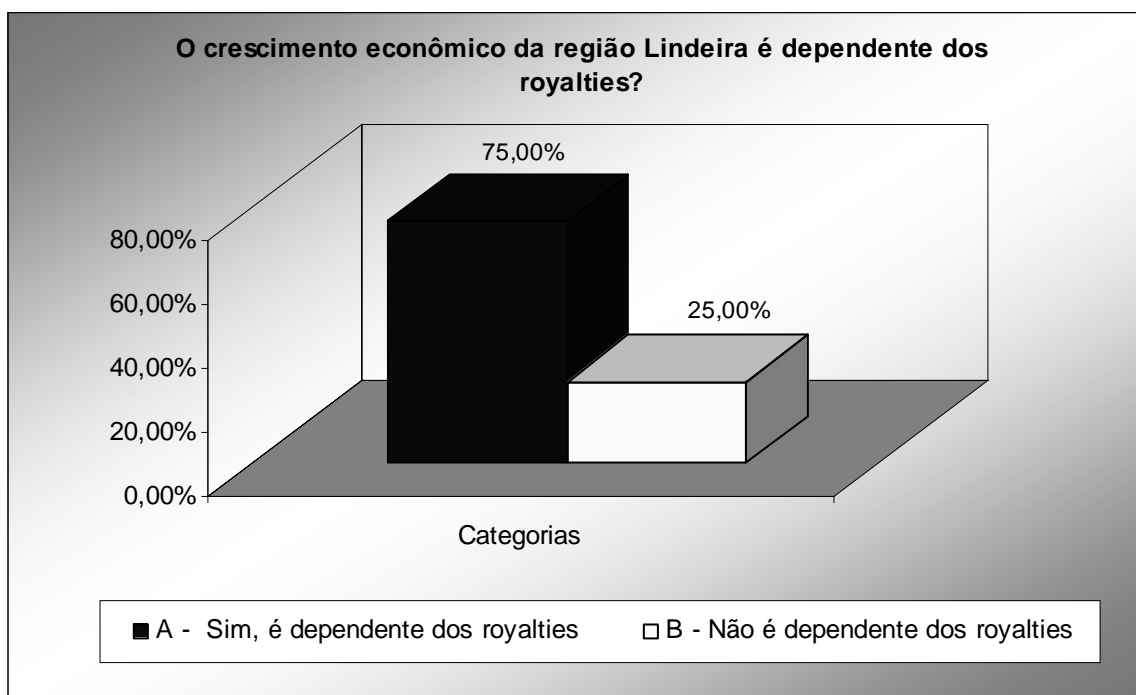
7.3 ANÁLISE DO DISCURSO COLETIVO – PARTE II – IMPORTÂNCIA DOS *ROYALTIES* NA ECONOMIA LINDEIRA

O objetivo da Parte II – importância dos *royalties* na economia Lindeira, é identificar a importância conferida aos *royalties* no desenvolvimento econômico dos municípios Lindeiros. Para tanto, definiu-se 3 questões: 1) O(a) senhor(a) acha que o crescimento econômico da região Lindeira é dependente dos *royalties*? 2) Supondo que ocorresse um corte no repasse dos *royalties*, o(a) senhor(a) acha que seriam necessários ajustes no setor produtivo dos municípios Lindeiros ou acredita que o “quadro” permaneceria inalterado? 3) Supondo que, mesmo com o alagamento de áreas dos municípios os *royalties* nunca tivessem existido, como o(a) senhor(a) acha que estaria a economia dos Municípios Lindeiros hoje?

7.3.1. O Crescimento Econômico da Região Lindeira e a Dependência dos *Royalties*

No conjunto do material analisado das respostas da questão 1, da parte II, chegou-se a 2 categorias, as quais apresentam como resultado a contradição do efeito *royalties* na economia Lindeira, as quais foram assim definidas: Primeira, categoria A – “Sim, é dependente dos *royalties*” e a segunda, categoria B – “Não é dependente dos *royalties*”.

Se observado quantitativamente, as entrevistas da questão 1, a distribuição das 2 categorias definidas ficou expressa conforme o Gráfico 19. Dos 32 entrevistados que responderam esta questão, 24 (75%) entenderam que o crescimento econômico da região Lindeira é dependente dos recursos dos *royalties*. Por fim, os outros 8 (25%) entenderam que o crescimento econômico dos Municípios Lindeiros não é dependente dos recursos dos *royalties*.



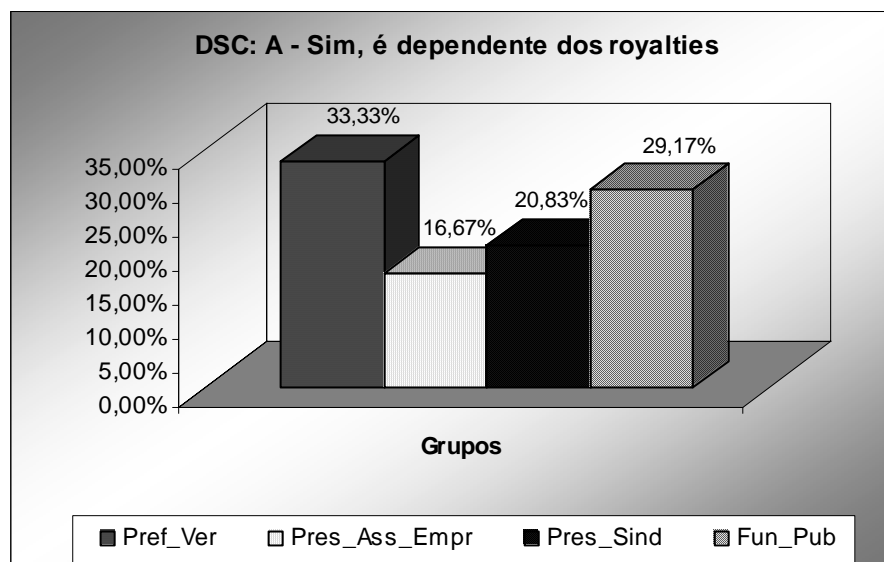
Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 19 – Parte II – Importância dos *Royalties* na Economia Lindeira: questão 1

Nas respostas dos depoimentos, observa-se que a grande maioria acredita que os *royalties* são responsáveis pela condição econômica Lindeira. Contudo, esses entrevistados identificam esse cenário com preocupação e restrições, pois, não raramente, expressam que não deveria ser assim. A parcela menor acredita que a economia dos Lindeiros não é dependente dos *royalties*. Nesse grupo manifestam-se opiniões, que apesar de reconhecerem a importância dos *royalties* para os municípios Lindeiros, acreditam que eles não são responsáveis diretos pela condição econômica do município. Muitos entendem que esses recursos são importantes para as prefeituras e pequenos grupos. Essas idéias serão mais bem exploradas a seguir.

7.3.1.1. Os municípios Lindeiros são dependentes dos *royalties*

No DSC – A, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 20, demonstra que em todos os grupos há membros que responderam “Sim, é dependente dos *royalties*”, quando perguntados se a economia dos municípios Lindeiros é dependente dos *royalties*.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 20 – Parte II – questão 1: DSC – A

Pode-se observar que, existe um equilíbrio do número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo mais representativo o grupo “Pref_Ver” com 33,33% dos depoimentos e o menos representativo o grupo “Pres_Ass_Empr”, com 16,67% dos depoimentos do DSC – A.

A seguir é apresentado o DSC – A - Sim, é dependente dos *royalties*:

Pres_Ass_Empr_01 - Hoje como foi conduzido eles se tornaram dependentes e todas as atividades estão esperando estes recursos via emprego de pessoas no serviço público, via incentivo para estudar, via incentivo para a indústria. Antes dos *royalties* o desenvolvimento era maior

e melhor e auto-sustentável e todos os empresários pensavam em se desenvolver agora qualquer atividade pensam em ir à prefeitura pegar ajuda.

Pres_Ass_Empr_02 - Totalmente ainda, mas não deveria ser. Ele não seria dependente se não criasse estruturas públicas caras. Se ao invés, 8 ou 10 anos atrás, investir R\$ 10.000.000 em uma praia de turismo, investe-se os mesmos R\$ 10.000.000 no setor privado onde se produz grandes riquezas para se poder pagar tributos, pagar o custo dessas obras[...]. Só que os políticos pensaram só em politicagem, em fazer a obra, e hoje os municípios passam dificuldades, porque os *royalties* mal dá pra manter a folha de pagamentos e o custos dessas obras que foram implantadas e não fortaleceu o setor produtivo. O que me alegra um pouco mais, é que as pessoas estão começando a enxergar, tempos atrás as pessoas também não enxergavam isso, pessoas de bem, isso era lamentável, hoje estão começando a se questionar e questionar seus candidatos políticos, questionar seus companheiros. De agora em diante a tendência que os administradores municipais sejam mais competentes, mais profissionais.

Fun_Pub_01 - Sim. Hoje infelizmente é. Criou-se uma grande engrenagem, e nessa grande engrenagem se não fosse os *royalties* ela estaria mais lenta. A economia andaria a passos mais lentos do que hoje, então eu acho que os *royalties* é um grande impulsionador da economia regional, então é importante e essencial sim.

Fun_Pub_02 - Sim, hoje é.

Fun_Pub_03 - Sim, na minha opinião os *royalties* tem sido o principal responsável pelo crescimento econômico desses municípios.

Pref_Ver_01 - Não só no setor produtivo, mas na própria cidade, a base náutica, a praia que foi feita no município, isso também é graças aos *royalties*, porque o superávit que se tem no município é exatamente os *royalties*, claro que esses municípios com os *royalties* se destacaram[...] acaba aumentando os gastos do município com estas opções de área de lazer, então, isso, em parte é um pouco de precipitação de alguns prefeitos que exageraram em área de lazer, que hoje com a crise do dólar, com a crise da agricultura[...] a queda de preços, acabou acontecendo que tiveram que demitir funcionários [...] cobrar taxas[...] a estrutura que se criou é muito grande.

Pref_Ver_02 - Completamente dependente de *royalties*, se os *royalties* terminassem hoje, nenhum município conseguiria com a estrutura que tem dar continuidade aos serviços[...] município de Santa Helena, caso específico 80% dos serviços teriam que ser interrompidos.

Pref_Ver_03 - É dependente sim, porque se não tivesse os *royalties* os município Lindeiros teriam hoje uma economia bastante baixa, então, a grande receita do município de Pato Bragado é vindo dos *royalties*, então são 70% da receita do nosso município é dependente dos *royalties*.

Pres_Sind_02 - Com certeza, e o nosso município principalmente.

Pref_Ver_04 - Infelizmente sim. Na ânsia de se fazer coisas[...] muito dinheiro não se pensou direito, não se planejou aonde investir todo esse dinheiro, e como eu falei, apesar de muitas situações, muito boas, vamos falar aqui em Itaipulândia, o maior investimento no município foi a educação, ao financiar os seus filhos[...] dando condições para que o pequeno agricultor, com financiamento dos municípios através dos *royalties* viabilizar a pequena propriedade[...] e também a questão dos incentivos as indústrias de pequeno, médio e grande porte.

Pref_Ver_05 - Ainda é bastante[...] muitos municípios deram uma melhoria em sua área industrial/agroindustrial[...] muitos municípios dependem muito dos *royalties*, outros como Diamante, São Jose das

Palmeiras, está focado ao FPM e ICMS, talvez não sofra tanto com fim dos *royalties*, mas os municípios ricos que recebem elevadas parcelas vão sentir[...].

Pres_Ass_Empr_04 - No momento que nós vivemos sim, depende, porque se não tivesse os *royalties* não haveria toda essa disponibilidade.

Pres_Ass_Empr_05 - Muito, inclusive isso é uma preocupação dos Lindeiros, que estão dependendo muito dos *royalties*[...].

Fun_Pub_04 - Hoje é, hoje se cortar os *royalties* 95% dos municípios Lindeiros vão para o fundo do poço, só com a redução do dólar que reduziu o valor do repasse dos *royalties* todos estão enfrentando crises seriíssimas, imagine sem os *royalties*[...] não digo que é o crescimento correto mas é o que ajuda.

Fun_Pub_06 - [...] com certeza contribuiu muito para o desenvolvimento nos últimos anos, a partir do momento que recebeu os recursos teve mais condições de apoiar mais fortemente o setor industrial e a também a infraestrutura no setor agrícola.

Fun_Pub_07 - Não deveria ser[...], posso até dizer que hoje nos sentimos privilegiados por estar recebendo pouco, porque nós não temos hoje toda uma estrutura física grande a ser mantida em termos de manutenção e um monte de coisa quando se tem uma construção física, mas eu acho que os municípios estão perdendo uma grande oportunidade de investir de forma grandiosa na geração de emprego de rentabilidade para a agricultura familiar e para industrializar seus municípios com recursos próprios, [...] os políticos que passaram por estes municípios estavam preocupados apenas com construção e não estão pensando em construir uma sociedade sustentada de economia sustentada na geração de emprego para que estes municípios possam caminhar depois de 2023. Este é o grande problema porque estes municípios não vão ter condições psicológicas para administrar seus municípios a partir de 2023.

Fun_Pub_08 - Não deveria ser, mas é, a idéia principal era reduzir com os recursos dos *royalties* o fosso que se tinha na geração e formação de renda, mas como não houve desde o início o foco voltado para esta atividade de geração de renda[...] hoje os municípios estão totalmente dependentes, todos os municípios Lindeiros ...só o fato de reduzir os *royalties* da base de cálculo para a folha de pagamento já foi um caos em todas as administrações[...].

Pres_Sind_05 - Se não tivesse os *royalties* a realidade seria bem outra. A arrecadação do município de Missal não seria tudo isso sem os *royalties* e toda essa estrutura. Acho que é o caro chefe.

Pref_Ver_06 - Hoje sim, mas não deveria ser, porque nós perdemos a nossa produção, as melhores lavouras se perderam, grandes comunidades que nos tínhamos nessa região se perderam, Missal deixou de crescer e produzir muito mais do que os *royalties* hoje nos oferecem.

Pref_Ver_08 - Alguns municípios sim, a distribuição dos *royalties* foi importante[...] vejo que os municípios que receberam mais, não estão fazendo o trabalho que deveriam ter feito, que é desenvolver a questão regional, podem trazer num futuro breve um problema social[...].

Pref_Ver_09 - Com certeza, infelizmente, os *royalties* vieram para estruturar os municípios após o alagamento, criar vida própria, mas infelizmente tornaram-se dependentes, hoje estão acordando para esta realidade montando uma estrutura para que ele possa andar sem os *royalties* futuramente[...] mas hoje é totalmente dependente.

Pres_Sind_06 - Com certeza[...] os municípios Lindeiros estão felizes e estão um passo a diante[...].

Pres_Sind_09 - Hoje uma boa parte dos municípios Lindeiros é dependente[...] e acredito que isso aí está sendo fundamental[...] os municípios que recebem quantias maiores, as conseqüências serão mais graves[...].

Pres_Sind_10 - Com certeza, os *royalties* é a sustentação do município[...]

Como observado, alguns depoentes atribuem à má gestão dos recursos dos *royalties* a origem do problema da dependência econômica dos Lindeiros. As críticas são, principalmente, para os investimentos em obras públicas, que acabam por exaurir grande volume de recursos com ações paliativas. Um exemplo dessas ações é a demanda do setor público por mão-de-obra, no entanto, os reflexos positivos da dinâmica econômica são temporários, pois os municípios não conseguem mantê-la no longo prazo, seja por dificuldades financeiras ou imposições legais. Indiretamente, as compras públicas, também aceleram a atividade econômica, já que contratam mão-de-obra e serviços. Contudo, não raramente, pela finalidade pública e social desses investimentos, aumenta-se o custo de manutenção da estrutura pública e, conseqüentemente reduz a disponibilidade de recursos para novos investimentos, que por sua vez acaba reduzindo a dinâmica econômica.

Alguns depoentes também salientam sobre o efeito da “*royalties*-dependência”, ou seja, o sucesso de qualquer atividade a ser desenvolvida no município é direta ou indiretamente subordinada a contribuição ou participação do setor público com recursos financeiros ou disponibilização de máquinas, equipamentos ou de estrutura física.

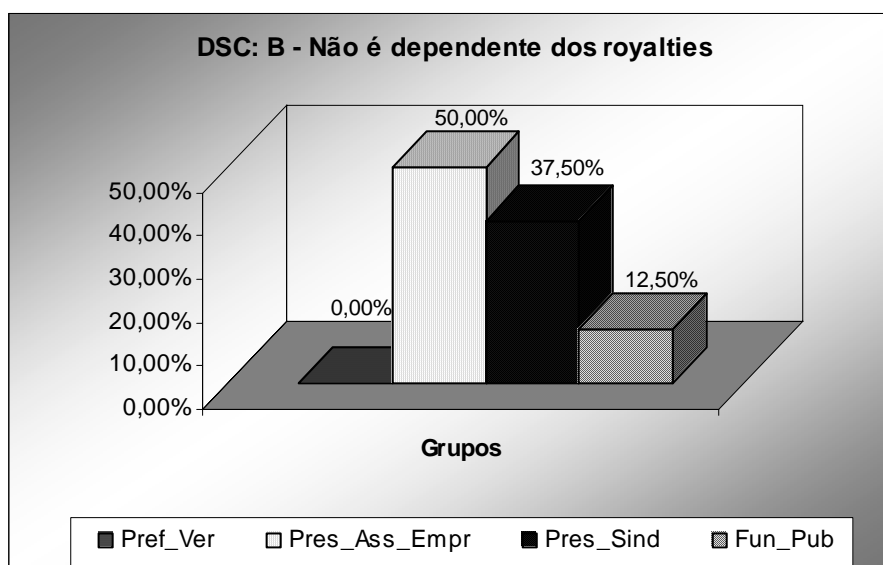
Outros depoentes enfatizam o papel determinante e efetivo dos *royalties* nos Lindeiros, como o grande responsável pelo crescimento das economias municipais. Para outros depoentes, o fato de alguns municípios receberem uma parcela menor de *royalties*, garantiu uma estrutura econômica mais sólida, ou seja, o excesso de apoio público para a população e a iniciativa privada criou uma condição econômica instável.

Para alguns depoentes, a dependência dos municípios Lindeiros de recursos dos *royalties* ficou evidente com a valorização do Real frente ao Dólar, ou seja, apenas essa redução dos recursos em razão das perdas cambiais, já causa grandes problemas. Fica clara a importância creditada aos *royalties* como motriz do crescimento desses municípios.

Para outros, acreditam que são dependentes, mas que os *royalties* estão sendo aplicados no desenvolvimento da região.

7.3.1.2. Os municípios Lindeiros não são dependentes dos *royalties*

No DSC – B, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 21, demonstra que nem todos os grupos apresentaram membros que responderam “Não é dependente dos *royalties*”, quando perguntado sobre a dependência de *royalties* dos municípios Lindeiros.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 21 – Parte II – questão 1: DSC – B

Pode-se observar que, existe um equilíbrio do número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo mais representativo o grupo “Pres_Ass_Empr” com 50% dos depoimentos e o grupo “Pref_Ver”, sem nenhuma ocorrência nos depoimentos do DSC – B.

A seguir é apresentado o DSC – B - Não é dependente dos *royalties*:

Pres_Ass_Empr_03 - Hoje não mais, se eu olhasse para o município de Entre Rios, os *Royalties*, que Entre Rios arrecada ajuda a manter a máquina funcionando, mas não que os *Royalties* sejam fundamentais para que se tenha o crescimento econômico, hoje já não é mais fator preponderante.

Fun_Pub_05 - [...] Se o cenário fosse outro, onde não houvesse o alagamento das terras, o crescimento econômico poderia estar ocorrendo na mesma proporção, ou até maior, em razão do agronegócio, que era a vocação original da região, como vemos o resultado obtido nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul[...]. Acreditamos que o crescimento

econômico regional está muito mais atrelado a ações bem planejadas, do que apenas nos recursos financeiros disponibilizados.

Pres_Sind_01 - Quem depende mais dos *royalties* é aquele grupo que está ligado a administração, os *royalties* praticamente evaporam, por exemplo se acabasse os *royalties* hoje, a prefeitura teria que fazer uma reestruturação na própria administração, que o dinheiro desse recurso paga só os funcionários[...], então, os agricultores sobreviveriam, quem não iria sobreviver seriam alguns grupos[...] um grupo menor é dependente.

Pres_Sind_04 - [...] serve mais para enfeitar campanha política do que para beneficiar os municípios[...].

Pres_Sind_03 - [...] A região nunca vai ser dependente dos *royalties*, se analisarmos hoje, o município de Santa Helena, por exemplo, se não tivesse os *royalties* teria se desenvolvido de outra forma, municípios que mais produzem soja no Paraná, municípios que têm condições tranqüilamente de subsistir[...] duvido muito, que a cooperativa iriam de deixar de crescer o que cresceram, só por causa de se não ter os *royalties*, eu acho talvez até que os empresários teriam trabalhado de outra forma, pensado em investir no desenvolvimento da própria empresa, e teriam se desenvolvido mais. Os *royalties* até o momento, não serviram, ainda, ao papel pelo qual eles foram criados, que é justamente substituir o desenvolvimento que era gerado antes pelas terras que foram alagadas[...] os *royalties* mudaram a cara da região[...] nossa região ficou modernizada[...] Se não tivesse os *royalties* talvez o município não teria a mesma cara, mas teria um desenvolvimento bem maior.

Pres_Ass_Empr_08 - Dependente totalmente acredito que não seja, mas tem municípios que o que recebem da arrecadação total, os *royalties* representam uma grande fatia, com certeza os *royalties* ajudaram ou ajudam o desenvolvimento destes municípios[...] agora dizer totalmente acredito que não[...]

Pres_Ass_Empr_10 - Acredito que não, qualquer empresa que depender do poder público a tendência é falir, e também os municípios que depender dos *royalties* a tendência é ter um crescimento bem pequeno[...]

Pres_Ass_Empr_12 - Não diretamente este crescimento seria dependente dos *royalties*, tem condições de trabalhar até sem esses *royalties*, mas o que aconteceu é que se criou um ambiente uma cultura uma facilidade [...] criou-se certa zona de conforto[...] não foi investido e foi simplesmente depredado[...] coisa que não podia acontecer[...].

Para alguns depoentes os *royalties* não são fundamentais para o crescimento econômico da região. Um pequeno grupo é dependente. A atual condição econômica dos Lindeiros é resultado de ações bem planejadas. Quem realmente está dependente são os municípios, as administrações municipais, essas sim terão que reestruturar suas metodologias administrativas.

Outros consideram que a região tem plenas condições de se desenvolver mesmo sem os *royalties*, principalmente em virtude do potencial agrícola destes municípios. São ainda mais enfáticos, acreditam que sem os *royalties* os empresários trabalhariam mais e seriam mais ousados e assim os municípios teriam um desenvolvimento maior.

Para outros entrevistados, apesar de considerar que os recursos dos *royalties* são significativos para os municípios, não consideram que ele seja dependente destes recursos. Complementarmente, colocam que o problema dos *royalties* está na concepção da sociedade, que percebem uma oportunidade de usufruir destes recursos sem cumprir os mesmos requisitos que a iniciativa privada exige facilidade de pagamento, qualidade dos produtos e serviços, etc.

7.3.2. Um Corte no Repasse dos *Royalties* e Ajustes no Setor Produtivo

No conjunto do material analisado das respostas da questão 2, da parte II, chegou-se a 3 categorias, as quais apresentam como resultado o entendimento dos grupos de entrevistados, considerando um corte no repasse dos *royalties*, assim definidas: Primeira, categoria A – “O setor público sofreria muito”, considera que o maior prejudicado por um possível corte nas transferências de *royalties* para os municípios seria o setor público. A segunda, categoria B – “Seriam necessários ajustes nos setores público e produtivo”, os depoentes expõem que além dos ajustes do setor público, receptor direto dos recursos, também o setor produtivo precisaria passar por reformas. Por último a categoria C – “Economia não sofreria”, a qual os depoentes não acreditam que um corte nos *royalties* possa inibir o crescimento da economia Lindeira.

Se observado quantitativamente, as respostas das entrevistas da questão 2, a distribuição das 3 categorias definidas ficou expressa conforme Gráfico 22. Dos 32 entrevistados que responderam a esta questão, 20 (62,50%) entenderam que seriam necessários tanto ajustes no setor público como no setor privado, supondo um corte nas transferências de *royalties*. Outros 8 (25%) acreditam que o setor público sofreria muito considerando a possibilidade de um corte no repasse de *royalties* para os municípios. Por último, outros 4 (12,5%), entenderam que a economia não sofreria impacto na hipótese de um corte nas transferências de *royalties* para os municípios Lindeiros.

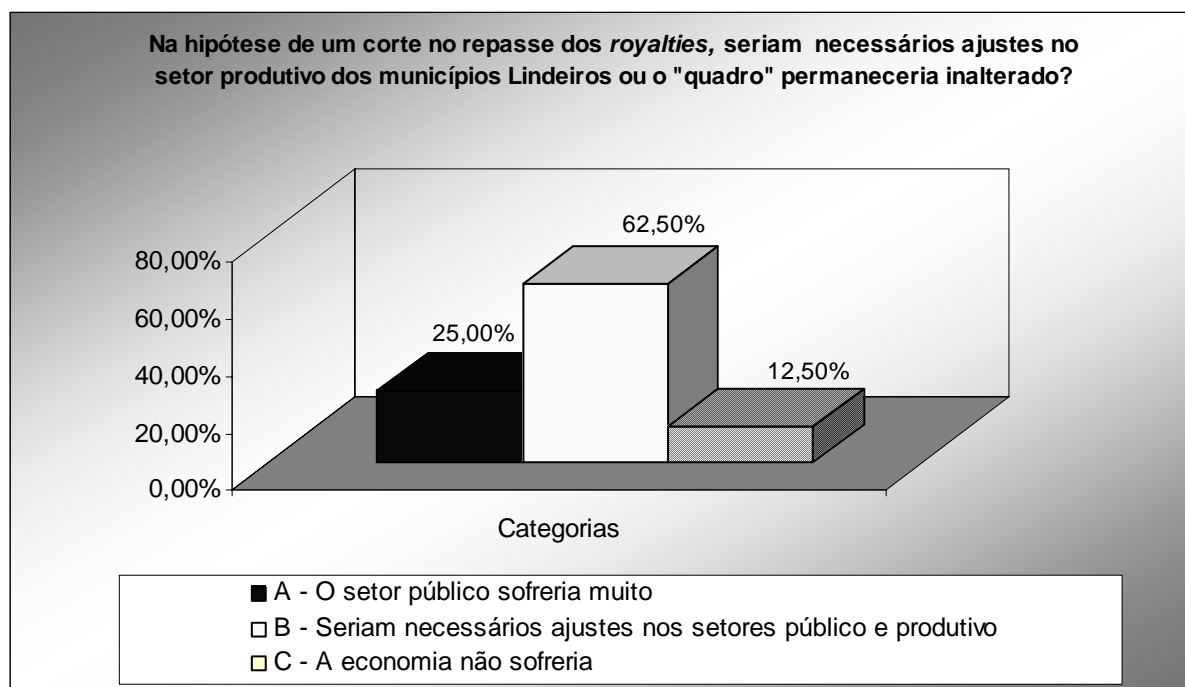
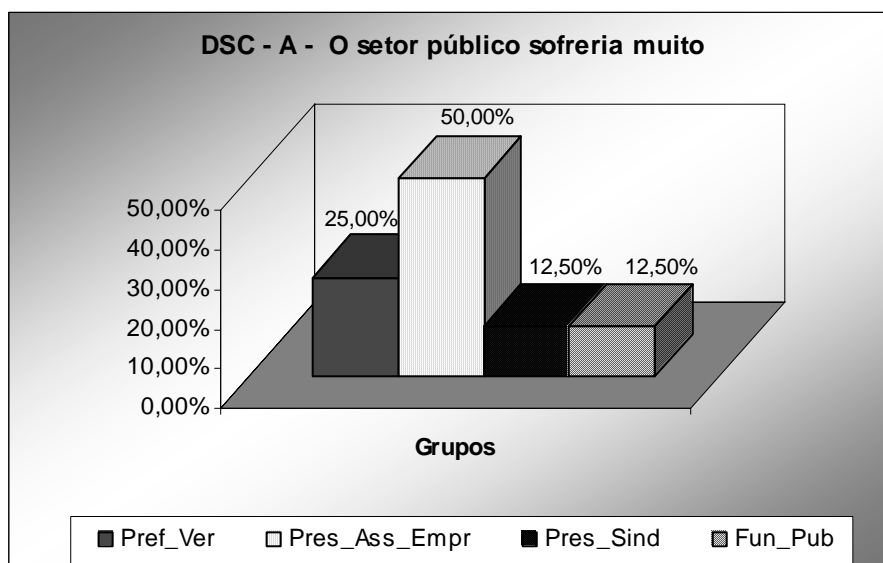


Gráfico 22 – Parte II – Importância dos *Royalties* na Economia Lindeira: questão 2

A partir das respostas das entrevistas, percebe-se que a grande maioria dos depoentes acredita que a economia sofreria com corte do repasse dos *royalties*. Se dividir em dois grupos, sendo o primeiro os que identificam problemas econômicos num possível corte do repasse de *royalties* se terá 87,50% dos entrevistados, contra 12,50% dos que acreditam que um corte no repasse de *royalties* não penalizaria demasiadamente a economia dos municípios Lindeiros.

7.3.2.1. O setor público sofreria muito com corte dos *royalties*

No DSC – A, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 23, demonstra que em todos os grupos há membros que responderam que “O setor público sofreria muito”, quando perguntados sobre um possível corte nas transferências de *royalties* para os municípios Lindeiros.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 23 – Parte II – questão 2: DSC – A

Pode-se observar alguns destaques no número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo mais representativo o grupo “Pres_Ass_Empr” com 50% dos depoimentos e os menos representativos os grupos “Pres_Sind” e “Fun_Pub”, com 12,50% cada um, dos depoimentos do DSC – A.

A seguir é apresentado o DSC – A - O setor público sofreria muito:

Pres_Ass_Empr_02 - O setor produtivo permanece inalterado, o que vai quebrar são os municípios, as prefeituras, que os políticos construíram, eles vão ter dificuldade e lógico, e ela quebrando vai ser mais um problema para sociedade enfrentar, nós vamos ter que pagar essa conta de novo, da ineficiência. Hoje já não tem mais espaço não tem mais meio pra cobrir a ineficiência, tem que ter competência[...]. Quem vai quebrar vai ser o município, e não essas empresas, isso é lamentável. Quem quebrou os municípios foram os políticos passados, não foram os empresários.

Pres_Ass_Empr_03 - Acredito se não existisse mais os *royalties* hoje, teria dificuldade, para manter a máquina pública funcionando, manter a estruturas existentes, manter as creches, manter escola, manter ginásios de esporte, porque é muito bonito você construir um ginásio, abrir uma creche, e manter depois? Então os *royalties* iriam influenciar para ter a máquina funcionando, mas assim, diretamente, eu acredito que não iria influenciar no crescimento econômico, não iria sofrer tanto, mas a população quem sabe, de repente iria, sofrer, porque de repente alguns benefícios que hoje ela tem perderia com o corte dos *royalties*.

Pref_Ver_01 - Com certeza[...] o que nós deveríamos fazer é construir mais indústrias[...] transformar o município, aí gerar emprego, gerar impostos pro município. Hoje o maior ajuste, que seria na verdade da própria administração pública que deveria cortar benefícios[...] a maioria dos

benefícios seriam cortados, tirando a questão da educação e da saúde, pois não se está de imediato preparado para fazer.

Pref_Ver_04 - Com a desvalorização do dólar já houve esse corte, com certeza os municípios terão que se habituar a gastar menos dinheiro.

Fun_Pub_06 - Eu não diria no setor produtivo, mas sim nos órgãos públicos onde teria que adequar as receitas com as despesas, para que os municípios não deixem de atender a população[...] acredito que o setor produtivo não é dependente diretamente dos *royalties* e sim os órgãos públicos.

Pres_Ass_Empr_08 - Sem dúvida todos os municípios vão ter que fazer um ajuste, pois eles já acostumaram com esse repasse com esse dinheiro, então já contam com ele, pra investimentos e outras aplicações[...] no setor produtivo depende de cada administração[...] no setor público vai refletir muito mais que na iniciativa privada a atividade privada caminha com as pernas próprias, a agricultura, a indústria e o comércio tem um desvinculamento com os *royalties*[...].

Pres_Sind_09 - Eu tenho certeza que o quadro será alterado, porque muitos municípios dependem dos *royalties*[...] as empresas não sentiriam o corte dos *royalties*, elas não dependem desse dinheiro[...] a prefeitura sofreria para manter o quadro de pessoal, manter suas obrigações perante os seus contribuintes vai sentir dificuldade.

Pres_Ass_Empr_12 - Hoje se cortar os *royalties* nenhum município estaria preparado, principalmente quem recebe mais[...] a agricultura não depende diretamente dos *royalties*[...] quem realmente sentiria seria o município[...].

Alguns depoimentos sobre a interrupção nas transferências de *royalties* para os municípios enfatizam que o setor produtivo permanece inalterado, o impacto será sobre o setor público. Para esses é necessária maior profissionalização dos políticos, pois estes são os responsáveis pela situação financeira delicada em que se encontram os municípios Lindeiros.

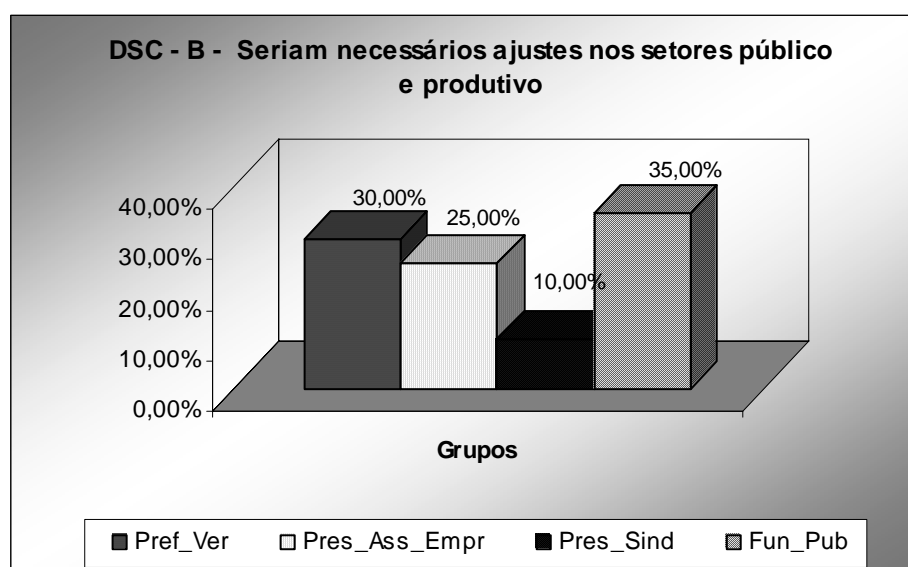
Outro aspecto enunciado pelos depoentes refere-se ao crescimento exagerado da estrutura pública com, máquinas, equipamentos, obras, etc, a qual teria muitas dificuldades com uma possível perda de arrecadação, principalmente pelo alto custo de manutenção e dificuldades de desenvolver novos projetos. Muitos benefícios oferecidos pelo setor público teriam que ser cortados, preservando apenas o essencial, a saúde e educação.

Para outros depoentes o setor privado não sentiria impacto de um possível corte nas transferências de *royalties*, mas sim o setor público. Percebe-se que os depoentes não consideram que a iniciativa privada sinta os reflexos do corte nas transferências de *royalties*, ou seja, o setor público por meio dos recursos de *royalties* não é capaz de impactar no desempenho da iniciativa privada.

Em algumas falas, os depoentes expõem que os municípios que recebem as maiores transferências de recursos dos *royalties* são os que sofrerão mais, pois suas estruturas já criadas são grandes e seus custos de manutenção são proporcionais.

7.3.2.2. Seriam necessários ajustes nos setores público e produtivo

No DSC – B, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 24, demonstra que em todos os grupos há membros que responderam que “Seriam necessários ajustes nos setores público e produtivo”, quando perguntados sobre um possível corte nas transferências de *royalties* para os municípios Lindeiros.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 24 – Parte II – questão 2: DSC – B

Pode-se observar certo equilíbrio no número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo mais representativo o grupo “Fun_Pub” com 35% dos depoimentos e os menos representativos os grupos “Pres_Sind”, com 10% dos depoimentos do DSC – B.

A seguir é apresentado o DSC – B - Seriam necessários ajustes nos setores público e produtivo:

Fun_Pub_01 – Hoje, com a diminuição do próprio dólar, já existe a necessidade urgentíssima de adaptação de todas as áreas. Adaptação do próprio plano do gestor administrativo da economia diária, enfim adaptação e ajustes diários são necessários hoje em dia, ou nós nos adaptamos ou nós nos planejamos traçando estratégias, começamos a pensar como uma região

maior, seja no município, seja na região, com uma aplicação melhor desses *royalties*, ou infelizmente o destino dos municípios Lindeiros serão ao longo tempo municípios esquecidos. Ninguém vai ter o mesmo carinho de querer permanecer no município, porque não serão mais atraentes. Porque são atraídos pelos *royalties* e pela economia que gira em torno disso tudo, mas acho que a adaptação é a curto prazo, nem a longo prazo, não chega a pensar nem em 2023, algo que deveria ter sido pensado ontem, pensar hoje e projetar, traçar estratégia e ir para ação direta ou ficaremos fadados a parar.

Fun_Pub_02 - Se esse corte viesse de imediato, muitos municípios teriam grande dificuldade de administrar. O ajuste seria necessário, principalmente no setor produtivo, não o agronegócio e sim o setor comercial que seria muito afetado.

Fun_Pub_03 - Caso ocorra o corte no repasse dos *royalties*, certamente seriam necessários uma série de ajustes, os reflexos atingiriam toda a sociedade. Os municípios terão que ter condições de administrar somente com recursos próprios e hoje sabemos que os recursos próprios não são suficientes para manter as obrigações básicas do município.

Fun_Pub_05 - Como a região ainda sofre, com o impacto causado com o alagamento da barragem, e os estudos realizados, estabeleceu um prazo em que haveria o pagamento de uma compensação, acreditamos que, a antecipação do término dessa compensação, geraria problemas para a microrregião, pois as ações desenvolvidas para geração de emprego e renda ainda não foram plenamente implementadas.

Pref_Ver_02 - O ajuste teria que ser imediato, no setor produtivo para que se pudesse dar sustentação ao serviço público, sem que isso acontecesse o município não teria condição nenhuma de prestação de serviço público.

Pref_Ver_03 - Precisaria colocar mais na agricultura, colocar mais indústrias na comunidade, para termos mais receita, porque se não os nossos municípios Lindeiros não iriam sobreviver, porque eles na realidade tem uma estrutura bastante grande, muita gente trabalhando, e, uma hora pra outra os *royalties* cair aí não teríamos o suficiente para manter os municípios Lindeiros. Com certeza muitas empresas iriam sofrer porque o dinheiro do município teria um corte de funcionários, teria corte em ajuda, tenho certeza absoluta que as empresas iriam sofrer, porque teria muito menos dinheiro.

Pres_Sind_02 - Hoje a gente percebe que já existe uma preocupação por parte dos governantes em relação a isso. O município está se estruturando pra que quando aconteça isso [...]. Se conseguir montar toda essa questão de aviários e chiqueiros vai ajudar o município, tanto na questão de imposto, quanto emprego para a população, vai precisar de muita mão-de-obra.

Pref_Ver_05 - [...] Focar que o desenvolvimento seja gradativo, tem que pensar em 2023 [...] pra que a gente consiga esse ganho de ICMS de empresas, da sociedade mais forte, agricultura mais forte o turismo efetivado [...].

Pres_Ass_Empr_04 - Com certeza precisa de ajustes, já ocorreu e está ocorrendo por parte do dólar, e já o setor público está tendo que se ajustar a esse fato.

Pres_Sind_03 - Eu acho que hoje, os *royalties* serviram de acomodação, e uma acomodação principalmente, das pessoas, que não são empresários, acabaram vendo a prefeitura como um cabide de emprego, e os próprios políticos, as pessoas que acabaram se elegendo, acabaram vendo a possibilidade de se manter no poder, com a situação da prerrogativa de que se tem muito dinheiro em caixa, tem alguns fatos de prefeitos que construíram elefantes branco (obras) e que não geraram emprego e nem lucro pro município [...] nós já estamos tendo uma certa experiência com

essa queda do dólar, na maioria das prefeituras que recebem uma grande quantidade de *royalties* (Santa Helena e Itaipulândia), se criou uma grande estrutura, uma estrutura maior até que o município poderia suportar, pela sua própria arrecadação, e que de repente com a queda do dólar nós estamos percebendo o que aconteceria se não houvesse repasse, então na verdade quem iria quebrar, que iria se alastrar por um longo período, para os comércios, seria a própria prefeitura, as administrações municipais. [...] as administrações teriam problema, e em função de nunca ter sido feita uma coisa que tivesse fortalecido o comércio, essa mão-de-obra que vai ficar ociosa e, que já ficou [...] as coisas ficariam bastante difíceis. Seria sentido no comércio, haveria um número grande de pessoas desempregadas, abandono de região [...] a tendência seria se socorrer com o governo federal se não a coisa seria complicada.

Pres_Ass_Empr_05 - Ajustes violentos, a economia dos municípios Lindeiros tem uma arrecadação muito pequena proporcional aos *royalties* [...] teria que fazer uma mudança radical em vários aspectos.

Fun_Pub_04 - Precisaria um grande ajuste porque envolveria tudo [...] no meu entendimento geraria desemprego queira ou não queira o setor público está influenciando, tem funcionários, empresas contratadas que prestam serviços, então cortando este vínculo todos os setores e os municípios vão sofrer e bastante.

Fun_Pub_07 - [...] acredito que municípios que tenham setores vinculados que sobrevivam com dinheiro dos *royalties* vão ter que tomar providências porque senão vão passar por situação difícil.

Fun_Pub_08 - Existe uma dependência, se você for parar os *royalties* vai ser traumático [...] por isso o Tribunal de Contas do Estado está certo tem que se fazer restrições de forma gradativa [...] precisas-se de uma profissionalização não só da administração pública mas da cidade como um todo [...].

Pres_Sind_05 - Com certeza teria que se reajustar [...] com o corte dos *royalties* os municípios Lindeiros teriam que readaptar a realidade.

Pref_Ver_06 - Com certeza vai ter que haver um ajuste, hoje nossos municípios nossa região se tornaram dependentes de *royalties* as administrações anteriores criaram uma infra-estrutura que hoje não se comporta ao porte de nossos municípios, isso por causa dos *royalties* [...] isso não condiz com nossa realidade [...] com certeza se hoje houver um corte nos *royalties* não conseguiremos mantê-la.

Pref_Ver_08 - Um corte no repasse dos *royalties* não vai resolver o problema, o que perdemos em termos econômicos políticos e no turismo [...] os *royalties* devem permanecer até que a usina esteja funcionando para poder recompensar um pouco a perda das áreas alagadas [...] seria necessário diversificar mais e incentivar o pequeno e médio produtor para que venha a dar mais sustentabilidade à região e à economia de cada município [...].

Pref_Ver_09 - Seriam necessários ajustes, o retorno de impostos não cobririam o repasse dos *royalties* o município é dependente [...] são poucos os setores que não dependem do setor público [...].

Pres_Sind_06 - Num modo geral todos os municípios sofreriam[...] não estão preparados para esse corte[...].

Pres_Sind_10 - Todos os municípios teriam dificuldades com o corte dos *royalties*, tanto a indústria, o comércio como a agricultura[...].

Neste DSC, os depoentes enfatizaram que o impacto de um corte nas transferências de *royalties* para os municípios vai refletir tanto na iniciativa privada como no setor público. Para alguns depoentes, no setor produtivo, o agronegócio não sentiria tanto o impacto, mas as empresas com atividades comerciais seriam as maiores prejudicadas, no entanto, outros depoentes discordam. As empresas sentiriam o efeito de demissões pelo setor público e redução das compras públicas que impactariam numa redução da demanda local.

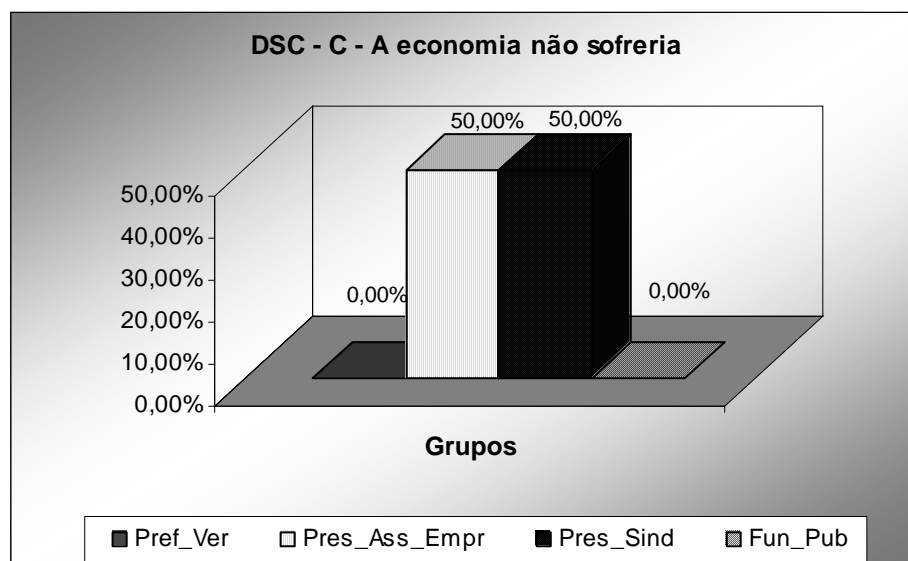
Em outros depoimentos, os depoentes acreditam que o impacto será generalizado, ou seja, um corte no repasse de *royalties* afetará diretamente o setor público, que terá dificuldades até mesmo para atender aos serviços essenciais, e conseqüentemente, a sociedade compartilhará as mazelas das restrições financeiras. Para superar as dificuldades de uma possível perda do repasse dos *royalties* necessita-se de uma profissionalização tanto do setor público como dos empresários da região.

Para outros, o impacto causado pelo alagamento ainda não foi superado. Assim, uma antecipação do fim do repasse de *royalties* para os municípios causará grandes dificuldades para os setores públicos e privados, podendo desencadear um retrocesso na economia.

Está presente nos depoimentos o pressuposto de que o impacto negativo do corte nas transferências dos *royalties* sobre o setor público e privado tem que ser superado por meio de investimentos no setor produtivo. Assim será possível absorver a mão-de-obra ociosa e por meio do pagamento de impostos melhorar a arrecadação tributária do município.

7.3.2.3. A economia dos Lindeiros não sofreria

No DSC – C, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 25, demonstra que nem todos os grupos apresentam membros que responderam que “A economia não sofreria”, quando perguntados sobre um possível corte nas transferências de *royalties* para os municípios Lindeiros.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 25 – Parte II – questão 2: DSC – C

Pode-se observar as divergências do número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo mais representativo os grupos “Pres_Ass_Empr” e “Pres_Sind” com 50% cada um dos depoimentos e os que não apresentaram nenhuma representatividade nos depoimentos do DSC – C, foram os grupos “Pref_Ver” e “Fun_Pub”.

A seguir é apresentado o DSC – C - A economia não sofreria:

Pres_Ass_Empr_01 - Se hoje dado com a estrutura que nós temos, interrompesse os *royalties* acredito que a economia não sofreria muitos problemas, porque o setor produtivo implantado com auxílio do dinheiro dos *royalties* com algumas indústrias e a agricultura que continua sendo o carro chefe da economia, tem tido melhores condições, um corte nos *royalties* até melhoraria, em vez de fazer o caminho na prefeitura pedir ajuda procurariam desenvolver seu próprio trabalho.

Pres_Sind_01 - Se tivesse sido investido há 10 anos atrás em industrialização o município já iria caminhar com as próprias pernas, mas quem é que vai sofrer mais seria, esse grupo mais próximo, essas firmas terceirizadas, se não tivesse os *royalties* as pessoas iriam trabalhar mais.

Pres_Sind_04 - Acho que mudava pouca coisa[...] os *royalties* servem para enfeitar campanha[...] para ver quem ganha a próxima eleição[...] esses municípios estão andando com recursos próprios[...].

Pres_Ass_Empr_10 - Não vai alterar muito [...] alguns municípios bem próximos de nós que não recebem nada de *royalties* estão bem melhor que nós[...] em 1 ou 2 anos que não receba *royalties*, aplicando de outra maneira e administrando de forma diferente, não vai afetar em nada[...].

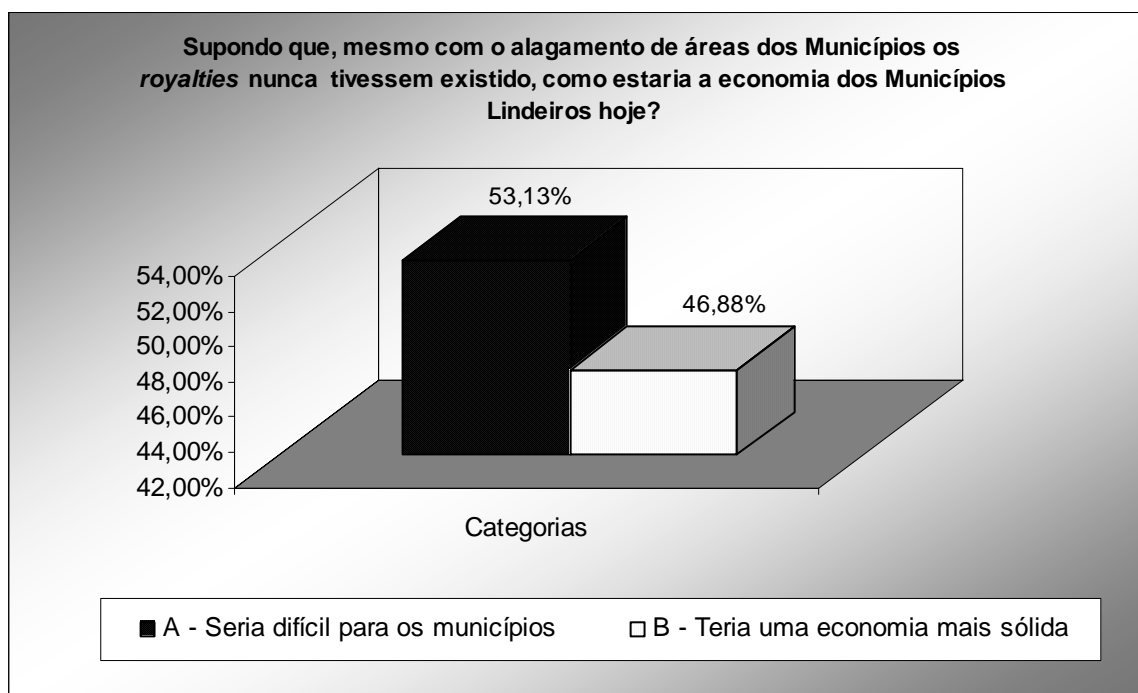
Nesse DSC, os depoentes expressam a independência do setor produtivo dos recursos dos *royalties*. Um corte nos recursos dos *royalties* até mesmo melhoraria o desempenho das empresas e dos empresários que teriam que ser mais criativos. Algumas empresas que prestam serviços exclusivamente para o setor público seriam mais afetadas.

Para os depoentes, o setor produtivo dos municípios Lindeiros caminha pelas próprias forças, os *royalties* foram mal utilizados, principalmente como instrumento eleitoral. Alguns municípios próximos aos Lindeiros, que não recebem *royalties*, mas com características semelhantes a eles, têm uma condição econômica melhor que muitos dos Lindeiros. Portanto, um corte nas transferências de *royalties*, logo seria assimilado e se encontraria alternativas mais criativas.

7.3.3. Com o Alagamento, Mas Sem as Transferências de *Royalties*

No conjunto do material analisado das respostas da questão 3, da parte II, chegou-se a 2 categorias, as quais apresentam como resultado o entendimento dos grupos de entrevistados sobre a hipótese de que mesmo com o alagamento os *royalties* nunca tivessem existido, ficaram assim definidas: Primeira, categoria A – “Seria difícil para os municípios”, consideram que toda a população dos municípios Lindeiros teria uma condição de vida inferior. A segunda, categoria B – “Teria uma economia mais sólida”, os depoentes acreditam que na hipótese da não existência dos *royalties* a economia dos municípios Lindeiros estaria mais sólida, para alguns depoentes estaria menor, mas mais sólida.

Se observado quantitativamente, as respostas das entrevistas da questão 3, parte II, a distribuição das 2 categorias definidas ficou expressa conforme Gráfico 26.



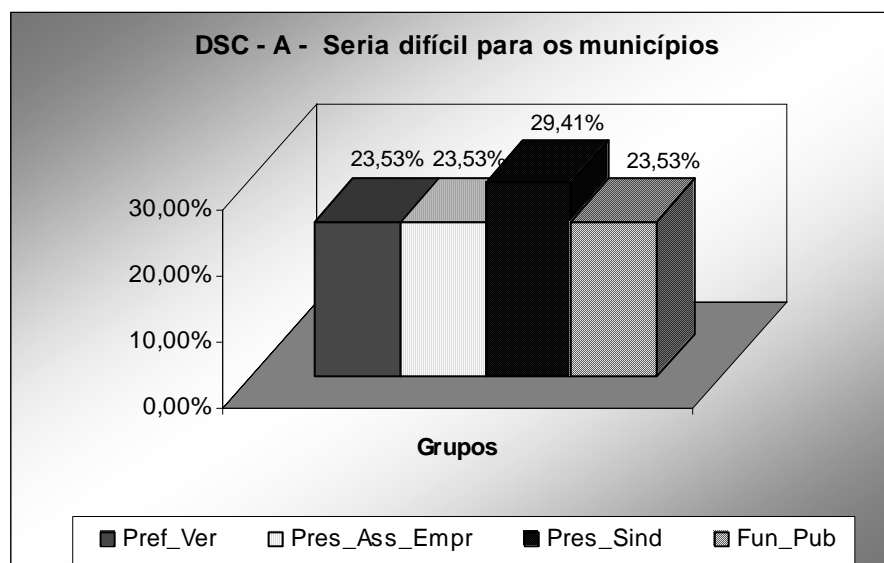
Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 26 – Parte II – Importância dos *Royalties* na Economia Lindeira: questão 3

A partir das respostas das entrevistas, observa-se que dos 32 entrevistados que responderam esta questão, 17 (53,13%) entenderam que seria difícil para os municípios na hipótese do alagamento ficar sem o recebimento dos *royalties* como compensação das áreas perdidas. Outros 15 (46,87%) acreditam que a hipótese do não pagamento de *royalties* mesmo com o alagamento, tornaria a economia dos municípios Lindeiros mais sólida do que ela é atualmente.

7.3.3.1. Sem *royalties* seria difícil para os municípios Lindeiros

No DSC – A, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 27, demonstra que em todos os grupos há membros que responderam que “Seria difícil para os municípios”, quando perguntados sobre a hipótese de nunca ter sido transferido os recursos dos *royalties* mesmo com o alagamento de suas terras.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 27 – Parte II – questão 3: DSC – A

Pode-se observar um equilíbrio no número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo mais representativo o grupo “Pres_Sind” com 29,41% dos depoimentos e os demais grupos ficaram com o mesmo número de membros nos depoimentos do DSC – A.

A seguir é apresentado o DSC – A - Seria difícil para os municípios:

Pres_Ass_Empr_01 - Sem os *royalties* acredito que a situação seria difícil, no entanto a gente não sabe a evolução, se as pessoas que aqui ficassem fizessem um programa poderia ser recuperado, mas sem os *royalties* acredito seria bem sofrido.

Pres_Ass_Empr_03 - [...] não teria condições de se manter economicamente[...] sem os *royalties*, muitos municípios não iriam existir, e estes que existem hoje estariam economicamente inferiores do que se encontram hoje.

Fun_Pub_03 - Os municípios Lindeiros[...] não teriam tido um crescimento tão acentuado, estariam de certa forma estagnados.

Fun_Pub_05 – [...] o alagamento causado pela barragem, interferiu diretamente na vocação econômica da região, que era a exploração das terras, se não houvesse essa compensação, poderia ter ocorrido um grave problema social na microrregião.

Pref_Ver_03 - A economia estaria bastante fraca, com certeza, porque, os municípios, hoje, a grande maioria, os *royalties* sustentam a receita. Sem os *royalties* eu não sei se seria viável que alguns municípios existissem, porque pelo gasto, pelo custo que tem os municípios[...] então sem os *royalties* hoje seria difícil. Talvez, se não existisse mesmo, iria ter menos máquina administrativa, iria ter menos custos, na realidade, menos construções, talvez

não teríamos uma creche, colégio[...] seria mais pequeno o município e também não sei se ia sobreviver.

Pres_Sind_02 - Eu acho que tomaria um outro rumo, os *royalties* é uma coisa muito maravilhosa[...]. Se não tivesse os *royalties* eu teria uma outra expectativa de vida[...] eu acho que seria totalmente diferente, até a linha de pensar da população, eu não sei até que ponto isso é bom ou isso é ruim[...].

Pref_Ver_04 - Completamente diferente, por que nós estaríamos pertencendo a São Miguel do Iguaçu ainda [...] com certeza aqui não teriam mais pequenos agricultores [...] o povo teria ido embora, com certeza foi importante para manter a pequena propriedade. Se não tivesse *royalties* com certeza não estaríamos mais aqui, teria um meia dúzia de fazendeiros.

Pref_Ver_05 - Eu acredito que talvez iria estar menor [...] com os *royalties* trouxe uma vitrine para investimentos. Evoluiu bastante com os *royalties*, perto de outras regiões [...] houve um avanço não só na questão econômica, mas principalmente no que se trata das questões de administrações públicas.

Pres_Ass_Empr_04 - Não estaria tão avançada, principalmente no meio rural, porque com os *royalties* houve um grande avanço no setor da agricultura [...] esses municípios estão com uma qualidade superior em estradas aqueles que não tem *royalties*.

Fun_Pub_06 - Acredito que não estaria tão bem como está.

Fun_Pub_08 - Tudo se adaptaria [...] mas é claro se tivesse menos recursos o sofrimento seria maior.

Pres_Sind_05 - Se não tivesse os *royalties* Missal estaria em maus lençóis, com certeza não teria essa realidade que é hoje.

Pres_Ass_Empr_08 - [...] com certeza se não existisse os *royalties* teríamos um desenvolvimento em menor escala, é inegável que é um recurso de grande monta que ficou disponível para investimento nos municípios então sem eles teríamos menos obras públicas, menos investimentos, menos ginásios de esportes, menos benefícios para a coletividade.

Pres_Sind_06 - Estariam um passo atrás no desenvolvimento[...] estaria a economia estagnada de 10 anos atrás.

Pres_Sind_09 - Estaria pior[...].

Pres_Sind_10 - Estaria com muita dificuldade, e teria que fazer planejamento muito melhor[...] dependeria da capacidade de cada administrador de cada município[...]

Pref_Ver_08 - Para alguns municípios Lindeiros estaria pior.

Nesse DSC, os depoentes salientam a importância e a influência dos *royalties* na região Lindeira após o alagamento. Para alguns dos entrevistados, se os *royalties* não tivessem sido transferidos, muitos municípios nem existiriam hoje. Muitos daqueles que existissem estariam em situação muito difícil. Como a vocação natural da região era agrícola, e seu principal meio de produção a terra agricultável, uma perda desse meio sem uma compensação causaria um grande desequilíbrio socioeconômico na região.

Para alguns depoentes, o fato dos municípios receberem os *royalties* deu outro caminho para a construção da história dos Lindeiros. A própria organização territorial da região, até mesmo a maneira de pensar da sociedade se transformou, ou seja, as transferências dos *royalties* afetaram até mesmo os valores sociais. Para outros depoentes até

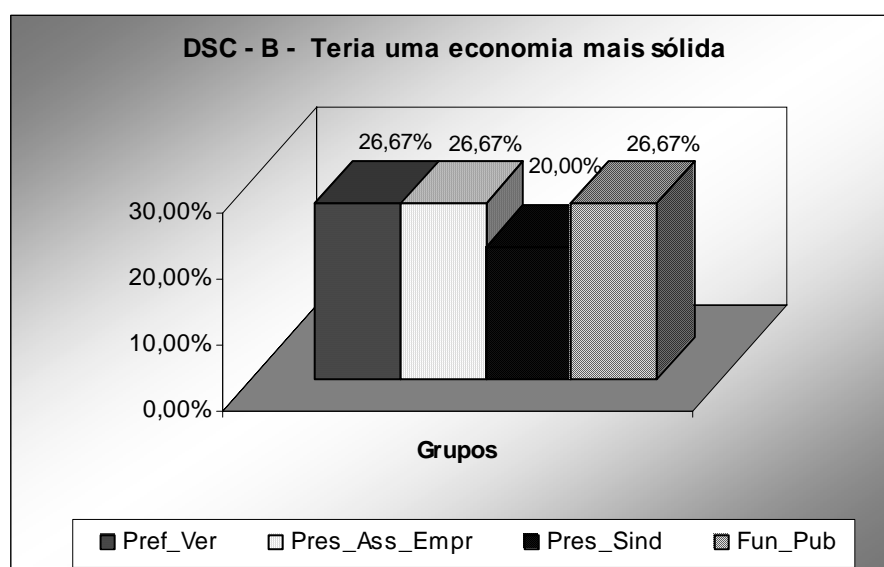
mesmo a composição agrária seria diferente, provavelmente seria composta de latifúndios, invertendo a realidade atual que é em sua minoria minifúndios.

Para outros depoentes, os *royalties* foram fundamentais, pois melhoram as condições do setor produtivo, principalmente na agricultura. Os municípios, setor público, tiveram condições de investir na infra-estrutura básica do município, por exemplo, com o melhoramento de estradas municipais, fundamental para a atividade agrícola.

Em outros depoimentos, os *royalties* foram fundamentais para o fornecimento de equipamentos públicos. Os municípios Lindeiros tiveram uma considerável melhora na infra-estrutura de serviços públicos, por exemplo, creches, ginásios de esporte, escolas, etc. Portanto sem os *royalties* os municípios talvez não tivessem condições de oferecer esses benefícios que de alguma forma melhoram a qualidade de vida da população.

7.3.3.2. Sem *royalties* os municípios Lindeiros teriam uma economia mais sólida

No DSC – B, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 28, demonstra que em todos os grupos há membros que responderam que “Teria uma economia mais sólida”, quando perguntados sobre a hipótese de nunca ter sido transferido os recursos dos *royalties* mesmo com o alagamento de suas terras.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 28 – Parte II – questão 3: DSC – B

Pode-se observar um equilíbrio no número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo menos representativo o grupo “Pres_Sind” com 20% dos depoimentos e os demais grupos ficaram com o mesmo número de membros nos depoimentos do DSC – B.

A seguir é apresentado o DSC – B - Teria uma economia mais sólida:

Pres_Ass_Empr_02 - [...] com certeza a sociedade seria muito mais independente, e criativa. Então Santa Helena pra sociedade seria melhor, pro órgão público não, o poder público não fez o dever de casa. A comunidade está mal acostumada pela dependência total do município, nós poderíamos estar uma situação de primeiro mundo, uma situação invejada se tivessem pessoas que tivessem construídos o nosso futuro.

Fun_Pub_01 - Menor do que ela é hoje, mas eu acho que estaria em passos lentos, mas a sociedade não estaria tão dependente do poder público. Acho que se não tivesse os *royalties* estaria caminhando a passos lentos, mas há um exemplo bom, Itaipulândia e Santa Helena, seriam cidades que hoje teriam uma estrutura talvez não maior do que tem hoje, mas teria uma boa estrutura, e uma estrutura onde a sociedade não estaria tão dependente da administração pública do poder público, estaria caminhando com pernas próprias e, nem por isso, deixaria de ser uma boa economia.

Fun_Pub_02 - Hoje os municípios Lindeiros teriam uma economia mais sólida, porque muitos dependem exclusivamente dos *royalties*. Se não tivesse existido os *royalties*, a economia dos municípios seria mais sólida.

Pref_Ver_01 - Se não tivéssemos tido os *royalties* muitos estariam iguais talvez até melhor que hoje, desde que se tivesse a responsabilidade e o planejamento de construir e reparar a perda de que houve com o alagamento[...] todo o dinheiro dos *royalties* foi ralo a baixo, investimentos mal feitos[...] muitos municípios não souberam gastar o dinheiro, para que trouxessem condições pro município agregar a população a maior parte dos recursos dos *royalties*[...].

Pref_Ver_02 - Talvez um pouco mais modestas, mas bem mais sólidas, com esta situação de dependência, existe uma fantasia muito grande em função dos volumes[...] com certeza seria mais sólidos.

Pres_Sind_01 - Se os *royalties* não tivessem existido na minha visão estaria melhor[...] quem sabe sem os *royalties* as pessoas teriam achado uma solução e os municípios estariam muito melhor, os *royalties* não foram bem investidos, e por isso os municípios não estão bem, se pararmos pra pensar nenhum município lindeiro hoje está bem.

Pres_Sind_04 - Estaria melhor, hoje a maioria fica esperando os *royalties*, criou-se um vício de achar que a Itaipu e os *royalties* resolvem, e eles não estão resolvendo, por ficar esperando, as administrações não tomam iniciativa, não colocam a população à frente, se não tivesse isso aí, quem sabe o povo estaria mais politizado, como parece que tudo que vem fácil, gasta fácil também[...] o povo parece que não está nem aí[...].

Pres_Sind_03 - Acho que não teria alterado muito, hoje estaria com uma cara voltada para a agricultura[...] talvez Santa Helena seria um pólo comercial ou até industrial em função do porto[...] quem sabe estaria mais desenvolvido[...].

Pres_Ass_Empr_05 - A gente pode pensar que seria uma catástrofe, mas eu acredito que não, pois os governantes estariam mais preocupados, muitos governantes se acomodaram com os *royalties*[...].

Fun_Pub_04 - Ela não estaria em questão de valores tão grande assim, mas hoje estaria mais sólida se tivesse caminhado devagarzinho, tendo poucos recursos teria uma base sólida, porque o que foi feito não tem uma base forte, quando cortar os *royalties* muitas coisas não vão conseguir se manter. Foi criado um alicerce com base fraca[...] não tivesse havido o dinheiro tudo cresceria todo mundo daria um jeito, aí teria-se uma coisa mais sólida não seria qualquer crise, uma quebra de dólar que afetaria[...]. Os municípios estão com problemas seriíssimos porque fizeram estruturas em cima do dinheiro dos *royalties* e agora já esta afetando toda a economia.

Fun_Pub_07 - [...] se os *royalties* nunca tivessem existido não estariam sofrendo ou não teriam que tomar medidas para voltar a viver a um nível de vida antes dos *royalties* vão ter problemas sérios psicológicos e financeiros para administrar seus municípios, para administrar um município com muito dinheiro qualquer pessoa pode administrar agora eu quero ver com pouco dinheiro, aí você tem que ser muito sério, muito competente[...].

Pref_Ver_06 - Estaria de repente de igual para melhor, porque não se criaria toda esta estrutura que foi criado [...] os *royalties* eram para compensar as perdas das áreas alagadas, que eram as melhores áreas [...] mas os administradores anteriores criaram toda essa estrutura dos municípios que hoje são inviáveis.

Pref_Ver_09 - Talvez não estivesse com a estrutura que tem hoje, mas com certeza estaria com planejamento mais avançando[...] e não iriam ficar dependente de um dinheiro que podem contar todo o mês[...] muitos governos populistas com isenções de taxas, impostos, IPTU, que acabou desestruturando o município[...] acho que se não estivesse melhor estaria mais fácil de caminhar[...].

Pres_Ass_Empr_10 - Olha não acredito que estaria muito diferente, talvez tivessem pensado coisas melhores e produzindo algo mais, quando as coisas vêm fácil não se preocupamos em produzir[...] mais ou menos como funcionários públicos eles não se preocupam se dá produção, se chove ou não chove, no final do mês o dinheiro está na conta[...]

Pres_Ass_Empr_12 - Talvez o município teria dado a largada lá atrás, caso de Guaíra 25 anos lá atrás fechou as Sete Quedas, vamos trabalhar que não tem mais nada para nós[...] de certa forma se acomodou[...].

Nesse DSC, os depoentes salientam os efeitos dos *royalties* sobre a organização e os vícios das administrações públicas e da sociedade no planejamento e nos investimentos desses recursos.

Alguns depoentes acreditam que o efeito dos *royalties* inibiu a criatividade da população. Encontrou-se no apoio público a comodidade para desenvolver suas atividades, ou seja, a sociedade, conseqüentemente os empresários, atribui ao poder público municipal um papel crucial no sucesso de suas atividades. A população parece não se preocupar e não participa dos processos decisórios.

Percebe-se nos depoimentos, a preocupação com a dependência da sociedade em relação ao poder público municipal. A transferência de *royalties* propiciou a criação de um ambiente de dependência, das empresas, da população, das organizações, etc. Esse vínculo de apoio evita, não deliberadamente, ações criativas e empreendedoras da sociedade. Pois muitos governos municipais, sem muito planejamento concedem isenções de taxas e impostos sem avaliar devidamente seus impactos sobre o orçamento.

Para outros depoentes, mesmo se os *royalties* nunca tivessem existido, mas se as administrações tivessem mais responsabilidade na aplicação de seus recursos, a economia municipal estaria mais sólida e em condições de se auto-sustentar. Os recursos dos *royalties* fizeram com que as administrações municipais e a sociedade como um todo se acomodassem. Em muitos municípios os recursos dos *royalties* foram investidos sem planejamento, o que acabou desencadeando em aumento de despesas na manutenção da estrutura pública, que de ora em diante, sem esses recursos, não será mais possível manter. Se os *royalties* não existissem a região Lindeira talvez não tivesse toda a estrutura que tem, mas por outro lado, não estaria à mercê de oscilações cambiais, que acabam por influenciar diretamente a quantidade de recursos recebidos pelos municípios.

7.3.4. A Importância dos *Royalties* na Economia Lindeira

A questão que trata da economia dos Lindeiros e a dependência dos recursos dos *royalties* foi definida pelos depoentes de duas formas distintas: no primeiro grupo, os depoentes acreditam que a economia dos municípios Lindeiros é dependente de *royalties*, os quais apontam alguns indícios para tal: a má gestão dos recursos cristaliza a dependência dos *royalties*; exaustão dos recursos em obras e serviços que, conseqüentemente, aumentam as despesas de manutenção; a demanda pública por mão-de-obra é instável; precondição de auxílio de recursos públicos no desenvolvimento de qualquer atividade; e atribuição aos *royalties* dos méritos pelos avanços da iniciativa privada. Os argumentos favoráveis a essa tese indicam que os municípios que recebem menos *royalties* têm uma estrutura econômica mais sólida. Para os que recebem mais, a valorização cambial já causa dificuldades à administração pública e que se propaga para a iniciativa privada. Os *royalties* propiciaram o

desenvolvimento de uma grande infra-estrutura de serviços públicos e programas de apoio às comunidades locais.

De acordo com Bonfim Filho (2007), no período de 2005 a 2008, as perdas cambiais se alastram sobre o nível de renda dos municípios, sobre o nível de emprego, sobre o nível de consumo, sobre o nível de poupança e sobre as importações municipais. Destacando que os que mais recebem *royalties* tiveram perdas municipais mais significativas.

Seguindo os princípios da idéia Causação Circular e Acumulativa de Myrdal (1972), parte-se do pressuposto de que os efeitos das perdas cambiais tendem a promover um desequilíbrio, pois a redução das receitas municipais desencadeou uma posição de austeridade administrativa, com redução de serviços e compras públicas e com a demissão de funcionários, que diretamente afeta a iniciativa privada, que também promove cortes e demissões, ou seja, o processo de causação é circular e repete-se com mais intensidade, o que lhe confere os efeitos acumulativos.

Os depoentes que convergem seus pensamentos na direção da existência de dependência econômica dos Lindeiros em relação aos *royalties* apontam algumas causas não-econômicas acertadamente. Contudo, apesar de indicarem a má gestão como empecilho para o desenvolvimento da região Lindeira, são imprecisos quanto à origem ou as raízes do problema. Os depoentes não se atentam ao fato de que a gestão pública é resultado da escolha ou seleção de representantes oriundos do seio da sociedade, ou seja, os gestores públicos são genuínos cidadãos do município. Fica claro que não existe uma concepção clara de política de desenvolvimento nos discursos. Os depoentes não identificam a necessidade da mudança estrutural, ou seja, necessidade de atacar os valores sociais, de despertar uma consciência coletiva em contraposição aos interesses individuais. A classe mais rica e orquestrada, deliberadamente ou não, articula-se quase que naturalmente para se manter no poder, pois não esta preparada para renunciar a ganhos pecuniários advindo do setor público municipal. Essa posição da classe mais abastada acaba por contaminar a posição da classe mais pobre, que acredita ser possível obter individualmente ganhos pecuniários indiscriminados ou pelo menos sem a necessidade de contrapartida produtiva. Em suma, os valores da sociedade são contaminados pelas oportunidades oferecidas pela classe dominante de efetuar ganhos pecuniários diretamente do setor público, os quais, invariavelmente não se concretizam, no entanto, são eficazes para a manutenção do *status quo*. Apenas uma pequena parcela da sociedade, correspondente a classe mais rica, é que se beneficia das vantagens do domínio do poder público. Assim, em última instância, e raramente de maneira consciente, o que resta aos

menos favorecidos é apontar de maneira pouco precisa fatos como a má gestão, a falta de profissionalismo e os indícios da corrupção. Contudo, utilizando-se dos argumentos de Veblen, a classe pobre não o faz efetivamente, pois almeja ser ociosa.

No segundo caso, os depoentes não acreditam que a economia seja dependente dos recursos dos *royalties*. Pelo contrário, acreditam que os *royalties* drenam os estímulos criativos e de ousadia dos empresários. Para tanto apontam algumas características e posturas desse ambiente: apenas um pequeno grupo é dependente; os créditos da atual condição econômica são de responsabilidade de ações bem planejadas; quem realmente depende são as administrações municipais; os municípios têm um grande potencial agrícola; e a percepção de dependência de *royalties* parte do comportamento oportunista.

Os depoimentos em resposta a essa questão, tanto dos que entendem que existe dependência de recursos dos *royalties* como os que vêm de forma contrária, apontam justificativas não-econômicas, ou seja, condutas, valores, concepções, etc. Um exemplo dessas respostas trata que o empreendedorismo é desestimulado pelas facilidades que os *royalties* proporcionam a sociedade. Assim, nos argumentos de Veblen (1988), é possível notar que as instituições em vigor tendem a ser coercitivas para que se mantenha o *status quo* de um tipo de postura ou cenário de preferência. Pois para determinados grupos ou classes, mudanças na forma de administrar ou gerir podem comprometer ganhos pecuniários futuros. Veblen (1988) define esse grupo de classe ociosa, ou seja, classe que não tem interesse de produzir, apenas interesses de exploração, no qual o processo econômico é apenas uma relação pecuniária, menosprezando as condições de produção.

No entanto, Veblen (1988) enfatiza que as instituições prevaletentes estão num contínuo processo adaptativo, ou seja, essas instituições não são imutáveis. Contudo, para que o processo adaptativo ganhe força, necessita de novas circunstâncias, que vão funcionar como uma força motriz para desenvolvimento dessas instituições, que, nas palavras de Veblen, é o próprio desenvolvimento da sociedade.

As deficiências administrativas são tão patentes que até mesmo formula-se o contra-senso de que menos recursos é uma situação mais desejada do que mais recursos disponíveis para a administração pública. A incapacidade de identificar de maneira clara as causas das deficiências administrativas e os possíveis caminhos mais eficazes da administração pública leva os depoentes a concluir que o grande volume de transferência dos recursos de *royalties* é maléfico à economia Lindeira. As dificuldades de gerir de maneira eficiente os recursos públicos levam os depoentes a crer que o grande volume de recursos

públicos tem efeito adverso sobre os estímulos criativos e empreendedores na iniciativa privada. Contudo, não é possível aceitar que o problema do desinteresse pela produção em relação aos ganhos pecuniários ou não-industrial acontece em razão do volume de recursos, ou seja, o epicentro das anomalias administrativas não pode ser atribuído aos recursos financeiros de forma autônoma. Em suma, os problemas da administração pública não aparecem pelo excesso de recursos, mas pelos valores, pelos hábitos e pelas concepções da sociedade em relação ao papel e as obrigações da gestão pública no processo de desenvolvimento. O real poder de mudança na administração pública demanda mudanças nessas instituições sociais prevalecentes.

A questão que trata do impacto de um corte dos *royalties* no crescimento econômico da região Lindeira foi definida em 3 cenários distintos, construídos pelos Discursos do Sujeito Coletivo. No primeiro, os depoentes entendem que o setor público seria o maior prejudicado por um corte no repasse dos *royalties*, mas não o setor produtivo. Essa tese tem como argumentos principais os seguintes pontos: crescimento excessivo da estrutura pública, conseqüentemente, alto custo de manutenção; dificuldades para desenvolver novos projetos; benefícios oferecidos pelo setor público teriam que ser cortados; os municípios que recebem mais *royalties* sofrerão os maiores impactos; falta profissionalização dos políticos.

Os depoentes têm uma visão limitada do impacto de um corte nas transferências de *royalties*. A priori, vislumbram apenas efeitos de caráter de restrição de recursos, ou seja, apenas redução de benefícios oferecidos à sociedade em condições aquém das que vinham sendo oferecidas. Não é perceptível nos depoimentos a essência do problema da administração dos recursos públicos municipais, que é a necessidade de mudança dos valores sociais e administrativos. A administração pública deve ser representada pelos interesses coletivos da sociedade, em supremacia a outras intenções, ou seja, as instituições econômicas locais não podem ser consolidadas a partir do poder econômico e financeiro do poder público, não pelo menos de maneira discriminatória. De acordo com Veblen (1988), a relação da classe ociosa, ou também definida como classe rica não industrial, com o processo econômico é meramente pecuniária. O seu ofício é de índole parasitária, seu interesse consiste em desviar o que puderem para seu próprio uso e reter o que tiverem na mão. Da mesma forma é possível fazer uma analogia com as classes fornecedoras de produtos e serviços para o poder público municipal, ou seja, não há interesse nos benefícios coletivos, mas envigoroamento de ações para benefícios particulares. Portanto, o problema da redução de

recursos é vista mais como uma perda de benefícios próprios do que do interesse coletivo e social.

No segundo cenário, os depoentes apontam que um corte na transferência de *royalties* exigiria ajustes nas administrações públicas e no setor produtivo. No setor produtivo, principalmente as empresas comerciais sofreriam mais, resultado das demissões e reduções nas compras públicas. O setor público teria dificuldades de atender serviços básicos. Para superar essas dificuldades, os depoentes apontam algumas ações: profissionalização tanto dos gestores públicos como dos empresários; e investimento no setor produtivo para absorção da mão-de-obra e geração de tributos; compensar as transferências de *royalties* através da arrecadação tributária.

Segundo Bonfim Filho (2007), as perdas cambiais diretas com a conversão dos *royalties* e indiretas em função da atividade econômica dos Lindeiros têm grande impacto sobre algumas variáveis. No conjunto, os municípios Lindeiros no período de 2005 a 2008 acumularam perdas em termos de receitas próximo aos R\$ 400 milhões. Em termos de renda as perdas chegam próximo a R\$ 800 milhões. A renda *per capita* acumula perdas em torno de R\$ 1.400. Em termos de emprego as perdas ultrapassam os 9.000 postos de trabalho. As perdas em termos de consumo, poupança e importações são aproximadamente de R\$ 340 milhões, R\$ 50 milhões e R\$ 350 milhões, respectivamente. Cabe observar que esses dados apenas contemplam as perdas cambiais diretas e indiretas, diferentemente da proposta da questão 2, da parte I, que tem como hipótese um corte no total das transferências de *royalties* aos municípios.

Apesar de não ser dito claramente pelos depoentes fica implícito que tanto as administrações municipais como a iniciativa privada carece de ajustamentos no sentido de melhoria dos processos de gestão. Os depoentes mesmo apontando algumas iniciativas para amenizar o impacto do corte de *royalties*, não colocam ou não compreendem de maneira clara os efeitos de uma mudança abrupta nas transferências desses recursos. A argumentação é superficial e do senso comum, não são perceptíveis as prováveis causas e efeitos que esse processo pode desencadear sobre o sistema econômico. Se utilizando dos argumentos de Myrdal, chega-se a hipótese de que uma reação de efeitos adversos, no caso de um corte dos *royalties*, tenderá a promover um efeito acumulativo e circular, o qual se renovará consecutivamente até que seja eficientemente interrompido por ações com a força e a direção exata para encaminhar o processo no sentido de uma melhoria nas condições de vida da população. Contudo, mesmo os depoentes tateando alguns embriões das mazelas

administrativas, não são contundentes quanto à natureza das ações que realmente podem atacar frontalmente as lacunas do desenvolvimento, ou seja, não é possível reduzir a recursos financeiros o processo econômico. Nas palavras de Myrdal, apenas a menor parte pode ser explicada pelas variáveis econômicas, o resíduo não explicado, que é a maior parte, é composta de variáveis não econômicas, nesse caso, da estrutura social e organizacional da região Lindeira.

No terceiro conjunto, os depoentes entendem que um corte nas transferências de *royalties* não importaria dificuldades para a economia Lindeira. Municípios próximos com características semelhantes estão bem sem os *royalties*, até melhor que muitos Lindeiros. Um corte dos *royalties* até melhoraria o desempenho das empresas, pois os empresários seriam mais atuantes e criativos. Quem teria dificuldades seriam as empresas que trabalham exclusivamente para o setor público municipal. Nos Lindeiros, os *royalties* são instrumentos eleitorais, por isso mal utilizados.

As variáveis não-econômicas apresentam grande expressão no desenvolvimento, nesses Discursos Coletivos, até mesmo superior às puramente econômicas. A hipótese da perda do benefício dos *royalties* suscita questões como a necessidade de profissionalização de gestores públicos, pois má gestão desencadeia as dificuldades apontadas, como falta de planejamento público, que tem como conseqüência investimentos e gastos descabidos, por exemplo, em obras desnecessárias e desproporcionais com a realidade dos municípios, e essas obras têm um alto custo de manutenção, que por sua vez, esgotam os recursos dos municípios, e sem recursos esses municípios ficam impedidos de fazer novos investimentos e são obrigados a cortar benefícios oferecidos a sociedade e aos empresários. Contudo, quando há valorização cambial a situação fica ainda mais delicada, os recursos em reais reduzem-se, ampliam-se os cortes de despesas e manutenção e de novos investimentos, se não for suficiente, tem que ser feita redução do quadro de pessoal. Esses efeitos são sentidos pela iniciativa privada, que passa a compartilhar das dificuldades e do pessimismo sobre o ambiente socioeconômico. Os efeitos tendem a ser circulares e acumulativos, com motivações econômicas, contudo potencializado por motivos não-econômicos, por exemplo, o pessimismo dos empresários sobre determinados cenários.

De acordo com Myrdal (1977), o crescimento econômico em alguns países ocidentais desenvolvidos revelou que apenas em parte esse índice poderia ser explicado pelo volume de investimentos em termos de capital físico. O resíduo não explicado é consideravelmente maior do que a parcela de crescimento econômico que pode ser explicada

através do investimento de capital. Esta importante descoberta destruiu a fundamentação do modelo apenas em termos de investimentos físicos. Assim, abriu as portas para a especulação a respeito de outros fatores que influenciam no desenvolvimento como: educação, saúde, pesquisa, tecnologia, organização, gerência, administração entre outros.

A questão que trata da hipótese do alagamento, mas sem o repasse de *royalties* para os municípios, foi avaliada pelos depoentes de duas formas: A primeira considera que sem as áreas agricultáveis e sem os recursos dos *royalties* seria muito mais difícil, muitos municípios nem existiriam, e muitos dos que já existiam estariam numa situação muito difícil. Sem os *royalties* a população não teria toda a infra-estrutura que tem hoje. Os *royalties* influenciaram no estilo de vida da população. Acreditam até mesmo que a estrutura agrária seria predominantemente de latifúndios.

O propósito da questão foi de criar um cenário na mente dos depoentes onde vislumbrassem como seria a vida da comunidade Lindeira sem os recursos dos *royalties*. Assim, fica explícito que nesse primeiro DSC, os recursos dos *royalties* são vistos como vital para a própria existência de muitos municípios. Os recursos dos *royalties* estão fortemente presentes no cotidiano da vida Lindeira, seja nos serviços públicos ou nas empresas, ou seja, esses recursos acabam por se tornar conceitualmente uma das principais instituições econômicas que move a economia Lindeira. Apesar de perceberem os *royalties* como uma variável capaz de influenciar cenários que vão além das puramente econômicas, não são capazes de identificar o efeito da cristalização desses recursos na vida cotidiana da sociedade que acaba por ter um efeito infrutífero pela maneira como é concebido.

O segundo grupo de depoentes acredita que mesmo com o alagamento, mas sem os *royalties* os municípios teriam uma economia mais sólida. Os depoentes entendem que os *royalties* influenciaram a postura da sociedade e do poder público: inibiram a criatividade da população e dos empresários, frente a qualquer dificuldade busca-se apoio público; a população não tem interesse de participar dos processos decisórios; as administrações concedem benefícios e isenções sem muitos critérios; criou-se uma grande estrutura pública e sua manutenção está à mercê das oscilações cambiais.

Nesse segundo grupo, os depoentes demonstram-se desiludidos com o aumento das transferências de *royalties*, até o ponto de acreditar que os recursos foram e continuam sendo perniciosos à economia Lindeira. Esse paradoxo de mais recursos disponíveis como uma situação menos desejada é compreensível pela incapacidade, observada pelos depoentes, na gestão dos recursos dos *royalties* ao ponto de considerarem que sem esses

recursos os municípios Lindeiros estariam melhor economicamente. Contudo, essa situação reflete que as deficiências administrativas são de tal gravidade que as soluções vislumbradas pelos depoentes limitam-se a inconveniência dos recursos. No entanto, não é admissível que ajustes na gestão dos recursos sejam limitados a um corte nas transferências dos *royalties*. O problema é de gestão ineficiente dos recursos, ou seja, as administrações municipais, não raramente, não contemplam o conhecimento especializado e as experiências para que se tenha uma organização capaz de atingir ou se aproximar eficazmente das demandas sociais, ou por incapacidade administrativa ou por ações oportunistas. Conforme ensina Galbraith (1988), a organização não está restrita a uma limitada parcela de especialistas, mas estende-se desde funcionários mais graduados da organização até se encontrar com os escriturários e operários, cuja função é ajustar-se quase que mecanicamente às ordens ou à rotina. Pode-se convencionar que a organização abrange todos os que trazem conhecimentos especializados, talento ou experiência às tomadas de decisão de grupo.

A idéia dessa pergunta era fazer com que os entrevistados, se questionassem sobre como seria viver nos municípios Lindeiros sem os *royalties*. Mesmo para os que responderam que seria difícil, aparecem variáveis não-econômicas como as mudanças nos modos de vida da população e uma diferente caracterização da geografia territorial dos Lindeiros. Para aqueles que responderam que a economia estaria mais sólida, as justificativas são basicamente não-econômicas. As principais dificuldades são em relação aos planos e investimentos públicos.

Assim, para compreender porque não são cumpridas essas exigências tão patentes nos Discursos Coletivos recorre-se a Myrdal (1977), o qual argumenta que os planos são normalmente apresentados como planos financeiros para investimentos públicos. As medidas políticas necessárias para engendrar o desenvolvimento, além dos investimentos físicos, que implicam em alterações mais permanentes na organização social ou nas estruturas institucionais e de atitudes, têm em última instância, uma relação incidental com os custos e rendimentos em termos financeiros e com um orçamento fiscal. Contudo, isso permite apresentar a aparência de um plano, porém, sem que haja nele planejamento real. Um orçamento fiscal é necessário para o controle e orientação organizada dos gastos públicos e da administração, porém, esse tipo de planejamento não abrange todas as transformações induzidas em todos os tipos de condições econômicas e sociais.

Essa crítica de Myrdal é razoável quando se analisa a questão em que os depoentes consideram que a economia estaria mais sólida se não recebesse os recursos dos

royalties, pois parece um contra-senso estar melhor com menos recursos. Contudo essa justificativa deve ser levada em conta, pois o problema deixa de ser a quantidade de recursos financeiros e passa ser de gestão, planejamento, capacitação, etc., variáveis que não são consideradas nas análises tradicionais.

7.4 ANÁLISE DO DISCURSO COLETIVO – PARTE III – PROGNÓSTICO PARA 2023

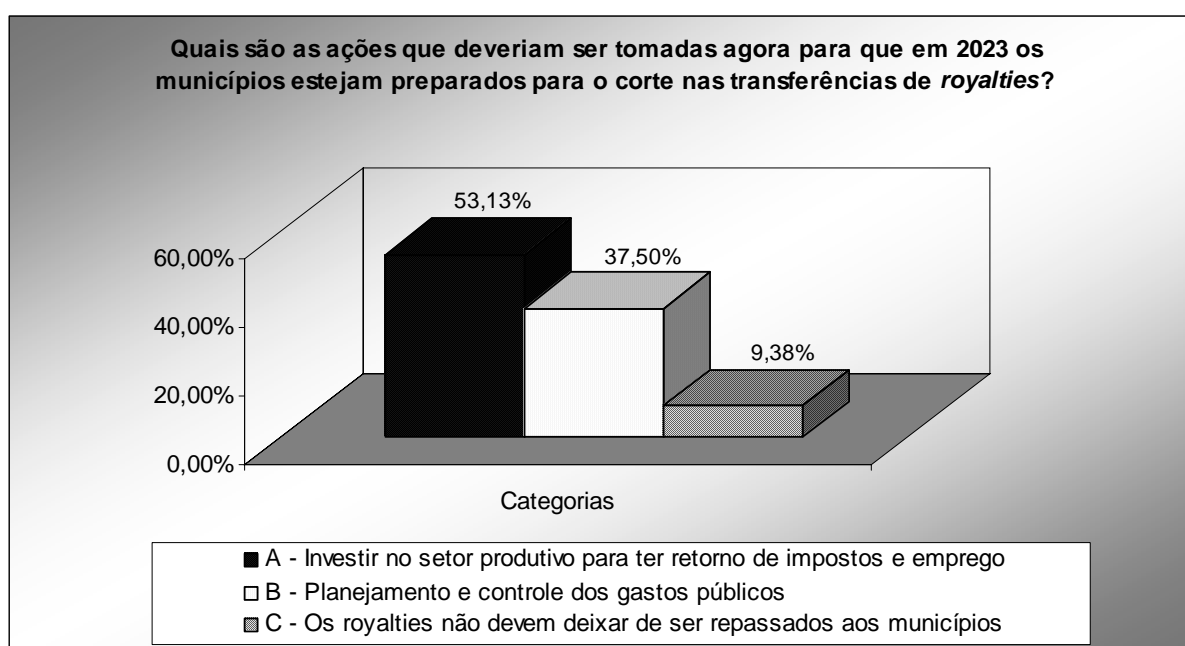
O objetivo da Parte III – prognóstico para 2023, é identificar as ações e a postura dos entrevistados diante de um cenário futuro, no qual há a possibilidade dos *royalties* não mais fazerem parte das receitas dos municípios Lindeiros. As atividades econômicas com maior potencial de fortalecer a economia desses municípios e a sistemática de decisões de investimentos do grande volume de recursos públicos. Para tanto, definiu-se 3 questões: 1) Na sua opinião: Quais são as ações que deveriam ser tomadas agora para que em 2023 os municípios estejam preparados para o corte nas transferências de *royalties*? 2) Na sua opinião: Qual(is) atividade(s) pode(m) fortalecer a economia Lindeira no longo prazo? 3) Na sua opinião: O planejamento de investimentos dos *royalties* por agentes políticos partidários (programas políticos partidários) é o mais adequado? Existe um caminho alternativo?

7.4.1 Ações a Serem Tomadas para Preparar os Municípios para 2023

No conjunto do material analisado das respostas da questão 1, da parte III, chegou-se a 3 categorias, as quais apresentam como resultado o entendimento dos grupos de entrevistados sobre as ações que deveriam ser tomadas agora para que em 2023 os municípios Lindeiros estejam preparados para um possível corte nos *royalties*, ficaram assim definidas: Primeira, categoria A – “Investir no setor produtivo para ter retorno de impostos e emprego”, consideram que a ação principal seria no setor produtivo, pois aumentaria a demanda por mão-de-obra e o volume de tributos arrecadados. A segunda, categoria B – “Planejamento e controle dos gastos públicos”, os depoentes acreditam que a principal ação a ser tomada seria

uma melhor gestão dos investimentos feitos pelos governos municipais, ou seja, ter maior austeridade no planejamento e nos desembolsos. Por fim, categoria C – “Os *royalties* não devem deixar de ser repassados aos municípios”, os depoentes acreditam que não é justo interromper as transferências de *royalties* para os municípios e ações devem ser orientadas para que em 2023, com a revisão do Tratado de Itaipu, essas transferências permaneçam.

Se observado quantitativamente, as respostas das entrevistas da questão 1, parte III, a distribuição das 3 categorias definidas ficou expressa conforme Gráfico 29.



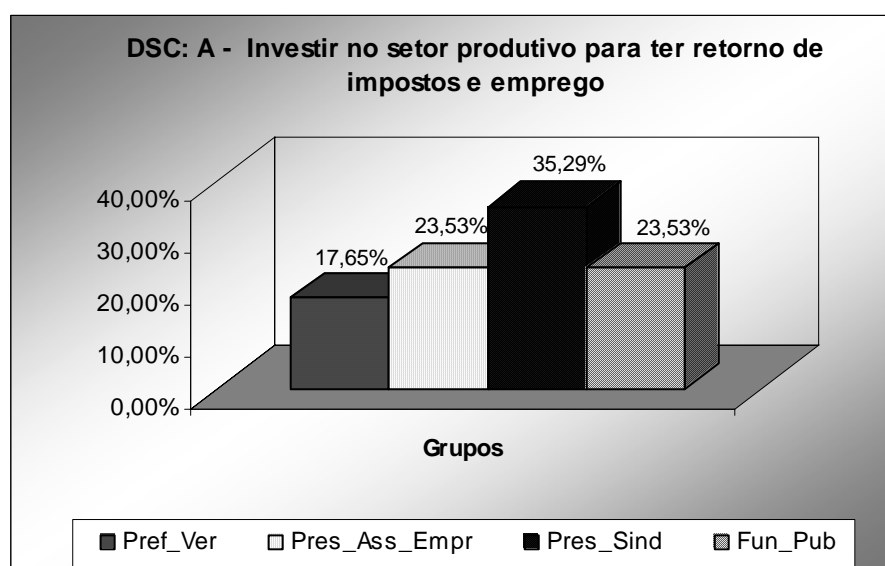
Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 29 – Parte III – Prognóstico para 2023: questão 1

A partir das respostas das entrevistas, observa-se que dos 32 entrevistados que responderam esta questão, 17 (53,13%) entenderam que deveria ser investido no setor produtivo para gerar mais empregos e aumentar a arrecadação de tributos, assim em 2023 os municípios sentiriam menos ou não sentiriam uma possível interrupção no repasse de *royalties*. Outros 12 (37,50%) acreditam que em 2023 os municípios estarão independentes ou pelo menos preparados para um corte nas transferências de *royalties* se houver uma melhora no planejamento e nos controles dos gastos dos governos municipais. Por último, 3 (9,38%) entenderam que os municípios não devem deixar de receber os recursos dos *royalties* em 2023, e devem-se tomar medidas para que se consiga prorrogar o prazo de recebimento.

7.4.1.1 Investir no setor produtivo para ter retorno de impostos e emprego

No DSC – A, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 30, demonstra que em todos os grupos há membros que acreditam que “Investir no setor produtivo para ter retorno de impostos e emprego” é a principal ação a ser tomada agora para que em 2023 os municípios Lindeiros estejam preparados para uma possível interrupção nas transferências de *royalties*.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 30 – Parte III – questão 1: DSC – A

Pode-se observar um equilíbrio no número de membros dos grupos que identificaram esse cenário, sendo mais representativo o grupo “Pres_Sind” com 35,29% dos depoimentos e o menos representativo o grupo dos “Pref_Ver” com 17,65% dos depoimentos do DSC – A.

A seguir é apresentado o DSC – A - Investir no setor produtivo para ter retorno de impostos e emprego:

Pres_Ass_Empr_01 - O que precisa fazer um trabalho primeiro de responsabilidade, um trabalho onde os agentes públicos se preocupassem que o dinheiro dos recursos que eles têm em mão ou tiveram já e gastaram mal, pegassem e entendessem que este recurso é da população para manutenção futura uma reserva. Então eles deveriam investir maciçamente primeiro no setor produtivo estimulando principalmente as empresas que aqui ficassem ou aqui estão para que elas pudessem agregar mais gente, mais funcionários, ampliassem seu mercado para poder se manter depois e com certeza se esta estrutura for feita não é necessário os *royalties*, posteriormente o retorno de impostos equilibraria os *royalties*.

Fun_Pub_02 - Cada cidadão tem que contribuir com o poder público, das idéias, planos de políticas públicas e cabe investir na população local, no agronegócio, nas indústrias locais, e claro, se possível em agroindustrialização dos municípios, para que no futuro possa ter o recurso do ICMS maior e conseqüentemente, como as indústrias atraem a população para o município, o FPM aumenta e demais impostos que venham agregar no montante final da arrecadação do município. Então deveria ser investido na agroindustrialização dos municípios.

Fun_Pub_03 - Primeiramente ir fazendo a população entender e se acostumar à nova realidade, pois atualmente os órgãos públicos estão exercendo um papel muito assistencialista e a principal ação é investir em obras e incentivos que gerem retorno financeiro, aumentando assim a arrecadação do município, que na sua maioria tem grande parte do orçamento comprometido com a manutenção da estrutura administrativa.

Fun_Pub_05 - Os municípios devem investir os recursos em ações que dêem fortalecimento em suas economias, como educação, incentivo à instalação de empresas, a melhor exploração do potencial turístico, etc.

Pref_Ver_01 - Eu tenho essa preocupação, o prefeito tem essa preocupação [...] porque nós demos incentivos [...] pra ter as empresas como Coopagril, Sadia, Sudcoop, os bancos de créditos [...] e essa tem que ser a preocupação [...] tirar certos benefícios que atende a uma meia dúzia de pessoas que não quer nada com nada [...] tem que fazer investimento em quem quer produzir [...] O município que não se preocupar em conseguir aumentar a produção, para gerar empregos, impostos, quando chegar o final de 2023 esses municípios vão entrar em colapso [...] vai ter que contrariar leis e dispensar funcionários concursados [...].

Pref_Ver_02 - [...] como no setor público é muito lento e burocrático você não consegue a longo prazo fazer com que os investimento sejam praticados com solidez e se tenha sustentação a isso. Mas é a rápido e a curto prazo o setor de agroindustrialização é o que tá dando maior resultado.

Pres_Sind_01 - Deve ser feito alguma coisa hoje, no sentido de que o dinheiro dos *royalties* seja investido em alguma coisa que vá trazer retorno, em forma de ICMS, tributos [...] eu acho que há tempo ainda, mas, se continuar sendo essas empresas que vem só para levar o dinheiro, através das terceirizações [...]. Teria que investir em indústria, setor produtivo, pequenas propriedades [...]

Pref_Ver_04 - Agroindústria é fundamental, também o turismo, criar [...] com organização, planejamento, pensando exatamente no futuro, e não só no momento.

Pres_Ass_Empr_04 - Incentivo ao setor produtivo, nós temos que pensar em aplicar os *royalties* corretamente, de que forma, incentivando o setor produtivo, incentivando o turismo [...]. Na minha visão houve má aplicação dos *royalties* [...] por não se tocarem o que significa 2023, então se nós não

fizemos algo em nossos municípios, não começarmos a olhar mais a esse setor de incentivo a indústria de incentivo ao Turismo nós vamos chegar em 2023, as nossas cidades elas vão diminuir muito [...]. Deve-se incentivar o turismo o comércio para continuarmos a termos essa estrutura de primeiro mundo.

Pres_Sind_04 - [...] os administradores só aprenderam a fazer ginásios de esportes e nem tem times [...] se juntasse os municípios que mais têm dinheiro poderia investir numa indústria e ajudar até mesmo os vizinhos menos favorecidos [...] assim os jovens não precisariam ir embora [...].

Pres_Sind_03 - [...] primeiro, as máquinas municipais elas tem que ser mais eficiente, mais enxuta, mais pequenas, tem que ser mais bem planejadas [...] Precisa criar um prognóstico para saber como se quer Santa Helena esteja em 2023 [...] a partir do momento que você cria um panorama, pra chegar lá, você tem que delinear o caminho que se tem pra chegar [...]. Um desenvolvimento sério no crescimento da área tecnológica da região [...]a maioria dos nossos produtos são de matéria-prima [...] o agronegócio [...] em alguns lugares ainda se está negociando, plantando e criando gado como fosse há 40 anos atrás [...] a educação [...] aproveitar melhor o potencial da educação, e tem que desenvolver o potencial do comerciante da nossa região [...].

Pres_Ass_Empr_05 - Três caminhos fundamentais na nossa região, que é o Turismo, agricultura e industrialização na produção de alimentos.

Fun_Pub_08 - Os municípios receberam e não conseguiram visualizar que aquele dinheiro que viria para o município e não entenderam qual era a finalidade apesar de estar escrito desde a época do alagamento, mas não se tinha formas de cobrança [...] hoje o TCE, exige que sejam feitos investimentos [...] hoje tem-se várias indústrias [...] isto é uma forma de você gerar emprego e gerar renda [...] ações têm que ser tomadas no sentido de geração de emprego e renda [...] é melhor você investir em 5 fábricas pequenas do que investir numa única empresa [...].

Pres_Sind_06 - Não ficar pensando que essa região seja só de turismo [...] pra 2023, os municípios tenham desenvolvido as indústrias, embora aqui seja uma região predominantemente agrícola, só isso não vai adiantar, precisa mais indústrias, empregos [...].

Pres_Sind_09 - Seriam investimentos na área industrial [...] criar outras fontes de renda, hoje Terra Roxa tem 5 fábricas de bordados [...] já se está preocupado com o Futuro [...]. A arrecadação de Terra Roxa antes das fábricas de bordados existirem era de R\$ 500.000,00, hoje gira em torno de R\$ 1.500.000,00.

Pres_Sind_10 - Desde já os prefeitos e vereadores do município, devem estar preocupados, buscando soluções para desenvolver os municípios através do agronegócio[...] hoje o município de Guaíra está se preocupando com isso, através do plano diretor[...].

Pres_Ass_Empr_12 - Já que nós fomos agraciados com a natureza que nos rodeiam, deve-se investir os *royalties* que ainda falta vir, uma vez que já foi gerido muito mal o que veio, e focar todos nessa costa do Lago, de forma que em 2023 nós já tenhamos um fluxo de pessoas na nossa região, visitando toda essa nossa natureza, até mesmo a criada pelo Lago, de forma que tragam recursos para gente, daí o impacto não vai ser tão grande assim vindo faltar os *royalties*, mas se nós não abrir o olho nós vamos chegar lá com grande dificuldade [...].

Neste DSC, os depoentes apostam no investimento no setor produtivo como forma de assegurar um futuro mais sólido para a região Lindeira.

Para alguns depoentes o primeiro passo é fazer os governos municipais e a população local compreenderem a importâncias dos recursos dos *royalties* para o desenvolvimento desses municípios. Esses recursos têm um objetivo socioeconômico e o futuro depende de ações acertadas agora. Se o setor produtivo for devidamente apoiado, no futuro o município não dependerá mais dos *royalties*.

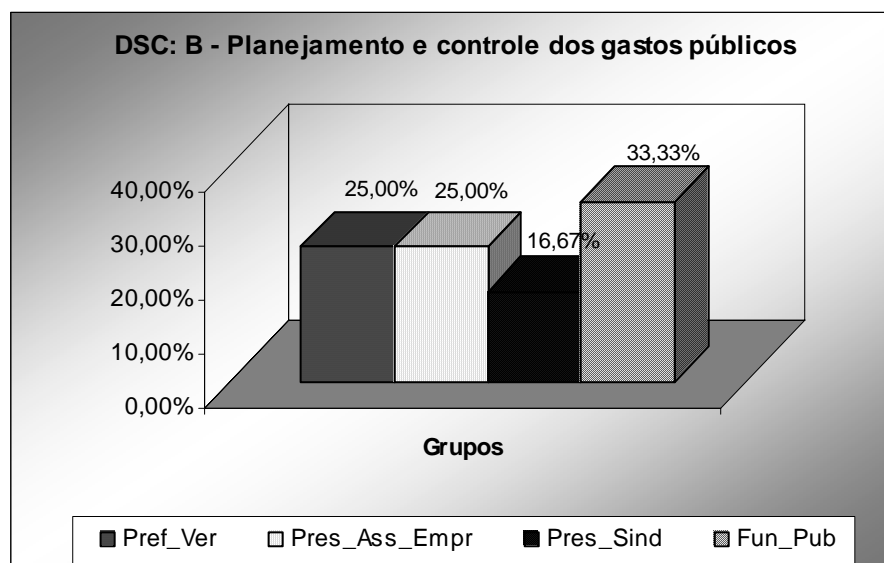
Conforme expressam alguns depoentes, é necessário a participação da população no processo de decisões, contribuindo com planejamento das ações a serem desenvolvidas pelos governos municipais. A educação aparece como complemento à atividade produtiva, em alguns depoimentos.

Para alguns depoentes é importante que os investimentos oriundos das administrações municipais priorizem as iniciativas locais focando as atividades com maior aptidão, por exemplo, o agronegócio e o turismo. Também devem ser buscadas empresas que dêem acesso ao emprego à população local, principalmente empresas agroindustriais. Contudo, não se pode pensar somente na agricultura ou no turismo, deve-se investir também, em pequenas indústrias.

Em geral, é notório nos depoimentos a importância conferida para o setor produtivo como absorvedor de mão-de-obra e pagador de tributos, na hipótese dos municípios deixarem de receber os recursos dos *royalties* em 2023. As atividades mais citadas, com algumas variâncias, têm a predominância do agronegócio, da industrialização e do turismo.

7.4.1.2 Planejamento e controle dos gastos públicos

No DSC – B, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 31, demonstra que em todos os grupos há membros que acreditam que “Planejamento e controle dos gastos públicos” é a principal ação a ser tomada agora para que em 2023 os municípios Lindeiros estejam preparados para uma possível interrupção nas transferências de *royalties*.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 31 – Parte III – questão 1: DSC – B

Pode-se observar um equilíbrio no número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo mais representativo o grupo “Fun_Pub” com 33,33% dos depoimentos e o menos representativo o grupo dos “Pres_Sind” com 16,67% dos depoimentos do DSC – B.

A seguir é apresentado o DSC – B - Planejamento e controle dos gastos públicos:

Pres_Ass_Empr_02 - [...] fazer uma agenda de crescimento sustentável, planejamento, vamos ter que planejar esse futuro, aonde nós queremos chegar, até então nós não estamos percebendo parece que não tem planejamento. "tudo mundo dando tiro pra todo lado" [...] mas esse planejamento nós já devíamos ter. Sem planejamento não vamos a lugar nenhum, então o município está dependendo de planejar, tem que a comunidade empresarial, social tem que participar do processo[...]. Então a região tem que repensar as suas funções e das instituições políticas. [...] criar uma estrutura privada e a pública junto, pra crescer junto [...].

Pres_Ass_Empr_03 - Nós percebemos que algumas administrações públicas até hoje não se aperceberam que em 2023 isso vai acabar, muitas coisas dos *royalties*, na época era bom, o dólar era quase 4 reais, não se aperceberam e não se aproveitaram dessa situação e não pensaram em projeto a longo prazo pro dia que terminar. Então se construiu muita coisa que hoje da despesa, que não gera retorno pro município, não gera retorno pra região, e algumas ações, por exemplo, os municípios Lindeiros, muitos deles incentivam aos jovens a fazer sua faculdade, fazer sua pós-graduação, auxiliam no pagamento até de custos da universidade, do transporte e depois, esses jovens se formam e não têm esse espaço e vão para outro lugar. Hoje

muitos municípios até hoje não se aperceberam que em 2023 pode terminar, isso vai fazer falta, não talvez para o crescimento econômico, mas a comunidade sim, o povo vai perder.

Fun_Pub_01 – [...] Acho que hoje a maior problemática da região está em pensar em empregar 100,00 reais numa visão mais política do que econômica, esse é o grande problema da região, ou seja, acho que é importante a questão de geração de emprego, se só contratarem, sem economizar, sem fazer um plano, estaremos todos fadados ao fracasso, ou não fracasso total, mas é uma grande perda pra todo mundo. Porque? Nós teremos uma série de pessoas que terão emprego por um certo período provavelmente curto. Somente gastar aquilo que eu ganho, com uma margem de fundo, uma margem de economia ou de aplicação, ou então realmente nós estaremos caminhando para um futuro incerto. É possível, deve acontecer, e necessário para um futuro menos comprometido.

Pref_Ver_03 - Fazer um programa para que em 2023 esteja preparado o município para poder sobreviver pelas próprias pernas. Deveria ser feito através de uma equipe de Lindeiros, Itaipu, Governo Federal, Estadual[...] custear a agricultura, que sofre bastante com o calor[...]. Deixar preparado o município e fiscalizar[...].

Pres_Sind_02 - Eu acredito que o município já está pensando nisso, vai ser um choque[...] os prédios públicos como manter essa estrutura?[...] O município vai ter sua renda, mas eu acredito que o município de Itaipulândia não sustenta[...] muitos cortes, algumas mudanças vão acontecer, por mais que o município se prepare.

Pref_Ver_05 - eu acredito assim [...] tem que enxugar o quadro, investir realmente em geração de emprego, eu acredito que esse seria o caminho[...].

Fun_Pub_04 - Fazer o papel deles ao que cabe ao município estruturar a parte de saúde, a educação o básico defender o povo, vai ter que se adequar para 2023, o Tribunal de Conta do Estado abaixou algumas normas que vai restringir os investimentos dos *royalties*[...] direcionando os investimentos[...].

Fun_Pub_06 - Deve haver um estudo por parte de todos os municípios já fazendo previsão de queda na receita e adequar os gastos às despesas permanentes, então deve-se adequar para não chegar em 2023 e a população e o município sofrer por falta de planejamento.

Fun_Pub_07 - Temos mais 15 anos de repasse de *royalties*, se não for tomada uma medida agora esses municípios vão ter problemas seriíssimos para administrar[...] se não for tomadas ações de controle organização visando sobreviver com renda dos municípios vai ser muito difícil[...] os prefeitos de amanhã vão depender das decisões de hoje[...] se você é prefeito de um município desses se vocês usarem a inteligência e gostarem de seus municípios vão ter que tomar providências em conjunto com suas câmaras de vereadores, Ministério Público e outros órgãos competentes[...] para que você possa se preparar economicamente[...].

Pres_Sind_05 - Na minha opinião, eu acho que deveria ser criado um plano de governo não só nessa administração, mas a longo prazo, se tivesse investido direito esses *royalties*, os municípios estariam preparados para a realidade para conseguir manter tanto essa estrutura criada como o município[...] teria que criar um plano para o povo[...].

Pref_Ver_09 - O município tem que fazer um planejamento e ver o que precisa arrecadar e excluir os *royalties*[...] precisa ser feita readequação de impostos[...] nos Lindeiros muitos impostos são irrisórios[...] então os municípios precisam fazer ajustes para que em 2023 estejam preparados para um possível corte nos *royalties*[...].

Pres_Ass_Empr_08 - Teria que ser uma redução gradativa para os municípios se adequarem[...] para quando chegar em 2023 os municípios estejam preparados.

Nesse DSC, os depoentes são enfáticos em dois aspectos principais, o planejamento e o controle dos gastos públicos, para que os municípios cheguem em 2023 sem grandes turbulências econômicas, em caso de suspensão do pagamento dos *royalties*.

Para alguns depoentes o planejamento deve ter participação da sociedade e dos empresários em conjunto com o poder público municipal. Para esses depoentes, o volume de recursos recebidos em tempos do Real desvalorizado, não atentou os administradores municipais para investimentos a longo prazo, ou pior, foram feitos investimentos que não contribuíram com o desenvolvimento dos municípios.

Para alguns depoentes os recursos municipais são aplicados mais por incentivo político eleitoreiro do que mesmo pensando em ações que contribuam com toda a comunidade local. Tem que reduzir a estrutura pública, os investimentos devem ser no básico na educação e na saúde.

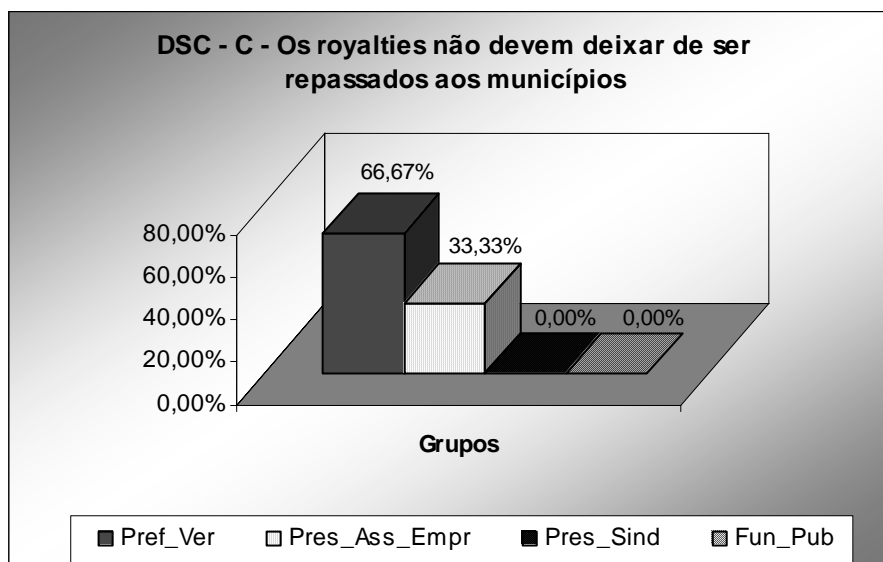
As administrações municipais devem planejar uma redução gradativa de transferências de recursos para economia municipal para evitar transformações abruptas. Mesmo o orçamento público deve caminhar de modo que de conta da manutenção e que as reservas de investimentos sejam cumpridas unicamente com recursos próprios. A arrecadação tributária dos Lindeiros é irrisória, por excessos de isenções de taxas e impostos, precisam rever essa posição suprir a eventual falta dos *royalties*.

Alguns depoentes, não são capazes de colocar claramente como ou quais meios de planejamento ou controle são importantes para preparar a economia para uma possível interrupção no futuro.

7.4.1.3 Os *royalties* não devem deixar de ser repassados aos municípios

No DSC – C, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 32, demonstra que nem todos os grupos apresentam membros que acreditam que “Os *royalties* não devem deixar de ser repassados aos municípios”, e essa deve ser a principal ação a ser

tomada agora para que em 2023 os municípios Lindeiros continuem recebendo essas transferências de *royalties*.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 32 – Parte III – questão 1: DSC – C

Pode-se observar alguns destaques no número de membros dos grupos que identificaram esse cenário, sendo mais representativo o grupo “Pref_Ver” com 66,67% dos depoimentos e os grupo dos “Pres_Sind” e “Fun_Pub” sem representatividade nos depoimentos do DSC – C.

A seguir é apresentado o DSC – C - Os *royalties* não devem deixar de ser repassados aos municípios:

Pref_Ver_06 - Na minha opinião os *royalties* nunca vão deixar de vir para os municípios, porque isso é um direito dos municípios, então o município vai exigir suas terras de volta, a Itaipu que vá produzir energia somente com o leito do rio, então os *royalties* ou o ICMS a Itaipu não tem como deixar de reparar a perda pela parte alagada[...] os municípios estão se adaptando ano a ano[...] os *royalties* devem ser só para investimentos, mas não na criação de estrutura, mas sim se criar mecanismo para que o município seja auto-suficiente se os *royalties* deixarem de ser repassado.

Pref_Ver_08 - Conscientização, principalmente dos prefeitos e vereadores da importância do recebimento dos *royalties* e também alertar eles quanto às dificuldades que vão ter se os municípios não criarem uma alternativa de desenvolvimento, eles vão ter dificuldades[...] os municípios ficaram sem as terras produtivas[...] esses recursos deveriam ser permanentes[...].

Pres_Ass_Empr_10 - Eu acredito que até 2023, muita coisa vai mudar, por exemplo o Rio de Janeiro vive dos *royalties* da Petrobras [...] nós temos políticos ágeis que vão trabalhar em cima de leis para que continuem com *royalties*, a partir da produção de energia que está saindo aqui da nosso microrregião do Lago de Itaipu[...] acredito que os *royalties* vão continuar[...] nós temos políticos sérios, políticos inteligentes devem trabalhar em cima disso, como acontece no Rio de Janeiro[...].

Neste DSC, os depoentes adotam um discurso de que os municípios não podem deixar de receber os *royalties*, assim como acontece com os *royalties* pagos pela Petrobras, que é em função da produção, ou seja, enquanto estiver produzindo está pagando *royalties*. Portanto, utilizam essa mesma tese para os *royalties* pagos por Itaipu Binacional: enquanto estiver produzindo energia, os *royalties* devem continuar sendo transferidos aos municípios Lindeiros. Assim, a principal ação a ser tomada é busca pela manutenção do repasse de *royalties*.

7.4.2 Atividades que Podem Fortalecer a Economia Lindeira

Para a elaboração desse DSC, utilizou-se um padrão para organização das Expressões Chaves diferente das utilizadas nos DSC's anteriores. Pela característica da pergunta, obteve-se mais de uma Idéia Central por resposta, assim um mesmo depoente pode aparecer em mais de um DSC, nesta questão.

No conjunto do material analisado das respostas da questão 2, da parte III, chegou-se a 3 categorias, as quais apresentam como resultado o entendimento dos grupos de entrevistados sobre as atividades que podem fortalecer a economia dos municípios Lindeiros no longo prazo, assim ficaram definidas: Primeira, categoria A – “Turismo”, fazem parte dessa categoria todos os depoentes que a citaram, mesmo que não exclusivamente. A segunda, categoria B – “Agricultura/agronegócio”, os depoentes não são precisos em distinguir os termos. Nessa categoria fazem parte todos os depoentes que a citaram, mesmo que não exclusivamente. Por fim, categoria C – “Indústria/agroindústria”, os depoentes atribuem a essas atividades as possibilidades de fortalecimento da economia Lindeira. Nessa categoria fazem parte todos os depoentes que a citaram, mesmo que não exclusivamente.

Se observado quantitativamente, as respostas das entrevistas da questão 2, parte III, a distribuição das 3 categorias definidas ficou expressa conforme Gráfico 33 .

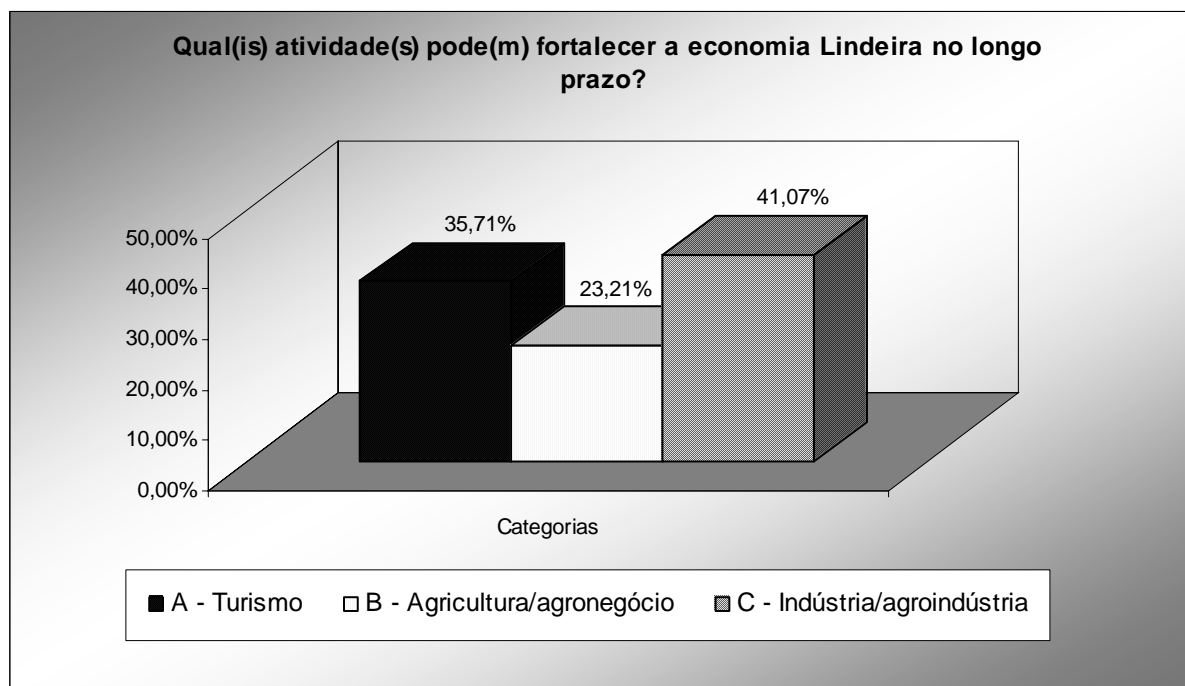
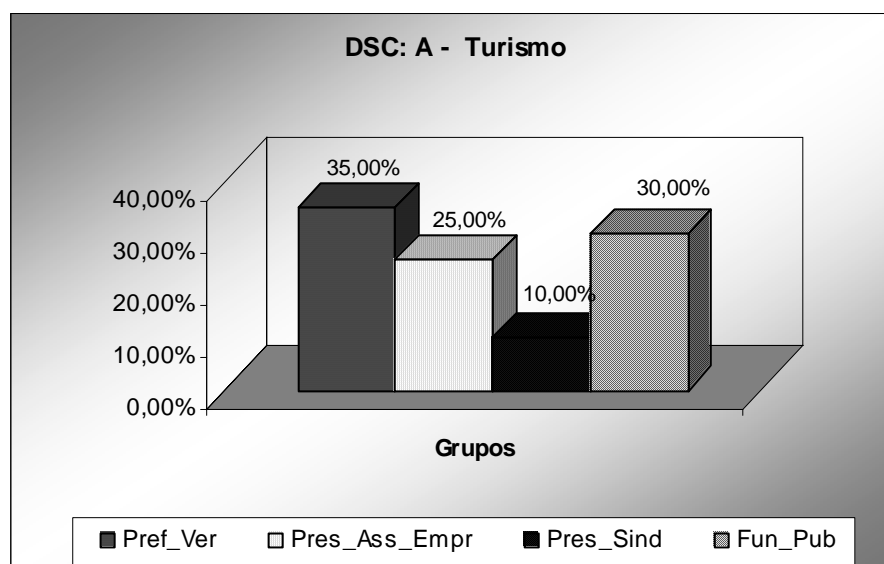


Gráfico 33 – Parte III – Prognóstico para 2023: questão 2

A partir das respostas das entrevistas, observa-se que dos 32 entrevistados que responderam esta questão chegou-se a 56 respostas, pois alguns depoentes expressaram mais que uma Idéia Central. Assim das 56 respostas desse DSC, questão 2, parte III, 20 (35,71%) expressaram que a atividade que tem condições de fortalecer a economia Lindeira no longo prazo é o turismo. Outras 13 (23,21%) repostas colocam a agricultura e/ou agronegócio como a atividade com maiores condições de contribuir com a economia Lindeira no longo prazo. Por último, 23(41,08%) repostas expressam que a atividade que pode fortalecer a economia Lindeira no longo prazo é a indústria e/ou agroindustrialização.

7.4.2.1 O turismo será a principal atividade dos municípios Lindeiros

No DSC – A, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 34, demonstra que em todos os grupos há membros que acreditam que o “Turismo” é a atividade com maior potencial para a sustentação da região Lindeira no longo prazo. Cabe esclarecer que pela condição dos depoentes apresentarem mais que uma Idéia Central, é possível que um mesmo entrevistado apareça em todos os DSC’s desta questão.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 34 – Parte III – questão 2: DSC – A

Pode-se observar um equilíbrio no número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo mais representativo o grupo “Pref_Ver” com 35% dos depoimentos e o menos representativo o grupo dos “Pres_Sind” com 10% dos depoimentos do DSC – A.

A seguir é apresentado o DSC – A - Turismo:

Fun_Pub_03 - O turismo.

Fun_Pub_04 - O que tá no auge é o turismo, é o que menos requer investimento, que emprega mais pessoas e que dá mais retorno, então deveria ter uma união maior dos municípios Lindeiros, pois a maioria dos

problemas são idênticos, tirando Foz do Iguaçu [...] os Lindeiros vão ter que se unir para o turismo.

Pres_Sind_05 - Eu acho principalmente no turismo, que investisse aqui a longo prazo[...].

Pref_Ver_09 - Na área turística, nós em Guaíra temos um potencial turístico muito grande ainda inexplorado no Rio Paraná[...] no Município de Guaíra o turismo está completamente abandonado[...] a grande sacada de Guaíra seria investir no turismo.

Pres_Ass_Empr_08 - Como consequência desse alagamento, desenvolveu-se nesses municípios o turismo, com as praias as festas regionais[...] quando estes recursos forem cortados, que o município já tenha outra opção que gere receita, empregue pessoas para compensar.

Pres_Ass_Empr_12 - Eu acredito muito na natureza, nós temos muita água, muita natureza, florestas, animais, aproveitar e investir pesado os *royalties* nessa área e explorar o turismo, a ecologia trazer o pessoal de fora, aproveitar toda essa beleza que nós temos[...].

Pref_Ver_03 - É o turismo, já está sendo trabalhado nos municípios Lindeiros, pode trazer um futuro muito bom para esses municípios, porque Foz do Iguaçu já é um município turístico e os municípios Lindeiros fazem parte dessa grande fatia da Itaipu Binacional das águas represadas, então com certeza, é uma das fontes [...].

Pref_Ver_04 - [...] investir no turismo, aqui em Itaipulândia, principalmente no parque aquático[...].

Pref_Ver_05 - [...] o turismo.

Pres_Sind_03 - [...] o turismo é um incremento a mais[...].

Fun_Pub_07 - [...] o turismo que fala-se muito e se faz pouco [...].

Pres_Ass_Empr_10 - [...] o turismo esse é um dinheiro limpo que entre na nossa região [...].

Pres_Ass_Empr_01 - Nós temos várias possibilidades [...] agregando o potencial turístico com artesanato [...].

Fun_Pub_01 - [...] aplicar no turismo, fazer com que a população aceite a idéia de se ter que trabalhar junto com o poder público, e o poder público tem que ir até a sociedade para ouvi-la, ouvir e colocar em prática.

Fun_Pub_02 - [...] o turismo.

Fun_Pub_05 - Investimentos em educação, um plano bem estruturado em conjunto para exploração do potencial turístico [...].

Pref_Ver_01 - Trazer o turismo de Foz do Iguaçu para todos os municípios, cada município tem sua particularidade, a sua comida pra mostrar, falta fomentar o turismo, um projeto junto com os órgãos do Governo Federal [...] educar crianças e jovens sobre o turismo criar uma cultura para atender ao turista [...].

Pres_Ass_Empr_04 - No turismo temos um amplo projeto [...].

Fun_Pub_08 - Atividades que gerem emprego e renda de forma sustentada [...] turismo [...].

Pres_Ass_Empr_05 - Deve-se investir [...] no turismo [...].

Neste DSC, o turismo é credenciado como a grande esperança para dinamizar a economia Lindeira no futuro, mais precisamente a partir da revisão do Tratado de Itaipu em 2023, quando os municípios poderão deixar de ser beneficiados pelos *royalties*.

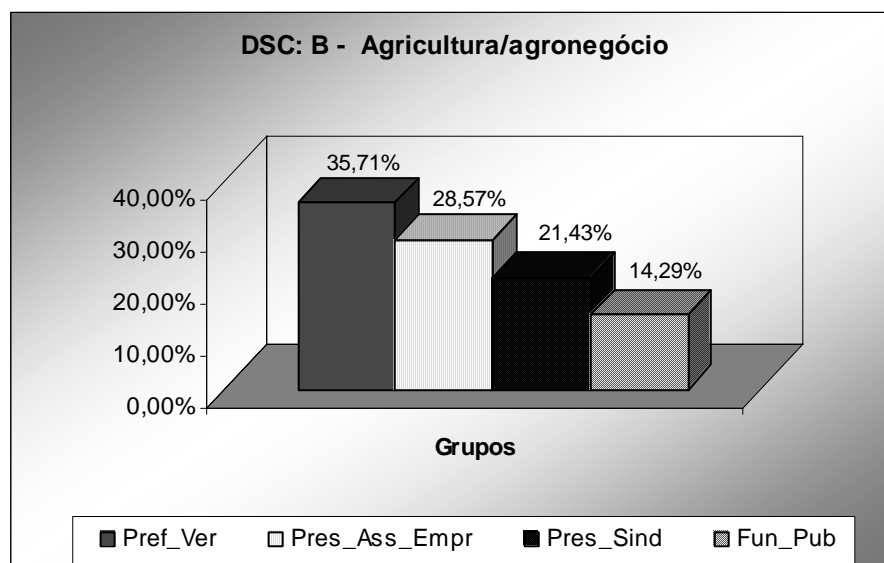
De acordo com os depoentes, as características da atividade turísticas se enquadram com os objetivos de expansão dos municípios Lindeiros, que é a geração de emprego e renda. O foco do turismo apontado pelos entrevistados é a natureza, aproveitar as belezas da fauna e da flora.

Para alguns depoentes, Foz do Iguaçu pode ser o portal de entrada dos turistas nos demais Lindeiros. Portanto, é necessário um trabalho em parceria entre os municípios.

Para outros depoentes o turismo nos Lindeiros carece de ações complementares como o artesanato, a participação da comunidade em parcerias com as administrações municipais na elaboração planos e projetos e investimentos em educação.

7.4.2.2 A agricultura e/ou agronegócio - a principal atividade dos municípios Lindeiros

No DSC – B, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 35, demonstra que em todos os grupos há membros que acreditam que o “Agricultura/agronegócio” é a atividade com maior potencial para a sustentação da região Lindeira no longo prazo. Cabe esclarecer que, pela condição dos depoentes apresentarem mais que uma Idéia Central, é possível que um mesmo entrevistado apareça em todos os DSC’s desta questão.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 35 – Parte III – questão 2: DSC – B

Pode-se observar um equilíbrio no número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo mais representativo o grupo “Pref_Ver” com 35,71% dos depoimentos e o menos representativo o grupo dos “Fun_Pub” com 14,29% dos depoimentos do DSC – B.

A seguir é apresentado o DSC – B - Agricultura/agronegócio:

Pref_Ver_03 - [...] a agricultura [...].

Pref_Ver_04 - [...] investimento na agricultura [...] com certeza gerar renda no campo [...].

Pref_Ver_05 - Agricultura[...].

Pres_Sind_03 - Agronegócio [...] temos que descobrir nossa vocação, se é agrícola, temos que investir mais no agronegócio [...].

Fun_Pub_07 - Aqui nós temos muitas coisas que poderiam ser exploradas [...] a agricultura, a irrigação [...] mas precisamos fortalecer a agricultura [...] a nossa região é uma região agrícola [...].

Pres_Ass_Empr_10 - Acredito que o mais forte na nossa microrregião é a agricultura [...].

Pref_Ver_01 - [...]Entre Rios do Oeste tem vocação agrícola, muitas empresas vieram e poucas ficaram [...].

Pres_Ass_Empr_03 - [...] A agricultura tá bem desenvolvida, não tem volta, acho que está bem encaminhado é o setor agrícola.

Pres_Sind_02 - Os colonos eles estão achando outras alternativas, até a própria Itaipu está incentivando as questões orgânicas, a pesca, essa questão da produção de peixes [...].

Pres_Ass_Empr_05 - Deve-se investir [...] na agricultura [...].

Pref_Ver_08 - A economia lindeira é a agricultura familiar, o pequeno e médio produtor, incentivando que ele venha a ficar no campo com projetos que venham a melhorar a qualidade de vida [...].

Pres_Sind_09 - Na minha opinião seria o investimento na agricultura, na agropecuária [...] dar melhores condições para os agricultores investir em aviários, tem que buscar essas alternativas para sobreviver lá na frente.

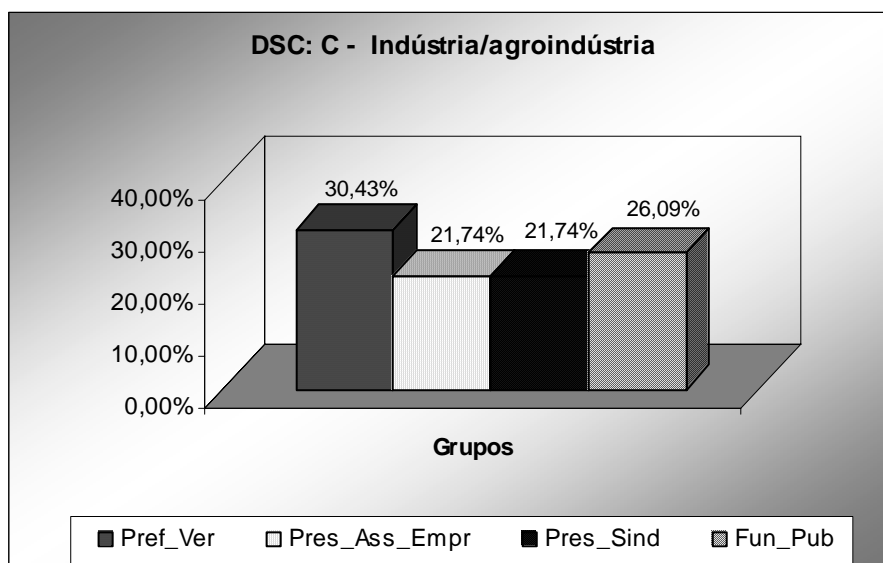
Pres_Sind_10 - Dependendo de cada município, pode ser agricultura, na pesca [...]

Nesse DSC, a agricultura e o agronegócio são citados como as prováveis atividades que darão sustentação à economia Lindeira no longo prazo.

Para alguns depoentes, pela característica da região Lindeira ser agrícola é necessário evoluir nessa direção, com uso de novas tecnologias e diversificação da cesta de produção. É necessário que incentive os programas e projetos da agricultura familiar, pois assim é possível melhorar a qualidade de vida do pequeno produtor.

7.4.2.3 A indústria e/ou agroindústria - a principal atividade dos municípios Lindeiros

No DSC – C, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 36, demonstra que em todos os grupos há membros que acreditam que o “Indústria/agroindústria” é a atividade com maior potencial para a sustentação da região Lindeira no longo prazo. Cabe esclarecer que, pela condição dos depoentes apresentarem mais que uma Idéia Central, é possível que um mesmo entrevistado apareça em todos os DSC’s desta questão.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 36 – Parte III – questão 2: DSC – C

Pode-se observar um equilíbrio no número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo mais representativo o grupo “Pref_Ver” com 30,43% dos depoimentos e os menos representativo os grupos dos “Fun_Pub” e “Pres_Sind” com 21,74% dos depoimentos do DSC – C.

A seguir é apresentado o DSC – C - Indústria/agroindústria:

Pref_Ver_03 - [...] e também fortalecendo as Indústrias [...].

Pref_Ver_04 – Agroindústria [...].

Pref_Ver_05 – [...] Agroindústria [...].

Pres_Sind_03 – [...] a questão do próprio empresariado local, é isso que tem que ser incentivado [...] criação das pequenas agroindústrias que absorvesse a produção do mel, dos produtos que dão uma certa alternativa, que agregam valor [...].

Fun_Pub_07 – [...] fortalecer a indústria, o comércio é consequência da economia forte [...] pode ser explorada a agroindústria para que lá na frente possamos ter um retorno de ICMS, por exemplo, a avicultura na geração do emprego e a renda, isso lá na frente desemboca no comércio.

Pres_Ass_Empr_10 - [...] a indústria, principalmente nosso município está ficando muito forte, a produção alimentícia [...].

Pres_Ass_Empr_01 - Nós temos várias possibilidades [...] com pequenas indústrias e também com indústrias de grande porte, mas agregando todos estes valores teríamos uma condição de renda muito boa e investimentos em indústrias não poluentes também seria extremamente importante [...].

Fun_Pub_02 - Agroindustrialização está no grande momento [...] é o grande futuro [...].

Fun_Pub_05 - [...] a instalação de um parque industrial comum.

Pref_Ver_01 - [...] indústrias de alimentos principalmente a base de carnes, pois a região se destaca na produção de frangos e suínos [...] outras empresas são bem vindas [...].

Pres_Ass_Empr_04 - [...] agregar valor ao produto, em vez de vender o milho a soja em forma de grão, transformá-lo em carne ou biscoito.

Fun_Pub_08 - Atividades que gerem emprego e renda de forma sustentada [...] indústrias.

Pref_Ver_02 - A agroindustrialização [...] com o potencial financeiros que os municípios têm e com a possibilidade de oferecer parcerias com as empresas [...].

Pres_Sind_04 - Contratar alguém com uma visão empresarial para produzir comida e máquina, nós estamos em uma fronteira agrícola [...] uma cidade de Santa Catarina que só produzia frango e porco hoje produzem plantadeiras também [...] formar mão-de-obra [...] carência de pessoas especializadas em informática [...].

Fun_Pub_06 - Nós temos aí investimentos na área de abate de frango, suínos podendo ter investimento na industrialização de soja e do milho que podem gerar divisas para o município [...] contar com a industrialização e não simplesmente enviar um produto *in natura* [...].

Fun_Pub_01 - Investimento em mais emprego, tem que aplicar na geração de indústrias [...] O crescimento da economia nos municípios Lindeiros é aplicar na questão indústria [...].

Pref_Ver_06 - Somente a industrialização, principalmente a agroindústria e a indústria de confecções [...]

Pres_Sind_06 - Industrialização [...] tem que se buscar indústrias [...]

Pres_Sind_01 - Seria a industrialização [...] teria que trazer essas empresas que estão sendo cogitadas, com o frigorífico, também a fábrica de bolachas, depois investir nas pessoas que já estão aqui [...] acho que a geração de emprego no município é importante.

Pres_Ass_Empr_02 - Nós temos que fazer pequenas coisas, mas planejadas, construir 3000 metros, e planejar pra ampliar para 8.000, 10.000 metros. Não adianta a gente sonhar com grandes indústrias, elas não vêm, eles vêm só buscar nosso dinheiro, nós precisamos dessas empresas, só que precisamos de uma divisão desses recursos, metade para as pequenas empresas, aí nós vamos crescer. Não adianta inventar, nós temos que fazer com que nós temos, investimento de acordo com o crescimento regional.

Pres_Ass_Empr_03 – Indústrias de tecnologia [...].

Pres_Sind_02 [...] tem essa questão das indústrias que tá visando fortalecer [...] estará gerando impostos ao município, e vai estar dando emprego [...] hoje um dos nossos maiores problemas é o desemprego, obviamente temos várias pessoas que não têm a formação [...] então, a qualificação das pessoas é importante para reduzir a defasagem.

Pref_Ver_08 - [...] incentivando a pequena e média empresa para que essa economia no longo prazo venha suprir o que a Itaipu repassa aos municípios [...].

Neste DSC, a indústria ou a agroindústria, aparecem como a principal atividade econômica na região lindeira para o longo prazo. Para os depoentes a indústria/agroindústria é uma alternativa de geração de emprego, renda e impostos, que podem compensar a possível falta dos *royalties*. Assim, entendem que as administrações

municipais devem aproveitar seus potenciais financeiros, e estabelecer parcerias com a iniciativa privada.

Para alguns depoentes, devem-se priorizar as iniciativas locais, as pequenas indústrias, principalmente aquelas que agreguem valor à matéria-prima produzida no próprio município. As grandes empresas oferecem riscos para os municípios, devido às grandes inversões feitas na forma de incentivo pelas administrações municipais.

Também está presente nos depoimentos a indústria alimentícia, como uma das principais iniciativas na geração de renda, emprego e tributos para os Lindeiros. Os depoentes acreditam que é o grande momento da agroindustrialização. É notória nos discursos a idéia de agregar valor, pois destacam que os Lindeiros são grandes produtores de suínos, frangos, milho, soja, etc, esse fato deve ser aproveitado, transformando essa matéria-prima num produto acabado ou semi-acabado. Contudo, destacam a importância das indústrias não poluentes.

Para outros depoentes, deve-se expandir a industrialização para além da produção de alimentos, deve-se pensar em produzir máquinas, equipamentos e indústrias tecnológicas, contudo para isso é preciso, paralelamente, qualificar a população para essas atividades.

7.4.3 Planejamento: Agentes Políticos Partidários e Caminhos Alternativos

No conjunto do material analisado das respostas da questão 3, da parte III, chegou-se a 2 categorias, as quais apresentam como resultado o entendimento dos grupos de entrevistados sobre o planejamento de investimento feito pelos agentes políticos partidários ou a possibilidade de um caminho alternativo. Assim ficaram definidas: Primeira, categoria A – “Precisa projeto alternativo com participação sociedade/organizações”, nessa categoria estão os depoimentos que enfatizaram a necessidade de um projeto alternativo com participação da sociedade, das organizações entre outras entidades. Por fim, categoria B – “Precisa projeto alternativo”, os depoentes salientam que é necessário um projeto alternativo, contudo, não precisam como e de que forma deve acontecer.

Se observado quantitativamente, as respostas das entrevistas da questão 3, parte III, a distribuição das 2 categorias definidas ficou expressa conforme Gráfico 37.

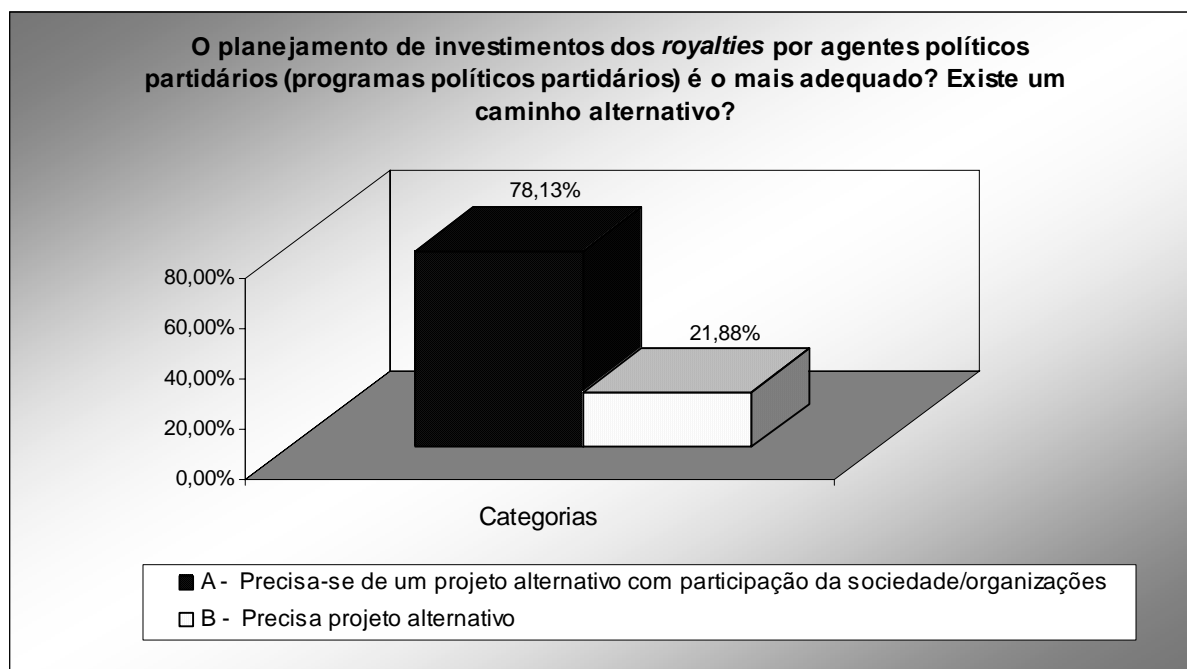


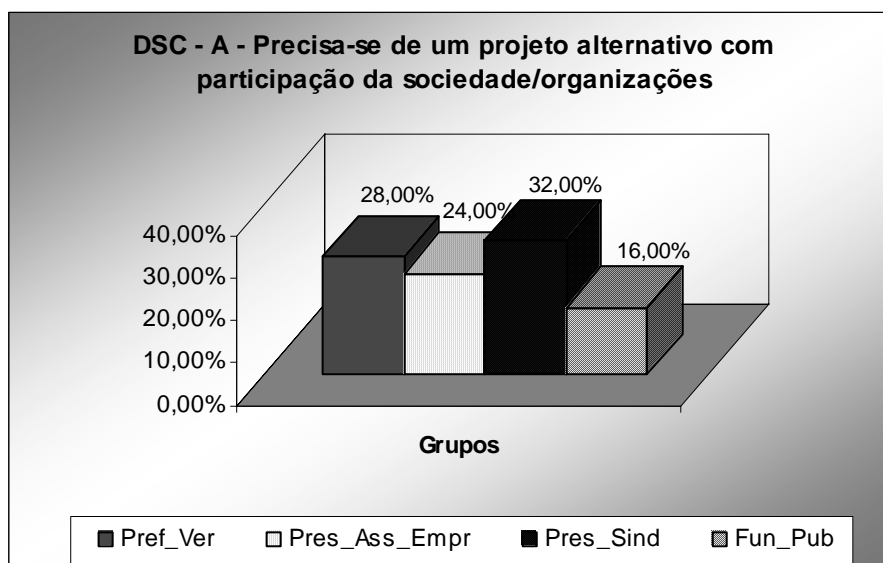
Gráfico 37 – Parte III – Prognóstico para 2023: questão 3

Nesse DSC, questão 3, parte III, 25 (78,13%) dos depoentes expressaram que é necessário um meio de planejamento alternativo nos municípios Lindeiros, que envolva a comunidade nas tomadas de decisões. Outros 7 (21,88%) depoimentos também enfatizam a necessidade de um planejamento alternativo, no entanto, são evasivos quanto às formas de planejamento que podem ser adotados.

Quando observado, tendo como critério os depoimentos favoráveis a um planejamento alternativo, percebe-se que todos os depoentes acreditam que seja necessário um caminho alternativo ao apresentado pelos agentes políticos partidários.

7.4.3.1 Precisa de um projeto com participação da sociedade/organizações

No DSC – A, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 38, demonstra que em todos os grupos há membros que acreditam que “Precisa-se de um projeto alternativo com participação da sociedade/organizações”.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 38 – Parte III – questão 3: DSC – A

Pode-se observar um equilíbrio no número de membros dos grupos, que identificaram esse cenário, sendo mais representativo o grupo “Pres_Sind” com 32% dos depoimentos e o menos representativo o grupo dos “Fun_Pub” com 16% dos depoimentos do DSC – A. Cabe salientar que 100% dos membros do grupo “Pres_Sind” estão no DSC – A, ou seja, acreditam que seja necessário um projeto alternativo com participação da sociedade e/ou organizações.

A seguir é apresentado o DSC – A - Precisa-se de um projeto alternativo com participação da sociedade/organizações:

Pres_Ass_Empr_01 - Evidentemente o projeto político partidário não está a contento porque foi perdido muitos anos. A metade do período dos *royalties* foi aplicado mal o dinheiro, os investimentos são de improviso por isso muitos projeto de indústrias não tiveram resultado não houve um projeto da comunidade projeto com os pés não chão foi um projeto político [...] acreditamos que um projeto alternativo não só é viável como é necessário um projeto com pessoas com pés no chão nos vamos conseguir inclusive não só melhorar a condição econômica do município como de todas as pessoas distribuindo renda e agregando valor para todas as famílias [...].

Pres_Ass_Empr_02 - O correto seria fazer um planejamento único, a fim de evitar brigas e evitar investimentos apenas para um setor. Nós empresários estamos comprometidos com nossa causa, então, os políticos têm que ter comprometimento. O objetivo é estabelecer as prioridades, por exemplo, pra 10 anos. Então falta comprometimento, nós da associação comercial fizemos um pauta mínima de reivindicações, algumas são seguidas outras são ignoradas, porque é apenas um segmento da sociedade.

Então, a partir do momento que todos os segmentos da sociedade se organizarem pra cobrarem, a tendência é mudar a política no nosso município. Pois a coisa pública é de todos, por exemplo, a associação comercial não é minha, tem um monte de associados, só estou coordenando, daqui um tempo eu saio e outro vai coordenar, o município também, está na hora dos administradores pensarem melhor sobre isso.

Fun_Pub_01 - Não é o mais adequado, acho que deve-se fazer uma adaptação entre o planejamento feito através de programas políticos e acho que a sociedade tem que sentar mais com o poder público. O governo tem que ouvir mais a sociedade, têm que partir pra prática mesmo, os dois têm que se dar as mãos. Para isso a sociedade tem que se conscientizar de que precisa traçar caminhos próprios sem que dependa do poder público, e isso é possível. Então não é o mais adequado, mas eu acho que o poder público pode fazer parte assim como a sociedade deve fazer parte também[...].

Fun_Pub_05 - Não consideramos o planejamento baseado em programas políticos partidários o ideal para a microrregião, e sim um planejamento baseado nas necessidades da população e que traga um crescimento econômico sustentável e permanente, ou seja, o plano deve estar embasado pelo Plano Diretor Municipal, que como ferramenta para atingimento deve ser usado o Plano Plurianual (PPA).

Pref_Ver_01 - Criação de um fundo de 25% dos *royalties* para investimento no setor produtivo, ninguém poderia mexer nesse fundo, a não ser em razão da finalidade desse fundo que foi definido pela população. Muitos "coronéis", não têm interesse em fomentar a implantação de empresas, pois vêem isso como uma ameaça ao seu poder.

Pref_Ver_02 - Sem dúvida nenhuma não é o mais adequado, o modo mais adequado é a criação de um conselho de desenvolvimento que seja trabalhado isso em todos os segmentos da sociedade [...] traçar os objetivos que podem ser perseguidos.

Pref_Ver_03 - O programa político de que faço parte é um programa muito bom, mas nunca se pode dizer que não é bom um planejamento alternativo para que possam participar outras pessoas, não só um partido, um lado político, fazer um trabalho em conjunto é muito importante [...] É importante depois da eleição, se dar as mãos e trabalhar todos unidos, e talvez pegar mais alternativas [...] Sociedade organizada no município [...] Esse sempre foi o pensamento meu [...] Trabalhar junto com o povo, continuar fortalecendo os municípios Lindeiros [...].

Pres_Sind_01 - [...] Santa Helena até hoje não tem plano diretor, aqui vou fazer indústrias, aqui vou fazer casa [...] sempre é um pequeno grupo que decide [...] o planejamento partidário não é o mais adequado [...] pois é uma proposta mais eleitoreira do que social.

Pres_Sind_02 - Eu acho que se tivesse uma abertura de ouvir a população eu opinaria diferente em muitas coisas [...] deixam bastante a desejar [...] hoje existe uma política de interesse muito grande, de favorecimento [...] infelizmente isso é claro, em todos os municípios em todos os locais, em todos os setores, mas eu acredito que o município ele está tentando, questão dos nossos políticos, uma falta de preparo por parte deles [...] tem que preparar o município para andar com as próprias pernas [...].

Pref_Ver_04 - Eu entendo que tudo depende da política, mas com certeza se houvesse interesse das instituições organizadas do município, que não pensasse também só na política partidária deles [...] a partir do momento que houver essa integração tanto aos políticos como sociedade organizada [...] realmente seria um caminho correto pra se acertar ou cometer menos erros na aplicação dos recursos [...].

Pref_Ver_05 - [...] eu acredito ainda na questão técnica [...] a sociedade envolvida com as câmaras técnicas [...] eu sempre digo assim, quando você é convocado para discutir algumas idéias e pode colocar suas sugestões [...] você vai ser parceiro, agora, quando vem de “goela abaixo” é mais difícil [...] até você degustar isso [...] e aceitar daquela maneira. Então é importante a participação da sociedade e questão técnica, as associações, grupos de mães, pescadores [...] não vejo outro caminho se não ser o de dialogar e a educação [...].

Pres_Ass_Empr_04 - Existe em caminho alternativo, é a sociedade organizada, justamente para o poder público sentar juntos e planejar isso com visão política e visão empresarial.

Pres_Sind_04 - Eu acho que deveriam consultar a população [...] o político olhar bem na frente [...] não pensar só em fazer sucessor [...] tinha que ter político ousado para pensar em 20 anos [...] sacrificar o agora para que no futuro os jovens possam ter emprego [...] o povo tem que aprender a gostar de política [...] defender os interesses coletivos [...] a população também tem que interessar-se mais [...].

Pres_Sind_03 - [...] Nos projetos políticos, na verdade, têm-se pessoas que não estão preparadas psicologicamente, com conhecimento técnico e científico pra criar um projeto de desenvolvimento [...] os partidos políticos quando se identifica uma falha, não se é corrigido, mas sim cria-se uma desculpa para aquela falha [...] O planejamento deve ser uma coisa pensada de forma apartidária, e os partidos políticos devem pegar esse planejamento como bandeira, aí começaremos a ter um outro cenário [...] eu acho que os partidos políticos ainda não estão preparados para tocar um projeto de desenvolvimento com os recursos dos *royalties* [...] coronelismo, onde os projetos políticos são defendidos pela paixão ao invés da razão [...] deve se fazer um projeto ouvindo a sociedade, entidades, com planejamentos técnicos que demonstrem o caminho a seguir, do qual os partidos políticos, então assumirão essa bandeira de desenvolvimento do município.

Pres_Ass_Empr_05 - Acredito que se for bem estudado, deveria ter um caminho alternativo, porque seria mais proveitoso, mais entidades, mais pessoas pensando [...] acredito que a Itaipu deveria ser mais rigorosa na questão de aplicação dos recursos, de repente os recursos vêm para ser aplicado em certas áreas, e acaba se distorcendo. Pelo o que eu sei os recursos dos *royalties* vêm pra suprir a produção que seria na área alagada [...] os *royalties* deviam ser investido para o bem comum, no setor produtivo, e, às vezes, muitos municípios distorcem esse dinheiro para outro rumo.

Fun_Pub_06 - É uma questão muito complexa, envolve várias opiniões é necessário que o investimentos dos *royalties* deixem um pouco a questão partidária de lado e vejam os benefícios que estes recursos podem trazer para a população como um todo, benefícios que possam gerar um resultado a longo prazo [...] a participação da sociedade só vem a contribuir com informações e opiniões que poderia ser melhor aproveitado [...].

Fun_Pub_08 - Não houve planejamento, hoje exige-se planejamento agora estamos aprendendo a planejar, a necessidade de planejamento é evidente, mas sem a participação popular não vai funcionar [...] com o projeto do plano diretor era uma oportunidade de ouro, ímpar para que cada munícipe vá lá coloque sua idéia de sua opinião, expresse suas vontades, eu te pergunto existe a participação popular? Não, o caso é preocupante [...] é importante a população participar discutir[...].

Pres_Sind_05 - [...] com participação do povo seria mais democrático [...] na minha opinião seria importante a participação da população, hoje em

Missal tem um fundo e foi criado um Conselho, para definir onde será investido esse dinheiro [...].

Pref_Ver_08 - [...] deveria ter decidido em conjunto com a Itaipu onde investir estaria muito mais desenvolvido que hoje [...].

Pref_Ver_09 - Vejo com muitas ressalvas os investimentos feitos, a maioria delas sem muito critério [...] investimentos a partir de planejamento partidário, idealiza um projeto, por exemplo o parque aquático de Itaipulândia, não discutiu, não debateu tecnicamente para ver se era bom era um investimento muito grande [...] as vaidades políticas atrapalham o planejamento [...].

Pres_Ass_Empr_10 - Eu acredito que esse planejamento não deveria partir só dos políticos, deveria ser comunitário, seria algo mais acertado, não que não tenha compromisso, mas é um compromisso muito curto, de 4 anos. O que ganha gasta, gasta até mais que ganha sem muito planejamento, muito imediato, deveria ser um projeto de médio e longo prazo, e ainda estamos trabalhando nisso [...] hoje os políticos estão vendo que não foi aquilo, mas eu não vou condenar só eles acho que a própria sociedade deixou de dizer que queria fazer parte [...].

Pres_Sind_06 - [...] cada munícipe pudesse dar a sua opinião, o seu estilo próprio [...].

Pres_Sind_09 - Trabalhar com a participação do povo, um conselho, para fazer o planejamento para ver onde será investido o dinheiro do município [...] a participação do povo é fundamental [...].

Pres_Sind_10 - Cada município tem um sistema de planejamento [...] pela lei sabe-se em que só pode ser gastos os *royalties* para determinadas coisas [...] o governo municipal deve estar em conjunto com as entidades municipais que ajudarão no planejamento.

Pres_Ass_Empr_12 - Infelizmente não é o mais adequado, começa de um ponto, passa 4 anos, outro começa de novo, não existe uma política de investimento de trabalho de resultados a longo prazo. Se continuar dessa forma, vejo bastante negro o futuro dos Lindeiros [...] resultados de longo prazo tem que ter uma forma através de conselhos, entidades e associações que venham a cobrar essa forma de política. Como está hoje, está bastante complicado, uma vez que os políticos tem muito poder na mão e fazem o que eles querem, a cada 4 anos tem se um grande impacto e o município só tem a perder com isso [...].

Neste DSC, os depoentes enfatizam a inadequação do planejamento dos investimentos públicos municipais pelos programas dos partidos políticos. A participação da comunidade, organizações e outras formas de sociedade organizada são citadas como essenciais para que se consiga desenvolver um projeto de longo prazo para os municípios Lindeiros. Nessa linha de pensamento, o DSC tem algumas idéias predominantes que serão explicitadas no decorrer desta análise.

Para alguns depoentes, os recursos dos *royalties* até o momento foram mal investidos, os projetos são insólitos e mal planejados, as ações desenvolvidas são mais de cunho político do que, realmente, para o benefício social. Deve-se entender que a

administração pública não é propriedade dos gestores públicos, a permanência no poder é restrita a um período de tempo.

A forma como deve ser conduzido o planejamento não é unânime entre os depoentes. No entanto, todos concordam que não pode ser decidida unicamente pelos partidos políticos. Para alguns, deve ter a participação de toda a sociedade organizada do município, para outros, deve-se criar um conselho desenvolvimento que tomará as decisões.

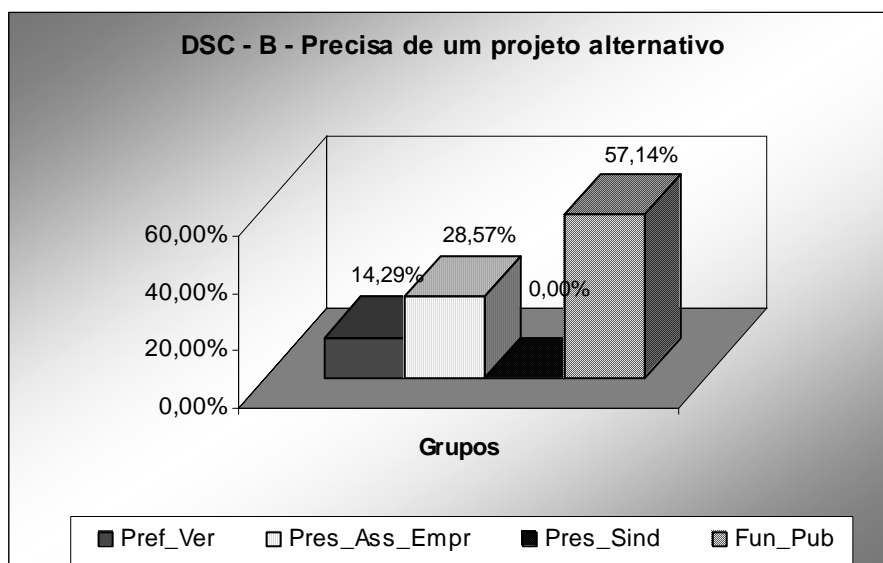
Para os depoentes, a participação social no processo decisório dará maior solidez aos planos e projetos a serem desenvolvidos pelas administrações municipais. Só assim será possível melhorar as condições econômicas do município e da sociedade. Deve-se ampliar o horizonte de planejamento, não é possível planejar para 4 anos, os projetos e objetivos da comunidade não podem ser interrompidos por mudanças oriundas de processos eleitorais.

Outra linha de pensamento dos depoentes trata da necessidade de maior profissionalização nas decisões tanto por parte dos gestores públicos, como dos envolvidos nas decisões de planejamento do município. Assim, juntamente com a população e os técnicos, será possível definir o que realmente se deseja para o futuro do município. Desta forma, os partidos políticos apenas adotariam o que foi previamente decidido e dariam cumprimento.

Outra linha de pensamento dos depoentes trata da necessidade de iniciativa da população para fazer parte do processo das decisões nos municípios. Segundo esses, existe uma apatia na participação da população nos assuntos da administração pública. Assim, torna-se difícil colocar em prática uma administração participativa.

7.4.3.2 Precisa de um projeto alternativo

No DSC – B, a distribuição dos grupos de entrevistados, Gráfico 39, demonstra que nem todos os grupos apresentam membros que acreditam que o “Precisa-se de um projeto alternativo”. Contudo nesse DSC, os depoentes não fazem uma justificativa ou pelo menos não expõem suas idéias sobre como desenvolver esse projeto alternativo.



Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Gráfico 39 – Parte III – questão 3: DSC – B

Pode-se observar que os depoentes, que identificaram esse cenário, sendo o mais representativo o do grupo “Fun_Pub” com 57,14% dos depoimentos e o que não teve nenhum depoente nesse DSC foi o grupo dos “Pres_Sind”.

A seguir é apresentado o DSC – B - Precisa-se de um projeto alternativo:

Pres_Ass_Empr_03 - Então hoje, os políticos deveriam ter uma visão bem diferente, planejar melhor o crescimento a longo prazo.

Fun_Pub_03 - Acredito que não seja o mais adequado, mas sem opinião formada a respeito.

Fun_Pub_04 - Não é nada adequado, o que existe é um planejamento para quatro anos, acabou os quatro anos entra um novo grupo político e pensa vou fazer isso ou aquilo, não existe uma seqüência [...] para os projetos pela metade e começa-se outro [...] este é um dos fatores que os *royalties* foram mal investidos, os projetos deveriam ser de longo prazo.

Fun_Pub_07 - Será que há planejamento? Será que houve planejamento? Eu ousaria até dizer que são poucos os municípios que planejam, o que houve mais foi uma festa em cima disso, acho planejamento mesmo foi pouquíssimo, mas os municípios que não fizeram ainda há tempo de fazer o planejamento dos *royalties*, os prefeitos que gerenciam estes recursos eles tem que fazer um planejamento muito sério agora [...] não se deve pensar em política em sucessão e sim em planejamento para que nossos municípios possam respirar lá na frente [...]

Pref_Ver_06 - Se hoje você ver, ouvir, ler os administradores de todos os municípios Lindeiros estão usando os *royalties* para suprir as necessidades criadas pelas administrações passadas [...] se preocuparam apenas em construir não se preocuparam em planejar que essas construções teriam que ser mantidas, então hoje o planejamento da aplicação dos *royalties* tem que ser totalmente replanejado.

Pres_Ass_Empr_08 - Olha eu não sei o que prevê a lei dos *royalties*, pelo que eu sei devem ser aplicados em investimentos e no desenvolvimento do município [...] deviam ser utilizado num planejamento estratégico [...].

Fun_Pub_02 - Essa questão depende de cada político, tem que estar focado em uma realidade local [...] Tem que ver se existe ou não um caminho alternativo, porque cada município tem uma realidade diferente da outra, uns recebem *royalties* a mais e ou outros a menos, cada caso é um caso.

Neste DSC, os depoentes são enfáticos quanto à necessidade de um método alternativo para planejar os investimentos. No entanto, em momento alguns sugerem como deveriam proceder para alcançar tal objetivo. As repostas limitam-se a dizer que o planejamento deveria ser de longo prazo ou que não houve planejamento.

Alguns depoentes não são precisos em responder claramente ao propósito da pergunta. Portanto, apenas pode-se deduzir que existe uma insatisfação da maneira que está ocorrendo a administração dos recursos dos *royalties* e que precisa ser melhorado.

7.4.4 Prognóstico para 2023

As ações a serem tomadas agora para preparar a economia Lindeira para uma possível interrupção nas transferências de *royalties*, em 2023, foram expressas em três Discursos Coletivos diferentes, mas não contraditórios.

No primeiro, a construção de um cenário com uma economia sólida e auto-sustentável para 2023 depende das ações feitas agora no setor produtivo. Assim será possível absorver a mão-de-obra e aumentar a arrecadação municipal, compensando a lacuna deixada pela possível interrupção nas transferências de *royalties*. Para tanto, algumas condições devem ser observadas: a priori, conscientizar a população e os governos municipais sobre o papel dos *royalties*; participação da população no planejamento e nas decisões municipais; investir em educação e capacitação; os investimentos devem priorizar as iniciativas locais e as empresas que gerem mais emprego; o setor produtivo é basicamente agronegócio, o turismo e a industrialização, com predominância da agroindustrialização.

Nesse caso, quando se trata de investir no setor produtivo, as discussões não se restringem aos desembolsos financeiros, ou mesmo nem questionam se foi muito ou se foi pouco. As ressalvas feitas, quanto aos investimentos no setor produtivo, tocam variáveis que,

normalmente, não são contempladas nos planos e avaliações de risco dos negócios. As variáveis não-econômicas como, por exemplo, a necessidade de conscientização da população e do governo e a participação da população no planejamento tratam-se de mudanças de valores e da forma de pensar, para alcançar o objetivo de que os investimentos financeiros sejam aplicados com mais racionalidade e surtam o efeito esperado no setor produtivo. Essas mudanças, segundo Veblen (1988), tendem a acontecer a partir de novas circunstâncias, uma vez que é da natureza das instituições responderem a estímulos que essas circunstâncias variáveis lhe conferem. Ou seja, as mudanças de conceito da população e das administrações sobre a finalidade dos investimentos dos *royalties* dependem de ser estimuladas e da capacidade da sociedade de se flexibilizar, de modo à envigorar um novo ponto de vista.

Mesmo sendo apontados indícios sólidos dos pontos de estrangulamento do processo econômico dos Lindeiros, em que sensivelmente os depoentes incluem variáveis comportamentais, uma dúvida permanece: sendo esses parte de um grupo seletivo dos líderes dos municípios Lindeiros e conscientes das ações determinantes para o processo de desenvolvimento, porque essas concepções não são efetivamente colocadas em prática? Talvez seja possível entender ou responder essa situação pelos argumentos de Veblen (1988), que considera que os valores institucionalizados são os resultados de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevaletentes, ou dominantes, de atitudes ou aptidões. As instituições em vigor favorecerão a sobrevivência e o domínio de um tipo de caráter e postura de preferência. Contudo, não se pode dizer que essa situação seja perene, pois Veblen (1988) salienta que as instituições são mutáveis, para isso demandam de novas circunstâncias para que novas práticas administrativas substituam as antiquadas. Depende da ação coletiva da população para que novas formas administrativas se consolidem e se institucionalizem no seio da sociedade, as quais devem privilegiar a inclusão social.

No segundo DSC, os depoentes apontam o planejamento e o controle dos gastos públicos como a principal ação a ser tomada agora para que, em 2023, os municípios tenham amenizado o impacto de um corte nas transferências de *royalties*. Os depoentes justificam que os investimentos feitos não contribuíram com o desenvolvimento do município. Algumas ações são sugeridas: planejamento com participação da sociedade, empresários e poder público; os investimentos não devem ter fim eleitoreiro; reduzir a estrutura pública; reduzir gradativamente a transferência de recursos para a iniciativa privada; e rever a composição tributária dos municípios.

Percebe-se pelos depoimentos que a população não cumpriu seu papel de participar efetivamente das decisões municipais, ou seja, fazer parte do planejamento e fiscalizar as aplicações dos recursos financeiros. A não participação da população nas decisões públicas é resultado de duas situações principais: Na primeira, a fatia da população em condições intelectuais, econômicas e sociais desfavorecida e marginalizada pela classe rica dominante, é dissimuladamente oprimida, criando um ambiente desconfortável para críticas à administração pública. Na segunda situação, a parcela da população que participa não tem interesse em mudanças no sistema administrativo, pois desfrutam de oportunidades assimétricas, as quais afetam negativamente o interesse público e os benefícios sociais coletivos. Assim podemos nos amparar nos argumentos de Veblen (1988): a pressão exercida pelo ambiente sobre o grupo, favorecendo o reajustamento do esquema de vida, colide com os membros do grupo, na forma de exigências pecuniárias. É devido ao fato das forças externas serem em grande parte reduzidas à forma de exigências pecuniárias ou econômicas, que nos é lícito dizer que as forças que contam na direção de um reajustamento das instituições em qualquer moderna comunidade industrial são, principalmente forças econômicas, e se observadas mais especificamente, essas forças assumem forma de pressão pecuniária.

O entendimento dos depoentes de que não houve avanços no desenvolvimento dos municípios encontra sustentação no trabalho de Iwake (2004), que aponta para 2003 um índice médio de famílias pobres superior a 20% nos municípios Lindeiros, apesar do aporte de recursos para esses municípios ser bastante significativo. Com base no índice de Gini, nos anos de 1991 e 2000, foi possível identificar que oito municípios tiveram um aumento no grau de desigualdade, três tiveram o mesmo índice e apenas quatro observou-se redução no grau de desigualdade. O grau de desigualdade na distribuição de renda, de 1991 para 2000 piorou para nove municípios, ou seja, a renda apropriada pelos 20% mais ricos aumentou nesse período. Somente seis municípios apresentaram aumento na parte apropriada pelos 80% mais pobres. Cabe destacar que em 1991 iniciou-se a transferência de *royalties* para os municípios.

Neste DSC, trata-se dos ajustes necessários dos governos municipais no planejamento e aplicação de recursos e a participação da sociedade nesse processo, para que se melhorem os resultados. Assim, parece válido recorrer aos argumentos de Galbraith (1988), que não se deve incorrer no erro de supor que a decisão de grupo seja importante somente em casos evidentes como tecnologia nuclear ou mecânica espacial. Ações governamentais, como essas sugeridas pelos depoentes neste DSC, não deixam de exigir participação de técnicos,

administradores, representantes da sociedade organizada etc., de modo a suprimir as lacunas que ficariam se a decisão fosse tomada individualmente.

No terceiro, os depoentes entendem que os *royalties* não devem deixar de ser repassados aos municípios. Portanto, a principal ação a ser tomada é encontrar meios ou mecanismos para manter as transferências de *royalties*. Justificam que enquanto tiver produzindo energia devem continuar recebendo *royalties*. Acreditam que os políticos vão buscar e conseguir essa solução.

Os depoentes até mesmo se recusam a cogitar ações inovadoras para o fortalecimento da economia Lindeira no longo prazo. O foco nos recursos de *royalties* é tão sobressalente que o mesmo cristalizou-se na mente dos atores sociais, como insubstituíveis a ponto de não se propor uma ação alternativa. Dessa forma, fica claro uma recusa imediata da possibilidade de estancar a transferência de *royalties* aos municípios.

Na questão que trata das atividades que podem fortalecer a economia no longo prazo, são três as atividades que recebem essa incumbência. A primeira é o turismo. Para os depoentes o turismo tem potencial de gerar emprego e renda, aproveitando as belezas da natureza. Para atingir esse objetivo, acreditam que precisam de parcerias com os demais municípios Lindeiros; da participação da população e do poder público no desenvolvimento de planos; e de investimentos em educação. Os depoentes acreditam no potencial do Lago de Itaipu como atrativo turístico no longo prazo. Contudo, o que existe de consciência e de infraestrutura para o turismo nos Lindeiros ainda é incipiente, exceto Foz do Iguaçu que é um grande atrativo turístico. Os turistas que visitam Foz do Iguaçu têm atrativos como a Usina de Itaipu Binacional, as Cataratas do Iguaçu, o turismo de compras no Paraguai e Argentina, enquanto nos demais Lindeiros não se consolidou uma atração turística que tenha condições de atrair turistas do Brasil todo, muito menos o turista internacional. A atração turística dos Lindeiros está restrita à exploração de praias artificiais, as quais não têm o potencial para se consolidar como atividade econômica representativa da economia Lindeira, nas atuais condições de exploração.

A segunda atividade destacada foi a agricultura e/ou agronegócio, sendo considerada como a atividade que no futuro vai continuar dando sustentação à economia dos municípios Lindeiros. Os depoentes apontam que a característica agrícola deve ser mantida. Contudo destacam que é necessário uso de novas tecnologias, diversificação da cesta produtiva e desenvolvimento de projetos para a agricultura familiar. Nos Lindeiros, o agronegócio é a principal atividade econômica, na qual as pequenas propriedades e a

diversificação produtiva dão maior dinamismo ao setor agrícola. Os sistemas agroindustriais estão agregando valor aos produtos agrícolas produzidos localmente e desta forma possibilitando ao setor primário aumentar o *mix* da carteira de produtos e assim reduzir os riscos do investimento numa única atividade.

A terceira atividade e com maior destaque no número de depoimentos é a indústria e/ou agroindústria, que recebe a responsabilidade de no longo prazo fortalecer a economia dos municípios Lindeiros, gerando emprego, renda e impostos, compensando uma possível interrupção no repasse de *royalties*. Para tanto, destacam algumas providências: fortalecer as parcerias entre o público e privado; priorizar iniciativas locais; apoiar pequenas indústrias que agreguem valor à matéria-prima local e valorizem as empresas não poluentes; os incentivos a grandes empreendimentos são mais arriscados; aproveitar os potenciais da indústria alimentícia; para outros, deve-se investir na indústria tecnológica, máquinas e equipamentos; e qualificar a população para essas atividades.

As respostas dessa questão colocam a situação pela qual é possível desencadear um processo produtivo frutífero para a economia dos Lindeiros. Os depoentes atribuem às atividades com maior potencial ou melhores condições instaladas a incumbência de promover uma causação com efeitos positivos, ou seja, a atividade produtiva devidamente incentivada pode desencadear um processo circular e acumulativo de prosperidade. Por exemplo, investimentos públicos na industrialização podem fortalecer as empresas dessa área, que por sua vez vão faturar mais, e vão demandar mais mão-de-obra, essa mão-de-obra empregada vai ter renda, que será gasta em outras empresas, e assim consecutivamente. Faz-se necessário ressaltar que a atividade capaz de desencadear efeitos positivos sobre a economia, mesmo devidamente incentivada financeiramente, dependerá de inúmeras outras variáveis, inclusive das não-econômicas. Contudo forças exógenas podem interromper esse espiral, por exemplo, um corte repentino de grande volume de incentivos públicos as empresas. No entanto, é necessário que alternativas produtivas impactem na economia Lindeira de forma a tornar os recursos dos *royalties* menos representativos no total do resultado econômico dos Lindeiros.

A questão que trata do planejamento de investimentos por agentes políticos partidários e a possibilidade de novas alternativas de planejamento gerou dois Discursos do Sujeito Coletivo. No primeiro, os depoentes acreditam que é necessário um projeto alternativo ao realizado pelos partidos políticos, com participação da sociedade e das organizações, assim acreditam que será possível desenvolver projetos de longo prazo. Até então, acreditam que os

royalties foram mal investidos, principalmente em dispêndios de cunho político. Para mudar esse quadro, propõem alguns caminhos: efetivar a participação da população nas decisões; ampliar o horizonte de planejamento para além dos quatro anos de mandato; maior profissionalização dos envolvidos nos processos decisórios; os partidos políticos apenas devem adotar e executar aquilo que foi decidido pela comunidade.

Os depoentes tocam em pontos essenciais para o processo de desenvolvimento. No entanto, fica uma dúvida: sendo eles os protagonistas das decisões administrativas, por que não se observa essas práticas nas administrações municipais? Será que é devido ao grau de dificuldade de coalizão nessa direção? Ou será que os depoimentos nesse sentido são demagógicos, apenas tentando responder o que seria mais plausível e racional para uma administração? Responder a essas indagações não é uma tarefa simples, mas partindo das idéias de Myrdal conclui-se que os indivíduos numa sociedade capitalista não estão dispostos a abrir mão de benefícios particulares para ganhos sociais. Conforme salienta Myrdal (1977), apesar da grande unanimidade quanto à necessidade de se melhorar a qualidade de vida, nenhum grupo está preparado para abdicar da busca pela expansão do próprio consumo para atingir tal objetivo. Todos estão envolvidos em uma feroz competição e em uma luta por compensações que tornam o espaço para a qualidade da vida cada vez mais restrito.

No segundo, os depoentes também são favoráveis a um caminho alternativo, ao planejamento político partidário, contudo não são precisos em apontar de que forma deva ocorrer. Apenas salientam que deve ser a longo prazo e que existe alguma insatisfação quanto à administração dos recursos dos *royalties*. Os depoentes apesar de reconhecerem a necessidade de uma alternativa para o processo de planejamento, não se posicionam ou não indicam como deve acontecer esse planejamento. Mesmo os depoentes que no decorrer da entrevista apontaram para a necessidade de uma maior participação da população e de um maior profissionalismo dos administradores municipais não são capazes de sugerir alternativas de planejamento que de alguma forma venha a ameaçar a composição do poder de um grupo estabelecido. Os depoentes mesmo reconhecendo a necessidade de mudanças no sistema de planejamento sentem-se tentados a não abrir mão das vantagens particulares obtidas pelo atual sistema de gestão, em que a sociedade participa precariamente das decisões ou nem participa, ou a mesma é envolvida numa expectativa de participar de vantagens particulares, assim como um pequeno grupo o faz. Dessa forma, se mantém o sistema

tradicional de administração pública onde os partidos políticos simulam que planejam para uma sociedade hipócrita que atesta.

Na seção seguinte está representada a proposta da pesquisa, constituída das questões que nortearam as entrevistas, dos discursos apresentados em forma de DSC e dos resultados das análises dos DSC's, os quais foram confrontados especialmente com o pensamento econômico institucional e feitas as devidas ressalvas críticas a respeito dos resultados obtidos.

8 QUADROS ANALÍTICOS DA PESQUISA

QUESTÃO	TEORIA	DSC	RESULTADO	PARECER
Avaliação do desenvolvimento econômico dos municípios Lindeiros.	<p>Veblen (1988): a evolução da estrutura social é um processo de seleção natural das instituições.</p> <p>Veblen (1988): as instituições em vigor favorecerão a sobrevivência e o domínio de um tipo de caráter e postura de preferência para continuar e elaborar as instituições herdadas do passado à sua própria semelhança.</p> <p>Veblen (1988): as instituições tendem a mudar a partir de novas circunstâncias, uma vez que é de natureza de seu método habitual responder aos estímulos que essas circunstâncias variáveis lhes proporcionam. O desenvolvimento dessas instituições é o próprio desenvolvimento da sociedade.</p> <p>Segundo Myrdal (1977), nos países desenvolvidos, as reformas eram discutidas somente em termos de se alcançar uma maior justiça social. No entanto, compreendeu-se que as reformas, em vez de serem onerosas para a sociedade, estavam criando a base de um crescimento econômico mais rápido e constante.</p> <p>O desenvolvimento não pode ser creditado exclusivamente às reformas sociais, como salienta Myrdal (1977), contudo, o notável progresso econômico implica em uma confirmação da nova teoria de que as reformas sociais foram produtivas, e de qualquer forma, não atrasaram o crescimento econômico.</p> <p>Segundo Barquero (2002), uma política econômica local está associada a uma abordagem de baixo para cima da política de desenvolvimento, a qual atribui aos atores locais o papel central em sua definição, execução e controle.</p>	<p>A – Desenvolvimento / crescimento lento, aquém e falso;</p> <p>B – Desenvolvimento / crescimento muito bom;</p> <p>C – Desenvolvimento / crescimento positivo, mas poderia ser melhor;</p> <p>D – Desenvolvimento / crescimento positivo por força dos <i>royalties</i>.</p>	<p>- Crescimento econômico dos Lindeiros é ilusório porque está construído sobre uma base que não é sólida, ou seja, sobre os recursos públicos;</p> <p>- Ênfase nas respostas sobre a importância e participação dos <i>royalties</i>;</p> <p>- Em virtude do volume de recursos dos <i>royalties</i>, os municípios poderiam ter evoluído ainda mais;</p> <p>- Falta de envolvimento da comunidade nos planos e projetos municipais;</p> <p>- Falta de cooperação dos municípios no desenvolvimento de projetos regionais;</p> <p>- Baixa capacitação dos gestores públicos;</p> <p>- Falta de planejamento; e</p> <p>- Desatenção à base produtiva por causa dos <i>royalties</i>.</p>	<p>Os depoentes não contemplam ao propósito original da questão que trata de desenvolvimento. Nem mesmo são sensíveis à definição de desenvolvimento, nas respostas aparece como se fosse sinônimo de crescimento.</p> <p>Apesar dos depoentes indicarem algumas das limitações socioeconômicas, são alheios ou evasivos aos reais motivos pelo qual, mesmo com um grande volume de recursos de <i>royalties</i>, não são percebidos melhores indicadores sociais.</p> <p>Os depoentes não indicam, nem mesmo fazem referência ou nem mesmo compreendem que o problema do desenvolvimento necessita de uma mudança nas instituições em vigor, as quais têm cristalizado uma consciência demasiadamente dependente do setor público e uma postura de política administrativa de privilégios particulares em detrimento aos interesses sociais. Em suma, o desenvolvimento deve ser compreendido como fruto da mudança institucional, ou seja, dos meios e métodos administrativos, dos valores e hábitos sociais que deliberadamente ou não, deverão privilegiar as ações que de algum modo estabeleçam melhoria na qualidade de vida da sociedade como um todo. Assim, será possível estabelecer um processo circular e acumulativo de efeitos positivos.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Quadro 1 - Parte I: Diagnóstico econômico – questão 1

QUESTÃO	TEORIA	DSC	RESULTADO	PARECER
O papel do poder público municipal no crescimento econômico dos Lindeiros.	<p>Galbraith (1988): a valorização da Tecnoestrutura, definida por ele como a união do conhecimento especializado e de experiências na tomada de decisão em grupo.</p> <p>Myrdal (1977): as medidas políticas necessárias para engendrar o desenvolvimento, além dos investimentos físicos, que implicam em alterações mais permanentes na organização social ou nas estruturas institucionais e de atitudes, têm, em última instância, uma relação incidental com os custos e rendimentos em termos financeiros. Assim, abriram-se as portas para a especulação a respeito de outros fatores que influenciam no desenvolvimento como: educação, saúde, pesquisa, tecnologia, organização, gerência, administração entre outros. No entanto, o interesse principal recaiu sobre a educação, ou melhor, o investimento no homem.</p> <p>Myrdal (1970) define o que ele chama <i>soft state</i> (estado fraco) como uma falta geral de disciplina social nos países subdesenvolvidos, que se evidencia pelas deficiências em sua legislação e na observação da lei ou falta de obediência a regras e normas expedidas a oficiais do serviço público nos vários níveis. Implícito ao conceito de <i>soft state</i>, está incluída a corrupção que parece ser crescente nos países subdesenvolvidos. Para ele, sem que se promova um aumento na disciplina social, o desenvolvimento encontrará grandes dificuldades e será retardado nessas regiões.</p> <p>Amaral Filho (2001): no desenvolvimento regional, apresentam-se novas interpretações para as funções do Estado, tendo-se em vista sua segmentação e também as parcerias estabelecidas com a sociedade civil. Um dos elementos centrais da nova economia regional consiste nas ações coletivas, e essas só se desenvolvem com eficiência se forem institucionalizadas.</p>	<p>A - Fomentar a economia com participação da população;</p> <p>B - Unir os municípios Lindeiros;</p> <p>C - Fomentar a economia;</p> <p>D - Fomentar a economia com profissionalismo;</p> <p>E - Planejamento e gestão.</p>	<p>Os depoentes consideram fundamental a participação do poder público como fomentador ou financiador do setor produtivo, ou seja, responsável direto pela implementação da estrutura produtiva dos municípios.</p> <p>Para quase 60% dos depoentes o poder público municipal tem a responsabilidade de fomentador da economia. Contudo, observa-se que esse fomento deve ser complementado por ações de caráter não-econômico, como a participação popular e a profissionalização das administrações públicas.</p>	<p>Os depoentes até mesmo ensaiam um apontamento de algumas condições essenciais para a eficiência na administração pública. No entanto, limitam-se a incentivar ações como participação popular e a profissionalização da administração pública, contudo sem explorar a fundo o caráter essencial dessas ações, o que acaba por parecer apenas um discurso politizado, porém irreal e sem aplicação prática, pois esses depoimentos são de indivíduos detentores de uma posição social e administrava com efetivas condições de iniciar a implementação de tais ações. Os depoentes são incisivos quanto à participação do poder público na economia municipal. No entanto, pelo fato de considerarem a administração pública pouco participativa e amadora, fica evidente que o fomento à economia apontado pelos depoentes tem caráter puramente financeiro, ou seja, a injeção de recursos na iniciativa privada. Mas, acreditar que o desenvolvimento é fruto prioritariamente de recursos financeiros é pormenorizar a organização social e seus valores institucionalizados. No entanto, é perceptível nos depoimentos uma demanda pelo apoio direto do poder público ao setor produtivo, contudo não é tratado pelos depoentes nenhum plano ou projeto de como conduzir esse processo de fomento ao setor produtivo. Assim, percebe-se uma desarticulação das idéias da sociedade com as políticas governamentais. A necessidade da coalizão do poder público, sociedade, ambiente institucional, ambiente organizacional, não é percebido pelos depoentes, fato que indica grande fragilidade na condição desses como líderes sociais.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Quadro 2 - Parte I: Diagnóstico econômico – questão 2

QUESTÃO	TEORIA	DSC	RESULTADO	PARECER
As atividades que mais contribuíram para a economia dos Lindeiros a partir do alagamento.	<p>De acordo com Myrdal (1977), apenas nos países mais adiantados, enquanto estados do bem-estar, que se compreendeu que as reformas, em vez de serem onerosas para a sociedade, estavam criando a base de um crescimento econômico mais rápido e constante.</p> <p>De acordo com Myrdal (1977), os fatores não-econômicos são crucialmente importantes para o estudo dos problemas do desenvolvimento, particularmente nos países subdesenvolvidos tais como: a estrutura social, as forças políticas, as atitudes e as instituições e também as conseqüências dos níveis de vida muito baixos sobre a produtividade.</p> <p>Mitchell (1988): a Teoria dos Ciclos Econômicos é a descrição do processo de mudanças acumulativas, no qual uma reativação das atividades desdobra-se em uma intensa prosperidade, a qual engendra uma crise que por sua vez se transforma em depressão e essa após se tornar mais intensa por algum tempo, conduz finalmente a uma reativação das atividades, como a que iniciou o ciclo.</p>	<p>A - Especialmente a agricultura;</p> <p>B - Especialmente o turismo;</p> <p>C – A industrialização / agroindustrialização</p> <p>D - Os “royalties”</p>	<p>- A agricultura</p> <p>- A indústria</p> <p>- O turismo</p> <p>- Os royalties</p>	<p>Os depoentes centram nos recursos financeiros as justificativas pelos resultados da atividade econômica. Os <i>royalties</i> são credenciados como indispensáveis ou imprescindíveis para o desenvolvimento, ou seja, acredita-se que esses recursos têm a capacidade de alavancar e criar condições favoráveis de modo a ativar a economia num espiral de prosperidade.</p> <p>A perspectiva de crescimento econômico, na visão dos depoentes, é míope, ou seja, não é capaz de agregar outros fatores no fortalecimento das atividades econômicas, que não seja o puramente financeiro. Não é possível identificar nos depoimentos uma confiança autônoma nas atividades produtivas, ou seja, não raramente, quando citadas são acompanhadas do adjetivo <i>royalties</i>. Assim, fica evidente que o volume de recursos financeiro dos <i>royalties</i> “cega” a sociedade que passa a institucionalizar os <i>royalties</i> até mesmo como atividade econômica.</p> <p>O problema estrutural da defasagem da distribuição da renda não é nem mesmo citado pelos depoentes. Reformas sociais devem ser vistas como investimentos, ou seja, a fecundação do desenvolvimento inicia-se a partir da justiça social, para a qual a sociedade deve ter principalmente mais educação e melhor distribuição da renda. Assim terá bases para consolidar o processo de crescimento com desenvolvimento.</p> <p>Os depoentes não exploram, efetivamente, os efeitos circulares e acumulativos do setor produtivo sobre si próprio e sobre a sociedade. No entanto, os <i>royalties</i> são credenciados como o reativador econômico. Porém, dada a volatilidade destes recursos em função das oscilações cambiais e de uma possível interrupção nas transferências, poderá engendrar uma crise nos sistema que tende a se aprofundar sobre a economia da região.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Quadro 3 - Parte I: Diagnóstico econômico – questão 3

QUESTÃO	TEORIA	DSC	RESULTADO	PARECER
O Crescimento econômico da região Lindeira e a dependência dos <i>royalties</i> .	<p>Causação Circular e Acumulativa de Myrdal (1972). Parte-se do pressuposto que as perdas de receitas municipais tendem a promover um desequilíbrio, pois desencadeia uma posição de austeridade administrativa, com redução de serviços e compras públicas e com a demissão de funcionários. Assim, afeta a iniciativa privada, que também promove cortes e demissões, ou seja, o processo de causação é circular e repete-se com mais intensidade, o que lhe confere os efeitos acumulativos.</p> <p>Conforme Veblen (1988), é possível notar que as instituições em vigor tendem a ser coercitivas para que se mantenha o <i>status quo</i>, de um tipo de postura ou cenário de preferência. Pois para determinados grupos ou classes, mudanças na forma de administrar ou gerir podem comprometer ganhos pecuniários futuros. Veblen (1988) define esse grupo de classe ociosa, ou seja, classe que não tem interesse de produzir, apenas interesses de exploração, no qual o processo econômico é apenas uma relação pecuniária, menosprezando as condições de produção.</p> <p>No entanto, Veblen (1988) enfatiza que as instituições prevaletentes estão num contínuo processo adaptativo, ou seja, essas instituições não são imutáveis. Contudo, para que o processo adaptativo ganhe força, necessita de novas circunstâncias que vão funcionar como uma força motriz, para desenvolvimento dessas instituições, que nas palavras de Veblen, é o próprio</p>	<p>A - Os municípios Lindeiros são dependentes dos <i>royalties</i></p> <p>B - Os municípios Lindeiros não são dependentes dos <i>royalties</i></p>	<p>No primeiro DSC, os depoentes acreditam que a economia dos municípios Lindeiros é dependente de <i>royalties</i>, os quais apontam alguns indícios para tal: a má gestão dos recursos cristaliza a dependência dos <i>royalties</i>; exaustão dos recursos em obras e serviços que, conseqüentemente, aumentam as despesas de manutenção; a demanda pública por mão-de-obra é instável; precondição de auxílio de recursos públicos no desenvolvimento de qualquer atividade; e atribuição aos <i>royalties</i> dos méritos pelos avanços da iniciativa privada.</p> <p>No segundo DSC, os depoentes acreditam que os <i>royalties</i> drenam os estímulos criativos e de ousadia dos empresários. Para tanto apontam algumas características e posturas desse ambiente: apenas um pequeno grupo é dependente; os bons resultados da economia são de responsabilidade de ações bem planejadas; quem realmente depende são as</p>	<p>Apesar de indicarem fatores como a má gestão como empecilho para dar condições ao desenvolvimento da região Lindeira, não compreendem claramente a origem ou as raízes do problema. Os depoentes não se atentam ao fato de que a gestão pública é resultado da escolha ou seleção de representantes oriundos do seio da sociedade, ou seja, os gestores públicos são genuínos cidadãos do município. Não existe uma concepção clara de política de desenvolvimento nos discursos. Os depoentes não identificam a necessidade da mudança estrutural, ou seja, necessidade de atacar os valores sociais, de despertar uma consciência coletiva em contraposição aos interesses individuais. A classe mais rica e orquestrada, deliberadamente ou não, articula-se para se manter no poder, pois não está preparada para renunciar a ganhos pecuniários advindo do setor público municipal. Essa posição da classe mais abastada acaba por contaminar a posição da classe mais pobre, que acredita ser possível obter individualmente ganhos pecuniários indiscriminados ou pelo menos sem a necessidade de contrapartida produtiva. Em suma, os valores da sociedade são contaminados pelas oportunidades oferecidas pela classe dominante de efetuar ganhos pecuniários diretamente do setor público, os quais, invariavelmente se concretizam apenas para pequeno grupo, no entanto, são eficazes para a manutenção do <i>status quo</i> do poder. Apenas uma pequena parcela da sociedade, correspondente à classe mais rica, é que se beneficia das vantagens do domínio do poder público. Em última instância, e raramente de maneira consciente, os menos favorecidos apontam fatos como a má gestão, a falta de profissionalismo e os indícios da corrupção efetivamente, pois almeja ser ociosa.</p> <p>As deficiências administrativas são tão patentes que há até mesmo o contra-senso de que menos recursos é uma situação mais desejada do que mais recursos disponíveis para a administração pública. A incapacidade de identificar de maneira clara as causas das deficiências administrativas e os possíveis caminhos mais eficazes da administração pública levam os depoentes a concluir que o grande volume de transferência dos recursos de <i>royalties</i> são maléficos à economia Lindeira. As dificuldades de gerir esses recursos levam os depoentes a crer num efeito adverso sobre os estímulos criativos e empreendedores na iniciativa privada. Contudo, não é possível aceitar que o problema do desinteresse pela produção em</p>

desenvolvimento da sociedade. Segundo Myrdal (1977) a população mais pobre que compõem as grandes massas, nos países subdesenvolvidos, geralmente não são suficientemente bem informadas para ter consciência de seus interesses. Conseqüentemente, não estão organizadas para defender-se de forma efetiva.		administrações municipais; os municípios têm um grande potencial agrícola; e a percepção de dependência de <i>royalties</i> parte do comportamento oportunista.	relação aos ganhos pecuniários ou não-industrial é em razão do volume de recursos, ou seja, o epicentro das anomalias administrativas não pode ser atribuído aos recursos financeiros de forma autônoma. Em suma, os problemas da administração pública não aparecem pelo excesso de recursos, mas pelos valores, pelos hábitos e pelas concepções da sociedade em relação ao papel e as obrigações da gestão pública no processo de desenvolvimento. O real poder de mudança na administração pública demanda mudanças nessas instituições sociais prevaletentes.
--	--	---	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Quadro 4 - Parte II: Importância dos *Royalties* na Economia Lindeira – questão 1

QUESTÃO	TEORIA	DSC	RESULTADO	PARECER
Um corte no repasse dos <i>royalties</i> e ajustes no setor produtivo.	De acordo com Myrdal (1977), o crescimento econômico em alguns países ocidentais desenvolvidos revelou que apenas em parte esse índice poderia ser explicado pelo volume de investimentos em termos de capital físico. O resíduo não explicado é consideravelmente maior do que a parcela de crescimento econômico que pode ser explicada através do investimento de capital. Esta importante descoberta destruiu a fundamentação do modelo apenas em termos de investimentos físicos. Assim, abriu as portas para a especulação a respeito de outros fatores que influenciam no desenvolvimento como: educação, saúde, pesquisa, tecnologia, organização, gerência, administração entre outros. Barquero (2002): o desenvolvimento de uma economia é sempre promovido por seus atores sociais, detentores de uma cultura, formas e mecanismos próprios de organização. A sociedade encoraja o surgimento de formas específicas de organização e instituições que lhe são	A - O setor público sofreria muito com um corte dos <i>royalties</i> . B - Seriam necessários ajustes nos setores público e produtivo. C - A economia dos Lindeiros não sofreria.	No primeiro DSC, os depoentes entendem que o setor público seria o maior prejudicado por um corte no repasse dos <i>royalties</i> , mas não o setor produtivo. Essa tese tem como argumentos principais os seguintes pontos: crescimento excessivo da estrutura pública, conseqüentemente, alto custo de manutenção; dificuldades para desenvolver novos projetos; benefícios oferecidos pelo setor público teriam que ser cortados; os municípios que recebem mais <i>royalties</i> sofrerão os maiores impactos; falta profissionalização dos políticos. No segundo DSC, os depoentes apontam que um corte na transferência de <i>royalties</i> exigiria ajustes nas administrações públicas e no setor produtivo. As empresas	Os depoentes têm uma visão limitada do impacto de um corte nas transferências de <i>royalties</i> . A priori, vislumbram apenas efeitos de caráter de restrição de recursos, ou seja, apenas redução de benefícios oferecidos à sociedade em condições aquém das que vinham sendo oferecidas. Não é perceptível nos depoimentos a essência do problema da administração dos recursos públicos municipais, que é a necessidade de mudança dos valores sociais e administrativos. A administração pública deve ser representada pelos interesses coletivos da sociedade, em supremacia a outras intenções, ou seja, as instituições econômicas locais não podem ser consolidadas a partir do poder econômico e financeiro do poder público. Usando os argumentos de Veblen, percebe-se que a relação da classe rica não industrial com o processo econômico é uma relação pecuniária. O seu interesse consiste em desviar o que puderem para seu próprio uso ou de terceiros. Da mesma forma é possível fazer uma analogia com as aquisições de produtos e serviços para o poder público municipal, ou seja, não há interesse nos benefícios coletivos, mas envigoramento de ações para benefícios particulares. Portanto, o problema da redução de recursos é vista mais como uma perda de benefícios próprios do que do interesse coletivo e social. Apesar de não ser dito claramente pelos depoentes, fica implícito que tanto as administrações municipais como a iniciativa privada carece de ajustamentos no sentido de melhoria dos processos de gestão. Os depoentes mesmo apontando algumas iniciativas para amenizar o

	<p>próprias, de modo que dificultarão ou facilitarão a atividade econômica, pois os agentes econômicos sob essas influências nem sempre seguirão as prescrições teóricas dos modelos econômicos.</p> <p>Veblen (1988): a relação da classe ociosa, também definida como classe rica não industrial, com o processo econômico é uma relação pecuniária. Ou seja, uma relação de aquisição, não de produção, mais especificamente de exploração, não de utilidade. O seu ofício é de índole parasitária, seu interesse consiste em desviar o que puderem para seu próprio uso e reter o que tiverem na mão.</p> <p>Segundo Myrdal (1977), nos países subdesenvolvidos, ao contrário da pré-concepção de um conflito entre as duas metas crescimento econômico e maior igualdade econômica existe, sim, a pré-condição da igualdade econômica para que se alcance o crescimento rápido e continuado.</p> <p>Myrdal (1977): Causação Circular e Acumulativa.</p> <p>Mitchell (1988): a Teoria dos Ciclos Econômicos é a descrição do processo de mudanças acumulativas, no qual uma reativação das atividades desdobra-se em uma intensa prosperidade, a qual engendra uma crise que por sua vez se transforma em depressão e essa após se tornar mais intensa por algum tempo, conduz finalmente a uma reativação das atividades, como a que iniciou o ciclo.</p>	<p>sofriam mais, resultado das demissões e reduções nas compras públicas. O setor público teria dificuldades de atender serviços básicos. Para superar essas dificuldades, os depoentes apontam algumas ações: profissionalização tanto dos gestores públicos como dos empresários; e investimento no setor produtivo para absorção da mão-de-obra e geração de tributos; compensar as transferências de <i>royalties</i>, pela arrecadação tributária.</p> <p>No terceiro DSC, os depoentes entendem que um corte nas transferências de <i>royalties</i> não importaria dificuldades para a economia Lindeira. Municípios próximos com características semelhantes estão bem sem os <i>royalties</i>, até melhor que muitos Lindeiros. Um corte dos <i>royalties</i> até melhoraria o desempenho das empresas, pois os empresários seriam mais atuantes e criativos. Quem teria dificuldades seriam as empresas que trabalham exclusivamente para o setor público municipal. Nos Lindeiros, os <i>royalties</i> são instrumentos eleitorais, por isso mal utilizados.</p>	<p>impacto do corte de <i>royalties</i>, não colocam ou não compreendem de maneira clara os efeitos de uma mudança abrupta nas transferências desses recursos. A argumentação é superficial, não são percebíveis as prováveis causas e efeitos que esse processo pode desencadear sobre o sistema econômico. Utilizando-se dos argumentos de Myrdal, chega-se a hipótese de que uma reação de efeitos adversos, nesse caso o corte dos <i>royalties</i>, tenderá a promover um efeito acumulativo e circular, o qual se renovará consecutivamente com conseqüências negativas sobre a qualidade de vida da população. Esses efeitos são sentidos pela iniciativa privada, que passa a compartilhar das dificuldades e do pessimismo sobre o ambiente socioeconômico. Esse efeito circular continuará até que seja eficientemente interrompido por ações com a força e a direção exata para encaminhar o processo no sentido contrário, ou seja, de uma melhoria na qualidade de vida da sociedade Lindeira. Contudo, mesmo os depoentes Tateando alguns embriões das mazelas administrativas, não são contundentes quanto à natureza das ações que realmente podem atacar frontalmente as lacunas do desenvolvimento, ou seja, não é possível reduzir unicamente a recursos financeiros todo o processo econômico. Nas palavras de Myrdal, apenas a menor parte pode ser explicado pelas variáveis econômicas, já o resíduo, que é a maior parte, é composto de variáveis não econômicas, nesse caso, da estrutura social e organizacional da região Lindeira. Portanto, a gênese dos problemas do desenvolvimento nos Lindeiros está com a sociedade e não com os recursos financeiros.</p>
--	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Quadro 5 - Parte II: Importância dos *Royalties* na Economia Lindeira – questão 2

QUESTÃO	TEORIA	DSC	RESULTADO	PARECER
Com o alagamento, mas sem as transferências de <i>royalties</i> .	<p>Veblen (1988): as instituições tendem a mudar a partir de novas circunstâncias, uma vez que é de natureza de seu método habitual responder aos estímulos que essas circunstâncias variáveis lhes proporcionam. O desenvolvimento dessas instituições é o próprio desenvolvimento da sociedade.</p> <p>Galbraith (1988): a organização não está restrita a uma limitada parcela de especialistas, mas estende-se desde funcionários mais graduados da organização até mesmo com os operários. Pode-se convencionar que a organização abrange todos os que trazem conhecimentos especializados, talento ou experiência às tomadas de decisão de grupo, para o qual propõem chamar de tecnoestrutura.</p> <p>Myrdal (1977) argumenta que os planos são normalmente apresentados como planos financeiros para investimentos públicos. As medidas políticas necessárias para engendrar o desenvolvimento, além dos investimentos físicos, que implicam em alterações mais permanentes na organização social ou nas estruturas institucionais e de atitudes, têm, em última instância, uma relação incidental com os custos e rendimentos em termos financeiros e com um orçamento fiscal.</p>	<p>A - Sem <i>royalties</i> seria difícil para os municípios Lindeiros.</p> <p>B - Sem <i>royalties</i> os municípios Lindeiros teriam uma economia mais sólida.</p>	<p>O primeiro DSC considera que sem as áreas agricultáveis e sem os recursos dos <i>royalties</i> seria muito mais difícil, muitos municípios nem existiriam, e muitos dos que já existiam estariam numa situação precária. Sem os <i>royalties</i> a população não teria toda a infra-estrutura que tem hoje. Os <i>royalties</i> influenciaram no estilo de vida da população. Acreditam até mesmo que a estrutura agrária seria predominantemente de latifúndios.</p> <p>No segundo DSC, os depoentes acreditam que mesmo com o alagamento, mas sem os <i>royalties</i> os municípios teriam uma economia mais sólida. Os depoentes compreendem que os <i>royalties</i> influenciaram a postura da sociedade e do poder público: inibiram a criatividade da população e dos empresários, frente a qualquer dificuldade, busca-se apoio público; a população não tem interesse de participar dos processos decisórios; as administrações concedem benefícios e isenções sem muitos critérios; criou-se uma grande estrutura pública e sua manutenção está à mercê das oscilações cambiais.</p>	<p>O propósito da questão foi de criar um cenário na mente dos depoentes onde vislumbrassem como seria a vida da comunidade Lindeira sem os recursos dos <i>royalties</i>. Assim, fica explícito no primeiro DSC que os recursos dos <i>royalties</i> são vistos como vitais para a própria existência de muitos municípios. Os recursos dos <i>royalties</i> estão fortemente presentes no cotidiano da vida Lindeira, seja nos serviços públicos ou nas empresas, tanto que acabam por se tornar conceitualmente uma das principais instituições econômicas que move a economia Lindeira. Apesar dos depoentes perceberem que os <i>royalties</i> são capazes de influenciar cenários que vão além dos puramente econômicos, não são capazes de identificar o efeito da cristalização desses recursos na vida cotidiana da sociedade que acaba por ter um efeito infrutífero pela maneira como é concebido.</p> <p>No segundo DSC, os depoentes demonstram-se desiludidos com o aumento das transferências de <i>royalties</i>, até o ponto de acreditar que os recursos foram e continuam sendo perniciosos à economia Lindeira. Esse paradoxo de mais recursos disponíveis como uma situação menos desejada é compreensível pela incapacidade, observada pelos depoentes, na gestão dos recursos dos <i>royalties</i> ao ponto de considerarem que sem esses recursos os municípios Lindeiros estariam melhor economicamente. Contudo, essa situação reflete que as deficiências administrativas são de tal gravidade que as soluções vislumbradas pelos depoentes limitam-se a inconveniência dos recursos. No entanto, não é admissível que ajustes na gestão dos recursos sejam limitados a um corte nas transferências dos <i>royalties</i>. O problema é de gestão ineficiente dos recursos, ou seja, as administrações municipais, não raramente, não contemplam o conhecimento especializado e as experiências para que se tenha uma organização capaz de atingir ou se aproximar eficazmente das demandas sociais. O mais grave é que isso acontece por incapacidade administrativa ou por ações oportunistas.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Quadro 6 - Parte II: Importância dos *Royalties* na Economia Lindeira – questão 3

QUESTÃO	TEORIA	DSC	RESULTADO	PARECER
<p>Ações a serem tomadas para preparar os municípios para 2023.</p>	<p>Para Galbraith (1988), não se deve incorrer no erro de supor que a decisão de grupo seja importante somente em casos evidentes como tecnologia nuclear ou mecânica espacial.</p> <p>De acordo com Veblen (1988), a instituição da classe ociosa contribui no sentido de tornar conservadoras as classes mais baixas. Retiram dessas classes, tanto quanto possível, os meios de subsistência. Assim reduzem o seu consumo, e, em conseqüência, sua energia disponível, ao ponto de incapacitá-las para o esforço necessário para aprender e ter condições de adotar os novos hábitos mentais.</p> <p>Veblen (1988), a pressão exercida pelo ambiente sobre o grupo, favorecendo o reajustamento do esquema de vida, colide com os membros do grupo na forma de exigências pecuniárias. É devido ao fato das forças externas serem em grande parte reduzidas à forma de exigências pecuniárias ou econômicas, que é lícito dizer que as forças que contam na direção de um reajustamento das instituições em qualquer moderna comunidade industrial são, principalmente forças econômicas, e se observadas mais especificamente, essas forças assumem forma de pressão pecuniária.</p> <p>Ainda mais grave, os efeitos da corrupção, de acordo com Myrdal (1977), quando esta toma forma generalizada atingindo a população, anula os esforços de consolidação nacional. O governo enfraquece perante tal situação, pois diminuem o respeito e a obediência ao</p>	<p>A - Investir no setor produtivo para ter retorno de impostos e emprego;</p> <p>B - Planejamento e controle dos gastos públicos;</p> <p>C - Os <i>royalties</i> não devem deixar de ser repassados aos municípios.</p>	<p>No primeiro DSC, a construção de um cenário com uma economia sólida e auto-sustentável para 2023 depende das ações feitas agora no setor produtivo. Assim será possível absorver a mão-de-obra e aumentar a arrecadação municipal, compensando a lacuna deixada pela possível interrupção nas transferências de <i>royalties</i>. Para tanto, algumas condições devem ser observadas: a priori, conscientizar a população e os governos municipais sobre o papel dos <i>royalties</i>; participação da população no planejamento e nas decisões municipais; investir em educação e capacitação; os investimentos devem priorizar as iniciativas locais e as empresas que gerem mais emprego; o setor produtivo é basicamente agronegócio, o turismo e a industrialização, com predominância da agroindustrialização.</p> <p>No segundo DSC, os depoentes apontam o planejamento e o controle dos gastos públicos como a principal ação a ser tomada agora para que, em 2023, os municípios tenham amenizado o impacto de um corte nas transferências de</p>	<p>Mesmo sendo apontados indícios sólidos dos pontos de estrangulamento do processo econômico dos Lindeiros, em que sensivelmente os depoentes incluem variáveis comportamentais, uma dúvida permanece: sendo esses parte de um grupo seletivo dos líderes dos municípios Lindeiros e conscientes das ações determinantes para o processo de desenvolvimento, por que essas concepções não são efetivamente colocadas em prática? A resposta a esta questão é tácita, ou seja, as instituições em vigor favorecerão a sobrevivência e o domínio de um tipo de caráter e postura de preferência, ou seja, muitas ações propostas pelos depoentes não condizem com o que vem sendo praticado. Avanços para o processo de desenvolvimento dependem da ação coletiva da população para que novas formas administrativas se consolidem e se institucionalizem no seio da sociedade, as quais devem privilegiar a inclusão e a justiça social.</p> <p>Percebe-se pelos depoimentos que a população não cumpriu seu papel de participar efetivamente das decisões municipais, ou seja, fazer parte do planejamento e fiscalizar as aplicações dos recursos financeiros. A não participação da população nas decisões públicas é resultado de duas situações principais: Na primeira, a fatia da população em condições intelectuais, econômicas e sociais desfavorecidas e marginalizadas pela classe rica dominante, é dissimuladamente oprimida, criando um ambiente desconfortável para críticas à administração pública. Na segunda situação, a parcela da população que participa, não tem interesse em mudanças no sistema administrativo, pois desfrutam de oportunidades assimétricas, as quais afetam negativamente o interesse público e os benefícios sociais coletivos.</p> <p>Os depoentes até mesmo se recusam a cogitar ações inovadoras para o fortalecimento da economia Lindeira no longo prazo. O foco nos recursos de <i>royalties</i> é tão sobressalente que o mesmo cristalizou-se na mente dos atores sociais, como insubstituíveis a ponto de não se propor uma ação alternativa. Dessa forma, fica claro uma recusa imediata da possibilidade de estancar a transferência de <i>royalties</i> aos municípios.</p>

	<p>governo, ou seja, a corrupção põe em perigo a própria estabilidade política. Uma outra característica comum é que qualquer regime novo logo se torna tão corrupto quanto o anterior ou mais ainda. Contudo, uma das estratégias para superar esses problemas resultantes da corrupção, é proporcionar uma maior justiça através de reformas igualitárias inteligentemente planejadas em áreas prioritárias. Somente assim se fortaleceriam as possibilidades de crescimento e desenvolvimento econômico e social. De acordo com Becker (2003), o desenvolvimento decorre da capacidade cultural, acumulada regionalmente, dos agentes sociais, políticos e econômicos de uma região para construir de forma coletiva e associada seu próprio padrão de desenvolvimento.</p>	<p><i>royalties</i>. Os depoentes justificam que os investimentos feitos não contribuíram com o desenvolvimento do município. Algumas ações são sugeridas: planejamento com participação da sociedade, empresários e poder público; os investimentos não devem ter fim eleitoral; reduzir a estrutura pública; reduzir gradativamente a transferência de recursos para a iniciativa privada; e rever a composição tributária dos municípios.</p> <p>No terceiro DSC, os depoentes entendem que os <i>royalties</i> não devem deixar de ser repassados aos municípios. Portanto, a principal ação a ser tomada é encontrar meios ou mecanismos de manter as transferências de <i>royalties</i>. Justificam que, enquanto tiver produzindo energia devem continuar recebendo <i>royalties</i>. Acreditam que os políticos vão buscar e conseguir essa solução.</p>	
--	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Quadro 7 - Parte III: Prognóstico para 2023 – questão 1

QUESTÃO	TEORIA	DSC	RESULTADO	PARECER
<p>Atividades que podem fortalecer a economia Lindeira.</p>	<p>Para Myrdal (1977), fatores como a política de amplo mercado de trabalho e de livre comércio ajudam a manter a administração industrial em alerta e enérgica, o aperfeiçoamento da organização do mercado de trabalho entre muitas outras condições e ocorrências são determinantes no desenvolvimento. Contudo, o notável progresso econômico implica em uma confirmação da nova teoria de que as reformas sociais foram produtivas, e de qualquer forma, não atrasaram o crescimento econômico.</p> <p>De acordo com Myrdal (1977), os avanços tecnológicos nos países em desenvolvimento podem ter como efeitos a melhoria do desempenho no sistema produtivo. Isto, por sua vez, pressupõe determinadas políticas iniciadas para influenciar, efetivamente e de forma direta, as atitudes e instituições. Mas esses fatores não-econômicos não eram levados em conta tradicionalmente na análise econômica e no planejamento de políticas, realizado apenas em termos de economia.</p> <p>Para Myrdal (1977), mesmo quando os dados do produto nacional bruto indicam um desenvolvimento bem sucedido, existem outros sinais que podem desmascarar o excesso de otimismo. Mesmo assim, os fatores não-econômicos continuaram a ser ignorados como se não existissem. A economia do <i>establishment</i> presta grande respeito à sofisticação matemática, sem qualquer exame dos conceitos empregados e das suposições implícitas.</p> <p>Segundo Moraes (2003), a principal contribuição da teoria endogenista foi verificar como as instituições e os fatores de</p>	<p>A - O turismo será a principal atividade dos municípios Lindeiros;</p> <p>B - A agricultura e/ou agronegócio - a principal atividade dos municípios Lindeiros;</p> <p>C - A indústria e/ou agroindústria - a principal atividade dos municípios Lindeiros.</p>	<p>No primeiro DSC os depoentes apontam o turismo como atividade com potencial de gerar emprego e renda, aproveitando as belezas da natureza. Para atingir esse objetivo, acreditam que precisam de parcerias com os demais municípios Lindeiros; da participação da população e do poder público no desenvolvimento de planos; e de investimentos em educação.</p> <p>No segundo DSC, a atividade destacada foi a agricultura e/ou agronegócio. Os depoentes apontam que a característica agrícola deve ser mantida. Contudo destacam que é necessário uso de novas tecnologias, diversificação da cesta produtiva e desenvolvimento de projetos para a agricultura familiar.</p> <p>No terceiro DSC, a indústria e/ou agroindústria que recebem a responsabilidade de no longo prazo fortalecer a economia dos municípios Lindeiros, gerando emprego, renda e impostos, compensando uma possível interrupção no repasse de <i>royalties</i>. Para tanto, destacam algumas providências: fortalecer as parcerias entre o público e privado; priorizar iniciativas locais; apoiar pequenas indústrias que agreguem valor e matéria-</p>	<p>Os depoentes acreditam no potencial do Lago de Itaipu como atrativo turístico no longo prazo. Contudo, o que existe de consciência e de infra-estrutura para o turismo nos Lindeiros ainda é incipiente, exceto Foz do Iguaçu que é um grande atrativo turístico. Os turistas que visitam Foz do Iguaçu desfrutam de atrativos como a Usina Itaipu Binacional, as Cataratas do Iguaçu, o turismo de compras no Paraguai e na Argentina. Enquanto nos demais Lindeiros não se consolidou uma atração turística que tenha condições de atrair turistas do Brasil todo ou do exterior. A atração turística dos Lindeiros está restrita à exploração de praias artificiais, as quais não têm o potencial para se consolidar como atividade econômica representativa da economia Lindeira nas atuais condições de exploração.</p> <p>Nos Lindeiros, o agronegócio é a principal atividade econômica, na qual as pequenas propriedades e a diversificação produtiva dão maior dinamismo ao setor agrícola. Os sistemas agroindustriais estão agregando valor aos produtos agrícolas produzidos localmente e desta forma possibilitando ao setor primário aumentar o <i>mix</i> da carteira de produtos e assim reduzir os riscos do investimento numa única atividade.</p> <p>As respostas dessa questão colocam a situação pela qual é possível desencadear um processo produtivo frutífero para a economia dos Lindeiros. Os depoentes atribuem às atividades com maior potencial ou melhores condições instaladas a incumbência de promover uma causação com efeitos positivos, ou seja, a atividade produtiva devidamente incentivada pode desencadear um processo circular e acumulativo de prosperidade. Por exemplo, investimentos públicos na industrialização podem fortalecer as empresas dessa área, que por sua vez vão faturar mais, e vão demandar mais mão-de-obra, essa mão-de-obra empregada vai ter renda, que será gasta em outras empresas, e assim consecutivamente. Faz-se necessário ressaltar que a atividade capaz de desencadear efeitos positivos sobre a economia, mesmo devidamente incentivada financeiramente, dependerá de inúmeras outras variáveis, inclusive das não-econômicas, como capital social, capital humano, conhecimento, pesquisas entre outras. No entanto, é necessário que alternativas produtivas impactem na economia Lindeira de forma a tornar os recursos dos <i>royalties</i> menos representativos no total do resultado econômico dos Lindeiros.</p>

	<p>produção mais importantes para o desenvolvimento, tais como capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento, poderiam ser gerenciados endogenamente em cada território e não mais de forma exógena.</p> <p>Becker (2003, p. 116): “[...] uma sociedade mais organizada socialmente é uma sociedade mais participativa politicamente. E uma sociedade mais participativa politicamente é uma sociedade muito mais desenvolvida economicamente”.</p>		<p>prima local e as empresas não poluentes; os incentivos a grandes empreendimentos são mais arriscados; aproveitar os potenciais da indústria alimentícia; para outros, deve-se investir na indústria tecnológica, máquinas e equipamentos; e qualificar a população para essas atividades.</p>	
--	--	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Quadro 8 - Parte III: Prognóstico para 2023 – questão 2

QUESTÃO	TEORIA	DSC	RESULTADO	PARECER
	<p>Myrdal (1977): uma pré-condição básica para o desenvolvimento é que a desigualdade crescente seja interrompida e transformada num movimento em direção a uma igualdade maior. Reformas sociais, se bem planejadas e eficientemente implementadas, são produtivas, especialmente nos países subdesenvolvidos, onde a desigualdade é maior. Se a tendência para uma crescente desigualdade não for interrompida e revertida, o desenvolvimento será paralisado e frustrado.</p> <p>De acordo com Myrdal (1977), contrastando com declarações em favor de uma maior igualdade, em quase todo o mundo subdesenvolvido, a situação real marcha para uma desigualdade crescente. Pois, mesmo quando reformas igualitárias são postas em prática, em algumas dessas nações, não são levadas adiante ou permite-se que elas funcionem no interesse dos</p>	<p>A - Precisa de um projeto com participação da sociedade/organizações;</p> <p>B - Precisa de um projeto alternativo.</p>	<p>No primeiro, os depoentes acreditam que é necessário um projeto alternativo ao realizado pelos partidos políticos, com participação da sociedade e das organizações, assim acreditam que será possível desenvolver projetos de longo prazo. Até então, acreditam que os <i>royalties</i> foram mal investidos, principalmente em dispêndios de cunho político. Para mudar esse quadro, propõem alguns caminhos: efetivar a participação da população nas decisões; ampliar o horizonte de planejamento para além dos quatro anos de mandato; maior profissionalização dos</p>	<p>Os depoentes tocam em pontos essenciais para o processo de desenvolvimento. No entanto, fica uma dúvida: sendo eles os protagonistas das decisões administrativas, por que não se observa essas práticas nas administrações municipais? Será que é devido ao grau de dificuldade de coalizão nessa direção? Ou será que os depoimentos nesse sentido são demagógicos, apenas tentando responder o que seria mais plausível e racional para uma administração? Responder a essas indagações não é uma tarefa simples, mas partindo das idéias de Myrdal conclui-se que os indivíduos numa sociedade capitalistas não estão dispostos a abrir mão de benefícios particulares, mesmo que isso signifique ganhos sociais. Portanto, a efetividade de ações para o desenvolvimento demandam mudança nos interesses sobre a administração pública.</p> <p>No segundo DSC, os depoentes apesar de reconhecerem a necessidade de uma alternativa para o processo de planejamento, não se posicionam ou não indicam como deve acontecer esse planejamento. Mesmo os depoentes apontando no decorrer da entrevista a necessidade de uma maior participação da população de um maior profissionalismo dos administradores municipais, não são capazes de</p>

Planejamento: agentes políticos partidários e caminhos alternativos.	<p>não-tão-pobres.</p> <p>Myrdal (1977): apesar da grande unanimidade quanto à necessidade de se melhorar a qualidade de vida, nenhum grupo está preparado para abdicar da busca pela expansão do próprio consumo para atingir tal objetivo. Todos estão envolvidos em uma feroz competição e em uma luta por compensações que tornam o espaço para a qualidade da vida cada vez mais restrito.</p> <p>Para Bandeira (1999), qualquer proposta de política pública que visar a ampliação do capital social regional, através de práticas participativas, terá que manter por um longo período o apoio institucional, a credibilidade e a sustentação política da proposta, sob a pena de inviabilizar no futuro a continuidade das práticas cívicas e a solidariedade na comunidade. Assim são necessários novos modelos de atuação governamental e de formulação e gestão de políticas públicas para o desenvolvimento regional endógeno.</p>		<p>envolvidos nos processos decisórios; os partidos políticos apenas devem adotar e executar aquilo que foi decidido pela comunidade.</p> <p>No segundo, os depoentes também são favoráveis a um caminho alternativo, ao planejamento político partidário, contudo não são precisos em apontar de que forma deva ocorrer. Apenas salientam que deve ser a longo prazo e que existe alguma insatisfação quanto à administração dos recursos dos <i>royalties</i>.</p>	<p>sugerir alternativas de planejamento que de alguma forma venham a ameaçar a composição do poder de um grupo estabelecido. Os depoentes mesmo reconhecendo a necessidade de mudanças no sistema de planejamento sentem-se tentados a não abrir mão das vantagens particulares obtidas pelo atual sistema de gestão, em que a sociedade participa precariamente das decisões ou nem participa, ou a mesma é envolvida numa expectativa de participar de vantagens discriminatórias, assim como um pequeno grupo o faz. Desta forma, se mantém o sistema tradicional de administração pública, no qual os partidos políticos simulam que planejam para uma sociedade hipócrita que ratifica.</p>
--	--	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2007

Quadro 9 - Parte III: Prognóstico para 2023 – questão 3

9 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi verificar a posição de prefeitos ou vereadores, presidentes de associações empresariais ou empresários, presidentes de sindicatos de servidores públicos e funcionários públicos, a partir da construção de Discursos do Sujeito Coletivo, com apoio da literatura da economia institucional, sobre a economia dos municípios Lindeiros e a influência dos *royalties*. A utilização de discursos possibilita ao pesquisador ir mais a fundo na compreensão da realidade. Permite entender as razões pelas quais municípios com grandes volumes de recursos têm dificuldades para desenvolverem-se. Por meio da estatística econômica é possível avaliar o crescimento econômico e os indicadores de desenvolvimento, mas com limitações para explicar as motivações do paradoxo de um grande volume de transferências de recursos e baixos indicadores sociais. Em muitos casos, com a estatística econômica pode-se fazer o diagnóstico, mas não é possível identificar as causas, pois muitas realidades não são passíveis de mensuração, ou de generalização ou nem mesmo podem ser extraídas de outros estudos, dada a peculiaridade e a particularidade de um local ou uma região. Muitas interferências na economia são de natureza não-econômica, que incluem até mesmo valores sociais, comportamentos, hábitos, etc., mas que por estarem presentes e devidamente cristalizados na sociedade podem viesar a linearidade estatística.

Na primeira parte, desenvolveu-se um diagnóstico a partir da construção dos Discursos do Sujeito Coletivo. O objetivo era verificar a posição dos entrevistados quanto ao desenvolvimento da economia, ao papel do poder público municipal e quanto às atividades econômicas de maior destaque.

Quanto ao desenvolvimento da economia Lindeira, existem algumas divergências, contudo prevalece a parcela que acredita que foi bom, embora com ressalvas. Apesar de ter sido considerado bom, mostram-se insatisfeitos quanto à aplicação dos recursos públicos.

Atribui-se ao poder público municipal um papel principal e direto na economia, como financiador e fomentador do setor produtivo. Contudo, pondera-se principalmente a falta de participação social, de profissionalismo e de planejamento das administrações públicas.

Destaca-se a agricultura entre as atividades que mais contribuíram com a economia Lindeira desde o alagamento. Considera-se que mesmo após a perda de áreas produtivas, a agricultura continua sendo a principal atividade. Também são citadas as atividades do turismo, industrialização e agroindustrialização e mesmo não cumprindo com o foco da questão que era sobre atividades produtivas, aparecem os *royalties*.

Cumprir destacar que é notória a importância conferida aos recursos dos *royalties* para os municípios Lindeiros. Deve-se notar que o papel dos *royalties*, na concepção dos depoentes, não se limita aos serviços públicos essenciais ou de praxe, ou mesmo a investimento de cunho estrutural, como educação, infra-estrutura, saneamento, etc. O bom desempenho conferido à economia, não raramente, é atribuído aos *royalties*. A marcante atribuição ao poder público de fomentador da economia e o destaque de atividades produtivas como a agricultura, o turismo e a industrialização, são conferidos pela força dos investimentos dos *royalties*. Criou-se uma dependência da sociedade, empresas e organizações com esses recursos. Nas entrevistas, mesmo não citando ou perguntando sobre *royalties*, invariavelmente nas respostas apareciam justificativas tocando no tema *royalties*.

Dada a importância creditada aos *royalties*, as dificuldades econômicas e sociais são atribuídas à má gestão dos recursos pelos administradores públicos municipais. Especialmente é salientada a falta de capacitação dos administradores públicos, de envolvimento da comunidade, de planejamento e de ações conjuntas dos municípios Lindeiros.

Portanto, para os entrevistados, a economia dos Lindeiros está bem por força dos *royalties*, mas poderia estar melhor, se os recursos fossem mais eficientemente geridos. Contudo, são evasivos ao apontar como poderia ter sido conduzido o processo de desenvolvimento dos municípios Lindeiros. As argumentações sobre variáveis não econômicas ocorrem incidentalmente. No entanto, é patente que as dificuldades apontadas pelos depoentes no processo de desenvolvimento são de natureza não-econômica. As condições necessárias ao processo de desenvolvimento demandam mudanças profundas nos interesses da sociedade sobre a administração pública. A eficiência e eficácia da administração pública dependem do desinteresse particular em benefício ao público, ou seja, os interesses da sociedade devem ser supremos. É necessário que as instituições comportamentais vigentes do processo de desenvolvimento dêem lugar a novas formas de desenvolvimento econômico, o qual passa inevitavelmente, pela redenção a ética administrativa e profissionalização dos agentes. No entanto, para atingir tal objetivo é imprescindível

investimentos em educação e combate aos vícios oportunistas da corrupção que drenam os recursos e os valores, ambos essenciais na construção de uma comunidade desenvolvida.

A segunda parte trata da importância dos *royalties* na economia Lindeira. Para tal foram construídos Discursos do Sujeito Coletivo, com o objetivo de verificar se os entrevistados acreditam que o crescimento econômico da região Lindeira é dependente de *royalties*; o impacto de um corte nas transferências dos *royalties* sobre a economia Lindeira; e como seria se, mesmo com o alagamento, nunca tivessem ocorrido as transferências dos *royalties* para os municípios.

A economia Lindeira é considerada dependente dos recursos dos *royalties* pela grande maioria dos entrevistados. Principalmente pelos que mais recebem recursos, e que montaram maiores estruturas públicas. Entre as principais motivações da dependência citadas pelos depoentes, pode-se destacar a má gestão dos recursos que acaba por cristalizar essa dependência; exaustão de recursos em obras e manutenção; e a recorrente atribuição aos *royalties* do papel de incentivador da iniciativa privada. Para um grupo menor de depoentes, a economia não é dependente dos recursos dos *royalties*, para estes a dependência é das administrações municipais e de uma pequena parcela de empresários, que vendem exclusivamente para os governos municipais.

A necessidade de ajustes nos setores público e produtivo por causa de uma possível interrupção no repasse dos *royalties* é o entendimento da grande maioria dos depoentes. O setor público teria dificuldades até mesmo de atender serviços básicos. Na iniciativa privada, as perdas seriam maiores pelas empresas comerciais, em função das demissões e redução das compras públicas. Para superar essas dificuldades, cobram uma maior profissionalização dos gestores públicos e empresários e a geração de emprego e tributos pela iniciativa privada como forma de amenizar o impacto do corte dos *royalties*. Uma parcela menor de depoentes acredita que quem sofreria seria o setor público e não a iniciativa privada. Isso principalmente em função do crescimento excessivo da estrutura pública e, conseqüentemente, os municípios que recebem mais recursos sofreriam mais o impacto do corte. Na iniciativa privada um corte de *royalties* até mesmo melhoraria o desempenho das empresas, pois os empresários seriam mais criativos. Os *royalties* são mais um instrumento eleitoral.

O cenário hipotético de existir o alagamento, mas sem nunca ter ocorrido o repasse dos *royalties*, para um pouco mais da metade dos depoentes é visto como de muitas dificuldades para os municípios Lindeiros. Sem os *royalties*, muitos municípios nem

existiriam e a população não teria a mesma infra-estrutura que tem hoje. Para a outra parte dos depoentes, sem os *royalties* a economia seria mais sólida: o efeito dos *royalties* inibiu a criatividade da população; pelo volume de recursos as administrações não se preocuparam em planejar; e criou-se uma estrutura pública demasiadamente grande, que sofre com as oscilações cambiais.

Portanto, para a maioria dos depoentes, os municípios Lindeiros apresentam dependência dos *royalties*, um corte nas transferências afetaria tanto o setor público como o privado, e sem os *royalties* seria difícil para os municípios Lindeiros. Contudo, apontam que os recursos dos *royalties* são perniciosos à solidez da economia, pela forma como vêm sendo despendidos.

Os depoentes apontam para a dependência dos Lindeiros por recursos dos *royalties*, contudo, não identificam precisamente as causas que encaminharam e continuam encaminhando a economia Lindeira na direção, se não de um aprofundamento, mas para a manutenção de um sistema que não converge para uma melhoria nos indicadores de desenvolvimento, conforme estudo realizado por Iwake em 2004. Os recursos dos *royalties* que tinham por objetivo compensar a perda de áreas dos Lindeiros acabam por criar um problema de dependência da sociedade. No entanto, fica implícito, inclusive nos depoimentos, que a dependência só existe pelo fato destes recursos terem sido despendidos de forma irresponsável, oportunista e improvisada, ou seja, sem o devido planejamento a partir dos interesses e das demandas locais. Quando o desenvolvimento parte da base para o topo está menos sujeito a interesses ocultos, pois parte-se da demanda da sociedade, a qual o formula a partir de suas redes de relações sociais, que envolvem a sociedade e as organizações num comprometimento mútuo.

Um possível corte no repasse dos *royalties* para os municípios Lindeiros que mais recebem *royalties* pode ter conseqüências negativas, especialmente pelos efeitos acumulativos. Portanto, os municípios têm uma estrutura econômica frágil, sustentada sobre recursos voláteis, que além de terem data marcada para uma revisão, que poder ser o fim do repasse, sofrem grandes discrepâncias no valor do repasse devido às oscilações cambiais. O agravante dos recursos dos *royalties* está na grande infra-estrutura que foi montada, no entanto, cara para ser mantida.

Assim, é possível compreender a natureza das argumentações de que os recursos foram maléficis à economia Lindeira por duas situações distintas. Primeiro, porque se observam grandes dificuldades dos municípios em equalizar os interesses comuns da

comunidade. Segundo porque não há interesse efetivo nas demandas públicas, ou seja, as ações implementadas, não raramente, são mascaradas pelo objetivo social, no entanto, representam interesses particulares. Portanto, o papel dos atores públicos, ou seja, da sociedade não está em sintonia com os interesses coletivos. No entanto, se verdadeiras ações de caráter social se disseminarem pela comunidade se abrirá espaço para cristalização de novos conceitos e posturas na administração pública. Porém, a potencialização dessas ações, inevitavelmente, deve passar pela educação e redução da corrupção, essências para a inclusão social e conseqüentemente para o processo de desenvolvimento.

A terceira parte trata da elaboração de um prognóstico para a economia dos municípios Lindeiros no longo prazo. Utilizou-se do Discurso do Sujeito Coletivo para verificar quais ações deveriam ser executadas agora, para preparar a economia para 2023, numa possível interrupção do repasse de *royalties*; conhecer as atividades que podem fortalecer a economia Lindeira; e verificar se o planejamento dos recursos dos *royalties* por agentes políticos partidários é a melhor forma ou se existem caminhos alternativos.

Quanto às ações a serem tomadas agora para preparar a economia para 2023, os investimentos no setor produtivo ganham destaque em mais da metade dos depoimentos. O setor produtivo pode absorver a mão-de-obra e gerar mais tributos, compensando uma possível perda de *royalties*. Contudo, são apontadas medidas essenciais para atingir essas metas, como a conscientização da sociedade sobre a função dos *royalties*; maior participação da sociedade no planejamento; investimento em educação; e priorização das empresas locais e que gerem mais emprego. As ações de planejamento e controle de gastos públicos devem oportunamente garantir a participação da sociedade, pois os investimentos, até o momento, não trouxeram grandes avanços no desenvolvimento da comunidade.

Quanto às atividades que podem fortalecer a economia Lindeira no longo prazo, a mais salientada pelos depoentes foi a indústria e/ou agroindústria, contudo, para tal, destacam que é necessário fortalecer as parcerias com o poder público; priorizar as iniciativas locais, pequenas indústrias e indústrias alimentícias; e qualificar a população para essas atividades. A segunda área mais citada nos depoimentos foi o turismo, contudo, necessita de ações conjuntas dos municípios Lindeiros; planejamento com participação da população; e investimentos na educação. Por último, uma parcela menor de depoentes aponta o setor agrícola, que para cumprir o papel de fortalecimento da economia, necessita da utilização de novas tecnologias, diversificação na produção e projetos para a agricultura familiar.

Quanto ao planejamento de investimentos, por agentes políticos partidários, todos os depoentes acreditam que não é o caminho ideal. Acreditam que seja necessário um planejamento que inclua uma maior participação da população e organizações, somente assim será possível ter projetos mais consistentes a longo prazo. Caberia aos partidos políticos, na figura de seus representantes eleitos, darem cumprimento ao planejado previamente pela sociedade.

Portanto, o cenário ideal para 2023 depende de investimentos no setor produtivo, priorizando as atividades industriais/agroindústrias, do turismo e agrícola, e de um modelo alternativo de planejamento de investimentos com a efetiva participação da sociedade.

As condições apontadas pelos depoentes são de caráter conjuntural, ou seja, “estão limitadas ao alcance dos olhos”. Os depoentes indicam caminhos para o desenvolvimento apontando diretamente para o resultado desejado, ou seja, um setor produtivo forte e geração de emprego. No entanto, não são capazes de arquitetar os meios e as ações de caráter estrutural para o processo de desenvolvimento. Trata-se da necessidade de rever a conduta da sociedade perante os processos eleitorais, do papel dos gestores públicos, e quem e o que eles representam na comunidade. As bases necessárias para o desenvolvimento desses municípios devem passar por um sistema educacional adequado, profissionalismo na gestão administrativa, participação efetiva dos atores locais e combate a corrupção. A partir da consolidação dessas ações, se terá maiores e melhores condições para construir um sistema produtivo capaz de se auto-sustentar, absorvendo a capacidade empreendedora e de trabalho da comunidade local.

Quanto à administração dos recursos, existe uma unanimidade da necessidade de um projeto alternativo, o qual demanda maior participação social. No entanto, sendo os depoentes os agentes que podem dar praticidade a tais ações, uma dúvida permanece: por que as ações indicadas pelos depoentes não são efetivadas? A resposta a esta questão não está em cadernos estatísticos e nem mesmo é possível obtê-la explicitamente. As variáveis puramente econômicas têm um papel coadjuvante nos resultados do processo de desenvolvimento, a maior parcela e mais complexa nesse processo está presente nos sentimentos, no modo de vida, nos valores, nos hábitos, na estrutura de poder, na efetiva participação social, na administração pública, na educação e na responsabilidade social, as quais representam o padrão de conduta institucionalizado pela sociedade local.

Esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar as possíveis causas de deficiências ou de sucessos na economia Lindeira, apontadas pelos pesquisados. Mas sim, entre outros caminhos, especialmente através da economia institucional, representada pelas idéias de Veblen, Galbraith, Myrdal, Mitchell entre outros, buscou-se, instituir um possível marco inicial para entender os problemas apontados e lamentados por uma parcela de líderes municipais que constituem os Lindeiros ao Lago de Itaipu.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural.** ILPES, Cadernos n. 43, Santiago do Chile, 1997.
- ALMEIDA, C. C. de. **O campo da ciência da informação: suas representações no discurso coletivo dos pesquisadores do campo no Brasil.** Florianópolis, 2005. 396f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Santa Catarina.
- ALVES, L. R.; LIMA, J. F. de; RIPPEL, R.; PIACENTI, C. A. O *continuum*, a localização do emprego e a configuração espacial do Oeste do Paraná. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 1, n. 2, ago/dez, 2006.
- AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)**, v. 23, p. 261-286, 2001.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ (AMOP). Plano de Desenvolvimento Regional - PDR. Cascavel, 2000.
- BANDEIRA, P. S. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional.** Brasília: IPEA, 1999.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- BECKER, D. Capital social: uma nova derivação da economia de mercado? In: CORREA, S. M. de S. (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 85-122.
- BEGNIS, H. S. M.; ZERBIELLI, J. Mercado, eficiência alocativa e desenvolvimento econômico sob o enfoque da nova economia institucional. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (Orgs.) **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 117-136.
- BRUE, S. L. **História do pensamento econômico.** São Paulo: Thomson, 2005.
- BOISIER, S. E. Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional. In: HADDAD, P. R. et al. **Economia regional (teorias e métodos de análise).** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1988.

BOMFIM FILHO, J. B. **Impacto da área alagada sobre o desenvolvimento dos municípios lindeiros**: as perdas cambiais na conversão dos *royalties* e da compensação financeira pela área alagada. CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU. Santa Helena - PR, 2007.

CALDAS, A. S.; CERQUEIRA, P. S.; PERIN, T. F. Maia além dos arranjos produtivos locais: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento local. **RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 11, p. 05-15, 2005.

CARVALHO, L. A. **Utilização de software na construção do discurso social coletivo em pesquisa “qualiquantitativa” sobre formação de professoras**. Formação de professores. n. 08. São Paulo: ISECENSA, 2007.

CASTILHO, D. S. B. de. **Capital social e políticas públicas**: um estudo linha infra-estrutura e serviços aos municípios do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. Porto Alegre, 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRS/IEPE/PGDR.

COLODEL, J. A. **Obrages & companhias colonizadora**: Santa Helena na história do Oeste paranaense até 1960. Cascavel: Assoeste, 1988.

CONCEIÇÃO, O. A. C.; FERRARI FILHO, F. A noção de incerteza nos pós-keynesianos e institucionalistas: uma conciliação possível? In: XXIX Encontro Nacional de Economia, 2001, Salvador. **XXIX Encontro Nacional de Economia**, 2001.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Porto Alegre, 2002. 228f. Tese (Doutorado em Economia). Faculdade de Economia de Ciência Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. Uma comparação ente os antigos, os novos e os neo-institucionalistas. Texto para Discussão. Departamento de Economia/UFRGS. Impresso n. 11/2005. Porto Alegre. 2005.

_____. **Elementos para uma teorização apreciativa institucionalista do crescimento econômico**: uma comparação das abordagens de North, Matthews e Zysman. Disponível em <<http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A38.pdf>>. Acesso em junho de 2007.

COSTA, A. B. da. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. São Leopoldo-RS: **Cadernos IHU Idéias**, A. 4, n. 47, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006 (Cadernos).

DINIZ, C. C. **O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local**. Belo Horizonte - MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2001, 21p.

FARAH, M. F. S., JACOBI, P. **Governos locais e cooperação inter e intragovernamental**. *Paper written for the project “Policymaking, politics, and the sub-national state: a*

comparative study of Brazil, México and the U.S.”, developed by the professors from the USA (Texas University, at Austin), Brazil (Fundação Getulio Vargas) and Mexico (CIDE), 2001.

GALBRAITH, J. K.(1988). **O novo Estado industrial**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural. (Os Economistas). Original publicado em 1899.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODARD, O. et al. *Desarrollo endógeno y diferenciacion de espacios de desarrollo: un esquema de analisis para el desarrollo local*. In: **Estudios territoriales**. Madrid, n. 24, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 mai. 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Base de Dados do Estado. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em 13 abr. 2007.

_____. APL de produção de máquinas e equipamentos para a agricultura, avicultura e obtenção de produtos animais: estudo de caso. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba, 2006, 36p.

ITAIPU. *Royalties*. Disponível em <<http://www.itaipu.gov.br>>. Acesso em 20 mai. 2007.

IWAKE, S. **Análise das modificações na estrutura orçamentária dos municípios lindeiros recebedores de royalties de Itaipu**. Cascavel, 2004. 136f. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

LAFEVRE, F.; LAFEVRE, A. M. C. O sujeito coletivo que fala. Interface – **Comunicação, Saúde, Educação**. Faculdade de saúde pública da USP. São Paulo. jul/dez 2006. v. 10, n. 20, p. 517-524.

_____. **Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005. 97p.

LAFEVRE, F.; LAFEVRE, A. M. C.; MARQUES, M. C. da C. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto organização. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 2007.

LAFEVRE, F.; LAFEVRE, A. M. C.; CARDOSO, M. R. L.; MAZZA, M. M. P. R. Assistência pública à saúde no Brasil: estudo de seis ancoragens. **Saúde e Sociedade**. v. 11, n. 02, 10f. ago-dez/2002.

LOZANO, J. *Economía institucional y ciencia econômica*. **Revista de Economía Institucional**, n. 1, 1999, p. 99-128.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MITCHEL, W. C.(1988). **Os ciclos econômicos e suas causas**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural. (Os Economistas). Original publicado em 1899.

MORAES, J. L. A. de. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, S. M. de. S. (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 123-148.

MORAIS, J. M. L. ; AZEVEDO, J. A. M. . Por uma abordagem institucionalista-evolucionária do desenvolvimento econômico: implicações para uma política industrial moderna. In: **X encontro nacional de economia política**, 2005, campinas. Anais do X encontro de economia política, 2005.

MOURA, R.; MAGALHÃES, M. V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 88, set./out. 1996.

MOURÃO, P. R. *El institucionalismo Norteamericano: orígenes y presente*. **Revista de Economía Institucional**, v. 9, n. 16, 2007, p. 315-325

MYRDAL, G. **Contra a corrente**: ensaios críticos em economia. Rio de Janeiro: Campus, 1977.

_____. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1972.

_____. **Subdesenvolvimento**. Brasília: Coordenada editora de Brasília. (Coleção Gunnar Myrdal). a. 10, v. 1, 1970.

NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PAULA, T. H. P.; CROCCO; SILVA, G.; BRITO, M. Um modelo de diferenciação das taxas de crescimento regionais a partir de variáveis financeiras. In: **XXXIV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC 2006**, 2006, Salvador. XXXIV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2006.

PIFFER, M. Apontamentos sobre a base econômica da região Oeste do Paraná. In: CASSIMIRO FILHO, F. & SHIKIDA, P. F. A. (Orgs.) **Agronegócio e Desenvolvimento regional**. p. 57-84. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.

QUINTERO, O. L. L. *Comentarios sobre el enfoque de la Economía Institucional*. **Revista de Economía Heterodoxa**. OIKOS, Rio de Janeiro, n. 8, ano VI, 2007, p. 37-59.

REIS, J. **O institucionalismo econômico**: crônica sobre os saberes da economia. Notas Econômicas – Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, n. 11, 1998, p. 130-149.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – (RAIS). Dados e Estatística. Disponível em < <http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 01 jun. 2007.

RENOVATO, R. D.; DANTAS, A. de O. Percepção do paciente hipertenso sobre o processo saúde-doença e a terapêutica medicamentosa. **Infarma**, v. 17, n. 3/4, 2005.

RIEDL, M.; VOGT, O. P. Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social. In: CORREA, S. M. de S. (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 149-212.

RODRIGUES, A. M. Desafios para a (re)leitura do território. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, n. 20, dez. 1995.

SOARES, C. L. B. **Moeda social – uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo**. Florianópolis, 2006. 252f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA, E. B. C. de. **Estado**: produção da região do Lago de Itaipu - turismo e crise energética. Presidente Prudente. 2002. 299f. Tese (Doutorado em Geografia: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental). Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente – Faculdade de Ciências e Tecnologia.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995.

OHMAE, K. **O fim do Estado-Nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

TAYLOR, J. S.; BOGDAN, R. **Introduction to qualitative research methods: the search for meanings**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1984.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VEBLEN, T. (1988). **A teoria da classe ociosa**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural. (Os Economistas). Original publicado em 1899.

_____. *Sobre la naturaleza del capital*. **Revista de Economía Institucional**, n. 2, 2000, p. 197-216.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, mensus e colonos**: história do Oeste-paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.

WILLERS, E. M. **Estratégia de desenvolvimento econômico local**: o caso do município de Terra Roxa – PR. Toledo, 2006. 193f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, *CAMPUS* TOLEDO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

PARTE I – DIAGNÓSTICO ECONÔMICO

- 1) Como o senhor(a), avalia o desenvolvimento econômico dos Municípios Lindeiros?
- 2) Na sua opinião: Qual é o papel do poder público municipal no crescimento econômico dos Lindeiros?
- 3) Na sua opinião: Desde o alagamento provocado pela construção de Itaipu, qual(is) é(são) a(s) atividade(s) que mais contribuiu(ram) para o crescimento econômico dos municípios Lindeiros?

PARTE II – IMPORTÂNCIA DOS *ROYALTIES* NA ECONOMIA LINDEIRA

- 1) O(a) senhor(a) acha que crescimento econômico da região Lindeira é dependente dos *royalties*?
- 2) Supondo que ocorresse um corte no repasse dos *royalties*, o(a) senhor(a) acha que seriam necessários ajustes no setor produtivo dos municípios Lindeiros ou acredita que o “quadro” permaneceria inalterado?
- 3) Supondo que, mesmo com o alagamento de áreas dos municípios os *royalties* nunca tivessem existido, como o(a) senhor(a) acha que estaria a economia dos Municípios Lindeiros hoje?

PARTE III – PROGNÓSTICO PARA 2023

- 1) Na sua opinião: Quais são as ações que deveriam ser tomadas agora para que em 2023 os municípios estejam preparados para o corte nas transferências de *royalties*?
- 2) Na sua opinião: Qual(is) atividade(s) pode(m) fortalecer a economia Lindeira no longo prazo?
- 3) Na sua opinião: O planejamento de investimentos dos *royalties* por agentes políticos partidários (programas políticos partidários) é o mais adequado? Existe um caminho alternativo?